

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGHIS)

JENNY BARROS ANDRADE

CORPO, ESPAÇO E DISCIPLINA NA ANTIGUIDADE TARDIA:
Um estudo sobre o *convivium* com base na *Saturnalia*, de Macróbio, e na cultura
material

VITÓRIA
2018

JENNY BARROS ANDRADE

CORPO, ESPAÇO E DISCIPLINA NA ANTIGUIDADE TARDIA:
Um estudo sobre o *convivium* com base na *Saturnalia*, de Macróbio, e na cultura material

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Orientador: Prof. Dr. Gilvan Ventura Silva.

VITÓRIA
2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

A553c Andrade, Jenny Barros, 1994-
 Corpo, espaço e disciplina na Antiguidade Tardia: um estudo
sobre o convivium com base na Saturnalia de Macróbio e na
cultura material / Jenny Barros Andrade. – 2018.
 222 f. : il.

Orientador: Gilvan Ventura da Silva.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal
do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Macróbio, Ambrósio Teodósio. 2. Banquetes – Itália – Séc.
IV-V. 3. Conduta - Aspectos sociais. I. Silva, Gilvan Ventura da,
1967-. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de
Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

JENNY BARROS ANDRADE

CORPO, ESPAÇO E DISCIPLINA NA ANTIGUIDADE TARDIA:
Um estudo sobre o *convivium* com base na *Saturnalia* de Macróbio e na cultura material.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Orientador: Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva

Aprovada em _____ de _____ de 2018.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva
Universidade Federal do Espírito Santo - Orientador

Prof. Dr. Belchior Monteiro Lima Neto
Universidade Federal do Espírito Santo – Membro interno

Profa. Dra. Érica Cristhyane Moraes da Silva
Universidade Federal do Espírito Santo – Membro interno

Profa. Dra. Renata Lopes Biazotto Venturini
Universidade Estadual de Maringá – Membro externo

Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco
Universidade Federal do Espírito Santo – Membro suplente

Profa. Dra. Silvia Marcia Alves Siqueira
Universidade Estadual do Ceará – Membro suplente

Aos meus pais, Fabiana Andrade e Oziel Andrade,
pelo incentivo, cuidado, suporte e por um amor
gratuito dedicado a mim durante esse tempo.

AGRADECIMENTOS

Concluir essa dissertação de mestrado foi uma tarefa árdua e, sem dúvidas, eu não teria conseguido chegar até aqui sozinha. Ao longo de mais de dois anos eu tive apoio, suporte, compreensão e orientação de inúmeras pessoas, que a todo o momento estavam dispostos a me ouvir e ajudar. Alguns desses acompanharam esse processo desde a graduação, enquanto outros são amigos bem mais recentes. No entanto, independente da quantidade de tempo, cada um me ajudou de uma forma particular e a esses eu devo meu agradecimento.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus, meu amigo, pai e Senhor. Obrigado *abba*, pois durante todo esse tempo sempre tive o seu amor e a sua graça derramada sobre mim, me confortando e me fortalecendo. É a certeza de quem eu sou em Ti que me faz continuar dia após dia;

Ao meu orientador, Prof. Doutor Gilvan Ventura da Silva, que me orientou ao longo desses anos sempre com muita paciência e compreensão. De forma alguma essa dissertação estaria finalizada se não fosse pelo seu olhar sempre atento ao meu trabalho. Agradeço pela confiança, pelos conselhos acadêmicos e por ter me permitido ser aluna de um profissional tão excelente;

Ao Prof. Doutor Belchior Monteiro Lima Neto, um pesquisador admirável e competente, que desde o primeiro período da minha graduação, me inspirou ao estudo da Antiguidade. Obrigado pelos conselhos, críticas e observações ao meu trabalho, realizados desde o Seminário de pesquisa;

À Profa. Doutora Érica Cristhyane Morais da Silva, pelos apontamentos, críticas e sugestões feitas à minha pesquisa desde a minha banca de qualificação;

À Profa. Profa. Doutora Renata Lopes Biazotto Venturini, por aceitar com tanta presteza o convite para compor a banca de defesa desta dissertação;

Às instituições e aos seus funcionários que contribuíram de forma direta para que esse trabalho fosse concluído. À Universidade Federal do Espírito Santo, ao Programa de Pós-Graduação em História e, em especial, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro;

Aos funcionários das bibliotecas que visitei durante minha viagem à Itália, dentre elas os da Universidade Estatal de Milão, do Instituto Arqueológico Germânico (Roma), do Instituto Patrístico Agostiniano (Vaticano) e da Biblioteca Comunal Gino Baratta (Mantova);

À Iana Lima Cordeiro, pelas correções tão atentas feitas ao meu trabalho. Muito obrigada pela ajuda e pela boa vontade;

Aos membros do Laboratório de Estudos do Império Romano, em especial, à Profa. Dra. Carolline da Silva Soares, à Prof. Dra. Alessandra André, à Prof. Me. Hariadne Bocayuva, ao Prof. Me. João Carlos Furlani, à Profa. Helena Borin e à Profa. Agnes Moschen;

À Cida Gasperazzo e Devacir Gasperazzo, que me receberam com tanto carinho em sua casa. Sem vocês, minha permanência na Itália seria inviável. Agradeço pelo apoio, pela boa vontade, e pela recepção sem nem mesmo me conhecerem. Serei eternamente grata a vocês. Da mesma forma, agradeço à Kalynne de Almondes, que com tanto carinho me ajudou durante essa viagem.

Aos amigos que a UFES me proporcionou: Rayane Amorim, June Hellen e Natan Baptista. Também agradeço à Melissa Melo, pela ajuda, pelo apoio e por sempre me permitir compartilhar minhas angústias quando necessário.

Aos meus amigos: Jacqueline Santos, Maxsandro Gomes, Aida Garcia e Diego Oliveira. Obrigada pelos risos, pela alegria e por torcerem por mim.

À Larissa Sathler, minha eterna companheira de viagem, de estudos e de desespero. Obrigada pelo apoio emocional, pelos conselhos acadêmicos e pela amizade que construímos

durante esse tempo, apesar de tantas diferenças! Sem dúvidas, o mestrado não seria o mesmo sem você. Aproveito para agradecer ao Thiago Amorim Dias e ao Pedro Sathler Dias, por me receberem sempre tão bem quando precisei de ajuda.

À Maísa Amaral, minha amiga e irmã sempre presente desde a graduação. Nada que eu escreva aqui será o suficiente para te agradecer por esses anos. Obrigada pelo apoio, por me ouvir, por me abraçar quando necessário e por se fazer presente mesmo quando a distância insistia em nos separar.

Ao Felipe Amaral e à Mayana Amaral, por serem meus pais de coração. Nunca terei palavras para agradecer o que vocês sempre fizeram por mim, e sei que nem preciso detalhar, até mesmo porque não iria caber aqui. Obrigada pelo amor, pelo carinho, pela ajuda, pela boa vontade e pelo apoio emocional. Serei eternamente grata à Deus pela vida de vocês.

Por fim, gostaria de agradecer à minha família. Ao meu pai Oziel Andrade e ao meu irmão Breno Andrade, pela ajuda, pelo apoio e pelos risos à mesa que sempre me distraíam quando necessário. Em especial, à minha mãe Fabiana Andrade, por ser a mulher mais incrível que eu já conheci. Obrigada pela compreensão, pelo amor, pelo cuidado e por se doar tanto a mim. Definitivamente, eu nunca teria chegado aqui sem você.

RESUMO

O objetivo desta dissertação consiste em identificar as regras e os códigos de conduta presentes no banquete aristocrático dos séculos IV e V na região da Itália. Compreendemos o *convivium* como um importante rito social durante a Antiguidade Tardia, utilizado como um instrumento de reafirmação e definição de hierarquias, relações de poder e identidades. Tais regras de conduta, que eram incutidas por meio da formação da *paideia*, regulavam o corpo do conviva, moldando-o de acordo com a conduta esperada pelos demais participantes. Conforme o conviva respeitava ou não essas regras, sua identidade poderia ser associada a um homem virtuoso e civilizado ou a um intemperante, sem polidez e sem civilidade. Para a realização dessa pesquisa, utilizamos a obra *Saturnalia*, do escritor e filósofo Macróbio, a fim de identificar as normas presentes no momento do banquete e a representação que o autor realizou dos convivas descritos na obra. Também analisamos quatro fontes iconográficas oriundas dos séculos IV e V, dentre elas mosaicos, pinturas, ilustrações e bandejas de prata ilustrando o *convivium* romano, a fim de compreender de que modo a identidade dos comensais era construída a partir de sua representação no banquete. Além disso, com o objetivo de entender como o espaço físico da festa interferia na regulação do corpo do comensal, com suas hierarquias e normas, examinamos a planta da Villa del Casale, localizada na região da Piazza Armerina, na Sicília. Em relação aos conceitos, utilizamos os de *representação*, de *corpo*, de *sociabilidade*; de *espaço*; de *festa*; de *disciplina*; e de *identidade*. Em relação à metodologia adotada, aplicamos o método da Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin, na leitura do documento.

PALAVRAS-CHAVE: Antiguidade Tardia. *Convivium*. Corpo. Espaço. Disciplina.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to identify the rules and codes of conduct present in the late-aristocratic banquet of the fourth and fifth centuries, in the region of Italy. We understand the *convivium* as an important social rite during Late Antiquity, used as an instrument of reaffirmation and definition of hierarchies, power relations and identities. Such rules of conduct, which were instilled through the formation of *paideia*, regulated the body of the guest, molding it according to the conduct expected by the other participants. Whether or not he respected these rules, his identity could be associated with a virtuous and civilized man or an intemperate man, without politeness and without civility. To carry out this research, we used the work *Saturnalia*, by the writer and philosopher Macrobius, in order to identify the norms present at the banquet and the representation that the author made of the guests described in the work. We also analyzed four iconographic sources from the fourth and fifth centuries, among them mosaics, paintings, illustrations and silver plate, illustrating the Roman *convivium*, in order to understand how the identity of the diners was built from their representation at the banquet. In addition, in order to perceive how the physical space of the party interfered in the regulating of the body of the diner, with its hierarchies and norms, we examined the plant of the Villa del Casale, located in the region of the Piazza Armerina, in Sicily. In relation to the theoretical terms, we use the concept of *representation*; of *body*; of *sociability*; of *space*; of *feast*; of *discipline*; and of *identity*. Regarding the adopted methodology, we applied Laurence Bardin's Content Analysis method in reading the document.

KEY WORDS: Late Antiquity. *Convivium*. Body. Space. Discipline.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Reconstrução da sala de jantar do pórtico sul da ágora de Atenas.	128
Figura 2: Cena de <i>symposium</i> , Tomba del Tuffatore, Paestum, (fim do século VI a.C.).....	129
Figura 3: Configuração do <i>triclinium</i> romano.....	133
Figura 4: Planta da Villa de El Ruedo (Almedinilla, Bética) em Córdoba.....	142
Figura 5: Sala do banquete, ilustração do <i>stibadium</i> da Villa de Dargoleja, Córdoba.....	143
Figura 6: Parte da Villa de Desenzano (em destaque, a sala do <i>triclinium</i> com absides, século IV).....	144
Figura 7: Festa de Dido, <i>Vergilius Romanus</i> , final do século V	147
Figura 8: Pintura de um <i>servus</i> portando vinho (Roma, Monte Célio, primeira metade do século IV)	151
Figura 9: <i>Convivium</i> no <i>stibadium</i> , bandeja de prata, Cesena, fins do século IV.	153
Figura 10: Processo de instalação de um mosaico	160
Figura 11: Piquenique ao ar livre, Villa del Casalle, Sicília, séc. IV.	162
Figura 12: Planta da Villa del Casale	167
Figura 13: Representação de Hércules. <i>Triclinium</i> da Villa del Casale.....	169

LISTA DE ABREVIATURAS

Ambrósio de Milão

Exp. eu. Luc.

*Expositio euangelii
secundum Lucam*

Evangelho segundo Lucas

Aristóteles

Eth. Nic.

Ethica Nicomachea

Ética a Nicômaco

Compilação

C.Th.

Codex Theodosianus

Código Teodosiano

Macróbio

Sat.

Saturnalia

As Saturnais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I: SOCIEDADE, EDUCAÇÃO E CULTURA NA ANTIGUIDADE TARDIA	35
O fim do Mundo Clássico entre continuidades e rupturas	35
O conceito de Antiguidade Tardia e seus desdobramentos.....	47
As mudanças políticas e sociais da época tardia	53
O papel da paideia na Antiguidade Tardia	72
CAPÍTULO II: MACRÓBIO, A SATURNALIA E O RITO DO BANQUETE.....	90
As incógnitas de um autor obscuro	90
A <i>Saturnalia</i> e o tempo da festa	99
Gênero literário e tradição manuscrita	114
O banquete na Antiguidade greco-romana.....	125
CAPÍTULO III: O CORPO NO ESPAÇO DO CONVIVIVUM TARDO-ANTIGO.....	135
A configuração do espaço físico do <i>convivium</i> tardo-antigo	135
Representações iconográficas do banquete na Antiguidade Tardia.....	145
O espaço do banquete na Villa Romana del Casale	164
A regulação do corpo do conviva na <i>Saturnalia</i> , de Macróbio.....	170
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	185
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	192
1.1. Documentação textual.....	192

1.2. Documentação iconográfica	193
1.3. Obras de referência	193
1.4. Bibliografia instrumental	194
1.5. Obras de apoio	196
APÊNDICES	214
Grade de leitura referente à obra <i>Saturnalia</i> , de Macróbio.....	215
Grade de leitura referente à documentação iconográfica	219

INTRODUÇÃO

A fase final do Império Romano, que se inicia após a Crise do Século III¹, foi marcada por profundas transformações². Esse período é comumente interpretado por uma historiografia tradicional como um período de declínio, de queda e de decadência, principalmente após a obra *História do declínio e queda do Império Romano*, de Edward Gibbon, publicada em diversos volumes a partir de 1775. Na contramão dessa leitura, há uma vertente historiográfica que intitula os últimos séculos do Império como Antiguidade Tardia, adotando um viés mais culturalista. Os autores filiados a essa vertente, dentre os quais podemos citar Peter Brown (1972) e Henri Irénèe Marrou (1979), propõem-se a analisar o fim do Mundo Antigo por meio de elementos culturais que comprovam que esse período não deve ser visto como um tempo de decadência, pois nele é perceptível a emergência de uma série de concepções religiosas, artísticas e filosóficas próprias da época que influenciaram as sociedades posteriores, especialmente devido à simbiose de elementos cristãos e germânicos. Analisar esse período somente mediante acontecimentos desastrosos, como a deposição de Rômulo Augústulo (476), é ignorar todos os esforços dispensados por Diocleciano e Constantino com o propósito de manter a coesão do Império (SILVA; MENDES, 2006, p. 196).

¹ Segundo Ana Teresa Marques Gonçalves (2006, p. 185-189), o período conhecido como Anarquia Militar é caracterizado pela rápida sucessão de imperadores pelas legiões militares estacionadas nas fronteiras, a fim de substituir os governantes mortos nas batalhas. Além disso, esses imperadores não se mantinham no poder por muito tempo, pois eram mortos por invasores ou por tropas insatisfeitas com sua liderança, dificultando a escolha de sucessores. Fatores como as lutas civis, a instabilidade política e a dificuldade de organizar dinastias no poder, levaram a uma crise política e econômica, presente tanto no Ocidente quanto no Oriente. Segundo a autora, o estudo desse período é dificultado pela ausência de fontes literárias, embora a numismática e a epigrafia tenham contribuído para a análise. Embora tenha se passado uma visão de uma crise longa que abrangeu todo o Império, novos estudos a partir das inscrições provam que a crise política foi de caráter curto e que não afetou todas as zonas do Império ao mesmo tempo ou com a mesma intensidade. Dessa forma, não se aceita mais a concepção de uma crise geral no Império, embora, o uso de expressões como “Anarquia Militar”, “Crise do Terceiro século” e “período dos Imperadores-soldados” continue a ser usada por falta de um novo termo.

² Todas as datas mencionadas nessa dissertação estão relacionadas ao período depois de Cristo (d.C). No caso de datações antes de Cristo (a.C.), foram feitas as devidas identificações.

Mesmo diante desse paradigma de interpretação, não há como desconsiderar os conflitos existentes nas últimas décadas do Império Romano do Ocidente. Segundo Peter Brown (1972, p. 126), não é possível compreender as razões para a desintegração do governo imperial de forma fácil e simples, pois os motivos ultrapassam os de ordem moral, afetando as áreas econômica e social. Além das usurpações, que contribuíram para a desestabilização do Estado romano, outro importante fator de desequilíbrio foi a ineficácia do governo em controlar as crises sociais. Isso ocorreu devido à perda de autoridade imperial em consequência “da indefinição das regras sucessórias e das ações perpetradas pelos imperadores com o objetivo de garantir a sobrevivência do Império, as quais descontentam importantes segmentos sociais” (SILVA; MENDES, 2006, p. 218).

Outro aspecto que contribuiu para a desintegração do Império do Ocidente foram as várias invasões sofridas ao longo do século V. Um exemplo do quanto os imigrantes bárbaros podiam ameaçar o Império foram a captura e o saque de Roma pelo godo chefiado por Alarico, em 410. Peter Brown (1972, p. 133) argumenta que as invasões germânicas modificaram o modo de vida da população de Roma e das demais províncias. O governo romano, devido aos sucessivos ataques que sofreu, perdeu muitas das terras que possuía, além de impostos. Segundo Mitchell (2015, p. 100), tal fator contribuiu para a falência da economia do Império, além de afetar os rendimentos de vários membros da aristocracia senatorial.

Além das questões políticas, econômicas e militares, próprias da fase final do Império Romano do Ocidente, não podemos deixar de expor aqui as transformações de natureza religiosa. Segundo Herbert Bloch (1989, p. 208), um dos fatos mais relevantes dos séculos IV e V consistiu na ascensão do cristianismo e no refluxo da religião pagã³. A Igreja, que antes

³ O termo paganismo abarca alguns problemas teóricos. De acordo com Soares (2011, p. 28), não devemos considerar o paganismo como um sistema homogêneo ou único, visto que ao redor do Império havia várias comunidades dispersas, cada uma com suas características e especificidades. Desse modo, a autora aponta que o correto seria trabalhar com a noção de “paganismos”, enquanto um sistema de crenças heterogêneo que abrangia o culto cívico privado e público, os cultos orientais e o culto ao imperador. A ideia de sistemas religiosos é mais

era perseguida, agora possuía o apoio do Estado para se legitimar como religião dominante. Durante o governo de Teodósio várias medidas foram implementadas contra o paganismo, proibindo-se os sacrifícios, as libações, as oferendas, o acesso aos templos, entre outras restrições (RÉMONDON, 1967, p. 114). Apesar da crescente adesão dos pagãos ao cristianismo, o processo de cristianização não ocorreu de modo automático e homogêneo em todo o Império. Cabe ressaltar aqui que há registros de grupos pagãos ainda ativos nos séculos V e VI, o que demonstra uma evidente manutenção dos cultos aos deuses, principalmente na área rural (MITCHELL, 2015, p. 243). Além disso, o sistema cultural da Antiguidade Tardia encontrava-se eivado de elementos pagãos, que não desvaneceram de forma repentina. Desse modo, é um processo complexo com o qual lidamos.

Em face desse contexto histórico de transição entre um mundo no qual prevaleciam os valores próprios da cultura clássica para um mundo organizado segundo o *ethos* cristão, percebemos a permanência de uma importante prática cultural da antiguidade: o banquete romano (*convivium*). A partir de então, temos por objetivo investigar, com a presente pesquisa, as normas de conduta que regiam o corpo do conviva por ocasião da cerimônia do *convivium*. Compreendemos que, na Antiguidade, um momento festivo como o do banquete consistia em uma ocasião de sociabilidade e de estreitamento de laços entre os participantes, não estando isento, entretanto, de códigos que regulassem o rito dessa ocasião. Como afirma Guarinello (2001, p. 972), a festa tem regras próprias que geram uma expectativa entre os comensais quanto às atitudes uns dos outros, não precisando necessariamente ser escritas, podendo ser encaradas como práticas consuetudinárias e, inclusive, religiosas.

De acordo com os valores forjados na Antiguidade Clássica, era possível diferenciar o homem civilizado do homem “bárbaro” por meio da cerimônia do banquete, pois gregos e

apropriada, visto que dentre os próprios romanos não havia a busca por uma unidade religiosa. No entanto, apesar dessas considerações, o termo continua sendo utilizado por motivos didáticos, a fim de facilitar a compreensão do leitor.

romanos não compreendiam o ato da alimentação somente como uma necessidade fisiológica, mas também como um momento de convívio, de estar junto com o outro. O banquete era, portanto, um dos traços distintivos da *humanitas*, definida por Veyne (1992, p. 283) como o equivalente do termo grego *paideia*, que distinguia o homem civilizado do bárbaro, do selvagem, e também o literato, o erudito do homem ignorante, grosseiro e pouco instruído. Ela designava os homens que não eram indignos e incultos, pois *humanitas* significava “cultura literária, virtude de humanidade e estado de civilização”.

Segundo Flandrin e Montanari (1998, p. 108-9), o que demarcava a distinção entre o homem civilizado e o bárbaro durante o banquete eram as regras e normas que regiam esse momento e que definiam como cada participante deveria se comportar. Eram esses códigos que separavam o comensal civilizado daquele tido como bárbaro. A mesa pode assim, de acordo com o comportamento dos convivas, funcionar como um elemento de união ou de segregação, sendo capaz de integrar o indivíduo ou lançá-lo à marginalidade. Desta forma, identidades e alteridades são forjadas mediante a correta participação no banquete.

É possível perceber que tais códigos de conduta eram primordiais na realização dos banquetes clássicos, embora assumissem características distintas entre gregos e romanos. O banquete grego pode ser definido como uma reunião na qual os convidados conversavam sobre diversos assuntos, bebiam, cantavam, recitavam poemas, entre outras atividades (CERQUEIRA, 2005, p. 3). Além disso, desde o século VII a.C., o banquete dava ensejo ao debate acerca de questões filosóficas e políticas, instruindo o homem no exercício das funções públicas. Vale ressaltar que, entre os gregos, havia uma diferença clara entre o momento do comer (*deipnon*) e o do beber (*symposion*), sendo o consumo do vinho um marcador de civilidade, pois o autocontrole e o bom uso da bebida eram bem vistos. Como aponta Carneiro (2010, p. 34), o vinho se constituía em um importante elemento cerimonial do banquete (*symposion*), “imbuído de altos valores formadores da identidade cultural grega que se

sintetizavam acima de tudo, numa noção de controle diante do excesso, como emblema de sua civilização [...]”.

Já em relação aos romanos, não havia diferença entre o momento do comer e o do beber. O *convivium* romano, segundo Strong (2004, p. 29), era uma importante ocasião de civilidade, e iniciou-se como uma prática cultural da elite republicana, pois era um elemento de distinção e de prestígio. Garnsey (1999, p. 137) define o banquete romano como um momento de descanso, de discussão e interação entre os convivas. O próprio termo *convivium* significa literalmente “viver junto”, sendo, portanto, uma importante instituição social e cultural que permitia o fortalecimento dos laços de amizade e de identidade entre os participantes. Na época imperial, segundo Strong (2004, p. 29), embora houvesse “uma pretensa noção de igualdade” no banquete, este continuava como algo próprio da aristocracia, dele participando apenas quem possuísse um cargo senatorial ou militar, ou seja, quem tivesse uma posição de destaque na hierarquia social. Havia, então, uma segregação quanto aos participantes da mesa.

A partir disso, a fim de realizarmos nossa pesquisa, utilizamos fontes de natureza iconográfica, arqueológica e textual. Esta última, denominada *Saturnalia*, foi redigida no século V pelo filósofo e escritor Macróbio Ambrósio Teodósio. O autor narra um *convivium* (banquete) dedicado ao deus Saturno, reunindo convidados que eram membros da aristocracia romana. Os personagens do *convivium*, na obra *Saturnalia*, nossa principal fonte de pesquisa, são chamados a debater diversos temas durante o banquete narrado, já que possuem conhecimento superior devido à sua formação, sendo personagens históricos da aristocracia tardo-antiga do século IV. Um dos propósitos de Macróbio ao elaborar sua obra consistiu em produzir um compêndio literário voltado para o ensino cujo conteúdo foi discutido por meio do diálogo entre os convivas. Como afirma Cameron (1997, p. 667), a educação recebida pelos romanos, na Antiguidade Tardia, continuava a ser a educação retórica tradicional, de

modo que, segundo a autora, não devemos supor que os cristãos, por exemplo, não recebiam o mesmo ensino que os pagãos, visto que muitos destes utilizavam-se da retórica clássica em suas obras literárias, incluindo as homilias, gênero florescente nos séculos IV e V.

Como já apontamos, a fim de identificar quais eram as normas e regras estabelecidas durante o *convivium* e de que forma o banquete era utilizado para construir e reforçar a identidade dos convivas, não nos limitamos ao emprego de fontes de natureza textual, mas fizemos uso de fontes de natureza arqueológica e iconográfica. Segundo Rede (2012, p. 133), os historiadores sempre se mostraram tímidos quanto ao uso da cultura material na pesquisa histórica, priorizando assim o emprego das fontes textuais. Mesmo quando o pesquisador reconhecia a importância da materialidade no estudo da vida social, os artefatos costumavam ser utilizados de forma ilustrativa. Peter Burke, em sua obra *Testemunha ocular: história e imagem*, publicada em 2001, aponta o caráter incipiente do estudo das imagens pelos historiadores, e ressalta que, quando as imagens são levadas em conta, são normalmente utilizadas para “ilustrar conclusões a que o autor já havia chegado por outros meios, em vez de oferecer novas respostas ou suscitar novas questões” (BURKE, 2004, p. 12). É imprescindível o uso de imagens na investigação histórica, dado que as imagens nos possibilitam alcançar realidades do passado que muitas vezes não são mencionadas nos textos. Desse modo, como fonte de natureza arqueológica e iconográfica, analisamos, respectivamente, os vestígios arqueológicos provenientes da *Villa del Casale* e imagens do banquete em diferentes suportes. Essas últimas se consistem em: uma ilustração de Dido e Eneias, presente em um manuscrito de Virgílio (*Publius Vergilius Maro*, 70-19 a.C) no final do século V; um afresco do século IV, encontrado na região do Monte Célio representando um escravo; uma bandeja de prata encontrada em Cesena, do século IV, representando o *convivium* no *stibadium*; e, por fim, o mosaico “a pequena caçada”, encontrada na Villa del Casale, do século IV. Tais representações nos auxiliam, em especial, na compreensão dos

usos do corpo durante a cerimônia do *convivium* em conexão com o espaço em que ele se realiza.

Nosso objetivo, portanto, consiste em compreender as regras e os códigos de conduta presentes no banquete tardo-antigo por meio da representação de Macróbio, na *Saturnalia*, e das informações contidas nas fontes iconográficas e arqueológicas. Nossa análise da prática do *convivium* está delimitada à região da Península Itálica durante os séculos IV e V. Defendemos que o banquete, ainda na Antiguidade Tardia, era uma importante cerimônia na vida social da aristocracia romana, além de ser utilizado como um instrumento de reafirmação da hierarquia e das relações de poder presentes na sociedade. A riqueza e o status dos convivas eram expressos por meio do luxo exibido no *convivium*, como é possível constatar quando se ilumina o espaço no qual o banquete era realizado.

Além disso, defendemos que o momento do banquete era permeado por regras e normas que regulavam o corpo do comensal, definindo o modo como estes deveriam comer, beber, se vestir e se comportar durante o *convivium*. Com isso, é possível definir o lugar da *paideia* no banquete, pois a formação recebida pelo indivíduo, que reforçava sua identidade como membro da elite, era expressa também por ocasião das refeições coletivas.

Quanto à relevância científica da pesquisa, ressaltamos que, embora o corpo na Antiguidade seja um assunto explorado pela historiografia, as pesquisas a respeito das práticas corporais, na Antiguidade Tardia são amiúde realizadas sob a ótica cristã e o processo disciplinar instaurado pela Igreja. Na medida em que, em nosso trabalho, nos propomos a refletir sobre o lugar do corpo no *convivium* e as regras que o regulavam conforme as tradições do paganismo, acreditamos trazer uma contribuição à área dos estudos do corpo. Também pretendemos, com a presente pesquisa, realizar um estudo sobre o corpo por meio da

cultura material, evitando assim, na medida do possível, adotar uma perspectiva logocêntrica na execução da pesquisa.

Duas hipóteses norteiam esta dissertação. Primeiro, consideramos que o banquete foi um dos ritos sociais mais marcantes na Antiguidade Clássica, sendo realizado durante as distintas fases da vida do indivíduo. Embora praticada por outros segmentos sociais, a cerimônia adquiriu especial relevância para a aristocracia, pois no ato do banquete as hierarquias e relações de poder eram expressas e reafirmadas, além de assinalar o *status* social dos convivas. Essa prática cultural, característica da cultura clássica, continuou em vigor até a Antiguidade Tardia, o que evidencia a vitalidade dos valores greco-romanos mesmo durante o processo de consolidação do cristianismo. A segunda hipótese consiste na ideia de que, na Antiguidade Tardia, a formação do homem romano era baseada na *paideia*, sendo que tal formação diferenciava o aristocrata dos demais e permitia que ele galgasse postos na administração imperial. A *paideia*, dentre outras injunções, definia como o homem civilizado deveria falar, agir, discutir, como vemos por ocasião do *convivium*, momento que, ocupando um espaço determinado, o corpo do comensal era disciplinado por meio de regras e códigos de conduta bem estabelecidos.

Na execução da pesquisa, exploramos três tipos de fontes: textual, iconográfica e arqueológica. Mediante a análise desse material, será possível identificar as normas e regras presentes no *convivium*, que disciplinavam o comportamento dos comensais. A nossa fonte textual é a obra *Saturnalia*, escrita por Macróbio Ambrósio Teodósio, que viveu entre o final do século IV e o início do século V. A obra é um compêndio de sete livros, alguns

incompletos, que narram o banquete realizado durante o festival das Saturnais, que acontecia no mês de dezembro em honra ao deus Saturno.

A identidade de Macróbio é objeto de uma ampla discussão historiográfica que pretendemos aprofundar no segundo capítulo. De acordo com uma corrente tradicionalista, o autor teria escrito sua obra durante o século IV, hipótese hoje contestada. O autor, hoje identificado como o prefeito do pretório da Itália em 430, era conhecido pelo nome de Macróbio Ambrósio Teodósio e possuía o título de *vir clarissimus et illustris*, sendo, portanto, pertencente à elite aristocrática. De acordo com Navarro Antolín (2010, p. 7), Macróbio teria sido autor de três obras: a *Saturnalia*, que abordaremos adiante, o livro *Commentarius in Ciceronis Somnium Scipionis* e o tratado gramatical *De verborum Graeci et Latini differentiis vel societatibus*. As duas primeiras obras foram escritas após 430 e dedicadas ao seu filho Macróbio Plotino Eustácio.

Saturnalia é uma obra composta por sete livros, que chegaram até nós de forma incompleta, assim como as demais escritas por Macróbio. A obra foi redigida no formato do *Symposium*, de Platão, e gira em torno da realização de um banquete durante as Saturnais, uma festa romana em honra a Saturno, o que explica seu título. Um aspecto importante da *Saturnalia* consiste em seu caráter enciclopédico, razão pela qual é considerada uma literatura de erudição. Além do mais, Macróbio dedica essa obra ao seu filho com o propósito de auxiliar em sua educação. Portanto, na *Saturnalia* é possível constatar o objetivo pedagógico do autor, que redigiu uma espécie de enciclopédia da cultura clássica, abordando assuntos como astrologia, literatura, gramática, retórica, entre outros.

Os personagens do banquete de Macróbio não eram totalmente fictícios. Na maioria eram membros da aristocracia romana, detentores de altas magistraturas e envolvidos com a causa pagã. Segundo Cameron (2010, p. 231, 241), os principais participantes do banquete

eram homens refinados, cultos, que detinham um grande conhecimento da cultura clássica e que desejavam compartilhar as antigas tradições. O autor divide as personagens em dois grupos: um de magistrados, composto por Pretextato, Símaco, Flaviano, Rúfio, Evangelo e Avieno; e um segundo grupo, que abrange sábios literatos, como o médico Disário, o retórico Eusébio, o filósofo Eustácio, o gramático Sérvio e o filósofo Horo. Navarro Antolín (2010, p. 33) observa que as intervenções feitas por esses convivas seguem amiúde uma hierarquia, na qual cada um expõe sua opinião de acordo com a idade e o cargo.

Em relação às fontes iconográficas, utilizaremos quatro imagens que estão em diferentes suportes. Segundo Dunbabin (2003a, p. 141), a iconografia do banquete alcançou sua maturidade entre os séculos III e IV, pois alguns temas já tratados anteriormente “aparecem agora com mais frequência e são manipulados mais efetivamente a fim de transmitir o que os patronos desejam expressar”. A autora ainda destaca que a decoração, exibida principalmente nas *villae* romanas durante a Antiguidade Tardia, apresenta um estilo que expressa poder e status e demonstra o modelo do *modus vivendi* da elite romana.

A primeira fonte iconográfica é a imagem de um piquenique, gravada em uma bandeja de prata, confeccionada na metade do século IV. Dunbabin (2003a, p. 6) ressalta que os objetos utilizados no banquete, como copos, bandejas e vasos, são elementos decorativos e de expressão de riqueza. Tal bandeja era utilizada como um luxuoso objeto de ostentação e como um utensílio no *convivium*. A produção de bandejas de prata nos séculos IV e V incluía tanto figuras em alto relevo quanto gravuras e incrustações. Tal bandeja, encontrada em Cesena, região do norte da Península Itálica, nos mostra duas cenas: na primeira metade da bandeja, há a imagem de um piquenique com cinco convivas servidos por dois escravos. Já a segunda metade da bandeja traz a ilustração de um lago com pasto e um cavalo na margem.

A segunda fonte iconográfica é a pintura de um escravo servindo vinho, confeccionada na primeira metade do século IV. Foi encontrada em uma construção no Monte Célio e faz parte de um conjunto de sete pinturas da mesma temática. Segundo Joshel (2010, p. 10), nesse período os escravos serviam os seus senhores nas propriedades rurais e realizavam também os serviços domésticos. Esse escravo possuía a função de atender tanto o seu senhor quanto os convidados, e por isso deveria ter boa aparência.

A terceira imagem, também uma pintura, encontra-se inserida em um manuscrito de Virgílio, do século V, conhecido como *Vergilius romanus*. A cena do banquete retrata Dido entretendo Eneias e outro convidado. A peculiaridade é que, embora o tema seja de natureza mitológica, Dunbabin (2010, p. 196) a cena retrata um *convivium* aristocrático do Império tardo-antigo. Os convidados estão reclinados, com Dido no centro do *stibadium*⁴, em meio às almofadas e tapeçarias. Por fim, a última imagem escolhida por nós como fonte iconográfica consiste em um mosaico do século IV chamado “A pequena caçada”. Tal mosaico está disposto no pavimento da Villa del Casale, localizada na Sicília, e contém a representação de um pequeno banquete que está sendo realizado logo após a prática da caça. Tal mosaico nos permite compreender uma das características do banquete tardo-antigo, que consiste no uso do *stibadium* na área externa da casa.

O uso das imagens descritas acima nos permite compreender alguns aspectos do banquete tardo-antigo, dentre eles a importância do *convivium* como um rito social importante ainda durante a Antiguidade Tardia. Nossa primeira hipótese defende tal ideia, considerando que algumas práticas culturais vinham perdendo espaço em um período de cristianização do Império, o que não ocorreu com o banquete, visto que há inclusive, inúmeras representações

⁴ Durante o período tardo-antigo, a configuração do espaço do banquete sofreu uma mudança, pois o *stibadium*, um sofá semi-circular, começou a ser utilizado com mais frequência na realização do *convivium* romano. Cada *stibadium* poderia comportar uma média de sete a oito pessoas, o que possibilitava um número maior de participantes no banquete. (DUNBABIN, 1991, p. 128).

de banquetes cristãos. O *convivium*, além de uma prática social de extrema importância, era um momento de exibição de status, poder e riqueza, através da comida oferecida, dos entretenimentos proporcionados e, principalmente, da decoração do ambiente. Tais imagens nos permitem visualizar esses aspectos e compreender o uso do banquete como uma expressão de luxo da aristocracia aos seus pares.

Para também analisarmos a cerimônia do *convivium* no espaço do *triclinium*⁵, utilizaremos a planta da Villa Del Casalle, localizada próximo à Piazza Armerina, na região da Sicília. Sua estrutura é uma das mais bem preservadas da Itália, tendo sido construída entre os séculos IV e V, aos pés de uma colina (PENSABENE; GALLOCHIO, 2011, p. 29). Um importante elemento da *villa* é a presença de vários mosaicos que se estendem por cerca de 3,500 m² e cujas imagens exibem diversos temas. Além da função decorativa dessas imagens, havia o intuito de exibir a riqueza, o luxo do proprietário e também de enaltecer sua figura (PENSABENE; GALLOCHIO, 2011, p. 30-31).

Precisamos apontar que a utilização da *villa* nos permite compreender o uso do espaço físico durante o momento do banquete. Desse modo, é possível visualizar a configuração do espaço, sua decoração, e o local destinado ao conforto e à diversão dos convivas. Tendo em vista que o banquete ocorre em um local determinado, devemos considerar sua espacialidade e analisar como o espaço influenciava no comportamento do conviva, pois o ambiente também comunica.

Em relação às fontes arqueológicas, Funari (2011, p. 101) ressalta a importância do seu uso para averiguar as diferenças e convergências quanto às informações contidas nos documentos textuais a fim de compreendermos melhor o objeto de estudo em questão. A complementaridade entre as fontes textuais e as fontes arqueológicas é pertinente e permite o

⁵ O *triclinium* consistia tanto no nome designado para a sala de jantar, como na configuração dos assentos do banquete, de modo que três assentos eram posicionados no formato da letra grega Π (Pi) (DUNBABIN, 2003a, p. 38).

diálogo entre os documentos; contudo importa assinalar que ambos os tipos de documentação apresentam lógicas específicas, com sistemas de representação próprios e conteúdos diferentes, logo “ambas as fontes desvendam aspectos diversos de um mesmo objeto de conhecimento” (MENESES, 2012, p. 253).

Para compreendermos a configuração do banquete na Antiguidade Tardia, e conseqüentemente as regras de etiqueta que disciplinavam o corpo do conviva, selecionamos um conjunto de conceitos a fim de interpretar os dados extraídos das fontes.

O primeiro desses conceitos é o de *representação*, desenvolvido por Roger Chartier, que segue a linha da Nova História Cultural. O autor explicita que a representação faz ver uma ausência onde há uma diferença clara entre o objeto ausente e sua representação – esta substitui o objeto por uma imagem que lhe faz referência (CHARTIER, 2002a, p. 74). Acreditamos que Macróbio utilizava esse mecanismo de forma a representar os convivas descritos em sua obra, personagens importantes no contexto político-religioso do século IV. Ao representá-los, o autor os definiu como homens respeitáveis na sociedade, portadores da *humanitas* e estimados por seus pares. Além disso, Chartier (2002b, p. 17) ressalta que as representações “são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”. Segundo o autor, as percepções do social não são de forma alguma neutras, pois os grupos elaboram estratégias e práticas para legitimar suas condutas e menosprezar os demais indivíduos. Essa prática era perceptível na sociedade romana tardia, principalmente no que tange ao comportamento do homem civilizado durante o banquete. Pode-se afirmar que determinadas práticas durante o banquete poderiam definir a identidade do indivíduo.

Outro conceito empregado é o de *corpo*, como proposto por José Carlos Rodrigues (1979, p. 44). O autor compreende o corpo como algo socialmente construído, pois o

comportamento e os aspectos físicos e biológicos do homem dependem da cultura em que este se insere. Para participarem do processo de socialização é necessário que os indivíduos abram mão de sua autonomia e se adequem às normas que lhes são impostas.

O autor aborda ainda aspectos relativos à variedade cultural das dietas, já que “são as convenções sociais, como se sabe, que decidem o que é alimento e o que não é alimento, bem como quem pode comer o quê e quando”. De fato, “no ato de comer, alguns membros ocupam uma posição, no tempo e no espaço, especial” (RODRIGUES, 1979, p. 65-6). Rodrigues ressalta que o comer e o beber não são atos realizados de qualquer maneira, já que há um modo próprio de efetuá-los, dependendo do ambiente no qual o indivíduo se encontra. A partir de tais considerações, poderemos perceber como o corpo do conviva é moldado de acordo a cultura greco-romano, a *paideia*, e como a educação lhe impõe normas que moldam o seu corpo também no momento do banquete. A forma como deveriam comer, beber ou o assunto de que deveriam falar eram determinados de acordo com o que era considerado civilizado ou não a um aristocrata romano.

Também trabalhamos com o conceito de *sociabilidade*, tal como desenvolvido por Georg Simmel e revisitado pela Escola de Chicago. Segundo Simmel, a sociedade não é composta apenas por indivíduos, mas sim por indivíduos em interação, não sendo a interação algo dado, mas continuamente construído. Essa relação ocorrerá a partir dos interesses e dos objetivos que os indivíduos têm em comum, compondo assim uma unidade. Simmel (2006, p. 60) define esse conceito como “conteúdo e matéria da sociação, tudo o que existe nos indivíduos e nos lugares concretos de toda realidade histórica como impulso, interesse, finalidade, tendência, condicionamento físico e movimento nos indivíduos”, ou seja, esses conteúdos permitem o processo de sociação ao reforçar a coerção grupal. A sociabilidade é definida pelo autor como “a forma lúdica de sociação”, na qual o único objetivo é a interação por si, sem outros propósitos ou finalidades.

O conceito de sociabilidade foi relido pela Escola de Chicago e passou a ter um significado mais abrangente. Frúgoli Jr. (2007, p. 25) define “as relações de sociabilidade como espécies de espaços comunicacionais, onde, através da interação entre grupos, redes e indivíduos, se definem e redefinem simbolicamente certas diferenças socioculturais”. Além disso, Frúgoli (2007, p. 30) ressalta que uma das releituras do conceito busca superar seu caráter “intraclassista”, ligado à ideia de que as relações de sociabilidade se estabelecem apenas entre os iguais. Desse modo, não acreditamos que a sociabilidade aconteça tendo como propósito apenas favorecer a interação entre os indivíduos. A partir do momento em que os grupos se constituem, as identidades são formadas e reforçadas. Além disso, no espaço do banquete, a finalidade não é apenas a diversão em si, mas também a ratificação de determinada hierarquia social, pois o banquete é atravessado por relações de poder que se exprimem por meio do local que se ocupa à mesa, da decoração da casa do anfitrião e do convite em si para participar do festim, todos elementos itens plenos de significados.

O *convivium* costumava ser realizado em um aposento especial da casa, o *triclinium*, de forma que este era organizado e transformado de acordo com a cultura romana e as relações de poder existentes entre os convivas. Nesse sentido, empregaremos o conceito de espaço que, segundo Navarro (2000, p. 15), é uma das mais importantes dimensões da existência do indivíduo, além de ser “um elemento de conhecimento humano e expressar princípios de ordem e classificação segundo as necessidades das ações sociais”. De acordo com Rapoport (1900, p.12), o ambiente é um meio social culturalmente definido, assim como as regras que controlam o comportamento dos indivíduos nesse espaço. A utilização do conceito de espaço nos permite compreender como a espacialidade do banquete comunica *status*, informações acerca do anfitrião aos seus convidados, além de delimitar o comportamento que estes devem ter durante o banquete, visto que o espaço também possui normas e regras.

Macróbio, por meio da *Saturnalia*, retrata um *convivium* realizado durante a festa que possui o mesmo nome da obra e que ocorria em honra ao deus Saturno, o que nos leva a enfatizar o conceito de *festa*. Segundo Guarinello (2001, p. 971), as festas são “laboriosamente e materialmente preparadas, custeadas, planejadas, montadas, segundo regras peculiares [...]”. Elas são produtos da vida cotidiana e da realidade, envolvendo a participação de um coletivo, que pode ser a própria comunidade social ou grupos dentro dela. O autor ressalta que a festa precisa ter um objeto que funcione como um ponto central, com a função de agregar indivíduos que possuem esse elemento em comum como símbolo de determinada identidade. Além disso, as festas podem produzir ou reforçar uma identidade entre os participantes, como é representado na *Saturnalia*, no qual os convivas que são membros da aristocracia fortalecem sua posição pelo fato de participarem do banquete. É possível afirmar isso pois, segundo Guarinello (2001, p. 973), “toda festa tem suas próprias regras, seus códigos de conduta, sua rede de expectativas recíprocas, que podem ser escritas, ou fortemente ritualizadas, ou absolutamente espontâneas e informais [...]”.

Empregaremos também o conceito de *disciplinarização*, como proposto por Michel Foucault (1987), a fim de compreendermos como o corpo é moldado pelos valores da *paideia* e como essa formação regula o corpo do conviva no momento do *convivium*. De acordo com Foucault (1987, p. 118-9), as disciplinas são métodos que permitem o controle do corpo, sujeitando-o às suas forças e estabelecendo uma relação de docilidade-utilidade. De acordo com o autor, “a disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’”, aumentando sua utilidade, sua aptidão, ao passo em que estabelece uma relação de sujeição, de dominação. Portanto, através do processo de formação do homem romano, por meio da apreensão da *paideia*, ocorria um processo de disciplinarização do indivíduo que se refletia no seu comportamento à mesa com os demais comensais.

Por último, e não menos importante, utilizaremos o conceito de identidade, que de acordo com o Tomaz Tadeu da Silva (2000, p. 78, 81), não pode ser compreendido fora do sistema de significação cultural em que está imerso, visto que é resultado de um “processo de produção simbólica discursiva”. O autor define que a noção de identidade não pode ser compreendida separada da noção de diferença, pois a definição de uma está ligado à noção da outra. Silva (2000, p. 82), afirma que “identidade e diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído.” Portanto, a definição do que é identidade é uma demarcação de fronteira que define o que é diferente. Ao considerarmos o banquete romano, compreendemos que o conviva que possui a *paideia* e que se comporta de forma agradável durante a festa é visto como um homem civilizado, moderado, pois segue as normas definidas para aquele momento específico. Desse modo, sua identidade é definida ou reafirmada através de seu comportamento. O conviva que não se comporta de acordo com as expectativas dos demais é marcado como incontinente, intemperante, ou seja, o diferente.

No que se refere à metodologia adotada para o trato com as fontes, consideramos adequado aplicar o método da Análise de Conteúdo na presente pesquisa. A análise de conteúdo é dividida em quatro etapas: 1) Pré análise: a fase de organização quando há a escolha da documentação a ser explorada, a formulação de hipóteses e objetivos e a elaboração dos indicadores; 2) A exploração do material: que consiste em uma fase de análise, incluindo a codificação e a enumeração da documentação; 3) O tratamento dos resultados, realizado através da inferência e da interpretação; e por fim, 4) a síntese final e a apresentação dos resultados. A codificação dos dados extraídos da documentação se realizará por meio da técnica de Análise Categorial, que “pretende tomar em consideração a totalidade de um texto, passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a frequência de presença (ou ausência) de itens de sentido” (BARDIN, 2000, p. 36). É necessário então, classificar os

elementos encontrados nas categorias pré-estabelecidas e criadas de acordo com o que o investigador procura na documentação. Seguem adiante as grades de leituras elaboradas para a categorização dos documentos de natureza textual e material utilizadas na pesquisa:

Grade de leitura referente à obra Saturnalia, de Macróbio

Livro:					
Regras que regulam o banquete					
Referência	Em relação à comida	Em relação à bebida	Em relação às roupas	Em relação às discussões à mesa	Em relação ao comportamento do conviva

Livro:					
Referência	Conviva	Cargo dentro do Império/Profissão	Atributos Físicos	Atributos morais	Discussão proposta

Grade de leitura referente às fontes iconográficas

Imagem:				
Dados técnicos:				
Personagem	Gestos	Indumentária	Posição no espaço	Relação com outros convivas

É necessário que expliquemos as categorias definidas acima. A primeira grade possui as categorias referentes às normas que regulam o banquete na *Saturnalia*, de Macróbio, portanto as categorias foram construídas a fim de compreendermos quais regras e normas foram descritas pelo autor. Essa grade de leitura nos permite explorar a documentação textual e codificar a fonte, depreendendo dela quais normas delimitavam o comer, o beber, o se vestir e o falar desse conviva. Além disso, a segunda grade de leitura possui as categorias referentes à representação que Macróbio realizou acerca dos convivas, portanto essas categorias foram definidas a fim de entender quais virtudes morais e físicas foram atribuídas aos convivas e como tais valores poderiam influenciar no seu comportamento no decorrer do banquete. Essas duas grades de leitura, com as categorias definidas, permitem-nos confirmar que o corpo do conviva era disciplinado por regras e normas presentes no banquete, sendo que essas eram definidas de acordo com a educação recebida por tais aristocratas, a *paideia*.

A segunda grade de leitura é referente às fonte iconográficas. As categorias foram definidas a fim de depreender da documentação como os convivas foram representados no momento do banquete, desse modo seus gestos, sua indumentária e sua relação com os demais

convivas e com o espaço nos permitem compreender como esse comensal se comportava ou deveria se comportar durante o *convivium*. Tais categorias nos fornecem dados que nos possibilitam entender como o banquete poderia ser utilizado como uma expressão de *status* e poder por parte do aristocrata, tendo em vista a representação que o mesmo construía acerca de si e do banquete que oferecia.

Esta dissertação é composta por três capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos o conceito de Antiguidade Tardia, necessário para compreendermos as rupturas e permanências do período. Além disso, analisamos o contexto político e social dos séculos IV e V a fim de compreender a situação social da aristocracia romana, categoria social que mantinha ativos os princípios do paganismo, mesmo num momento de avanço da cristianização. Por fim, discutimos o lugar da cultura clássica na época tardia e a sua importância na formação do homem romano, principalmente dentro dos círculos aristocráticos.

No que diz respeito ao segundo capítulo, compreendemos a figura de Macróbio, seu lugar social, bem como sua produção intelectual e seus objetivos ao escrever a *Saturnalia*, para, em seguida, descrever as mudanças ocorridas no rito do banquete na Antiguidade, a fim de dimensionar a importância dessa prática cultural na formação da identidade do homem antigo, com o destaque para a aristocracia romana do Ocidente.

Por fim, no terceiro e último capítulo, propomo-nos a identificar os usos do corpo no banquete com base nas informações que as fontes textuais, visuais e arqueológicas nos apresentam, além de propor uma interpretação de como o espaço do banquete contribui para a manutenção da hierarquia entre os convivas. Analisaremos assim o nexos entre o espaço do *convivium* e a regulação do corpo do convidado, além de observar o modo como a elite romana ostentava sua riqueza e poder mediante a exuberância do espaço físico.

CAPÍTULO I

SOCIEDADE, EDUCAÇÃO E CULTURA NA ANTIGUIDADE TARDIA

O fim do Mundo Clássico entre continuidades e rupturas

O período da Antiguidade Tardia tem sido objeto de inúmeras discussões a respeito de sua temporalidade e de seus limites geográficos, bem como das rupturas e continuidades presentes na época. Examinar a fase final do Mundo Antigo implica refletir sobre a suposta “queda” do Império Romano do Ocidente, bem o amplo debate historiográfico envolvendo a desagregação deste Império.

Os estudos acerca do conceito de Antiguidade Tardia ganharam maior expressão a partir da segunda metade do século XX, embora o período em questão tenha suscitado ao longo dos séculos inúmeras teses sobre aos motivos que contribuíram para a desintegração do Império. As hipóteses variam desde problemas internos, como crises sociais, econômicas e militares, até causas externas, como o estabelecimento dos povos germânicos nas fronteiras, seu ingresso no exército romano e, principalmente, os sucessivos ataques de tais povos contra Roma. Uma das mais importantes civilizações da Antiguidade, diante de uma série de abalos à sua estrutura experimentou, portanto, um processo de desintegração política e institucional em sua parte ocidental. O “colapso” do Império que, segundo a tradição, teria ocorrido em 476⁶, foi compreendido por alguns historiadores como o fim do Mundo Antigo, emergindo esse período como uma época de *decadência* e de *crise*, conceitos imbuídos de um evidente teor negativo.

⁶ De acordo com Silva (2001a, p. 60), historiadores do século XIX buscavam estabelecer periodizações cada vez mais precisas para os acontecimentos históricos, preferindo anos e décadas ao invés de séculos. Na tentativa de encontrar uma precisão a respeito da passagem do Mundo Clássico para a Idade Média, foi fixada como marco cronológico a deposição de Rômulo Augusto, o último imperador legítimo, por Odoacro, o rei dos hérulos, no ano de 476. De acordo com o autor, a obsessão por acontecimentos políticos levou a tal periodização que interpretava o fim do Mundo Clássico tão somente sob a perspectiva de uma mudança de caráter político.

Esse cenário sombrio de uma Antiguidade em derrocada pode ser encontrado nos escritos de autores contemporâneos aos eventos, como é o caso de Ambrósio, bispo de Milão. De acordo com Mazzarino (1966, p. 53-4), o bispo milanês, ao mesmo tempo que identificou a gravidade dos ataques sofridos pelo Império como um problema, também apontou a existência de uma crise moral na sociedade. Dessa forma, Ambrósio considerava que o declínio do Império fora causado por fatores de ordem externa e interna: a invasão dos godos e a ganância dos romanos por riqueza e poder. Após a derrota romana na batalha de Adrianópolis, em 378⁷, o bispo milanês afirma: “Estamos em uma época de decadência” (Ambrosius, *Expositio Evangelii secundum Lucam X*, 10)⁸. Uma suposição sempre presente na obra dos autores cristãos é a de que a fase final do Império Romano não era somente um momento de declínio, mas assinalava também o fim dos tempos, conforme uma perspectiva escatológica⁹.

O conceito de decadência, tão empregado para definir a situação romana a partir do século III, é apontado por Le Goff (1990, p. 375) como uma das noções mais confusas aplicadas ao campo da História. O autor ressalta que, além da historicidade do termo ser de difícil definição, não existiu em grego ou latim um vocábulo equivalente ao que irá futuramente significar decadência, muito embora a invenção do termo seja atribuída aos pensadores da Antiguidade Clássica. Desse modo, o conceito de decadência torna-se bastante

⁷ A Batalha de Adrianópolis ocorreu em agosto de 378 e foi travada na cidade de Adrianópolis (atual Edirne, Turquia), na província da Trácia. Um agrupamento de godos, liderados por Fritigerno e Alavivo, solicitaram ao imperador Valente seu estabelecimento dentro dos territórios imperiais. De acordo com Frighetto (2012, p. 124), o assentamento de tribos germânicas, que já ocorria desde a segunda metade do século III, foi novamente permitido após a fixação de um acordo entre as tribos góticas, alanas e sármatas e o Império. Diante de abusos por parte de funcionários imperiais, uma revolta irrompeu entre os godos assentados na Trácia, o que levou Valente a dar combate às forças bárbaras. Sem esperar pelos reforços militares enviados por Graciano, o imperador caiu diante da cavalaria goda e alana, resultando na sua morte e no aniquilamento das tropas romanas (MITCHELL, 2015, P. 89). A derrota em Adrianópolis, juntamente com a posterior invasão da Península Itálica e o saque de Roma por Alarico em 410, foi considerada pelos contemporâneos e por parte da historiografia como um dos primeiros sinais da desintegração do Império Romano do Ocidente.

⁸ Em latim: “*in occasu saeculi sumus*” (*Expos. in Lucan X*, 10).

⁹ De acordo com Santo Mazzarino, na obra *La fine del mondo antico* publicada originalmente em 1959, diversos outros autores dos séculos IV e V, tanto cristãos quando pagãos, discorreram quanto aos motivos que ocasionaram o caos durante o período de crise do Império. Percebe-se que já havia a existência da ideia de decadência nos escritos literários da Antiguidade.

movediço, mudando de significado conforme o contexto. A questão consiste no fato de que a “decadência” transformou-se em um conceito histórico, empregado em inúmeros idiomas para descrever a transição da Antiguidade para a Idade Média (SILVA; SOARES, 2013, p.146).

A noção de decadência, desse modo, não permeou somente a visão de mundo e, conseqüentemente, as obras dos autores contemporâneos aos eventos, mas também se manteve presente nas análises posteriores acerca do “declínio” de Roma. Como exemplo dessa corrente de pensamento, podemos citar a célebre obra de Edward Gibbon, *História do declínio e queda do Império Romano*, originalmente publicada entre 1776 e 1778. O autor define o declínio de Roma como “a natural e inevitável consequência da grandeza imoderada” (GIBBON, 2005, p. 538-9). A extensão do Império, sua prosperidade e conquistas militares, segundo Gibbon, atuaram como catalisadores de sua decadência e destruição. Diante da ampliação das fronteiras, tornou-se cada vez mais penoso administrar e proteger o território, de modo que a estrutura gigantesca do Império desabou sobre o seu próprio peso, levando o historiador a questionar-se como Roma pôde subsistir por tanto tempo.

Gibbon aponta outros problemas internos, além da grandeza de Roma, como causas da falência do Império: a “barbarização” do exército e os abusos do cristianismo. O autor empreende críticas ao governo de Constantino, afirmando que o imperador, “corrompeu a disciplina militar e preparou a ruína do Império” (GIBBON, 2005, p. 318). Como consequência, os soldados abandonaram os valores de sua profissão, enquanto cediam aos vícios e aos hábitos da vida civil. Além disso, a principal crítica de Gibbon se refere ao ingresso de povos “bárbaros” nas fileiras do exército romano, costume que, segundo o autor, tornou-se cada vez mais “generalizado, mais necessário e mais fatal” (GIBBON, 2005, p. 322). Além disso, tais povos eram retratados como flagelos da civilização, pois atacavam a liberdade, a produção intelectual e a segurança dos habitantes do Império, desestabilizando-os.

Em relação à questão religiosa, o autor argumenta que a expansão da religião cristã interferiu diretamente no declínio de Roma, principalmente por esvaziar as virtudes greco-romanas e o espírito militar dos habitantes do Império, além de desviar grande parte das riquezas públicas para as obras de caridade¹⁰. Além disso, Gibbon ressalta que as discórdias teológicas entre as facções cristãs, deslocavam a atenção do imperador dos campos de batalha em direção aos sínodos.

A noção de decadência que permeava a análise Gibbon sobre fim do Império, ainda no século XVIII, também influenciou o estudo de Ferdinand Lot, na obra *O fim do Mundo Antigo e o princípio da Idade Média*, publicada originalmente em 1927. De acordo com o autor, o Império sofreu uma série de reveses ao longo do século III que quase o levaram à ruína, a exemplo das crises econômicas e religiosas. Entretanto, o autor já aponta que havia uma fraqueza na estrutura do Império em virtude da ausência de instituições adequadas à sua extensão territorial. Apesar dos esforços das autoridades para manter o Império coeso, o autor afirma que os séculos finais de Roma já apresentavam uma ruína evidente.

Como é possível explicar que o mundo romano, economicamente próspero em fins da República e durante os dois primeiros séculos do Império, esteja arruinado, irremediavelmente arruinado? É certo que o tormentoso período do século III foi politicamente desastroso, tendo o regime monetário sofrido enormes perturbações. Mas Aureliano, Diocleciano, Constantino, conseguiram fazer ressurgir o mundo romano reformulando a administração e aperfeiçoando o sistema financeiro, de tal modo que a moeda voltou a torna-se quase tão forte como no século I. E, contudo, nada pode já travar a ruína, a qual se vai antes acentuando no decurso dos séculos IV e V (LOT, 2008, p. 69).

¹⁰ Há uma clara influência iluminista no trabalho de Gibbon. John Pocock afirma que a obra é cronologicamente resultado da época final do iluminismo e de seu espírito. Para o autor, o Iluminismo concebia a virtude como o princípio das repúblicas, de forma que para ser virtuoso, o homem deveria ser cidadão dela. De acordo com Pocock (2003, p. 187-190), Gibbon compreende que o Império absorveu a cidade e destruiu sua virtude. Segundo Le Goff (1990, p. 392), que também percebe tal influência iluminista, Gibbon analisa a decadência de Roma com o intuito de “valorizar o seu apogeu, na época de Antônio, no século II, assinalado pela harmonia de uma civilização que repousa sobre a coerência de um corpo social”.

Percebe-se que, de acordo com o autor, mesmo diante das medidas realizadas pelos imperadores acima citados, a sociedade romana “se vai esclerosando e desagregando” (LOT, 2008, p. 107), principalmente diante do processo de fragmentação territorial ocorrido ao longo do governo de Diocleciano e Constantino¹¹. O autor evidencia um declínio tanto na vida urbana da sociedade, quanto no âmbito político e econômico. Além disso, a própria produção cultural do Império é descrita como um processo de derrocada por Lot (2008, p. 107): “a arte está em plena regressão. A ciência paralisada, inerte. A literatura é insignificante”. Foi nesse cenário caótico que ocorreu a “invasão” de Roma pelos “bárbaros”:

Assim, sob uma aparência ainda majestosa, o Império Romano, nos fins do século IV, já não o passava de um invólucro vazio, desprovido de conteúdo. Já não estava em condições de resistir a um grande abalo. E muito em breve irá sofrer um novo e terrível assalto da barbárie. O Oriente, pior ou melhor, lá conseguirá safar-se. Mas o Ocidente ruirá para todo o sempre, num imparável processo de desagregação (LOT, 2009, p. 188).

De acordo com a interpretação do autor, em virtude de tamanho caos, não houve chance de reação por parte das autoridades imperiais diante dos ataques externos. Pinta-se então, um quadro de desolação, destruição e ruína do Mundo Antigo.

Enquanto Gibbon e Lot ressaltaram os fatores internos que contribuíram para o colapso do poderio romano, traçando um cenário de decadência e declínio do Império, outros autores privilegiaram as causas externas, defendendo a ideia de um desaparecimento abrupto da civilização romana devido à avalanche bárbara. Esse é o caso de André Piganiol (1952, p. 30), autor da célebre frase “O Império não teve morte natural, foi assassinado”, na qual afirma que a causa direta para a ruína do Império consistiu nos ataques dos povos germânicos.

¹¹ Lot (2008, p. 187) declara que tal fragmentação do território imperial diminuiu a ação política, levando ao enfraquecimento do espírito público, da noção de bem comum e do interesse geral da comunidade.

Entretanto, o autor não deixa de apontar outros fatores para a crise, como a própria formação do exército romano:

Ora, o exército do Império havia-se tornado muito medíocre. Por quê? Porque os jovens livres fugiam ao serviço militar e porque este se tornara uma profissão. Todo cidadão deve ser soldado: temos a convicção de que esta máxima vigora ainda hoje. Não somente os cidadãos não eram mais soldados, como também os soldados dos romanos eram da mesma raça que seus escravos. Como os teriam protegido? Em defesa de Roma estavam os seus piores inimigos (PIGANIOL, 1952, p. 30).

Piganiol também aponta o problema da “barbarização” do exército romano como fator de enfraquecimento das defesas do Império. Além disso, a questão religiosa também é apontada pelo autor, que afirma: “o cristianismo solapou os alicerces do Império” (1952, p. 30)¹². Na sua concepção, a religião cristã se aliou aos inimigos de Roma, realizando conversões e usufruindo da hospitalidade daqueles. Além do mais, o ingresso dos cristãos na administração pública introduziu os debates teológicos no seio do Império, abalando o sentimento de cidadania e fomentando a desordem.

Seguindo a mesma direção de Piganiol, Arther Ferrill (1996), em sua obra *A queda do Império Romano: a explicação militar*, situa o fim do Império na data tradicional de 476. O autor afirma que, de fato, o Império como instituição política teria ruído, embora nem todos os elementos que compunham a vida dos cidadãos tenham sido transformados de imediato ou destruídos. A tese central de Ferrill sobre o fim do Império repousa na questão bélica, pois segundo o autor, “a destruição do poderio militar romano no século V d.C. foi a causa óbvia do colapso do governo romano no Ocidente” (FERRILL, 1989, p. 24). O autor argumenta que houve um enfraquecimento do exército, principalmente devido à perda da superioridade tática

¹² Arnaldo Momigliano também aponta uma relação entre o fim do Império Romano e o triunfo do cristianismo. O autor ressalta que a Igreja começou a atrair as pessoas, e até mesmo seus recursos financeiros, desviando assim recursos do Estado. Desse modo, o autor deixa claro em seu texto que a prosperidade da Igreja era tanto a causa como a decadência do Império (1989, p. 24-5).

e à presença bárbara nas tropas. Portanto, o fim do Império Romano teria sido um acontecimento de caráter eminentemente militar.

As análises acima apresentam a visão de um Império em ruínas, esfacelado, que chegou ao fim após um processo de esgotamento interno e ataques externos. Tal perspectiva condicionou os estudos sobre o tema ao longo de um período considerável, interpretando-se o fim do Mundo Antigo como uma decadência generalizada. Essa visão ocorreu devido à predominância da História Política nas pesquisas acadêmicas, quando por volta de 1880, a História se consolidou como uma disciplina que pretendia ser científica. Embora tenha sido denominada como positivista¹³, o termo correto para essa corrente historiográfica, que emergiu na segunda metade do século XIX, seria Escola Metódica, pois “era no método histórico que seus adeptos faziam repousar as garantias de cientificidade julgadas por eles indispensáveis ao verdadeiro conhecimento histórico” (FALCON, 1997, p. 98). A escola tinha por finalidade propor uma História científica que se afastasse de teorias filosóficas, buscando uma objetividade que fosse alcançada por meio de um método rigoroso de tratamento das fontes e de organização das tarefas dos historiadores, além de visar a uma pesquisa histórica marcada pela neutralidade e pela imparcialidade (BOURDÉ; MARTIN, 1983, p. 97-100).

Verificamos assim que, em meados do século XIX, houve uma obsessão pelos acontecimentos políticos, pois se entendia que “a dimensão por excelência do conhecimento histórico era a ação política” (SILVA, 2001a, p. 60). A confiança do Estado se tornou então o principal tema de pesquisa dos historiadores, o que levou ao apogeu da História Política no âmbito acadêmico. Os feitos dos grandes homens, as estratégias militares, as decisões diplomáticas e políticas: tudo se tornou objeto de atenção. As periodizações também foram

¹³ Conforme pontuam Bourdé e Martin (1983, p. 122-4), erroneamente se habituou a caracterizar a escola metódica como “positivista”, sendo que a verdadeira história positivista, definida por Louis Bourdeau, se inspirava em Auguste Comte, e “em suma, trata-se de uma filosofia da história firmemente determinista, pretendendo ao mesmo tempo reconstituir o passado e prever o futuro”. Entretanto, a escola metódica, ao inaugurar a Revista Histórica em 1876, além de recusar qualquer ligação à filosofia positivista, esclareceu que se afastaria da doutrina de Comte, tecendo críticas a respeito de Louis Bourdeau. Na verdade, os historiadores da escola metódica se inspiraram em Leopold Von Ranke, que por sinal, colocou em questão a filosofia da história.

estabelecidas de acordo com os acontecimentos políticos, de modo que, diante do colapso do Império, os séculos IV e V foram retratados como um cenário de decadência, não obstante a vitalidade em termos culturais, sociais e religiosos. Silva (2001a, p. 64) destaca que os historiadores do século XIX não ignoravam os demais aspectos da vida em sociedade, mas privilegiavam as transformações de natureza política.

A hegemonia da Escola Metódica permaneceu até as três primeiras décadas do século XX, mas, apesar de sua aceitação entre historiadores positivistas e historicistas, ela não estava livre de críticas, já estabelecidas no século XIX (FALCON, 1997, p. 97). Ao longo do século XX, outros campos históricos, como o social e o econômico, ganharam espaço nas pesquisas acadêmicas, de modo que novas interpretações, leituras e periodizações foram propostas. Dessa forma, em virtude da redução da ênfase em questões políticas e militares, novas abordagens acerca do fim do Mundo Antigo foram elaboradas, verificando-se a emergência, por exemplo, de explicações de caráter econômico fundamentadas nos trabalhos de Marx e Engels (BARROS, 2009, p. 561). Peter Burke (1991, p. 12) afirma que, de acordo com Marx, “as causas fundamentais da mudança histórica deveriam ser encontradas nas tensões existentes no interior das estruturas socioeconômicas”.

Dentre os autores que desviaram o foco das questões políticas e militares em direção a temas econômicos e sociais, podemos citar Sergei Kovaliov que, na obra *História de Roma* (1945-1948), organizada em três volumes, buscou aplicar o materialismo histórico como aporte teórico para a compreensão do fim do Mundo Antigo. Kovaliov apresenta grupos subalternos, a exemplo de escravos e colonos, atuando como protagonistas no processo de desagregação do Império. O autor afirma que na fase final da Antiguidade não havia mais diferença entre o escravo, o artesão, o colono e o camponês, pois “todos estavam oprimidos por igual, todos odiavam por igual o explorador comum: o Estado romano” (KOVALIOV, 1959, p. 298). Dessa forma, esses grupos teriam empreendido um movimento de resistência

contra o Estado romano que os explorava há séculos, formando alianças com os bárbaros e deflagrando um processo revolucionário por meio da luta de classes. De acordo com o autor, o Império, que já estava desestruturado em termos sociais e econômicos, não suportou tantos contratempos: a revolta interna e os constantes ataques bárbaros no *limes*. Em relação à data final do Império, Kovaliov (1952, p. 298 e ss.) aponta que desde a invasão de Átila, na Itália setentrional, em 452, o poder dos imperadores era puramente ilusório, pois não detinham autonomia alguma, estando sob a autoridade dos comandantes. Ou seja, segundo o autor, o Império já teria desaparecido antes de 476.

Outro autor adepto dessa vertente é Perry Anderson. Na obra *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo* (1974), Anderson afirma que as discussões contidas em sua obra se situam no campo do materialismo histórico. De acordo com o autor, a crise final do Império Romano se originou na zona rural, pois à medida que os decuriões fugiam de suas responsabilidades cívicas e os artesãos e artífices também abandonavam as cidades em busca de segurança e estabilidade¹⁴, dirigindo-se para as propriedades rurais, ocorriam mudanças na economia que possibilitaram a transição do modo de produção escravista para o modo de produção feudal. Segundo o autor, o principal motivo para o colapso do Império Romano não consistiu somente nas invasões bárbaras, mas também nos problemas internos. Além da crise no modo de produção escravista, Anderson argumenta que o exército romano estava enfraquecido devido ao “cego egoísmo patricio”, pois os senadores, adotando uma postura antimilitar, cederam o comando do exército aos militares germânicos (ANDERSON, 1989, p. 89)¹⁵.

¹⁴ Os decuriões constituíam as magistraturas locais, sendo detentores do poder político, econômico e social. O *ordo decuriorum* era composto por membros da aristocracia mais elevada, cidadãos, acima de 25 anos e que já tinham atuado em alguma magistratura municipal. O número de decuriões em uma cidade não costumava ultrapassar o número de 100 indivíduos, e vale ressaltar que a ordem não era homogênea, possuindo uma estratificação interna, principalmente após o século II. A situação dos decuriões se alterou drasticamente, processo que será explicado adiante. (LIMA NETO, 2014, p. 87-8; CARVALHO, 1996, p. 173-4).

¹⁵ Perry Anderson (1989, p. 127-131) afirma que a igreja também possuiu um papel na transição para a Idade Média, funcionando como uma ponte entre duas épocas. O autor argumenta que, devido a alguns fatores, a Igreja contribuiu para o enfraquecimento do sistema imperial. A estrutura eclesiástica e sua burocracia, juntamente com

Como destacado também por Kovaliov, Anderson considera as revoltas populares outro fator interno da crise do Império. Tais revoltas ocorreram de forma esporádica no século III e explodiram novamente no início do século V. Elas eram empreendidas pelos bagaudas, um grupo de habitantes que habitavam a região rural da Gália (SILVA, 2016, p. 146)¹⁶. Desse modo, as contradições internas teriam levado o sistema imperial romano a um colapso irreversível, permitindo a transição para um novo modo de produção. Anderson (1989, p. 99) constata que “a polarização social do Ocidente terminou, assim, em um duplo final sombrio com o Império fendido de alto a baixo, por forças internas antes que as forças externas aplicassem o golpe de misericórdia”.

A historiografia tradicional, de inspiração política, não recebeu críticas somente dos autores marxistas. Na primeira metade do século XX, a assim denominada Escola dos *Annales* se organiza em torno da crítica à maneira pela qual a História era interpretada, considerando-a uma “História historicizante”¹⁷. A crítica dos *Annales* era direcionada tanto aos historicistas mais conservadores e adeptos do factualismo quanto às correntes que absorveram influências positivistas, a exemplo da Escola Metódica francesa. De acordo com Barros (2010, p. 82-3), os *Annales* “foram medir forças contra certo setor historiográfico cientificamente frágil, mas que estava bastante fortalecido nos meios acadêmicos porque era na verdade dominante nos quadros da história oficial”.

os altos salários dos bispos e do clero, exauriram ainda mais a economia romana. Porém, também afirma que o cristianismo teve um papel essencial no processo de assimilação e adaptação da cultura greco-romana pela população germânica.

¹⁶Anderson destaca o papel dos rebeldes bagaudas nas revoltas camponesas, que consistia em grupos de saqueadores compostos por escravos fugitivos, soldados que desertaram do exército, colonos e por uma população mais pobre oriunda do campo. Anderson afirma que, durante anos, tais bandos promoveram guerras contra o exército nas províncias, sendo necessária em alguns momentos a intervenção do Estado.

¹⁷Bourdé e Martin (1983, p. 115), elencam quatro críticas principais direcionadas à escola metódica pelos *Annales*: a atenção exclusiva aos documentos escritos e voluntários (decretos, cartas), em detrimento de outras fontes de pesquisa como imagens, epígrafias, entre outras; o foco sobre o acontecimento e o tempo curto, ao passo que o processo e a longa duração recebem menor atenção; a atenção demasiada aos fatos políticos, enquanto os aspectos sociais, econômicos e culturais são relegados ao esquecimento; e, por fim, a ausência de debates e interpretações, bem como o receio de empreendê-los.

O movimento surgiu por meio da publicação da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, que teve seu primeiro número lançado em 15 de janeiro de 1929. À época os editores eram Lucien Febvre e Marc Bloch. O movimento pode ser dividido em três fases: a primeira, de 1920 a 1945, caracterizada por um enfrentamento contra a história tradicional, a história política e a história dos eventos. Após a Segunda Guerra Mundial, teve início a segunda fase do movimento cujo expoente foi Fernand Braudel e nessa ocasião surgiram novos conceitos e métodos. No fim da década de 1960, iniciou-se a terceira fase, profundamente marcada pela dispersão temática (BURKE, 1992, p. 9).

Em relação às principais características dos *Annales*, temos a substituição da “História-narrativa” pela “História problema”, bem como a ampliação da noção de fonte histórica. Outro aspecto, essencial para o nosso tema de pesquisa, é a proposta de uma História que se debruce sobre os demais aspectos da atividade humana, e não somente a política, expandindo-se assim os objetos de pesquisa à disposição do historiador. A ampliação do campo da pesquisa histórica empreendida pela Escola dos *Annales* é um fator que possibilita a realização de uma pesquisa como a nossa, focada nas questões sociais e culturais de determinada sociedade, como por exemplo, a análise da prática do *convivium* na Antiguidade Tardia. O movimento também concedeu especial atenção à interdisciplinaridade, recorrendo a disciplinas como a Antropologia, a Geografia, a Economia, a Psicologia, a Demografia e outras a fim de auxiliar na pesquisa histórica (BURKE, 1991, p. 7)¹⁸.

No exercício da crítica à História historicizante, os pesquisadores da Escola dos *Annales* não estavam sozinhos, mas dialogavam com o materialismo histórico. No entanto, de acordo com Silva (2001, p. 66), embora haja similaridades entre a escola dos *Annales* e o marxismo, há uma diferença crucial: a noção de temporalidades múltiplas. Essa é uma das

¹⁸ Embora a noção de interdisciplinaridade não fosse uma criação dos *Annales*, o movimento historiográfico da escola aponta esse aspecto como a principal característica do movimento, unificando-o. Além do fato de que todos os historiadores da primeira geração dos *Annales* praticaram a interdisciplinaridade, bem como seus seguidores, os fundadores consideraram esse traço como “constitutivo de sua própria identidade” (BARROS, 2010, p. 96).

maiores críticas ao modelo historicista que, de acordo com Braudel (1990, p. 9), “se atenta ao tempo breve, ao indivíduo e ao acontecimento”, enquanto os *Annales* sustentam a ideia de tempo longo. Tal concepção nos permite pensar diferentes durações, de forma que o tempo adquire ritmos e velocidades distintas de acordo com os diversos setores da vida em sociedade. Conforme afirma Braudel (1990, p. 13), “as ciências, as técnicas, as instituições políticas, as ferramentas mentais e as civilizações [...] têm também o seu ritmo de vida e de crescimento [...]”.

Na opinião de Silva (1991, p. 67), a concepção de temporalidades múltiplas permite compreender de que forma diferentes elementos próprios de determinada formação social permanecem ou não na formação social subsequente, mesmo que tenha ocorrido, por exemplo, um amplo deslocamento político. Desse modo, cada instituição social é regida por uma temporalidade que lhe é própria, não se modificando necessariamente no mesmo momento que as demais.

Essa perspectiva das múltiplas temporalidades tem contribuído para as análises acerca da Antiguidade Tardia, pois o conceito, de acordo com Le Goff (1990, p. 417), reduz o papel da ideia de decadência, enquanto a noção de continuidade ganha lugar; não como algo imóvel, mas que se transforma e sofre mutações ao longo do tempo. Portanto, se pensarmos na nossa discussão acerca do fim do mundo clássico, a assertiva de que a Civilização Clássica desapareceu no momento em que Rômulo Augusto foi deposto não se sustenta. Desse modo, novas análises acerca da desagregação do Império Romano foram realizadas por autores como Peter Brown e Henri Irénée Marrou, que se dispuseram a analisar o fim do Mundo Antigo não como uma época de decadência, mas valorizando os elementos que nos permitem compreender o período sob outra perspectiva, a exemplo das novas concepções religiosas, artísticas, filosóficas que lhe são próprias e que influenciaram as sociedades posteriores. O conceito de Antiguidade Tardia, a partir de então, começa a se difundir por meio de novas

análises, alcançando uma ampla aceitação, visto que até então era restrito aos trabalhos dos historiadores da arte.

O conceito de Antiguidade Tardia e seus desdobramentos

O conceito de Antiguidade Tardia foi cunhado no início do século XX pelo historiador da arte Alois Riegl, na obra *Die Spätantike Kunstindustrie* (1901), para definir um período específico da História da Arte iniciado no século IV e que se prolonga até o reinado de Carlos Magno, no século VIII. Com Riegl, a arte da época tardia do Império Romano deixa de ser identificada como decadente, passando a ser vista como um movimento artístico diferente, inovador e original (GIARDINA, 2008, p. 744). Além de Riegl, Frigetto (2012, p. 20) também reconhece os esforços de Johannes Straub, filólogo alemão que, por meio do estudo da *História Augusta*, defendia a ideia de permanência da tradição clássica greco-romana nas fontes literárias produzidas do século III em diante. Dessa forma, mediante a análise da literatura pagã proveniente do século IV, era possível constatar a inexistência de um declínio da produção literária na fase final do Império. De acordo com Giardina (2008, p. 744), a concepção de Riegl não foi prontamente aceita pelos historiadores da arte, e sua difusão entre os pesquisadores de outras áreas ocorreu de modo ainda mais lento.

Tal concepção, porém, contribuiu para uma nova interpretação acerca da Antiguidade Tardia, cujo ponto de partida seria a Crise do Século III, também denominada Anarquia Militar. Ao contrário de focar nas rupturas e discontinuidades presentes em diversas esferas da sociedade romana, essa nova concepção possibilitava analisar o fim do Mundo Antigo sob uma nova perspectiva. Para tanto foi fundamental a obra *La fine del Mondo Antigo*, de Santo Mazzarino, publicada originalmente em 1959. Nela, o autor empreende uma revisão do conceito de decadência, remetendo-o a uma tradição textual muito mais antiga que a criação da cidade de Roma. Mazzarino foi um dos primeiros a repensar o uso do conceito de

decadência nos estudos acerca do fim do Império, afirmando que o termo não deveria ser empregado para caracterizar todos os aspectos da sociedade romana tardo-antiga. Constatar a existência de uma crise no campo econômico e/ou político não necessariamente significaria, de acordo com Mazzarino, apontar um declínio no que dizia respeito à literatura, à arte, à religião e a aspectos da vida cotidiana durante os últimos séculos de Roma (MAZZARINO, 1966, p. 184-5).

Expandindo ainda mais o conceito de Antiguidade Tardia nas pesquisas históricas, temos os trabalhos de Peter Brown, com destaque para *The world of Late Antiquity: from Marcus Aurelius to Muhammad*, obra publicada em 1971 e traduzida para o português como *O fim do Mundo Clássico* (1972). Como se pode perceber por meio do título original, o autor compreende a Antiguidade Tardia como o período que se estende do governo de Marco Aurélio (161-180) até o século VIII, com a ascensão do islamismo. De acordo com Brown (1972, p. 35), são perceptíveis as mudanças e continuidades, principalmente no caso da sociedade do século IV, que o autor define como “restaurada”, além de mesclada por novos e velhos aspectos.

Importa ressaltar que Brown não ignora as mudanças políticas e econômicas que o Império Romano sofreu nos séculos posteriores, porém reconhece a originalidade do período. O autor afirma que esse momento é permeado por mudanças e inovações de caráter social, cultural, religioso e que não se encontra oculto por um cenário de sombras, à medida que “os homens desta época formam uma sociedade rica e surpreendentemente compreensiva, que se estabiliza e conquista uma estrutura significativamente diferente da classe romana do período clássico” (BROWN, 1972, p. 35).

Desse modo, Brown destaca a criatividade própria da Antiguidade Tardia no campo religioso, intelectual e artístico. Em relação à cultura clássica, aponta que tal período constitui a ligação entre dois mundos, pois não houve uma perda de interesse por parte da aristocracia

para com a educação. Ao contrário, o autor descreve os homens do Império Romano tardio como amantes do saber, não só no campo do ensino como também nas artes, de forma que o ambiente intelectual da época se diferencia de qualquer outra fase. Homens como Plotino (205-270), Agostinho (352-430), Jerônimo (342-419) e João Crisóstomo (347-407) recebem destaque em sua narrativa (BROWN, 1971, p. 30 e ss.).

Outro autor que se dedicou à refletir acerca da Antiguidade Tardia foi Henri-Irénée Marrou. Sua obra póstuma, *Decadência romana ou Antiguidade Tardia?*, publicada em 1977, também ressalta as singularidades do período tardo-antigo. Marrou, logo no início, explicita que seu objetivo é auxiliar o leitor a compreender o que foi a Antiguidade Tardia e o que esta representou. O autor reconhece que a fase final do Império Romano tem sido descrita como decadente e obscura, porém argumenta que ela “é uma outra Antiguidade, uma outra civilização, que temos de reconhecer na sua originalidade e julgar por si própria e não através dos cânones das épocas anteriores” (MARROU, 1980, p. 15).

Em sua obra, Marrou afirma que um novo *ethos* pode ser identificado nas mais diversas áreas, como na religião, nas artes, na educação e no vestuário. Em relação às concepções artísticas, Marrou afirma que a arte, na Antiguidade Tardia, era vista com desprezo, principalmente pelo fato de que não se percebia a originalidade das obras artísticas do período, que eram julgadas segundo os parâmetros da arte clássica. Assim, tornava-se difícil captar o novo espírito presente na arte tardo-antiga (MARROU, 1980, p. 24-5). No que concerne à vida intelectual, Marrou reitera a ideia de vitalidade cultural, ressaltando a importância antecipada por Brown da tradição clássica para a configuração da Antiguidade Tardia, uma vez que não houve mudanças em relação aos conteúdos pedagógicos ensinados na escola greco-romana e nem aos métodos de ensino. Além disso, no campo religioso, o autor aponta que a principal característica do período foi o papel que os assuntos religiosos passaram a desempenhar. Houve uma nova forma de pensar o sagrado, “Deus”, a vida no

além-túmulo e o homem santo, de maneira que Marrou define a Antiguidade Tardia como portadora de novas concepções religiosas (MARROU, 1980, p. 43 e ss).

Por fim, Marrou reafirma que a Antiguidade Tardia não deve ser, em absoluto, concebida como uma época de decadência, afinal, não houve uma completa derrocada da civilização greco-romana, mesmo em face do colapso político e econômico do Império. Porém, o autor não nega que houve uma perda de complexidade em alguns segmentos da vida social, a qual ele não pretende negar ou ignorar, como é o caso da vida urbana (MARROU, 1980, p. 122).

A questão da Antiguidade Tardia também tem despertado, ao longo das duas últimas décadas, o interesse dos historiadores brasileiros, em especial a partir dos anos 1990, quando autores como Peter Brown e Henri Irénée Marrou passaram a ser lidos e explorados nos meios acadêmicos nacionais. Um exemplo é o historiador Renan Frighetto, que adota a ideia de uma longa Antiguidade Tardia, situado entre os séculos II e VIII. De acordo com o autor, apesar da noção de continuidade ganhar espaço nas últimas análises sobre o fim do Mundo Antigo, é necessário observar o surgimento de novas concepções ideológicas nos dois últimos séculos do Império, o que deu ensejo a uma “tradição transformada que mantinha sua característica legitimadora, agregando as novas criações provenientes do pensamento tardo-antigo, inclusive sob o ponto de vista político” (FRIGHETTO, 2012, p. 23).

Vale a pena mencionar que a noção de permanência, no trabalho de Frighetto, não se restringe ao âmbito cultural, mas também ao político. O autor compreende os reinos governados por líderes germânicos nos territórios outrora pertencentes a Roma como monarquias romano-bárbaras que tiveram origem a partir da fragmentação do poder imperial. Dessa forma, de acordo com Frighetto, não houve necessariamente uma ruptura político institucional na transição para a Alta Idade Média, pois as monarquias germânicas herdaram e preservaram elementos do modelo imperial tardo-romano, como estruturas e cargos

administrativos, códigos legais, sistema de uma corte régia, bem como todos os símbolos legitimadores de autoridade (FRIGHETTO, 2012, p. 181). Por fim, a Antiguidade Tardia, de acordo com o autor, deve ser compreendida como um período inovador, permeado de reformulações, adaptações e transformações no campo político, religioso, institucional e ideológico, que a tornam diferente da República e do Principado (FRIGHETTO, 2009, p. 115 e ss.).

Além da crítica às concepções de “decadência”, “crise” e “declínio” aplicada ao Império Romano do Ocidente, a “pedra angular do conceito” de Antiguidade Tardia reside na suposição de que a cultura clássica greco-romana não desapareceu de súbito diante da desagregação do Império Romano, mas que foi absorvida e mantida tanto pelos povos germânicos como pelo Império Bizantino (SILVA; SOARES, 2013, p. 159).

Não obstante sua utilidade teórica, o conceito de Antiguidade Tardia não se manteve isento de críticas. Pelo fato de enfatizar as continuidades no campo cultural, o período passou a ser visto de forma extremamente positiva, sem levar em consideração os aspectos que contribuíram para a desagregação do Império Romano do Ocidente. Decerto é necessário questionar as razões pelas quais uma sociedade tão criativa e original, como descrita pelos autores até aqui citados, experimentou tamanho colapso a partir da segunda metade do século V (SILVA, SOARES, 2013, p. 160; SILVA, 2001a, p. 69). Com base nesses questionamentos, têm surgido nos últimos anos trabalhos como o de Bryan Ward-Perkins, *The Fall of Rome and the End of Civilization*, publicado em 2005, no qual o autor sustenta que a adoção do conceito de Antiguidade Tardia nas pesquisas a respeito do Império Romano fez com que termos como “declínio”, “crise” e “decadência” fossem substituídos por termos neutros, a exemplo de “transformação”, “transição” e “mudança” (WARD-PERKINS, 2005, p. 4).

Mediante a análise da cultura material, que ocupa uma posição de destaque na obra, Ward-Perkins constata, na fase final do Império Romano, um decréscimo tanto na produção de artefatos e na sofisticação dos produtos, quanto no acesso da população a utensílios e bens manufaturados¹⁹. De acordo com o autor (2005, p. 87), as evidências arqueológicas demonstram que houve um declínio na qualidade de vida da população, afetando a todos, desde a aristocracia até o campesinato, além do corpo eclesiástico da Igreja. Dessa forma, o autor compreende o fim do Império Romano também como o fim da civilização clássica.

Concordamos com Ward-Perkins a partir do momento em que o autor ressalta a importância de não ignorarmos o fato de que a unidade imperial sofreu de certo uma ruptura em meados do século V, tendo sido o Império profundamente afetado pelas migrações germânicas. Entretanto, a ocorrência desse acontecimento, de natureza política, não deve condenar todo um conjunto de aspectos culturais à posição de “inferioridade” ou “decadência”.

Nos capítulos que se seguem, será possível perceber a vitalidade da cultura clássica, ainda no final do século IV e V, o que nos autoriza a defender a utilidade do conceito de Antiguidade Tardia para a abordagem que propomos. Por meio das fontes históricas selecionadas, de caráter textual e material, pretendemos ao longo desse trabalho apontar um dos elementos de permanência na cultura tardo-antiga: a prática do banquete, principalmente como instrumento de distinção pela elite romana. Por meio da análise do *convivium*, descrito tanto na *Saturnalia*, de Macróbio, quanto nas fontes iconográficas e arqueológicas, percebemos a continuidade da *paideia* greco-romana como elemento formador da aristocracia, incluindo a correta utilização do no momento do banquete. Todavia, antes de tratar desse assunto, é necessário compreendermos um pouco mais acerca da maneira que a sociedade da época tardia se encontrava estruturada.

¹⁹ A concepção de civilização de Ward-Perkins (2005, p. 167), consiste na ideia de “complexas sociedades e o que elas produzem”, de forma que, baseado na redução de complexidade da produção de bens, o autor reforça que houve um declínio na civilização romana que a levou ao seu fim.

As mudanças políticas e sociais da época tardia

Como exposto até o momento, em nossa investigação acerca do *convivium* nos séculos IV e V, optamos por empregar o conceito de Antiguidade Tardia devido à ênfase, em nosso trabalho, na vitalidade da cultura clássica e da religião pagã na fase final do Império Romano. Desse modo, concordamos com a noção de uma Antiguidade que, após a Crise do Século III, adequou-se a um novo contexto, transformou-se e reinventou-se, mas que, como herdeira das tradições greco-latinas, foi permeada por permanências e continuidades (POHLMANN, 2016, p. 37). Como afirma Frighetto (2012, p. 93), a partir das mudanças empreendidas entre o final do século III e o início do IV, percebe-se a noção de *renovação*, pois estruturas vigentes e consolidadas no Mundo Antigo foram renovadas, enquanto outros elementos surgiram.

Tais mudanças foram deflagradas, sobretudo, após a Crise do Século III, principalmente após as medidas reformadoras empreendidas por Diocleciano (284-306) e Constantino (306-337). Diante dos conflitos e da instabilidade que atingiu o Império devido à Anarquia Militar, o Estado romano subsistiu mediante um amplo conjunto de reformas político-administrativas e sociais que proporcionaram a coesão e a estabilidade imperial, além de um controle maior do Estado sobre a vida pública²⁰. Tais medidas foram tão importantes que permitiram que o Império se mantivesse ainda por cerca de duzentos anos, além de estabelecer os pilares do que seria a Civilização Bizantina (SILVA; MENDES, 2006, p. 193-7).

Em termos institucionais, as reformas de Diocleciano e Constantino conduziram à formação do *Dominato*, que pode ser definido como um sistema político-ideológico que perdurou, no Ocidente do final do século III até fins do século V. De acordo com Silva e

²⁰ Como bem apontam Silva e Mendes (2006, p. 197), apesar das reformas executadas por Diocleciano e Constantino, que levaram à instauração do *Dominato*, nem todos os dilemas que o Império enfrentou durante a Anarquia Militar foram superados. Alguns exemplos consistem nas conspirações enfrentadas pela autoridade imperial nos períodos de sucessão, além dos conflitos nas fronteiras devido às invasões germânicas.

Mendes (2006, p. 197-8), essa nova fase do Império foi fundada “numa dinâmica particular de interação entre o Estado e a sociedade”, com o objetivo de garantir a estabilidade do Império num momento de acirramento das pressões externas e dos conflitos internos.

Dessa maneira, além de novas instituições políticas como a Tetrarquia²¹ e a *basileia*²², ocorreram profundas mudanças do ponto de vista político-administrativo que levaram à burocratização da administração pública e ao estabelecimento de uma forte hierarquia entre os detentores dos cargos imperiais. Um dos principais objetivos dessa reorganização administrativa consistiu na manutenção da unidade imperial, ao passo que se buscava também um controle cada vez mais efetivo sobre a população, tanto no que dizia respeito às atividades laborais quanto à arrecadação de impostos. Desse modo, ocorreu uma ampla centralização de poder nas mãos do *dominus* (ALFÖLDY, 1996, p. 250). Nesse sentido,

Uma das principais realizações do *Dominato* foi promover uma notável centralização das atividades de governo mediante a criação ou o aperfeiçoamento de mecanismos que permitissem ao *comitatus* desempenhar tarefas administrativas cada vez mais numerosas e complexas e, ao mesmo tempo, intervir com rapidez e eficiência sobre o conjunto da sociedade, o que implicava, em última análise, um

²¹ A tetrarquia no Baixo Império consistiu em um sistema de governo instituído por Diocleciano, de forma que a administração do Império seria de responsabilidade de quatro governantes, dois Augustos e dois Césares. Ao contrário da centralização do poder na figura de um único imperador, verificou-se a necessidade de dividir o controle do Estado com o propósito de melhorar a gestão e a defesa do Império e de evitar usurpações, facilitando o processo de sucessão. A princípio, Maximiano foi nomeado como César por Diocleciano em 286. Porém, logo depois recebeu o título de Augusto. Posteriormente, Diocleciano investiu Galério com o título de César, enquanto Constâncio Cloro recebeu a mesma titulação por parte de Maximiano. A cada um dos imperadores foi delegada uma porção do território romano, de forma que cabia a eles a responsabilidade pela administração e segurança. Apesar da divisão, a partilha era concernente às tarefas administrativas, de forma que cada imperador possuía o mesmo poder político-militar, à exceção de Diocleciano, que, na posição de *Augustus* sênior, possuía autoridade sobre os demais (SILVA; MENDES, 2006, p. 199-200; FRIGHETTO, 2012, p. 93-8).

²² Em termos ideológicos, a construção da *basileia* romana constituiu-se por meio da assimilação do imperador ao divino, levando à ideia de que o soberano era “um ser de natureza superior, diferenciada dos demais, e que governa por delegação de uma autoridade transcendente” (SILVA, 2003, p. 106). O imperador se tornou, a partir de então, o representante do sagrado, de forma que a desobediência ou o desrespeito contra ele não configuravam somente crime, mas sacrilégio. Embora não fossem considerados deuses, eles foram revestidos de qualidades que os caracterizavam como restauradores do mundo romano e restituidores da ordem. Além da autoridade e da natureza do imperador, outros elementos essenciais para a criação da realeza sagrada foram os símbolos, práticas e discursos construídos para amparar a sacralidade do imperador, de modo que tudo o que cercava o soberano era considerado sagrado (MARCONE, 2008, p. 352; SILVA; MENDES, 2006, p. 202).

reordenamento do aparelho de Estado, desde o vértice, constituído pelo imperador e sua corte, até os setores subalternos da administração pública (SILVA, 2003, p. 57).

A fim de realizar essa centralização, o Estado alterou a maneira de se relacionar com as cidades, aprofundando os mecanismos de controle, principalmente sobre os decuriões, processo que será melhor explanado adiante. Diante da preocupação com a segurança do Império, em especial após as usurpações e invasões sofridas ao longo do século III, era necessária uma maior arrecadação para a manutenção do exército²³, fato diretamente conectado à intervenção imperial nas cidades, pois “quanto mais o Estado necessitar de recursos para manter o exército e a burocracia, mais estreitos serão os laços que o unirão às cidades, até um limite insuportável” (SILVA, 1999, p. 205).

Durante o processo de centralização do poder imperial, houve uma reformulação da estrutura administrativa do Império, que passou a ser constituída pelas prefeituras do pretório, dioceses e províncias, embora seja necessário ressaltar que, de acordo com Slotjes (2006, p. 17), essa estrutura foi concluída somente em fins do século IV²⁴. O território romano foi dividido por Constantino em três prefeituras do pretório: a prefeitura das Gálias, da Itália e do Oriente, sendo que todas agrupavam determinado número de dioceses²⁵. Elas eram presididas pelos prefeitos do pretório, funcionários civis com atribuições administrativas e jurídicas, responsáveis pelo aprovisionamento do exército e do funcionalismo civil. A partir de 331, os prefeitos poderiam até mesmo realizar julgamentos em última instância. Essa hierarquização

²³ Além das mudanças administrativas, Diocleciano deu início a reformas de caráter militar a fim de fortalecer as defesas do Império diante dos contínuos ataques externos. Durante seu governo, o efetivo de soldados e legiões foi ampliado e houve uma reorganização da distribuição de recursos destinados ao exército. Além disso, entre 312 e 315, já durante o governo de Constantino, uma das principais mudanças no exército romano foi realizada: a permanência de um efetivo militar, posicionado em um ponto específico e central que estava preparado para intervir em pontos distintos do território imperial. Durante a centralização, vale ressaltar que o exército, assim como a administração civil, também passou a se organizar hierarquicamente (SILVA; MENDES, 2006, p. 206-8).

²⁴ De acordo com Slotjes (2006, p. 18), esse sistema de prefeituras, dioceses e províncias permaneceu até o período de Justiniano, principalmente devido à perda de territórios.

²⁵ A prefeitura do pretório já existia durante o Principado, contudo, durante o governo de Constantino, houve uma reformulação dessa estrutura. Ao longo do século IV, o número de prefeituras do pretório foi alterado, de modo que, no fim do século IV, constata-se a presença de quatro prefeituras do pretório: Gálias, Itália, Ilíria, e Oriente. (SILVA, 1998/1999, p. 213)

se comprova pelo status ampliado dos prefeitos do pretório que, além de exercerem sua autoridade sobre os vicários, procônsules e demais governadores, poderiam recomendar a nomeação desses últimos ao imperador (SILVA; MENDES, 2006, p. 204-5). Além disso, os vicários estavam claramente subordinados aos prefeitos do pretório, embora estivessem em posição superior aos governadores²⁶.

Abaixo das prefeituras do pretório, existiam as dioceses, administradas pelos vicários (*vicarii*), que deveriam atuar como auxiliares dos respectivos prefeitos do pretório. Inicialmente, foram criadas por Diocleciano 12 dioceses²⁷, que posteriormente alcançaram o total de 15, sendo que cada uma agrupava uma quantidade específica de províncias. Essas últimas, por fim, constituíam o último estrato da administração civil e haviam sido, no decorrer das reformas de Diocleciano, repartidas em entidades menores, o que provocou uma duplicação do seu número (SILVA; MENDES, 2006, p. 205).

As províncias poderiam ser administradas por três tipos de governadores, que diferiam entre si quanto ao prestígio, de modo que não constituíam um grupo homogêneo. Sloomjes (2006, p. 19) afirma que as províncias mais ricas e prósperas eram governadas por magistrados de posição social superior, enquanto os governadores de *status* inferior eram designados para províncias de menor importância. Havia os *praesides*, categoria mais comum de governadores responsáveis pelas menores províncias; os *procônsules*, responsáveis pelas províncias da África, Ásia e Acaia, e os *correctores*, que governavam as províncias da Península Itálica. Assim como os prefeitos do pretório, tais vicários e governadores também eram responsáveis pela captação de recursos para a manutenção do exército, do corpo administrativo e da corte imperial mediante a fiscalização da arrecadação de impostos, o

²⁶ A única exceção ocorria em relação aos procônsules, pois devido a sua origem senatorial, estavam hierarquicamente acima dos vicários, que provinham da ordem equestre (SLOOTJES, 2006, p. 18).

²⁷ Sloomjes (2006, p. 17) questiona se a divisão das dioceses foi de fato realizada por Diocleciano, argumentando que, se de fato foi de sua autoria, deve ter sido empreendida em um momento bastante tardio de seu governo.

recrutamento de soldados e a organização de um orçamento anual (SILVA; MENDES, 2006, p. 205).

Além da reorganização administrativa acima descrita, que possibilitava um controle maior sobre o território imperial rumo à centralização política, tal processo também dependeu do papel do *comitatus*. Este pode ser definido como o órgão máximo da administração imperial, constituído pelo imperador e pelo corpo de funcionários que o auxiliavam na gestão do Império. Esse conselho não tinha sede em Roma, já que essa última não possuía mais *status* de centro decisório do Império, principalmente após a fundação de Constantinopla (330) e, em seguida, devido à multiplicação das capitais imperiais. Desse modo, o *comitatus* acompanhava o imperador de acordo com seus deslocamentos (SILVA; MENDES, 2006, p. 204).

O *comitatus* era composto pelos funcionários da administração central que atuavam nos órgãos governamentais e que tinham a responsabilidade de gerenciar a máquina administrativa, bem como garantir o sustento da corte. Além desses oficiais, existia o séquito do imperador composto pelos serviçais do soberano, a exemplo dos eunucos (SILVA; MENDES, 2006, p. 204-6; ALFÖLDY, 1996, p. 250). De acordo com Silva (2003, p. 32), o *comitatus* permitia “ao imperador e a seus auxiliares diretos a supervisão das atividades rotineiras de governo, o acesso a qualquer informação relevante para a condução dos assuntos públicos e a pronta intervenção em caso de necessidade”.

Desse modo, o *comitatus* permitia ao Estado intervir, controlar e supervisionar toda e qualquer instância da máquina administrativa, principalmente em função do papel exercido por emissários especiais (*notarii* e *agentes in rebus*). De acordo com Silva (1999, p. 209), o envio desses funcionários às províncias permitia que o imperador estivesse a par dos fatos ocorridos no Império, além de permitir que suas decisões fossem comunicadas com rapidez. Dentre esses enviados, merecem destaques os *agentes in rebus*, emissários que não apenas

postavam os despachos do governo, mas também exerciam a função de informantes. Além disso, todos os demais níveis da administração, incluindo as prefeituras do pretório, poderiam ser postas sob a supervisão dos notários²⁸, secretários do primeiro escalão, ou de comissários especiais do imperador (SILVA; MENDES, 2006, p. 206)²⁹.

Como já citado, uma das principais consequências de todo esse aparato burocrático criado durante o *Dominato* foi o reforço da hierarquia entre os funcionários. Esse aspecto afetará diretamente a divisão social dentro do Império, principalmente no tocante às categorias superiores, pois muitos dos membros da aristocracia atuavam como funcionários imperiais. Além disso, devido à duplicação das províncias, que sob o governo de Diocleciano alcançaram quase o número de cem, foi inevitável um aumento no efetivo de funcionários a fim de gerenciar a máquina burocrática. Essa nova estrutura elevou os gastos com a administração, o que desencadeou a uma pressão fiscal cada vez maior sobre os *curiales* e o consequente empobrecimento destes (FRIGHETTO, 2012, p. 99). Além disso, as mudanças afetaram os distintos níveis da sociedade romana, da elite, passando pelos estratos médios e alcançando os camponeses. Como resultado, de acordo com Alföldy (1996, p. 254), as mudanças estruturais ocorridas na Antiguidade Tardia propiciaram o surgimento de um corpo social singular caracterizado por uma divisão distinta da existente durante o Alto Império. Dessa forma é necessário explicitar as condições de cada grupo social diante das transformações ocorridas entre os séculos III e IV, que alteraram a configuração da sociedade romana tardo-antiga.

²⁸ De acordo com Silva (2003, p. 67), os *notarii* eram escravos e libertos no Alto Império, porém à época da Tetrarquia, já eram homens livres que ocupavam esse posto. Durante o governo de Constâncio II (337-361), é possível encontrá-los redigindo as atas das reuniões do *consistorium*, o alto conselho do Estado, enquanto também realizavam o trabalho de fiscalizar as províncias.

²⁹ Durante a segunda fase do reinado de Constâncio II (353-361), empreendeu-se um esforço de centralização que contou com o serviço dos notários e *agentes in rebus*. Ambos trabalhavam nas províncias, auxiliando os funcionários locais na manutenção da ordem. É importante notar que, embora outros funcionários pudessem fornecer informações ao *comitatus*, os *agentes* e os notários foram os mais utilizados na função de informantes, levando-os a alcançar um *status* social superior dentro da hierarquia (SILVA, 2003, p. 67).

Ao analisarmos a prática do *convivium* na Antiguidade Tardia, em especial nos séculos IV e V, estamos refletindo acerca de experiências culturais e religiosas de uma sociedade inserida em determinado contexto. No que concerne às nossas fontes, tanto a literária quanto as arqueológicas e iconográficas nos permitem compreender o lugar do banquete e da festa no seio da aristocracia romana. Desse modo, julgamos oportuno esclarecer a maneira pela qual a sociedade romana da Antiguidade Tardia se encontrava organizada, a fim de que possamos compreender a posição de relevo desfrutada pela aristocracia.

Durante a época tardia, o abismo entre os estratos sociais se aprofundou, principalmente após as reformas do sistema monetário e fiscal³⁰, suscitando um processo contínuo de bipolarização da sociedade. No que se refere à condição político-jurídica dos indivíduos livres, a sociedade se encontrava dividida entre *honestiores* e *humiliores*, distinção que remontava ao Principado. Da primeira categoria faziam parte os membros da ordem senatorial, os membros das cúrias municipais e os oficiais da administração central e provincial, ou seja, aqueles que se distanciavam da plebe por serem membros do Senado, do *ordo* municipal ou da ordem equestre. Além disso, também faziam parte desse grupo privilegiado os que trabalhavam em profissões de certo prestígio, como professores, médicos, soldados, além dos membros da hierarquia eclesiástica. Em relação aos *humiliores*, esses eram compostos pelas *plebes* urbana e rural, artesãos e pequenos proprietários (SILVA; MENDES, 2006, p. 214; ALFÖLDY, 1996, p. 252; MARCONE, 2008, p. 359).

³⁰ Dentre as reformas empreendidas no início do *Dominato*, algumas medidas foram tomadas a fim de resolver a desestabilização da moeda para pagamento de impostos. Constantino forjou uma nova moeda de ouro, o *solidus*, que se manteve estável durante o período final do Império, tornando-se o padrão monetário durante o Império Bizantino. Posteriormente, com a consolidação do *solidus*, ocorreu um progressivo desaparecimento das moedas de prata e o enfraquecimento das pequenas moedas de cobre e bronze. Um dos problemas residia no fato de que essas moedas não tinham os mesmos destinatários e nem eram utilizadas para os mesmos fins, “tornando impossível o princípio do câmbio entre elas” (SILVA; MENDES, 2006, p. 214). Desse modo, os detentores de moedas de ouro, por terem mais poder de compra, controlavam grande parte da sociedade. Como afirma Machado (2012, p. 90), “a introdução do *solidus* por Constantino levou a um enorme abismo social entre aqueles que podiam utilizar a nova moeda e aqueles que foram relegados às denominações menores, marcando o futuro das populações camponesas”.

A situação da população mais pobre piorou consideravelmente durante a Antiguidade Tardia, em especial no que se refere à aplicação da lei. Os *honestiores*, devido à sua posição social, recebiam penalidades menores que as dos *humiliores* para os mesmos delitos. Dessa forma, enquanto os mais abastados poderiam receber somente uma multa por cometer determinada infração, um membro da plebe, por exemplo, poderia ser exilado ou enviado ao trabalho forçado das minas. Vale observar que esse privilégio permaneceu durante toda a Antiguidade Tardia (SILVA; MENDES, 2006, p. 214; ALFÖLDY, 1996, p. 252; MARCONE, 2008, p. 359).

A hierarquia social também se definia de acordo com o poder que um indivíduo ou grupo possuía em comparação com os demais, como se percebe na distinção entre os *potentiores* e os *tenuiores*. A questão não residia somente na diferença de poder econômico entre os grupos, mas também no nível de influência e *status* que cada um possuía. Como assinala Marcone (2008, p. 360-1), os *potentiores* faziam uso de seu poder, prestígio e riqueza de forma abusiva, cometendo diversos excessos ao ocuparem algum cargo oficial. Os *tenuiores*, por sua vez, devido à ausência de status e poder, além de situação jurídica precária, estavam por vezes sujeitos às arbitrariedades cometidas pelos proprietários de terra, oficiais da administração civil e do exército.

De acordo com Alföldy (1996, p. 252), o poder de cada grupo era avaliado em função da proximidade com a corte imperial. Dessa forma, quanto mais próximo do soberano, maior o *status* do grupo no interior da sociedade. É o caso do *consistorium*³¹, que atuava como Conselho de Estado, no interior do *comitatus*. Seus membros, por exemplo, eram uns dos mais influentes nos séculos IV e V, pois eram os auxiliares diretos do imperador para assuntos de qualquer natureza. Composto pelos chefes dos departamentos superiores da administração

³¹ De acordo com Silva (2003, p. 61-2), a criação do *consistorium* não deve ser atribuída a Constantino, mas sim a Constâncio II, pois é somente durante seu governo que tal órgão se torna permanente e composto por membros definidos. Além disso, a atuação do *consistorium* revela um controle cada vez maior da máquina administrativa por parte dos funcionários imperiais que, sob Constâncio II, aumentaram seu prestígio, poder e influência.

imperial, o *consistorium* se tornou um órgão efetivo de governo, sendo responsável pelas atividades político-administrativas mais importantes do Império (SILVA, 2003, p. 61; SILVA; MENDES, 2006, p. 204).

Para além das diferenças entre os *honestiores/humiliores* e os *potentiores/tenuiores*, é necessário enfatizar o caráter heterogêneo dos grupos sociais. Em relação aos estratos superiores, na Antiguidade Tardia estes eram compostos por membros da casa imperial, pela ordem senatorial, funcionários administrativos, oficiais militares de relevância, membros da elite eclesiástica, além dos *curiales* – embora estes últimos tenham sido tão enfraquecidos na fase final do Império que quase passaram a integrar a categoria dos *humiliores* (ALFÖLDY, 1996, p. 254).

Havia, no entanto, subdivisões no interior desses grupos sociais. A aristocracia³², por exemplo, não deve ser considerada uniforme, tanto no que dizia respeito à sua natureza quanto às suas pretensões. Na realidade, na parte ocidental do Império em especial, encontramos uma ordem senatorial heterogênea, principalmente devido às mudanças administrativas que ocorreram na época tardia.

Além disso, a aristocracia não permaneceu estática ou imutável, já que desde meados do século III até o V é possível perceber alterações em sua composição que acentuaram as diferenças já existentes. De acordo com Machado (2000, p. 100), até o fim do século III, tanto o Senado como instituição quanto os membros do *ordo senatorius* sofreram um processo de esvaziamento de poder que alterou sua liderança política. Quanto a isso, uma das principais medidas consistiu na exclusão dos senadores dos postos militares, processo iniciado sob o governo de Galieno (253-268). Altos cargos militares como os *duces* (chefes dos exércitos provinciais), *comites* (comandantes das forças diocesanas) e *magistri militum* (generais) não eram mais ocupados por membros da ordem senatorial, que atuava apenas na administração

³² Vale pontuar que, ao tratarmos no presente trabalho acerca da aristocracia senatorial, estamos nos referindo à elite na sociedade romana, e não ao Senado enquanto instituição política.

civil. Desse modo, a administração civil esteve separada da militar durante o Império tardo-antigo (ALFÖLDY, 1996, p. 257; JONES, 1964, p. 525).

Após a reorganização do Império sob o governo de Diocleciano, os senadores poderiam ocupar apenas determinados cargos, sendo que boa parte destes era de caráter civil e de menor importância, de maneira que, apesar do prestígio da instituição, o poder político do *ordo* era limitado. Em contraponto a essa situação, os equestres ascenderam, alcançando novos cargos no governo na condição de aristocratas de segundo escalão – embora gozando de prestígio menor, eram de importância capital para o Império Romano à época (JONES, 1964, p. 525; SLOOTJES, 2006, p. 22).

O processo de afastamento dos senadores dos cargos administrativos foi revertido durante o governo de Constantino, quando a ordem equestre foi absorvida pela ordem senatorial, o que acarretou a supressão dos *equites*. Com isso, foram incorporados à aristocracia senatorial “novos homens” que, recebendo o título de *clarissimi*, tornaram-se membros do *ordo senatorius*. Além da criação de um novo Senado em Constantinopla, Constantino transformou cargos que antes eram ocupados por equestres em postos senatoriais, como os de *praesides* e *vicarii*. Além disso, houve a criação de cargos adicionais destinado aos senadores, possibilitando o retorno destes à administração pública. Como consequência, os membros da ordem senatorial voltaram a ter lugar nos postos de comando, tanto na burocracia quanto no governo das províncias. Vale ressaltar, no entanto, que, no que concerne aos postos militares, estes continuaram restritos aos oficiais de carreira integrados à ordem senatorial, pois os antigos senadores não se tornaram *uiri militares* (ALFÖLDY, 1996, p. 256-8; MACHADO, 2000, p. 92; SLOOTJES, 2006, p. 22).

Diante das medidas de Constantino, um número cada vez maior de pessoas recebeu o título de *clarissimus*, seja por meio da carreira militar, da administração imperial ou do ingresso no Senado. Vale observar que o título poderia ser obtido mediante o exercício de um

cargo que conferisse tal honra, sendo a concessão do título ao indivíduo ou por hereditariedade³³. Além disso, para permanecer ou ingressar na ordem senatorial, era necessária uma comprovação de renda, calculada com base na terra (SALZMAN, 2004, p. 21). Outros fatores também contribuíram para o crescimento da aristocracia, como a prática da compra de títulos honoríficos por aqueles que possuísem recursos para tal, bem como a ascensão dos decuriões, processo que levará ao conseqüente abandono das cúrias municipais, como veremos adiante (JONES, 1964, p. 527).

Uma das principais mudanças na ordem senatorial consistiu na hierarquia instituída por Valentiniano I (364-375), que torna mais evidente as distinções entre os senadores. Inicialmente, o título de *clarissimus* era aplicado a todos os senadores, contudo, sob Valentiniano, uma nova estrutura senatorial foi criada. A partir de então, a categoria mais alta de senadores passou a ser a de *illustres*. Na posição mediana da escala, tínhamos os *spectabiles* e, por último, os *clarissimi*, que foram rebaixados para o último nível da ordem senatorial.

Algumas considerações precisam ser feitas a respeito dessa hierarquia. A primeira delas consiste na questão hereditária, pois embora o filho de um *illustris* pertencesse à ordem senatorial, ele não receberia automaticamente a mesma titulação que o pai, mas sim a de *clarissimus* (MARCONE, 2008, p. 353; JONES, 1964, p. 528). Os governadores, por sua vez, também foram agraciados com títulos. Em relação ao cargo de *praeses*, que antes somente poderia ser ocupado por equestres, houve uma mudança. Em substituição ao título equestre de *perfectissimus*, os governadores receberam o de *clarissimus*. Percebe-se que assim o menos graduado dos governadores foi integrado à ordem senatorial. No caso dos *proconsules*, os governadores das províncias da África, Ásia e Acaia, houve uma ascensão: ao invés de *clarissimi*, eles foram declarados *spectabiles*, assim como os *vicarii*. Desse modo, segundo

³³ De acordo com Salzman (2004, p. 21), mulheres também recebiam o título de *clarissima* devido ao *status* de seus maridos ou pais, embora não possa afirmar que tais honrarias eram transmitidas a outra geração através destas.

Slootjes (2006, p. 23) todos os governadores de província, até o fim do século IV, se tornaram membros da ordem senatorial.

É importante salientar que essa reestruturação foi um processo que se estendeu por todo o século IV. Como já mencionamos, a ordem senatorial experimentou uma significativa expansão a partir do governo de Diocleciano e Constantino, mediante a inserção de “homens novos”, a absorção da ordem equestre pela senatorial e a ascensão dos decuriões. Como resultado, de acordo com Jones (1964, p. 528-9), desde o início do século V a única aristocracia existente no Império era constituída pela ordem senatorial ampliada. Os efeitos da reforma de Valentiniano I puderam ser percebidos a longo prazo, pois as diferenças entre as três subdivisões do *ordo senatorius* se tornaram cada vez mais nítidas, com total superioridade dos *illustres*. Já na primeira metade do século V, eles possuíam mais privilégios que os demais senadores, recebendo isenções fiscais e favores jurídicos, o que na prática levou à formação de outra aristocracia.

Apesar do caráter heterogêneo da aristocracia senatorial, havia alguns privilégios e obrigações comuns a todos os membros. No campo jurídico, a aristocracia, por pertencer ao grupo dos *potentiores*, recebia penalidades mais brandas diante de certos crimes, além de serem julgados por tribunais próprios. É incontestável que a aristocracia possuía inúmeras vantagens, além do fato de que grande parte dela era constituída por proprietários de imensos territórios por todo o Império. Entre os principais benefícios, estava a isenção do pagamento de taxas que normalmente eram impostas aos proprietários urbanos – estes deveriam pagar o imposto anual que recaía sobre as propriedades agrárias (*collatio glebalis* ou o *follis*), oferecer determinada importância em ouro ao imperador nos dias do seu aniversário (*aurum oblativum*), além de organizar os jogos e os festivais (ALFÖLDY, 1996, p. 258-9)³⁴.

³⁴ As duas taxas foram instituídas durante o governo de Constantino. O *follis senatorius* ou *glebalis collatio* era um imposto territorial que deveria ser pago em ouro (SILVA; MENDES, 2012, p. 212).

Inúmeros fatores poderiam distinguir os membros da ordem senatorial entre si. Um deles era o nível de riqueza. Diante da Crise do Século III, pequenos e médios proprietários foram afetados, resultando na concentração de extensas parcelas de terra nas mãos da aristocracia. A posse de amplos territórios era considerada símbolo de poder político, econômico e social, de modo que o rendimento de cada propriedade tornava-se motivo de prestígio (ALFOLDY, 1996, p. 259; CAMERON, 2003, p. 89).

A origem dos aristocratas também era mais um fator de diferenciação entre eles. Além da distinção entre os senadores de Roma e os de Constantinopla, devem-se considerar as diferenças regionais existentes, já que os senadores eram provenientes de diferentes partes do Império (ALFOLDY, 1996, p. 262). Essa gama de membros oriundos de lugares variados gerou uma aristocracia heterogênea, inclusive, em relação à formação pedagógica. De acordo com Alföldy (1996, p. 262-3), os descendentes das famílias tradicionais, além de deterem um montante superior de riqueza, possuíam uma sólida formação cultural, que incluía conhecimentos de direito, oratória, literatura, história, entre outros. Percebe-se assim que, na Antiguidade Tardia, a cultura clássica permanece relevante, mesmo em meio às profundas mudanças verificadas nos sistemas político e econômico, pois a aristocracia mantém-se vinculada à tradição greco-romana. Além disso, a educação formal era de extrema importância para o ingresso nos postos da administração imperial. Mesmo em relação aos “homens novos”, tanto as atividades burocráticas quanto a formação pedagógica eram indispensáveis, principalmente para aproximá-los e criar um elo com a aristocracia tradicional. Porém, muitos funcionários, a exemplo dos militares, não possuíam esse vínculo, não tendo recebido a mesma formação educacional dos senadores. Desse modo, pode-se concluir que o nível educacional era um fator de distinção dentro da própria ordem senatorial.

Em âmbito municipal, encontravam-se os decuriões, indivíduos que tiveram seu *status* alterado devido às reformas implantadas entre os séculos III e IV. Os decuriões eram

membros das cúrias, o conselho municipal, e constituíam a elite das cidades romanas. Além de prestígio em âmbito local, desfrutavam de benefícios, tais como imunidade penal em certos crimes. Os decuriões possuíam obrigações que, de acordo com Carvalho (1996, p. 175), não sofreram alterações durante o período imperial, sendo comuns a todas as cidades. Suas responsabilidades estavam ligadas tanto à administração municipal quanto à imperial, de modo que seus encargos consistiam em serviços como o abastecimento de cereais, a manutenção e o restauro de prédios públicos, a organização dos jogos e festivais, a execução do censo, o abastecimento do exército, entre outros encargos (ALFOLDY, 1996, p. 266).

De acordo com Alföldy (1996, p. 265), após a legislação de Constantino, os decuriões se viram atingidos em sua liberdade e autonomia. Em relação ao acesso às cúrias, esta poderia ocorrer de três formas: através do nascimento (*origo*); no caso de estrangeiros (*incolae*) que tivessem condições de assumir as *munera*, ou de indivíduos que possuíssem recursos, como propriedades dentro da cidade. Após as reformas empreendidas por Constantino, o cargo de decurião se tornou hereditário, embora os filhos dos decuriões já fossem, em geral, inscritos nas *curiae* como uma maneira de garantir o funcionamento do sistema. Além disso, um decurião não poderia abandonar seu cargo, que era vitalício, a menos que recebesse honrarias imperiais que o liberassem dessa obrigatoriedade do posto. No que concerne ao recrutamento, qualquer indivíduo que possuísse patrimônio acima de determinado valor era prontamente incorporado ao *ordo decuriorum* (CARVALHO, 1996, p. 175). A falta de liberdade dos decuriões era agravada pelas restrições que lhes eram impostas, até mesmo em relação ao seu deslocamento, pois somente poderiam deixar sua cidade com autorização do governador. Caso se ausentassem por mais de cinco anos, teriam suas propriedades confiscadas. Além disso, não poderiam residir fora do centro urbano e necessitavam da permissão do governador para vender suas próprias terras (ALFOLDY, 1996, p. 266).

Cabe ressaltar que, assim como ocorria com o *ordo senatorius*, o estamento dos decuriões não era homogêneo, mas antes era organizado com base numa hierarquia que se acentuou devido às dificuldades financeiras que passaram a enfrentar. No decorrer do século IV, o fosso entre os decuriões mais e menos abastados aumentou, sobretudo, a partir do momento em que não conseguiam mais suportar os encargos correspondentes à função. Caso não cumprissem a meta de arrecadação de impostos fixada pela administração central, eram obrigados a completá-la com recursos próprios. A situação dos decuriões pouco a pouco se deteriorou em virtude das reformas administrativas de fins do século III e início do IV, que provocaram o aumento da máquina estatal. Como afirma Machado (1996, p. 174-6), ações como a ampliação da quantidade de funcionários imperiais e o aumento do número de províncias afetaram diretamente as finanças municipais. Com o propósito de sustentar os gastos resultantes do incremento da máquina pública, houve uma elevação na cobrança de impostos, o que levou ao empobrecimento de muitos decuriões.

Tal jugo imposto aos decuriões desencadeou um processo de abandono das cúrias municipais, que ocorreu de múltiplas formas³⁵. Na tentativa de escapar de suas responsabilidades, muitos decuriões ingressavam no exército, além de buscarem refúgio junto aos grandes proprietários, membros da aristocracia. Outros optavam pela inserção na categoria de *honoratus* visando a integração à ordem senatorial ou à burocracia, enquanto alguns abraçavam a carreira eclesiástica³⁶. A deserção das cúrias municipais afetava o ritmo

³⁵ Outro motivo para a fuga dos decuriões consistia na perda de autonomia das *civitates*. Segundo Frighetto (2006, p. 226-7), ainda do século II, a *civitas* sofreu um processo de crise, devido à instabilidade interna, usurpações e fatores externos que contribuíram para um clima de insegurança. Diante da perda de poder político da *civitas* e da diminuição de seu papel, percebe-se um enfraquecimento das instituições municipais que, conseqüentemente, levaram ao afastamento de membros das elites locais e regionais. De acordo com Carvalho (1996, p. 171), a centralização empreendida no fim do século III aumentou o grau de intervenção da administração imperial sobre as cidades. Diante da burocratização do Estado, os conselhos municipais perderam relevância, piorando a situação dos decuriões. Esses fatores, somados aos altos gastos com a manutenção da cidade, acarretaram na fuga dos *curiales*, enquanto outros se inseriam no Senado. Tal processo resultou no deslocamento de investimentos por parte da aristocracia em direção não mais à *civitas*, mas às suas propriedades rurais, que a partir disso ascenderam como centros de atividade política, cultural e econômica.

³⁶ Os *honorati* eram os decuriões que se sobressaíam nas funções exercidas nas cúrias municipais, ganhando prestígio, além de possuírem fortunas e uma boa formação. Carvalho aponta que, desde o século II, o governo elevava esses decuriões a cargos administrativos e militares. No século IV, no entanto, com o intuito de

da vida urbana, pois, a partir do momento em que um decurião se tornasse um *clarissimus*, ele rompia os laços de evergetismo que o uniam à sua cidade de origem, encontrando-se então isento de qualquer responsabilidade para com a cúria municipal. Regra semelhante valia para os que se tornassem funcionários imperiais, tanto em âmbito civil quanto em âmbito militar.

Por fim, havia os estratos inferiores da sociedade romana. Estes sofreram no decorrer da Antiguidade Tardia um processo de nivelamento, tornando-se uma camada mais ou menos homogênea, ao contrário dos estratos superiores, que eram marcados pela hierarquização. Constata-se assim o movimento de empobrecimento das populações urbanas e rurais, principalmente diante da redução dos direitos dos homens livres. De acordo com Alföldy (1996, p. 254,269), em termos jurídicos, na fase tardia a diferença entre o livre, o liberto e o escravo era irrisória, visto que os mais pobres estavam submetidos cada vez mais à prestação de trabalho compulsório, à hereditariedade dos ofícios, aos altos encargos tributários e à fixação em determinada localidade, fatores estes que restringiam sua liberdade.

Dentre os *humiliores*, havia algumas diferenças básicas como em relação ao local em que habitavam, fosse na zona rural ou urbana, embora Alföldy (1996, p. 271-3) afirme que o desnível entre a *plebs urbana* e a *plebs rustica* não fosse, na Antiguidade Tardia, tão profundo como durante o Alto Império. Em relação à população urbana, esta era composta por comerciantes, artesãos, funcionários do escalão inferior da administração citadina, trabalhadores mais pobres, libertos e escravos. Tanto os artesãos quanto os comerciantes reuniam-se em corporações (*collegia*), sendo alvos de forte controle por parte do Estado, como vemos na exigência de manutenção da hereditariedade dos ofícios.

A *plebs rustica*, por sua vez, foi definida sob Diocleciano como os habitantes que residiam fora da área urbana cercada pelas muralhas. A base da riqueza romana

preencher os cargos administrativos, o Estado convocou um número cada vez maior de decuriões, acarretando no aumento da ordem senatorial, pois “os decuriões, que antes se promoviam a *honorati* através da ordem equestre – praticamente extinta no século IV – passaram a integrar os novos quadros criados por Constantino dentro da ordem senatorial” (CARVALHO, 1996, p. 178). Vale ressaltar que essa ascensão de muitos decuriões ocorriam pela compra de cargos ou por relações de influências.

fundamentava-se na propriedade fundiária, o que garantia aos senhores de terras acesso a poder e prestígio. Esses grandes proprietários repassavam à população os encargos mais pesados (MARCONE, 2008, p. 357). Embora fosse possível encontrar artesãos trabalhando nas grandes propriedades, a área rural era composta, em sua maioria, por trabalhadores agrícolas.

A situação dos colonos no âmbito rural se deteriorou durante a época tardia, pois estes passaram a ser vinculados compulsoriamente à terra, de forma que, em fins do século IV, a condição dos camponeses não se diferenciava muito da dos escravos. Marccone define as leis acerca dos colonos como “complexas e em alguns aspectos controversas”, a exemplo da legislação promulgada por Constantino, em 332, acerca dos camponeses (2008, p. 357).

Qualquer pessoa com a qual um colono de outrem for encontrado, não somente deverá devolver o colono mencionado ao seu local de nascimento, mas também assumirá a taxa do *capitatio* pelo tempo em que ficou com ele. Os colonos que planejarem fugir devem ser acorrentados e reduzidos à condição servil, de modo que em virtude de sua condenação à escravidão, serão obrigados a cumprir os deveres que lhe são apropriadas enquanto homens livres (*Codex Theodosianus*, 5.17.1)

Essa legislação de Constantino tornava a condição do colono bem próxima à do escravo. Desse modo, além de estarem presos à gleba e se encontrarem numa relação de dependência para com os grandes proprietários³⁷, os colonos que tentassem fugir seriam recolhidos à *ergástula*, como se fazia com os escravos. Mediante uma série de leis promulgadas entre a época de Constantino e a de Justiniano, vemos surgir os *coloni adscriptici*, os trabalhadores rurais presos à terra. Além da perda de seus direitos e da hereditariedade da sua condição, os colonos estavam submetidos aos abusos cometidos pelos

³⁷ De acordo com Marccone (2008, p. 357), a condição do colono preso à terra não se estendeu por todo o Império Romano de forma simultânea: ela é adotada no Ilírico por volta de 371, na Palestina em 386, e no Egito somente durante o século V.

potentiores (ALFÖLDY, 1996, p. 270; MARCONE, 2008, p. 357; SILVA; MENDES, 2006, p. 216)³⁸.

Em relação às suas obrigações, a *plebs rustica* era obrigada a pagar a *annona* (imposto sobre a produção agrícola), além da *capitatio* (tributo sobre o indivíduo). A população rural também arcava com impostos necessários para manter a máquina administrativa, além de cumprir as tarefas determinadas pelos grandes proprietários. No tocante à *plebs urbana*, embora esta estivesse isenta da *capitatio*, deveria pagar a *collatio lustralis* – um imposto recolhido dos comerciantes a cada cinco anos – em ouro (ALFÖLDY, 1996, p. 271).

Um importante aspecto das relações sociais na época tardia consistia na permanência do patronato, que configurava uma troca de favores entre patrono e cliente. Os patronos amiúde eram os membros da corte imperial ou da aristocracia senatorial e cabia a eles proteger seus clientes caso se encontrassem em dificuldades, ou, até mesmo, auxiliá-los a ascender do ponto de vista social. Além disso, o patrono, em troca de prestígio social, poderia realizar benfeitorias ou representar os interesses de uma coletividade urbana ou rural (MARCONE, 2008, p. 361-2).

Embora o patronato, com algumas modificações, tenha permanecido na Antiguidade Tardia, nessa época surge um novo tipo de relação no campo denominada *patrocinium*. Esse vínculo consistia, em primeiro lugar, na proteção oferecida pelos *potentiores* a indivíduos que necessitavam sair da condição em que estavam, como escravos e colonos que tentavam escapar de seu senhor, decuriões empobrecidos, artesãos ou qualquer outra pessoa que buscasse refúgio em face da sua vulnerabilidade. Em troca, esses indivíduos precisavam retribuir o apoio mediante pagamento *in natura* ou em espécie, que poderia assumir o papel de um tributo regularmente pago ao benfeitor. O *patrocinium* e o patronato contribuíram

³⁸ Uma série de leis restringiram cada vez mais os direitos dos colonos. Alföldy argumenta que os colonos inicialmente possuíam certos direitos como, por exemplo, permissão para possuir bens, contrair matrimônio e alistar-se ao exército. Contudo, no decorrer do tempo, a legislação limitou a liberdade dos colonos, proibindo-os de se inserir no exército ou no clero, além de não permitir que contráissem matrimônio fora de sua região (ALFÖLDY, 1996, p. 277).

bastante para o enfraquecimento do poder central, atuando como uma força centrífuga, na contramão dos interesses do Estado imperial (MARCONE, 2008, p. 362-3).

É necessário salientar que as medidas empreendidas pelo Estado romano a fim de manter a população vinculada a seus cargos e funções visava a garantir a continuidade das atividades agrícolas, comerciais, administrativas e manufactureiras, bem como a manter a arrecadação dos impostos. Contudo, não devemos presumir que essa política levou à criação de uma sociedade de castas, pois, de acordo com Silva (2001b, p. 85), isso nos induz ao erro de considerar que antes do século IV havia uma considerável ascensão social em curso que foi interrompida pelas reformas de Diocleciano e Constantino, ou mesmo que ao longo da Antiguidade Tardia era inviável alcançar qualquer mobilidade social.

Como salienta Alföldy (1996, p. 283), o próprio Estado indiretamente possibilitava a existência de uma ascensão social. De acordo com Marcone (2008, p. 380-1), isso era possível por meio da ocupação de cargos administrativos, militares e até mesmo religiosos³⁹. As próprias reformas empreendidas entre os séculos III e IV favoreceram essa mobilidade social devido à necessidade de ampliação da burocracia estatal. É importante ressaltar o papel da educação e da cultura nesse processo, pois além de conferir *status* ao indivíduo, uma boa instrução era essencial para se fazer carreira na administração pública.

Diante do exposto, percebemos o fosso existente, na Antiguidade Tardia, entre os estratos superiores da sociedade romana e as camadas mais pobres da população. Como pretendemos analisar, nesta dissertação, as normas que disciplinavam o *convivium* na época tardia, os aspectos sociais expostos acima nos auxiliam a compreender as relações existentes por ocasião dos banquetes, relações essas visivelmente hierarquizadas. No caso da aristocracia, buscamos evidenciar a diversidade social de seus membros, mas não podemos

³⁹ De acordo com Marcone (2008, p. 381), os motivos que levaram um número considerável de homens aos cargos eclesiásticos eram complexos, mas um dos mais significantes consistia na oportunidade que a Igreja fornecia de escapar dos pesados encargos das cidades. Contudo, o autor afirma que rapidamente Constantino revogou a sua decisão de livrar os membros da hierarquia eclesiástica da obrigação de atuar como decuriões.

negligenciar um aspecto fundamental que favorecia a integração dessa elite e lhe conferia certa identidade: a formação cultural, capaz de inclusive disciplinar o corpo do conviva durante o banquete.

O papel da *paideia* na Antiguidade Tardia

Como mencionamos, a Antiguidade Tardia, quando comparada à sociedade romana dos primeiros séculos, era retratada pela historiografia como um período de declínio e decadência. Tal concepção influenciou bastante as reflexões acerca da cultura clássica, tanto nos seus aspectos literários quanto nos artísticos. De acordo com Lemos (2012, p. 78-9), a produção intelectual dos séculos IV-V foi amiúde tida como inferior quando comparada à tradição clássica, enquanto outros autores se calavam sobre isso, como se o assunto não fosse relevante. Podemos, por exemplo, citar Lot (2008, p. 156), que define o século III como “um autêntico Saara literário”, ou seja, totalmente estéril. De acordo com o autor, o teatro na época tardia já estava agonizando, enquanto a poesia e o gênero histórico estavam em decadência, de maneira que a literatura latina “já não era capaz de interessar os espíritos nem de reanimar os corações” (LOT, 2008, p. 161).

Um dos motivos que levaram ao declínio da produção literária, de acordo com Lot (2008, p. 166-9), foi a formação proporcionada pela escola antiga, que era baseada, sobretudo, nos estudos de retórica e gramática. O modelo educacional era calcado na reprodução dos clássicos, dos modelos, priorizando os aspectos universais em detrimento dos particulares, dos elementos subjetivos. Como resultado, a literatura, teria se tornado estéril, árida e monótona.

Como tratado no início deste capítulo, em face da abordagem realizada pelos autores filiados à Escola dos *Annales*, novas interpretações foram propostas acerca do período tardo-antigo, em especial no que concerne à mudança de perspectiva diante das fontes históricas, do adensamento do diálogo interdisciplinar e da diversificação de objetos de pesquisa. Verifica-

se assim um esforço em fazer uma análise da Antiguidade Tardia não mais à sombra dos séculos anteriores ou com base na noção de decadência, mas levando-se em conta as singularidades do período.

Como afirma Marrou (1979, p. 15), na Antiguidade Tardia “um espírito novo se manifesta nos mais diversos domínios, desde as técnicas mais materiais e as formas mais externas da existência quotidiana, à estrutura mais secreta da mentalidade coletiva, à ideia, ao ideal que os homens desse tempo conceberam em relação ao mundo e à vida”. As mudanças percebidas no campo das artes, da literatura e nos demais setores da cultura clássica não devem ser tomadas como indícios de decadência, mas sim do surgimento de uma nova realidade, de uma nova civilização.

Tal interpretação afetou profundamente a compreensão acerca do lugar ocupado pela cultura clássica na época tardia, pois, como sustenta Cameron (2003, p. 131-5), importantes obras literárias e filosóficas continuaram a ser produzidas tanto na porção ocidental quanto na oriental do Império Romano após o século III. A autora reafirma assim a continuação do sistema educacional greco-romano, de modo que as obras literárias continuaram a ser escritas à luz do estilo clássico. A educação, tanto aquela proporcionada pelas escolas imperiais, quanto pelas municipais ou privadas, continuou a cumprir um papel decisivo na formação do homem antigo, principalmente os estudos de retórica e de direito, que qualificavam o indivíduo para a obtenção de postos na administração pública.

No que concerne ao sistema educacional dos séculos IV e V, Marrou (1979, p. 57) reitera o papel da educação formal como um elemento essencial dessa sociedade:

Por mais novo que nos pareça sob certos aspectos – organização política, estrutura econômica -, o Baixo Império mantém-se neste plano, fiel à herança que recebeu dos séculos precedentes. É com espanto que o historiador o observa: não há diferença notável entre o conteúdo e os métodos de ensino, nem entre as formas de vida intelectual, quando se passa da civilização helenística e romana do Alto Império,

para a Antiguidade Tardia. Na imagem que nos é transmitida da classe dirigente, a posse desta cultura prestigiosa conta tanto como a riqueza fundiária e a participação no poder político. O que o prova bem é que só a cultura permite a alguns novos-ricos introduzir-se entre as fileiras da alta sociedade e obter nelas direito de cidade, como vemos suceder a esses grandes professores, o mais célebre dos quais foi Santo Agostinho, que tiveram origem bem mais humilde e fizeram carreira.

Marrou assinala que na época tardia, ao contrário do que se poderia supor, a importância da cultura clássica e da formação educacional cresceu. Segundo o autor, a visão de decadência do Império Romano é um “juízo dos modernos”, afinal, os contemporâneos não se viam como membros de uma cultura em declínio. Na verdade, a aristocracia se colocava a serviço de Roma, cuja função era manter a civilização e a cultura greco-romana diante dos bárbaros. Além disso, na Antiguidade Tardia acentua-se ainda mais o caráter aristocrático dessa cultura, pois em face das transformações sociais experimentadas pela elite romana, como mencionado anteriormente, os recém-acolhidos nos círculos aristocráticos eram compelidos a assimilar as tradições intelectuais valorizadas pelos estabelecidos⁴⁰. Mesmo com a migração dos aristocratas para as suas *villae*⁴¹, os hábitos e o refinamento clássicos permaneceram ativos. Nesse sentido, mesmo com o êxodo da elite da cidade para o campo, a importância da cultura clássica continuou, pois a elite manteve-se vinculada à tradição (MARROU, 1973, p. 472). Por esse motivo, torna-se relevante compreender o processo educacional na época tardia do Império a fim de perceber como a formação cultural dos convivas moldava o comportamento destes à mesa durante o *convivium*.

A formação educacional sempre ocupou um papel de destaque na sociedade romana. De acordo com Pereira (1990, p. 187), o antigo ensino romano, que vigorou até pelo menos o

⁴⁰ Marrou ressalta importância dada pelos novos ricos à cultura clássica, preocupando-se também com a formação de seus filhos. A respeito desse assunto, conferir a tese de Jandira Pohlmann (2012): *Alianças entre a retórica e o poder: um estudo sobre as Orationes de Quinto Aurélio Símaco Eusébio*.

⁴¹ A *villa* era o centro da grande propriedade rural, onde a residência do aristocrata se localizava, de forma que abrigava tanto o espaço relativo ao ócio quanto as áreas de armazenamento e produtividade, como celeiros, moinhos e lagares. Em fins do século III, diante do esvaziamento de poder da *civitas*, os investimentos das elites foram direcionados não mais aos centros urbanos, mas às propriedades rurais, as *villas*, que a partir disso ascenderam como centros de atividade política, cultural e econômica.

século II a.C., baseava-se na obediência ao *mos maiorum* e no respeito aos anciãos e aos deuses (*pietas*)⁴². O *mos maiorum*, o costume dos ancestrais, trata-se de “mais que uma ética, que um código de vida nobre: implica um ensino que se estenda a todos os aspectos da atividade humana, inclusive técnico” (MARROU, 1973, p. 131)⁴³.

A família possuía uma grande responsabilidade na formação da criança. Ao contrário do que ocorria na Grécia, a responsabilidade inicial de educar o filho recaía sobre a mãe, e não sobre um escravo, mesmo nas grandes famílias. Quando a criança fazia sete anos, a educação passava à responsabilidade paterna, pois os romanos consideravam o *pater familias* um autêntico mestre. Nessa idade, as meninas continuavam sob a tutela da mãe, a fim de aprenderem as lides domésticas, enquanto os meninos acompanhavam os pais em suas atividades (MARROU, 1973, p. 361-3).

Quando o jovem completava dezesseis anos de idade, a educação familiar era concluída, ocorrendo uma cerimônia solene que marcava o momento em que o rapaz assumiria a toga viril. Sua formação escolar, porém, deveria prosseguir, pois, antes de ingressar no serviço militar, o jovem era encaminhado para um estágio de um ano na vida pública (*tirocinium fori*), sendo orientado por um parente ou amigo da família que exercesse algum cargo político. Ao término desse período, o jovem ingressava no exército, embora continuasse sempre a seguir os passos políticos de um mentor, em geral seu pai, ou um patrono. Desse modo, a mais antiga educação romana consistia na formação político-militar do indivíduo instruído nos valores morais que faziam dele um cidadão da República. Além disso, os jovens da elite aprendiam a tradição da sua família, principalmente devido ao valor que os antepassados

⁴² A *pietas* pode ser compreendida como um “sentimento de obrigação para com aqueles a quem o homem está ligado por natureza (pais, filhos, parentes)”. Tal laço, firmado no sentimento religioso dos romanos, mantém os membros da comunidade unidos entre si, principalmente sob a figura da *patria potestas*. Outra característica consiste no fato de que a obrigação não ficou restrita ao âmbito familiar, mas se estendeu à relação entre o indivíduo e os deuses, e também ao Estado (PEREIRA, 1990, p. 328-330).

⁴³ De acordo com Lemos (2012, p. 2), essas regras nunca foram de fato escritas no modelo de um código de lei, mas se tornaram um conjunto de normas e condutas éticas que deveriam ser observadas pela aristocracia, de modo que o respeito a essas regras identificava e caracterizava as altas camadas da sociedade romana. Contudo, Lemos pontua que não é possível mesurar o quanto essas tradições eram de fato respeitadas.

tinham na sociedade romana. Essa estrutura de ensino foi reproduzida pela aristocracia desde pelo menos o advento da República, priorizando-se a capacitação do indivíduo para atividades práticas (a guerra e a política), e não tanto intelectuais (MARROU, 1973, p. 363-374).

A partir do século II a.C, no entanto, Roma passou a adotar o modelo da escola helenística no contexto do processo de helenização⁴⁴. Dessa forma, a *paideia* grega foi incorporada à formação cultural do homem romano. Verificamos entre os especialistas um amplo debate a respeito de qual seria o vocábulo contemporâneo correspondente à noção de *paideia*. De acordo com Jaeger (1994, p. 1), termos como “cultura”, “tradição”, “literatura” ou “educação” não traduzem por completo o significado do conceito para os gregos, de modo que “cada um destes termos se limita a exprimir um aspecto daquele conceito global, e para, abranger o campo total do conceito grego, teríamos de empregá-los todo de uma só vez”. Não obstante o alerta de Jaeger, Wallace-Hadrill nos fornece uma definição bastante operacional da *paideia*. Segundo o autor,

A *paideia* é um sistema coerente: um processo de aprendizagem de um conjunto de habilidades intelectuais interconectadas sem o qual um homem não pode se tornar um membro de pleno direito da sociedade civilizada e, ao mesmo tempo, um processo de produção de trabalhos escritos em vários ramos pelo homem para seu aprendizado e consumo (WALLACE-HADRILL, 1988, p. 226).

Desse modo, conclui-se que o termo cultura não corresponde ao conceito de *paideia*, ao passo que tampouco a *paideia* grega foi idêntica à *paideia* romana. De acordo com Silva (2009, p. 155), os romanos adaptaram a formação cultural grega, selecionando o que lhes era proveitoso e reinterpretando-a constantemente de modo a adequá-la aos seus interesses, de

⁴⁴ De acordo com Silva (2009, p. 140-2), a *helenização* foi um processo de interação cultural entre gregos e não-gregos, que teve seu ápice durante a época helenística (IV - I a.C). Em relação a Roma, esse processo de apropriação de valores helênicos ocorreu em duas fases: a primeira entre os séculos VIII - IV a.C, e a segunda a partir do século III a.C (embora tal divisão seja alvo de críticas). A autora aponta que “o helenismo desponta com todo vigor, de maneira que à época, civilizar-se significa helenizar-se”. De tal modo, Roma, de forma intencional, apropriou-se dos valores helênicos.

maneira que o processo de helenização de Roma não foi caracterizado pela submissão integral aos modelos gregos.

Importa então explicitar como a *paideia* estava presente na sociedade tardo-antiga. Podemos compreendê-la como “um conjunto de conhecimentos e de regras de comportamento altamente convencionais que visam ao preparo do indivíduo para a vida pública [...]” (SILVA, 2012, p. 97). Uma vez que essa formação de alto nível era transmitida por meio de uma educação dispendiosa e demorada, tal patrimônio cultural era praticamente monopólio da aristocracia romana, a única com condições de investir. Nesse sentido, a *paideia* tornou-se um elemento definidor da identidade da elite, marcando uma distinção entre esse grupo e os demais (BROWN, 1992, p. 39). Como aponta Carrié (2009, p. 457), a *paideia* permitia a “reivindicação de uma superioridade social, ao mesmo tempo natural e adquirida, que legitimava a dominação do grupo social que considerava ter o monopólio dessa tradição cultural”.

Devemos decerto atentar para a importância do conhecimento intelectual na sociedade romana. Como salienta Wallace-Hadrill (1988, p. 224), conhecimento não é somente uma questão de *status*, mas está intrinsecamente conectado ao exercício do poder. É possível atestar isso por meio da *paideia*. O homem que reunia em si os valores e os códigos de condutas estimados pela aristocracia era considerado um líder natural, apto a governar, de modo que a formação cultural legitimava tal liderança (BROWN, 1992, p. 37; SILVA, 2010, p. 8). Portanto, o prestígio da elite não se assentava somente no nascimento ou na fortuna, mas também na instrução formal.

A relação entre a *paideia* e o poder nos séculos IV e V é um aspecto essencial para percebermos o lugar ocupado pela educação na sociedade romana. Essa questão é tratada por Carvalho (2010a, p. 29) ao afirmar que a *paideia* é “um conjunto de ações pedagógicas, políticas, filosóficas e religiosas (considerado por nós como um conjunto político-cultural)

que aprimora o discurso persuasivo (retórico, ou arte da persuasão) daqueles que necessitam demonstrar e impor o seu poder”. A autora ressalta o papel da educação greco-romana para a obtenção de altos cargos no Império Romano, em especial nos séculos IV, em virtude das reformas administrativas levadas a cabo por Constantino e Diocleciano. Diante da ampliação da burocracia estatal, havia a necessidade de indivíduos capacitados para ocupar os postos da administração pública.

Carvalho, ao sublinhar a relevância do discurso, destaca o lugar da retórica e da oratória na formação do homem romano. A autora afirma que “não se concebia *paideia* sem a especialização na arte da fala” (CARVALHO, 2010a, p. 33). Brown (1992, p. 44), por sua vez, enfatiza a importância da persuasão e da eloquência, pois “as palavras deveriam exercer poder sobre as pessoas”. Além do ensino da retórica, havia um cuidado na arte do falar, na sutileza dos gestos, na entonação da voz, na respiração, a fim de conferir ao indivíduo a elegância e a polidez que revelassem sua posição. Verificava-se então, a estima pelo equilíbrio e pelo decoro, princípios que regiam as relações sociais entre os aristocratas (SILVA, 2010, p. 8).

Na Antiguidade Tardia, a *paideia*, além de instruir o indivíduo nas disciplinas escolares, também lhe ensinava os códigos de conduta aceitos e estimados pela aristocracia. A educação greco-romana propiciava ao aluno o conhecimento dos clássicos, mas também o aprendizado de como se comportar diante dos pares, afinal, a *paideia* “criou e sustentou relações recíprocas e códigos de conduta essenciais para o funcionamento de um sistema social de elite que se espalhou pelo mundo romano” (WATTS, 2012, p. 468).

Concluimos então que, mesmo durante a fase tardia do Império Romano, a formação cultural era um emblema da aristocracia, permitindo o ingresso na administração imperial. Como destaca Brown (1992, p. 39), determinados indivíduos somente galgavam os postos superiores da escala social devido a uma formação cultural custosa e demorada, de maneira

que a *paideia* possibilitava uma mobilidade social dentro Império. Outro fator essencial consistiu na homogeneidade cultural que a educação da elite proporcionava, fornecendo uma tradição comum à classe governante. Percebemos então, a importância conferida à *paideia* durante a Antiguidade Tardia, de maneira que, a partir de agora, trataremos do modo como o sistema de ensino responsável pela transmissão dessa cultura se configurou na Antiguidade Tardia.

Em virtude da influência helênica, Marrou (1973, p. 386 e ss.) aponta que as escolas romanas se inspiraram por completo no modelo grego, tanto no que se refere ao currículo quanto aos métodos de ensino, sem realizar muitas modificações. A escola primária apareceu desde o século VII-VI a.C., o secundário durante o século III a.C., enquanto o ensino superior surgiu bem mais tarde, no século I a.C., de maneira que cada grau escolar se efetivou no sistema escolar romano em um momento diferente.

Em relação à maneira pela qual o sistema educacional se encontrava estruturado na Antiguidade Tardia, são necessárias algumas considerações preliminares. Em primeiro lugar, a maior parte da população romana era analfabeta. De acordo com Laistner (1978, p. 9), nos séculos I e II pelo menos boa parte dos homens livres da cidade poderiam ler e escrever, embora essa realidade não se constatare no campo. A partir do século III, verifica-se que o ensino se torna cada vez mais restrito a uma parcela da população, no caso, à elite. Assim, pouquíssimas pessoas, sendo essas em sua imensa maioria provenientes de famílias abastadas, tinham a oportunidade de concluir sua formação escolar (WATTS, 2012, p. 468-9).

Em geral, a criança começava a estudar aos sete anos de idade, quando passava a frequentar a escola primária, embora não se encontre nenhuma diretriz oficial acerca da idade ideal para o início da escolarização. Quanto ao término, somente numa lei promulgada em março de 370, Valentiniano define a idade de vinte anos para a conclusão do ensino superior realizado em Roma (*Cod. Theod.*, 14, 9, 1). No caso das famílias aristocráticas, a prática da

contratação de um tutor ou pedagogo tornou-se usual. No entanto, para a maioria das crianças, quer meninos ou meninas, o ensino das primeiras letras realizava-se na escola, sob a supervisão do *magister institutor literarum*, embora, no caso das meninas, a educação privada tenha sido mais frequente (MARROU, 1973, p. 412-4; SILVA, 2012, p. 94).

No que se refere ao método de ensino, Silva (2012, p. 95) salienta que não havia um currículo básico de ensino que determinasse as disciplinas e o conteúdo que deveriam ser ministrados nas escolas do Império. Desse modo, ficava a cargo dos próprios professores a seleção dos assuntos a serem lecionados. Ainda assim, os alunos durante o ensino primário deveriam aprender a ler e a escrever, além de dominar os rudimentos do cálculo e da gramática (MARROU, 1973, p. 417).

Ao lado da alfabetização, o aluno começava a exercitar a declamação por meio de pequenos textos decorados, com o intuito de desenvolver a memória. O processo de ensino era, na realidade, baseado na “capacidade mnemônica do aluno, uma vez que, nesse nível, não costumavam ser adotados livros de textos” (SILVA, 2012, p. 95). Nesse contexto, a figura do *magister* desempenhava papel basilar, uma vez que o aprendizado também se centrava em sua figura por meio da emulação de sua fala e gestos.

Vale ressaltar que o *magister*, apesar de sua importância na educação inicial do indivíduo, pertencia aos estratos inferiores da sociedade romana, sendo mal remunerado e pouco valorizado. Marrou (1973, p. 415) define a profissão deste como “fatigante e penosa, mal paga [...]”. Em 301, o pagamento do *magister* foi fixado, por Diocleciano, em 50 denários por aluno/mês.

Caso dispusesse de condições financeiras, o aluno, por volta dos onze anos, ingressaria na escola do *grammaticus*. Por razões financeiras, menos indivíduos tinham acesso a esse segundo grau de instrução, que permanecia restrito à aristocracia. Em relação ao currículo, o conteúdo ministrado pelo *grammaticus* consistia no aprofundamento de língua e literatura; no

estudo de gramática e sintaxe e no aprendizado da retórica e da eloquência. Nesse momento, os alunos tinham contato com os clássicos, de maneira que o principal objetivo da lição do *grammaticus* consistia na leitura e explicação de autores latinos e gregos, dentre os quais podemos citar Virgílio, Terêncio, Salústio, Cícero, Homero, Eurípides e Demóstenes (MARROU, 1973, p. 423 e ss.; LAISTNER, 1978, p. 11; SILVA, 2012, p. 95).

A leitura em voz alta, assim como no ensino primário, estava associada à prática da recitação a fim de exercitar a memória. De fato, os alunos costumavam memorizar extensos trechos das obras. Além disso, havia o ensino de mitologia, necessário para a compreensão dos textos, bem como de outras disciplinas, como história e geografia. Em relação à matemática, seu ensino restringia-se apenas àqueles que se interessassem pela disciplina (MARROU, 1973, p. 433, LAISTNER, 1978, p. 12).

Quanto ao ofício do *grammaticus*, percebe-se uma melhora em comparação ao *magister*, ao menos em termo de status. De acordo com Silva (2012, p. 95), o *grammaticus* não se limitava à reprodução das obras já existentes, mas também poderia redigir as suas próprias obras. Além disso, sua remuneração era superior, recebendo quatro vezes mais do que o *magister*, ou seja, uma quantia de aproximadamente 200 denários ao mês por aluno. Marrou (1973, p. 424) ressalta, no entanto, que, apesar da aparente melhora, tal salário ainda era ínfimo e irregular.

Ao atingirem a idade de treze ou quatorze anos, os alunos eram encaminhados para o ensino superior, no qual permaneceriam por cerca de três anos. Essa fase, que pode ser definida como um prolongamento da instrução do *grammaticus*, centrava-se no exercício da oratória e era ministrado pelo rétor, *orator* ou *sophistes* (LAISTNER, 1978, p. 12; WATTS, 2009, p. 469-470). O rétor possuía mais prestígio que colegas dos níveis inferiores, possuindo um salário superior: cerca de 250 denários por aluno/mês. No entanto, sofria com as mesmas

dificuldades que o *magister* e o *grammaticus*: a ampla concorrência, os maus pagadores e a indisciplina dos alunos (MARROU, 1973, p. 436).

Apesar das dificuldades encontradas no exercício do magistério, os rétores e sofistas não eram somente professores, mas porta-vozes das suas comunidades, exercendo inclusive a função de intermediários entre a cidade e a corte imperial, o que lhes trazia alta estima. No entanto, a partir do século IV, os retores acabam dividindo essa influência com os bispos. Por ocasião dos eventos públicos, como festivais e comemorações esportivas, retores e sofistas eram convidados a declamar suas composições. Alguns rétores conseguiam alcançar cargos na administração imperial, o que lhes garantia o enriquecimento, embora isso fosse uma exceção e não a regra (SILVA, 2013a, p. 58).

O ensino superior baseava-se “no domínio das regras de expressão oral e escrita, o que exigia a elaboração de composições literárias cada vez mais complexas, o aperfeiçoamento da pronúncia e a execução dos gestos apropriados” (SILVA, 2010, p. 8). Para tanto, utilizava-se as *progymnasmata*, que consistiam em uma série de exercícios para ensinar aos alunos como elaborar narrativas e textos com base nos conhecimentos de gramática já adquiridos. O treinamento avançava até ao ponto de os alunos escreverem, memorizarem e recitarem suas próprias composições retóricas (WATTS, 2009, p. 469-470). Enfim, por volta dos vinte anos, os jovens que optassem por continuar seus estudos em um nível mais avançado precisavam escolher entre a área jurídica ou filosófica⁴⁵.

Importa observar que todo esse processo de formação pedagógica, embora eminentemente teórico, não se distanciava da realidade. Ao sair da escola do rétor, o aluno possuía um amplo conhecimento acerca dos clássicos, sabia como se expressar e se comportar com elegância, além de conseguir se comunicar de forma clara e correta. E o mais importante: havia sido

⁴⁵ A filosofia possuía um papel relevante na cultura greco-romana, sendo ministrada em importantes centros de ensino durante a Antiguidade Tardia. No entanto, verifica-se um declínio dos estudos filosóficos em contraposição a um aumento do interesse dos jovens da elite pela retórica e pelo direito (LAISTNER, 1978, p. 21).

treinado para sustentar suas ideias e discuti-las entre seus pares. Esse conjunto de habilidades evidenciava que o indivíduo era detentor da *paideia* (LAISTNER, 1978, p. 16; SILVA, 2012, p. 8). Com isso, o processo educacional na Antiguidade não consistia num fim em si mesmo, pois as escolas formavam quadros para a administração imperial. Além de prover instrução em retórica e filosofia, a escola também exercia um papel prático ao preparar os jovens para o trabalho administrativo do Império (MARROU, 1973, p. 474). Além disso, como afirma Watts (2012, p. 468), o aluno instruído na *paideia* era orientado a desempenhar um papel de liderança em sua cidade.

Na Antiguidade Tardia, a escola não consistia no único local de aprendizado. Como argumenta Silva (2012, p. 9), a instrução ocorria em outros âmbitos da vida social, de maneira que, o indivíduo teria a possibilidade de assimilar aspectos da *paideia* fora da escola, por meios informais. Ville Vuolanto (2013, p. 580 e ss.) argumenta que a educação da criança ultrapassava o conteúdo curricular na medida em que as tradições greco-romanas e as regras de comportamento poderiam ser internalizadas através do processo de socialização. Em âmbito doméstico, o aprendizado ocorria mediante o contato com os empregados da *domus*, com os parentes ou mesmo com os próprios pais, indivíduos que contribuíam para a formação da criança ou do jovem.

O espaço da cidade também favorecia a socialização. Como declara Silva (2010, p. 9):

As cerimônias públicas – festivais de comédia e tragédia, exibição de mimos e pantomimas, celebrações em honra do imperador, nas quais os melhores oradores eram convocados a declamar seus panegíricos – configuravam excelente oportunidade para o cidadão se informar acerca das façanhas milenares dos seus deuses e heróis. De fato, as festividades cívicas e os espetáculos cumpriam, no Império Romano, o papel de socializar os indivíduos, de difundir hábitos, valores e práticas próprios do *modus vivendi* urbano, de tornar familiares ao homem comum assuntos que, de outra forma, permaneceriam circunscritos ao círculo dos letrados, razão pela qual as modalidades de expressão cultural urbana eram importantes vetores para a formação da identidade do homem romano, um homem que poderia

ser definido, em linhas gerais, como um habitante da cidade, instruído nas tradições mitológicas greco-romanas, produzindo-se assim uma associação evidente entre vida cívica, cultura literária e romanidade.

Como se conclui da passagem acima, além de os pais introduzirem seus filhos na vida pública, havia inúmeras atividades urbanas que propiciavam a interação entre os pares e auxiliavam na transmissão dos valores próprios da *paideia* (VUOLANTO, 2013, p. 586-7).

Outro aspecto que deve ser considerado é o papel do Estado no sistema educacional. Marrou (1973, p. 457-460) afirma que nunca houve uma política escolar propriamente dita, pois as autoridades transferiam a responsabilidade do ensino para o âmbito privado. Não havia, inclusive, magistraturas específicas responsáveis por fiscalizar o ensino no Império. Na realidade, verificavam-se apenas algumas concessões por parte do Estado, que oferecia isenções fiscais aos professores. Por vezes, o próprio imperador arcava com o salário desses profissionais.

As isenções concedidas aos profissionais do magistério remontam ao governo de Vespasiano (69-79), quando o imperador dispensou os professores do ensino secundário e superior de pagar os encargos municipais (*munera*). Essa política foi mantida até ser ratificada pelo Código Justiniano⁴⁶. Além desse benefício, Vespasiano foi quem primeiro instituiu as cátedras públicas de retórica latina e grega, mantidas pelo Erário. Inicialmente, essas cátedras limitavam-se a Roma, contudo, sob o governo de Marco Aurélio (161-180), houve a criação em Atenas de uma cátedra de retórica e quatro de filosofia, também financiadas com o dinheiro público. O rétor recebia anualmente quarenta mil sestércios, enquanto o filósofo recebia sessenta mil (MARROU, 1973, p. 463).

De acordo com Marrou (1973, p. 466-7), devido à importância do ensino no Império, existiam as chamadas *scholae municipalis*, financiadas pelo tesouro municipal. Segundo o

⁴⁶ No entanto, essa isenção não abarcava todos os professores. De acordo com Marrou (1973, p. 462), estavam excluídos desse benefício os mestres do ensino primário, os professores de ensino técnico, os que lecionavam o direito fora de Roma e até os filósofos.

autor, mesmo cidades de pequeno porte assumiam os gastos com alguns professores. No entanto, essas *scholae* não eram financiadas por completo com recursos públicos, pois eram cobradas taxas dos alunos a fim de complementar os salários dos professores. Além disso, as vagas destinadas às cátedras imperiais ou municipais eram pouquíssimas, o que gerava ampla concorrência entre os professores. Como consequência, muitos profissionais atuavam de forma privada, lidando com a competição e com os baixos salários. Em relação ao espaço, as aulas poderiam ocorrer em diversos locais, das acomodações mais simples às mais requintadas. Contudo, o fator essencial não consistia no tamanho do local, mas na ação de reunir professores e alunos num recinto apropriado. Watts afirma que “o simples ato de sentar em grupo ao redor de um professor facilitava os estudantes a focar a atenção em suas palavras.” Além disso, os professores usavam o espaço da escola para comunicar a inegável hierarquia própria do processo pedagógico (WATTS, 2009, p. 472).

Se durante a República e o Principado as intervenções no sistema educacional ocorriam de forma esporádica, na Antiguidade Tardia, de acordo com Marrou (1973, p. 468-9), constatam-se ações mais frequentes por parte do Estado. Os professores escolhidos para as cátedras já não estavam somente sob supervisão das cúrias municipais. Como exemplo, o autor cita a lei de Juliano, de 361, na qual os professores apenas poderiam lecionar após um decreto emitido pela cúria e ratificado pela casa imperial⁴⁷. No século IV, constata-se, assim, uma interferência maior do Estado nos assuntos relacionados à educação. Essa mudança de postura por parte do governo não é de todo surpreendente quando consideramos a importância de jovens bem formados para a reprodução do sistema administrativo imperial.

Na Antiguidade Tardia, além da intervenção realizada pelo Estado m âmbito escolar, verificam-se outras alterações de natureza pedagógica. De acordo com Silva (2013a, p. 53), apesar da manutenção de métodos e do currículo, o período apresenta algumas inovações,

⁴⁷ Esse episódio foi amplamente discutido pela historiografia. Para compreender melhor a medida de Juliano, conferir a obra de Maria Margarida de Carvalho (2010b): *Paideia e Retórica no Séc. IV d.C.*: a construção da imagem do Imperador Juliano segundo Gregório Nazianzeno.

como o aumento do interesse pelo aprendizado da língua latina e do Direito, ao passo que se constata um decréscimo de importância no ensino do grego, mesmo na parte oriental do Império. Em relação ao ensino de Direito, de acordo com o autor, a demanda por profissionais da área tornou-se maior devido ao aumento dos casos levados ao *comitatus*, que funcionava como o mais alto tribunal de apelação, e devido à multiplicação das cortes de justiça, o que conferiu ao ofício de advogado um *status* ainda maior na sociedade romana. Os alunos que optassem pelo estudo do Direito se especializavam durante quatro anos em centros de ensino localizados em Roma, Beirute e Constantinopla. Vale ressaltar que o ensino de Direito estava intimamente associado ao do latim, pois a língua latina permaneceu como o idioma oficial da administração civil e militar até pelo menos o século V. Além disso, grande parte dos textos jurídicos estavam escritos em latim.

Por fim, não é possível abordar a questão educacional na Antiguidade Tardia sem considerar o nexos entre a educação e o cristianismo. Inicialmente, deve ficar claro que os cristãos não criaram para si um sistema educacional a fim de substituir o modelo greco-romano, mas complementaram sua instrução religiosa com o mesmo conteúdo que era oferecido aos pagãos. Desse modo, os cristãos iniciavam seus estudos nas mesmas escolas que os pagãos, aprendendo as mesmas disciplinas, como aritmética, gramática ou retórica, e também estavam sujeitos às limitações existentes no processo educacional, ou seja, para avançar em sua formação dependiam de recursos financeiros (MARROU, 1973, p. 484; SILVA, 2014, p. 2).

De acordo com Silva (2010, p. 10), a educação oferecida pela igreja era exclusivamente de caráter religioso, focada no ensinamento das Escrituras às crianças, neófitos e devotos. A formação dos mais jovens estava sob a responsabilidade da família, em especial da figura masculina, do *pater familias*, os pais, permanecendo a cargo das mulheres somente a educação das meninas, exceto em uma situação de viuvez (MARROU, 1973, p. 480).

A educação cristã, no entanto, não se restringia ao âmbito doméstico, mas se estendia ao espaço das igrejas, de modo que a instituição passou a conter um significado pedagógico. Nas comunidades cristãs, os neófitos que eram candidatos ao batismo, recebiam um ensino religioso até então informal, que ocorria inicialmente em casas-igrejas e era ministrado por professores (*didascaloi*). Diante do crescimento do número de fiéis e da hierarquização da Igreja, o ensino se desenvolveu, tornando-se definitivo por volta de 180 em Roma. Tal instrução passou a ser ministrada ao longo de três anos, por presbíteros e diáconos, sob a supervisão do bispo (MARROU, 1973, p. 480-1; SILVA, 2010, p. 11). O indivíduo antes de ser batizado recebia um conteúdo “sobre noções elementares de exegética e princípios morais” (SILVA, 2012, p. 4).

A educação cristã não se limitava aos neófitos, tendo sido contínua durante a vida religiosa dos cristãos por meio de pregações que ocorriam nos cultos religiosos. Silva (2014, p. 5), destaca o papel das homilias como um instrumento pedagógico na Igreja. Durante o século IV, surgem como gênero literário após um aperfeiçoamento, um requinte, que, de acordo com o autor, incorporavam “elementos do panegírico, da exegese, da invectiva e do tratado moral combinados com as técnicas próprias da retórica clássica” (SILVA, 2014, p. 5). A partir de então, as homilias tornaram-se uma eficiente ferramenta de comunicação a fim de auxiliar o ensino evangélico dentro de uma comunidade cada vez maior. Em relação ao preparo do corpo eclesiástico da Igreja, a formação não ocorria em escolas, mas sim dentro da própria comunidade, de modo que os candidatos tinham contato com o clero local sendo instruídos por bispos e presbíteros mais experientes (MARROU, 1973, p. 500)⁴⁸.

⁴⁸ Outro aspecto a respeito da formação cristã consiste nas escolas superiores de teologia cristã. Embora não possuíssem escolas primárias ou secundárias que substituísse o sistema de ensino greco-romano, a partir do século II, os cristãos contavam com essas instituições de ensino que, para além da instrução básica da catequese, buscavam uma formação mais profunda concernente ao estudo teológico. Diferente da formação dos neófitos nas igrejas, que era realizado pelo clero regular, essas instituições tinham como professores indivíduos alheios à hierarquia da Igreja, que ensinavam por conta própria em escolas de caráter primado. Essa modalidade de ensino durou até o século III, desaparecendo durante a Antiguidade Tardia, de modo que somente o modelo de educação baseado na família e no preparo do batismo se manteve (MARROU, 1973, p. 497-500).

Como já afirmado anteriormente, o ensino cristão não substituiu o sistema de educação greco-romano. Entretanto, embora muitos pais da Igreja tenham reconhecido a importância da *paideia*, não significa que não houvesse críticas aos valores pagãos ao qual ela estava vinculada, de modo que a posição dos pais da Igreja em relação à cultura clássica não era homogênea. A literatura latina estava totalmente interligada ao sistema religioso pagão e politeísta e os cristãos estavam conscientes dessa incompatibilidade (LAISTNER, 1978, p. 50). Encontra-se, por exemplo, a posição de Tertuliano (*De idololatria*, X), ao ressaltar os elementos pagãos com os quais os professores tinham contato no exercício da profissão, de modo que o magistério não se adequava à vida cristã. Apesar disso, o próprio Tertuliano admite a necessidade dos estudos seculares como instrumento necessário para a educação religiosa do jovem.

Além do mais, não devemos considerar que todos os elementos dessa formação cultural foram absorvidos sem reservas pelos cristãos, pois, como ressalta Marrou (1973, p. 487), “adotar o sistema de educação clássica não era, entretanto, aceitar a cultura a qual esta educação estava subordinada como a seu fim”. Laistner (1978, p. 51) afirma que dificilmente os cristãos teriam opções a fim de substituir o conhecimento proporcionado pela *paideia* e, embora tenham aceitado, não se eximiram da tarefa de advertir seus fiéis quanto aos perigos existentes⁴⁹.

Podemos concluir, dessa forma, a permanência da *paideia* durante a Antiguidade Tardia, além de perceber sua importância enquanto formação cultural e sua relação com o

⁴⁹ Contudo, como já apontamos, a transmissão da *paideia* não era possível somente por meio do âmbito escolar, mas também por intermédio das atividades culturais próprias da *urbs*. Espetáculos como apresentações teatrais e jogos públicos eram organizados por magistrados tanto de grandes centros urbanos como de pequenas cidades e, além de serem locais de entretenimentos e de divulgação da *paideia* greco-romana, esses também se constituíam como espaços de promoção social por parte da elite, que, por meio do patrocínios dessas atividades, buscavam o reconhecimento e a estima da comunidade (MARROU, 1979, p. 29-30). No entanto, essas celebrações eram tidas como impuras por estarem associadas com os cultos aos deuses pagãos, tornando-se alvo de críticas e reprovação por parte da elite eclesiástica (LAISTNER, 1978, p. 7). De acordo com Silva (2010, p. 12 e ss.), esse é o caso de João Crisóstomo, que, ao escrever o tratado *De innani gloria*, em 383, orienta os pais quanto à educação cristã das crianças. Percebe-se uma preocupação da elite eclesiástica quanto à participação e patrocínio dos cristãos nos espetáculos, já que estavam conscientes de que essas atividades transmitiam, mesmo que de forma informal, valores que entravam em contraste com os ensinamentos cristãos.

poder. O conhecimento obtido por meio dessa formação cultural incluíam valores e regras que deveriam ser absorvidos pelos integrantes da aristocracia, o que possibilitava a ascensão desses aos cargos na administração imperial, além de definir sua identidade como portadora da *paideia*.

Além do mais, o conhecimento obtido por meio da *paideia* incluía valores e regras que deveriam ser absorvidos pelos integrantes da aristocracia e que refletiam na atitude assumida pelo conviva durante o banquete. Portanto, ao considerarmos a realização dos banquetes nas propriedades rurais da aristocracia romana, compreendemos que os convivas ali presentes possuíam uma formação baseada na gramática, na literatura, na filosofia, na retórica, que lhes permitia discutir tais assuntos na mesa, mas, sobretudo, eram conscientes do comportamento que deveriam manter, seja em relação ao comer, ao falar, ao vestir ou a respeito de qual assunto discutir.

CAPÍTULO II

MACRÓBIO, A SATURNALIA E O RITO DO BANQUETE

No presente capítulo temos por objetivo refletir sobre o lugar do *convivium* no interior da sociedade greco-romana. Essa atividade, na condição de prática cultural, fazia parte da vida social de gregos e romanos, estando permeada de significados. Para tanto será necessário compreender as mudanças que o banquete sofreu, desde a Grécia Antiga até a Antiguidade Tardia. Em consonância com o estudo já realizado no capítulo anterior, será possível identificar os valores e as regras da *paideia* no momento do *convivium*, seja por meio do comportamento assumido pelo participante do banquete, ou da configuração do espaço onde o festim era realizado.

Visto que faremos uso do documento histórico *Saturnalia*, redigida pelo escritor e filósofo neoplatônico *Macrobius Ambrosius Theodosius*, torna-se necessário, no presente capítulo, abordar as questões acerca da identidade do autor, além do contexto no qual estava inserido. Tal obra nos possibilita analisar o *convivium* tardo-antigo por meio da representação realizada pelo autor acerca de um banquete, recheado de personagens reais, não fictícios, que viveram durante o mesmo período, sendo, a maior parte deles, membros importantes da sociedade romana.

As incógnitas de um autor obscuro

Ao refletirmos acerca da identidade de Macróbio, constatamos que ainda há diversas incertezas acerca de sua identidade, seja no que se refere aos cargos que ocupou, ao círculo do qual fazia parte, ao período em que atuou ou até mesmo às ideias que defendeu. São poucas as questões em torno de Macróbio nas quais é possível encontrar algum consenso entre os pesquisadores, o que tem gerado um aceso debate ao longo do tempo. O primeiro aspecto a

ser considerado é a identidade do autor. Macróbio é qualificado no manuscrito de suas duas principais obras, *Saturnalia* e *Commentarius*, como *uir clarissimus et illustris*. O primeiro título atesta que Macróbio era membro da ordem senatorial, enquanto o segundo nos permite concluir que o autor ocupava um alto posto na administração imperial. Como informa Antolín (2006, p. 12), após a reorganização dos cargos honoríficos feita por Valentiano I, em 372, somente os altos funcionários e os prefeitos do pretório faziam jus ao título de *illustris*.

Outra informação acerca da origem de Macróbio nos é transmitida pelo próprio autor, no prefácio de sua obra *Saturnalia*, quando afirma que nasceu “sob outro céu”⁵⁰, o que nos leva a supor que não fosse originário de Roma. A hipótese mais provável sobre a origem do autor é a de que ele seria proveniente da África ou da Grécia, sendo que, devido a alguns erros de emprego de vocábulos cometidos pelo autor, essa última tese deixou de ser considerada. Macróbio (*Sat.*, §2), ao declarar que não era originário da Península Itálica, apressa-se em justificar sua falta de refinamento e elegância na língua latina. Contudo, tal afirmação não deve ser compreendida como uma evidência de que o latim não fosse sua língua nativa, pois, de acordo com Cameron (2011, p. 232-3), tal declaração constituía um *topos* literário. Cameron (2006, p. 25), a propósito, afirma que Macróbio escreve como um falante do latim, demonstrando familiaridade com a língua, além de deter conhecimento acerca da literatura latina.

Marinone (1967, p. 18-9) reforça tal argumento, apresentando a hipótese de que Macróbio poderia ser proveniente de uma região fortemente latinizada ou, ainda, que o autor poderia ter chegado a Roma ainda jovem, o que justificaria seu domínio da língua. Por fim, ambos os autores, assim como Robert Kaster (2011, p. 11), concordam que a África seria a região mais provável de nascimento de Macróbio. Não é possível afirmar que Macróbio seria oriundo da África, visto que essa não era a única região latinizada. Porém, apesar da

⁵⁰ Em latim: *sub alio ortos caelo* (Macrobius, *Saturnalia*, pref., § 11).

discussão, o que precisamos ter em mente é o fato de que Macróbio estava inserido nos círculos aristocráticos de Roma, não sendo ele, portanto, um outsider.

No contexto da discussão acerca da identidade de Macróbio, por muito tempo o autor foi situado no século IV, tendo nascido por volta de 350-360. Já suas obras seriam datadas antes de o autor ingressar na administração pública, no século V. Costumava-se também retratá-lo como um ardente defensor do paganismo, um militante ativo que fazia parte do círculo de Símaco, tendo participado assim do “renascimento pagão”, em fins do século IV⁵¹. De acordo com essa interpretação, a obra *Commentarius ex Cicerone in Somnium Scipionis* teria sido redigida em 385 e a *Saturnalia* em 395 (GLOVER, 1901, p. 171-2; BLOCH, 1945, p. 206).

Tal interpretação será completamente revista a partir das proposições de Alan Cameron contidas em seu trabalho *The date and identity of Macrobius* (1966). O autor afirma que Macróbio era membro da aristocracia senatorial e exerceu determinado cargo dentro na administração imperial. Como aponta Cameron (2011, p. 232), Macróbio comumente era identificado com três figuras entre os séculos IV e V: um vicário da Hispânia em 399-400 (*Cod. Theod.*, 16, 10, 15), um procônsul da África em 410 d.C (*Cod. Theod.*, 11, 28, 6) e também um *praepositus sacri cubiculi* em 422 d.C (*Cod. Theod.*, 6, 8, 1)⁵².

⁵¹ De acordo com Herbert Bloch (1989, p. 208 e ss.), houve um movimento de resistência em fins do século IV com o objetivo de defender e preservar a religião e a cultura pagã. De acordo com o autor, apesar de tal “renascimento” pagão se difundir, ele se concentra no Ocidente devido ao papel exercido pelo Senado romano enquanto guardião da cultura romana. Esse movimento teria ocorrido dentro de círculos intelectuais, dos quais o de Símaco era o mais proeminente, de modo que esses aristocratas, por meio da produção literária e da cópia de manuscritos, almejavam proteger a tradição e a literatura latina. Essa ideia, no entanto, é criticada por Alan Cameron (2011), onde o autor questiona a existência desses grupos, o trabalho de preservação realizado pela elite romana, bem como o real papel de resistência empreendida por figuras como Símaco, por exemplo. A ideia de resistência pagã vem gerando um longo debate dentro da historiografia, inclusive, na medida em que novos trabalhos acerca do tema continuam a surgir. A obra *The Strange Death of Pagan Rome* (2013), organizada por Lizzi Testa, é um exemplo, pois se propõe a analisar os principais argumentos da obra de Cameron.

⁵² No que diz respeito à figura do *praepositus sacri cubiculi*, esse era um eunuco, membro do serviço privado do imperador, responsável por gerenciar um corpo de funcionários da corte imperial encarregado de cuidar das necessidades do palácio. Durante o governo de Constâncio II, o *praepositus* se tornou um membro permanente do *consistorium*, um importante funcionário que foi utilizado até mesmo em missões especiais, alcançando prestígio e fortuna. Seu nível de influência cresceu, de modo que se constituiu em um dos cargos mais duradouros ao lado do imperador, o que lhe permitia estar a par dos assuntos do governo e até mesmo de exercer influência, além de controlar o acesso ao imperador (SILVA, 2003, p. 63-4).

Cameron (1966, p. 25; 27), no entanto, apresenta argumentos que se opõem a essas três possibilidades. Em relação à figura do procônsul da África e do vicário da Hispânia, de acordo com autor, ambos poderiam ser a mesma pessoa, já que era comum, no Império, o indivíduo ascender do vicariato ao cargo de procônsul. No entanto, essas duas magistraturas não conferiam o título de *illustris* encontrado nos manuscritos de Macróbio. Na realidade, a personagem em questão seria um tal Flávio Macróbio Maximiano, não sendo, portanto, nosso autor.

Cameron (1966, p. 25; 2011, p. 232) apresenta também argumentos que questionam a identidade de Macróbio como *praepositus sacri cubiculi*. A primeira objeção consiste no fato de que os eunucos imperiais, a exemplo do *praepositus*, atuavam na porção oriental do Império, em Constantinopla, o que denota que seriam gregos. Essa informação contrasta com o argumento apresentado anteriormente acerca da origem de Macróbio, além do fato de que nosso autor é mais familiarizado com as tradições da aristocracia ocidental. Além disso, para ocupar o cargo, o *praepositus* deveria ser eunuco, enquanto uma das poucas informações que possuímos acerca de Macróbio é a de que ele era pai de um filho, ao qual dedicou tanto a *Saturnalia* quanto o *Commentarius*, o que não seria condizente com a posição de eunuco. Por fim, segundo Marinone (1967, p. 17), um cargo de tamanha importância como o de *praepositus sacri cubiculi*, de camareiro-mor do imperador, decerto não poderia ser ocupado por um pagão.

Com o propósito de esclarecer quem teria sido Macróbio, Cameron (2011, p. 233-7; 1966, p. 26) sustenta que nosso autor não fora conhecido por seus contemporâneos como Macróbio, mas sim pelo nome de Teodósio, pois era usual, entre os homens aristocratas romanos, o uso de três nomes a fim de honrar as conexões familiares, embora fossem chamados por somente um dos nomes, usualmente o último. Com base na subscrição existente na edição do *Commentarius* realizada por Aurélio Mêmio Símaco e Macróbio

Plotino Eudócio⁵³, este último neto do nosso autor, constata-se que a ordem do nome de Macróbio é *Macrobius Ambrosius Theodosius*, que não corresponde a nenhuma das três personagens mencionadas no Código Teodosiano.

Como dissemos, nosso autor era conhecido entre seus contemporâneos como Teodósio, sendo que o único Teodósio que portava o título de *illustris*, excluindo os membros da família imperial, no período da atividade literária de Macróbio (394-48), era o prefeito do pretório da Itália em 430 (*Cod. Theod.*; 12, 6, 33), que ocupou o cargo de fevereiro até dezembro de 430 (CAMERON, 2011, p. 238; 1966, p. 27; MARINONE, 1967, p. 17). Desta forma, torna-se inconcebível situar Macróbio como membro do círculo de Símaco, ou como militante ativo do “renascimento pagão” do século IV, pelo simples fato de que não era contemporâneo a tais personagens.

Sabemos que Macróbio tinha um filho chamado Eustácio ao qual dedicou suas duas principais obras. Na *Saturnalia* (§ 2), Macróbio escreve ao filho que nada lhe é mais estimado do que a sua educação. A fim de complementar a formação educacional de Eustácio, elaborou um compêndio literário que poderia consultar, caso precisasse de algum esclarecimento. Eustácio é identificado como Macróbio Plotino Eustácio, o prefeito da cidade de Roma (*praefectus urbi*) entre 461 e 465. Aqui o nome Plotino é sem dúvida bastante apropriado, tendo em vista que Macróbio foi um filósofo neoplatônico (CAMERON, 2011, p. 238; KASTER, 2011, p. 17). No entanto, uma geração depois, temos notícia de Macróbio Plotino Eudócio, que juntamente com o neto de Símaco, Quinto Aurélio Mêmio Símaco, foi responsável pela edição do *Commentarius*. Segundo Cameron (1966, p. 37), é comumente aceito que esse indivíduo tenha sido um descendente de Macróbio, conforme o organograma adiante:

⁵³ Tornou-se comum, durante a Antiguidade Tardia, colocar assinaturas ao fim da obra durante o processo de revisão do manuscrito. De acordo com Reynolds e Wilson (1986, p. 45-7), tais subscrições começam a aparecer em fins do século IV e continuam até o século VI. Elas podem variar de simples assinaturas com o nome do revisor, até explicações informando a data, o local e as circunstâncias da revisão.

Macróbio Ambrósio Teodósio, prefeito do pretório (430)

|

Macróbio Plotino Eustácio, prefeito da cidade de Roma (461-465)

|

Macróbio Plotino Eudóximo, amigo de Mêmio Símaco (485)

No tocante à produção literária de Macróbio, temos conhecimento de três obras: a *Saturnalia*, o *Commentarius ex Cicerone in Somnium Scipionis* e o tratado gramatical *De differentiis et societatibus Graeci Latini que verbi*. O *Commentarius*, de acordo com Navarro Antolín (2006, p. 34), consiste em um estudo acerca do Sonho de Cipião, narrado na obra *De Republica*, de Cícero. No sonho⁵⁴, Cipião Emiliano é recebido por seu avô Cipião, o Africano, e é introduzido nas benesses do além-mundo reservadas aos homens virtuosos que atuaram em prol da *civitas*⁵⁵. O trabalho, apesar de não ser um comentário exaustivo acerca do assunto, destaca-se pelo seu conteúdo neoplatônico, o que levou Macróbio a ser amplamente lido e consultado na época medieval. Vale ressaltar que o *Commentarius* preservou grande parte do texto de Cícero, o que evitou que a obra se perdesse por completo.

No *De Differentiis*, Macróbio expõe as diferenças entre o sistema verbal grego e latino, embora tenham chegado até nos apenas fragmentos do trabalho (KASTER, 2011, p. 11). Marinone (1967, p. 27) aponta que o tratado é dedicado a um Símaco que, de acordo com a data, pode-se supor que seja Quinto Aurélio Símaco, cônsul em 446.

⁵⁴ Os personagens principais do sonho consistem em Cipião Emiliano, seu pai adotivo Paulo Emilio e seu avô Cipião, o Africano. Cipião Emiliano (185/184 – 129 a.C.) possuiu uma magnífica carreira militar e política, tendo sido eleito cônsul e procônsul. Era um homem culto e instruído que agrupou em torno de si intelectuais gregos e romanos. Seu pai, Lucio Emilio Paulo Macedônico (228-160 a.C.), ocupou o cargo de cônsul em 182 e 168 a.C, tendo se destacado por sua vitória na batalha de Pidna (168 a.C.). Por fim, seu avô, Cipião, o Africano (235-183 a.C.), foi cônsul em 207 a.C. e em 194 a.C., sendo conhecido principalmente por suas notáveis vitórias militares. Além disso, era elogiado por sua carreira administrativa e por sua integridade (NAVARRO ANTOLÍN, 2006, p. 35-7).

⁵⁵ De acordo com Mendes (2004, p. 266-7), a *civitas* deve ser compreendida não somente como um território geográfico delimitado por limites naturais, mas deve-se considerar a presença de uma unidade étnica ou política. Além do mais, a *civitas*, ou *civitates* no plural, abarcava tanto os territórios urbanos quanto rurais.

A data de redação das obras de Macróbio também é objeto de discussão. O título de *illustris* que se encontra nos manuscritos da *Saturnalia* e do *Commentarius* somente foi concedido ao autor após sua ascensão ao cargo de prefeito do pretório, em 430. Além disso, uma vez que ambas as obras foram dedicadas a Eustácio, cujo nascimento teria ocorrido por volta de 417, o jovem já estaria sendo educado em 430, o que justificaria a preocupação do pai quanto à sua instrução. Portanto, tanto a *Saturnalia* quanto o *Commentarius* não devem ser situados antes dessa data. No caso do *De differentiis*, Marinone (1967, p. 20) ressalta que o manuscrito não portava o título *uir clarissimus et illustris*, de modo que a obra não necessariamente foi redigida após 430. Em relação a qual trabalho foi redigido primeiro, acredita-se que o *Commentarius* foi escrito antes da *Saturnalia* mediante o argumento de que alguns temas abordados na *Saturnalia* são muitas vezes resumidos, como se o autor não quisesse se delongar em questões já abordadas (MARINONE, 1967, p. 28; KASTER, 2011, p. 17).

Em síntese, concordamos a possibilidade de uma datação tardia da vida de Macróbio. Portanto, defendemos que Macróbio nasceu em fins do século IV, entre 385 e 390, tendo escrito o *De differentiis*, por volta de 420. Após ocupar o cargo de prefeito do pretório, em 430, e receber o título de *clarissimus et illustris*, redigiu tanto a *Saturnalia* quanto o *Commentarius*, ou seja, entre 430 e 440.

A partir desse ponto, somos levados a indagar qual teria sido o propósito de Macróbio ao redigir ambas as obras em meados do século V, em especial a *Saturnalia*. Muitos autores, ao situar a vida e o trabalho intelectual de Macróbio ainda no século IV, incluíam-no como parte do círculo de Símaco e contemporâneo a autores como Ambrósio, Agostinho, Teodósio, entre outras figuras notáveis (GLOVER, 1901, p. 172; BLOCH, 1945, p. 206). A *Saturnalia* era amiúde tratada como uma obra apologética, própria de um movimento de resistência pagã diante do avanço do cristianismo, momento este liderado por Símaco, Vétio Pretextato e

Nicômaco Flaviano, ou seja, os mesmos personagens descritos na *Saturnalia*. A obra, portanto, era analisada com base em uma perspectiva religiosa, como sustenta Bloch (1963, p. 222) ao qualificá-la como “o documento mais importante do renascimento pagão”, ao passo que Moore (1919, p. 130-1) afirma que Macróbio tinha por objetivo, com a *Saturnalia*, exibir o conhecimento pagão em oposição ao cristianismo.

Mediante a nova interpretação acerca de Macróbio, identificado como o prefeito do pretório da Itália em 430, as teses acima se tornam insustentáveis, pois o autor não teria sido contemporâneo aos personagens de sua obra e, conseqüentemente, não teria pertencido ao círculo de Símaco⁵⁶. Tanto Cameron (2011, p. 252-3; 1966, p. 33) quanto Marinone (1967, p. 25) pontuam que embora vários interlocutores da obra de Macróbio tenham surgido como remetentes das cartas de Símaco, não se encontra nenhuma correspondência direcionada a Macróbio, o que seria estranho ao considerarmos a tese de que ambos eram contemporâneos. Além do mais, caso Macróbio fosse contemporâneo de Símaco, provavelmente esse último teria feito alguma menção à respeito da *Saturnalia*. Cameron inclusive pontua que tais cartas, publicadas entre 402-408, podem ter sido utilizadas por Macróbio como fonte de informações acerca de Pretextato e seus amigos, pois diferente do que Bloch (1945, p. 206) ou Glover (1901, p. 171) tenham afirmado, a *Saturnalia* não é um retrato fiel, uma pintura, da aristocracia do século IV, mas sim uma representação criada no século V.

Dentro de um novo contexto, podemos reavaliar o propósito de Macróbio ao redigir a *Saturnalia*. Logo no prefácio, encontramos um trecho que nos ajuda a compreender: “Esse é o meu objetivo para o presente trabalho: ele compreende muitas disciplinas diferentes, lições, exemplos extraídos de muitos períodos, mas reunidos em um todo harmonioso.” (*Sat.*, §10). O próprio autor confere à sua obra um caráter enciclopédico ao se propor a reunir, em um único

⁵⁶ Cameron (2011, p 252), no entanto, afirma que Macróbio seria contemporâneo e amigo do filho de Símaco, Mêmio Símaco, ao qual teria inclusive dedicado sua obra gramatical *De differentiis*.

suporte⁵⁷, uma súmula dos saberes literários, sendo que, ainda no prefácio, acrescenta outro propósito: o de que a *Saturnalia* possa auxiliar na educação de seu filho Eustácio (*Sat.*, § 1). No entanto, julgamos que a intenção do autor ultrapasse seu desejo de conferir ao filho uma formação educacional adequada.

O principal propósito consiste numa valorização da cultura clássica, da *paideia*, de modo a enfatizar a importância dessa cultura ainda em meados do século V, como fator de identidade da elite. Como afirma Kaster (1980, p. 258-260), na obra de Macróbio há um louvor ao clássico, ao antigo: “Nós devemos sempre reverenciar os dias passados, se formos sensatos: aquelas foram as gerações que conquistaram esse Império com seu sangue e suor, e somente uma abundância de virtudes pode ter feito isso possível” (Macrob., *Sat.*, 3, 14, § 2).

Além da valorização do antigo, Kaster destaca outro aspecto da obra: Macróbio, ao representar um *convivium* com os aristocratas mais distintos do fim do século IV, notáveis não são pela sua posição social, mas também pela erudição, retrata-os como uma elite coesa, harmoniosa, detentora da *paideia*; que respeita os valores e as regras presentes no momento do banquete. Desse modo,  lícito supor que Macróbio desejasse fornecer à sua geração um modelo da cultura clássica.

Assim como havia feito no *Commentarius*, Macróbio recupera Cícero na *Saturnalia*, em especial as considerações do autor sobre Cipião, um expoente da República. De acordo com Cameron (1966, p. 31), Cícero escreveu sobre o círculo de Cipião por considerá-lo o último grande homem da “era de ouro” de Roma, conferindo-lhe o papel de paradigma do aristocrata devido  sua conduta como cidadão virtuoso. Assim como Cícero evoca Cipião, Macróbio elege Pretextato e seu círculo, composto por notáveis da aristocracia pagã do século IV, como participantes do *convivium*.

⁵⁷ O caráter pedagógico da *Saturnalia* também é explorado por Olmos (2012, p. 286-9), que afirma que a obra, de caráter enciclopédico, era voltada para a instrução contínua de homens adultos, visando um aprimoramento cultural de modo informal.

Por último, resta saber se a *Saturnalia* possui ou não um fundo de natureza religiosa. Cameron (2011, p. 258), visando a contestação da ideia de renascimento pagão em fins do século IV, não apenas afirma que a obra não constitui uma apologia ao paganismo, como esvazia a *Saturnalia* de qualquer conotação religiosa. Para o autor, caso Macróbio tenha sido pagão, ele não teria redigido sua obra com base numa agenda pagã, e não haveria em sua obra elementos que nos impeçam de considerá-lo um cristão⁵⁸. No entanto, concordamos com Marinone (1967, p. 23) e Olmos (2012, p. 286), autores que, embora não interpretem a *Saturnalia* como um ataque ao cristianismo, uma obra em defesa das crenças pagãs em meio a um combate religioso, afirmam que Macróbio era pagão e que a *Saturnalia*, mesmo tendo sido redigida como uma proposta educacional, encontra-se eivada de elementos pagãos. Em apoio a esta tese, podemos citar ainda o trabalho de Shanzer (1986, p. 135-6), para quem os princípios da filosofia neoplatônica encontrados na obra, na fala de Pretextato, não seriam compatíveis com o cristianismo, e que o próprio Macróbio estaria ciente desse fato. Em relação ao silêncio acerca da situação religiosa do período, Macróbio teria optado por não se posicionar por prudência, a fim de não se envolver em nenhuma polêmica religiosa, principalmente devido ao cargo que ocupava na administração imperial. Vale ressaltar, no entanto, que a análise da *Saturnalia* não deve ser atrelada estritamente ao conflito religioso entre cristianismo e paganismo (KASTER, 2011, p. 23).

A *Saturnalia* e o tempo da festa

A *Saturnalia*, de Macróbio, como dissemos, representa o mais importante testemunho literário acerca da continuidade do *convivium* na Antiguidade Tardia. Podemos defini-la como

⁵⁸ Essa ideia também é defendida por Kaster (2011, p. 21), ao afirmar que não há na *Saturnalia* elementos que um cristão não possa ter escrito. O autor elenca alguns argumentos a fim de corroborar sua tese, como o fato de que, em 430, dificilmente um pagão seria admitido na administração imperial, além de que, em pleno século V, e diante das medidas empreendidas por Teodósio contra a religião pagã, era pouco provável que um pagão tivesse esse nome.

uma obra literária de caráter enciclopédico, do gênero literário diálogo. O próprio Macróbio (*Sat.*, 1, 1, § 1) formula uma síntese acerca da obra:

Isso são as saturnais: principais membros da nobreza romana e outros homens instruídos estão reunidos na casa de Vétio Pretextato, onde estão dedicando o tempo da observância religiosa habitual para a conversa culta, compartilhando refeições com boas companhias ao redor, não abandonando a companhia do outro a não ser para o descanso noturno.

O enredo da *Saturnalia* consiste na representação de um *convivium*, no decorrer do qual se reuniram os principais membros da aristocracia senatorial de fins do século IV, por três dias, para discutirem tópicos da cultura clássica. O banquete de Macróbio tem como pano de fundo as Saturnais, uma festa realizada em honra ao deus latino Saturno, assimilado a Cronos, uma divindade grega. Os festivais tinham um papel social marcante no mundo greco-romano, sendo realizados de acordo com o calendário a fim de invocar a proteção divina sobre os assuntos públicos e privados, além de unir a sociedade em torno de rituais⁵⁹. As performances e os ritos realizados no momento festivo auxiliavam a formação da identidade do indivíduo, atuando como instrumentos de manutenção da ordem e mitigando os conflitos (BRANDT; IDDENG, 2012, p. 1-6).

As Saturnais eram uma festa que se encaixava nessa definição. Conhecida como uma das festas mais populares de Roma, era celebrada durante a República somente no dia 17 de dezembro, no caso, no décimo quarto dia antes das calendas de janeiro (Macrob., *Sat.*, 1, 10, § 18-23). No entanto, o festival foi ampliado em 46 a.C. devido às mudanças que Júlio César realizou no calendário romano, quando foram adicionados dois dias ao mês de dezembro, de

⁵⁹ De acordo com Mendes e Borges (2008, p. 79 e ss.), a regulação do tempo também é uma construção social, de modo que o homem, ao se inserir na sociedade através do nascimento, é submetido a um sistema de tempo, o calendário, que regula suas atividades. Desse modo, os calendários “são compreendidos como forma de ‘regramento’ da vida em sociedade, ou seja, como meios de orientação dentro da continuidade móvel da sociedade como um todo”. Eles atuam como reguladores da vida social, moldando o ritmo de vida do homem, em âmbito privado ou público. As festas, no caso, estavam inseridas nesse processo, sendo realizadas de acordo com o calendário. Isso impedia que tais festivais caíssem no esquecimento, o que assegura sua realização a cada ciclo de tempo. O conjunto de festividades religiosas ditava o ritmo da vida social, determinando até mesmo os dias que deveriam ser dedicado aos negócios ou aos deuses (*fastos* ou *nefastos*).

modo que as Saturnais passaram a ter duração de três dias. Macróbio ainda ressalta que, a partir da incorporação da festa das Sigilárias, que costumavam ocorrer entre os dias 21 e 22 de dezembro, as Saturnais se estenderam por sete dias.

Em relação às origens do festival, Agnolon (2013, p. 51-2) afirma que o culto a Saturno era praticado antes mesmo da fundação da *Urbs*. A festa era ligada a cerimônias agrárias, pois Saturno estava associado à fertilidade agrícola, sendo, por vezes, representado como inventor da agricultura. Além disso, Saturno era considerado um dos reis do Lácio na Idade de Ouro, sendo lembrado pela boa administração, clemência e justiça.

Encontramos o seguinte relato mitológico sobre a divindade padroeira da festa na obra de Macróbio (*Sat.*, 1, 7, § 21-24). De acordo com o autor, Saturno, ao chegar ao Lácio com sua frota, foi recebido com hospitalidade por Jano, a quem teria ensinado a agricultura e, conseqüentemente, ajudado a melhorar a qualidade de vida da população por meio da difusão das técnicas agrícolas⁶⁰. Diante disso, Jano decidiu partilhar o poder com Saturno, de maneira que ambos os deuses passaram a governar em conjunto o território do Lácio. Quando Saturno desapareceu abruptamente, Jano, a fim de honrá-lo, nomeou seu território de Satúrnica e estabeleceu um altar de adoração e ritos sagrados ao qual denominou de Saturnais.

As comemorações das Saturnais ocorriam durante o solstício de inverno, período de encerramento de colheitas, remetendo assim à origem agrária da festa. Esse período era caracterizado como um tempo de descanso e de alegria, seguido pelo consumo de alimentos. De acordo com Agnolon (2013, p. 76-7)

“O festival se configurava, pois, como verdadeira festa da colheita. No lugar do labor extenuante da lavoura, o homem festeja o produto desse trabalho, e a abundância que granjeou dos campos se converte em signo peculiar da festa, em

⁶⁰ De acordo com Hacquard (1996, p. 183), Jano é um deus romano considerado o princípio e a origem de todas as coisas. O primeiro mês do ano, bem como o primeiro dia de todo mês, era consagrado a ele. Uma de suas características é ser o protetor das chegadas e saídas, além do deus da porta, tanto da cidade, quanto das casas.

que, supostamente, o regramento e o delicado racionamento de alimentos são deixados de lado”.

Em relação à ausência de regramento citada por Agnolon, as Saturnais eram caracterizadas como um período de supressão das hierarquias. Durante a festa os escravos eram autorizados a se banquetear ao lado dos seus senhores, pois ambos se encontrariam no mesmo patamar. Essa igualdade entre senhores e escravos estaria associada à Idade do Ouro, quando Saturno reinava sobre o Lácio, período em que não havia distinções sociais. De acordo com Macróbio (*Sat.*, 1, 7, § 26):

“Diz-se que os tempos do reinado [de Saturno] foram felicíssimos, época em que, pela abundância de todas as coisas, ninguém era distinguido, fosse pela escravidão, fosse pela liberdade. Daí pode-se depreender por que toda a licença é permitida aos escravos durante as comemorações das Saturnais”⁶¹.

Apesar da liberdade concedida aos escravos durante as Saturnais, nem todos os aristocratas festejavam do mesmo modo. Agnolon (2013, p. 101; 117-8) cita o caso de Plínio, o Jovem, que, apesar de não proibir seus escravos de festejar as Saturnais, preferia se ausentar dos festins. Agnolon assinala também que as liberdades concedidas aos escravos devem ser relativizadas, pois apesar da ausência de hierarquias sociais no decorrer da festa, o desregramento não se sustentava no tempo. De fato, tanto o preparo do banquete quanto o serviço da mesa eram ocupações de responsabilidade dos escravos. Dolansky (2011, p. 498) também corrobora essa ideia. De acordo com a autora, as Saturnais concediam aos escravos uma liberdade de movimento que não lhes era permitida em nenhuma época do ano.

Como ressalta Agnolon (2013, p. 117), a inversão social das Saturnais reforçava as hierarquias. Embora o escravo usufrísse de certa liberdade, esse privilégio não lhe pertencia originalmente, mas ao seu senhor. As Saturnais funcionavam tanto como uma válvula de

⁶¹ Tradução de Alexandre Agnolon (2013, p. 100).

escape ao aliviar as tensões sociais, como fortaleciam a posição dos senhores, sempre lembrando aos escravos que aquela não era a sua posição social original. Como aponta Dolansky (2011, p. 500), “por essa lógica, porque a inversão do papel das Saturnais foi temporária e artificial, essa divergência com a ordem estabelecida realmente ajudou a reforçar os modos de comportamento e a estrutura hierárquica experimentados todos os dias do ano como normais e naturais”.

Em relação às cerimônias que compunham a festa, Agnolon (2013, p. 75) afirma que aquelas se iniciavam no templo de Saturno, localizado no Fórum. O templo possuía um importante significado para o cidadão, pois era onde se guardava o tesouro público. No local, havia uma estátua do deus envolta em faixas de lã, que só eram desatadas na abertura da festa (HACQUARD, 1996, p. 260; SCULLARD, 1981, p. 206). No templo de Saturno, era realizado um sacrifício, com a presença de senadores e equestres. Após o sacrifício, ocorria o *lectisternium*⁶², que consistia em um banquete ritual, além de um *convivium* público, ambos patrocinados com recursos públicos. Ademais, os membros da aristocracia deveriam se despejar de seus adornos, emblemas ou qualquer artefato que simbolizasse seu *status* social, como, por exemplo, as roupas utilizadas no exercício dos cargos públicos. Os homens, além de substituírem a toga pela túnica, tinham o costume de usar o *pilleus*, um barrete comumente usado pelos libertos.

A festa tinha prosseguimento nas ruas, sob os gritos de “*Io Saturnalia*” (Viva as Saturnais), onde ocorriam brincadeiras e jogos de azar. Além do mais, as Saturnais não aconteciam somente em âmbito público, como o texto de Macróbio nos permite concluir. Durante os demais dias da festa, havia banquetes privados nos quais, além do consumo de vinho e de alimentos, realizavam-se discussões literárias, jogos e, como ressalta Dolansky

⁶² O *lectisternium* consistia em um banquete onde as divindades eram incluídas como comensais. De acordo com Beltrão (2012, p. 61), a prática que teve início no início do século IV a.C, consistia em um grande banquete ritual, luxuoso, que atraía a população a fim de mostrar os deuses, em estátuas, festejando. No momento da Saturnalia, o ritual era preparado pelos senadores (AGNOLON, 2013, p. 75).

(2011, p. 489-494), a troca de presentes entre os convidados. Em relação a esse último aspecto, Navarro Antolín (2010, p. 10), afirma que os presentes mais comuns consistiam em velas de cera ou estatuetas de argila (*sigilaria*).

Como já mencionamos, Macróbio, na *Saturnalia*, representa vários personagens históricos dos séculos IV e V, reunidos em um *convivium* durante as festividades de Saturno, que, ao longo de três dias, dedicaram-se a debater diversos assuntos que faziam parte da formação educacional do homem antigo. Embora Macróbio tenha redigido sua obra por volta de 430 d.C., o banquete retratado por ele na *Saturnalia* não ocorreu no século V, mas no IV. Analisando-se a *Saturnalia*, percebe-se que Macróbio tinha ciência das convenções dos gêneros simpósio literário e diálogo. Portanto, era de conhecimento do autor que as obras desse gênero normalmente situavam a data cênica próxima à morte do personagem principal, no caso da *Saturnalia*, Pretextato. Como já dissemos, a obra *De Republica*, de Cícero, influenciou bastante Macróbio. De acordo com Cameron (1966, p. 28-9), Cícero situa seu diálogo apenas uma semana antes da morte de Cipião, o personagem principal. Por analogia, conclui-se que Macróbio fixou a data cênica do diálogo próxima à morte de Pretextato, que provavelmente morreu no fim do ano de 384.

Marinone (1967, p. 15) concorda que Macróbio seguiu essa convenção e aponta que a data cênica do *convivium* seria 384, por ser o ano da morte de Pretextato. O aristocrata ainda estaria vivo em 9 de setembro de 384, entretanto já haveria morrido em 1 de janeiro de 385. Desse modo, o autor argumenta que Macróbio teria optado por representar o banquete numa data na qual Pretextato ainda estivesse vivo, sendo a *Saturnalia* de 384 a melhor opção.

No passado, essa data também era defendida por Alan Cameron (1966). Todavia, em seu livro *The last pagans of Rome* (2011), o autor alterou sua teoria e situou a data cênica do *convivium* em 382. Cameron, apesar de concordar que Macróbio explorava as convenções do gênero literário diálogo, e do subgênero simpósio literário, acredita que não apenas esse

aspecto afetou o trabalho intelectual de Macróbio, mas também a situação na qual se encontrava o paganismo. De acordo com Cameron (2011, p. 243-6), 382 teria sido o ano das últimas Saturnais antes das medidas baixadas por Graciano que, de acordo com o autor, desferiram um duro golpe contra o paganismo⁶³. Cameron, desse modo, defende que Macróbio, ao descrever um banquete ameno no qual abundavam referências aos deuses pagãos sem mencionar nenhum infortúnio, teria situado o diálogo em 382.

Kaster (2011, p. 25), no entanto, apesar de corroborar a tese que Macróbio situou a data cênica do banquete próxima à morte de Pretextato, como fazem outros autores, argumenta que o banquete teria ocorrido nas Saturnais de 383, de modo que, segundo ele, Macróbio teria adotado como marco cronológico a morte de Pretextato, e não tanto as medidas de Graciano tomadas em 382. Acreditamos, assim como Kaster, que a data mais plausível para o banquete seria 383, de maneira que entre a data cênica do banquete retratado na *Saturnalia* e a data de redação da obra literária teriam decorrido cerca de cinquenta anos.

Os convidados do banquete representado por Macróbio são doze, constituído por oito romanos, três gregos e um egípcio. Há ainda outro dois convidados cuja função é apenas a de introduzir o diálogo de acordo com os *tópoi* que regiam o gênero do simpósio. São eles Décio Albino e Rúfio Postumiano. Décio foi governador da Campânia em 387/98 e prefeito de Roma em 402, sendo jovem por ocasião do diálogo, tendo por volta entre quinze e vinte anos de idade. Rúfio Postumiano, por sua vez, era um advogado, tão empenhado em suas atividades que foi obrigado a declinar do convite de Pretextato, enviando em seu lugar um rétor grego Eusébio (KASTER, 2011, p. 26; NAVARRO ANTOLÍN, 2010, p. 23). Vale notar

⁶³ O imperador Graciano, que reinou de 367 a 383, realizou uma série de medidas a fim de beneficiar a fé ortodoxa, principalmente devido à influência do bispo Ambrósio de Milão e de Teodósio, general cristão ao qual Graciano se associou em 379 atribuindo o governo do Império Romano do Oriente. De acordo com Silva (2006, p. 260-1), em 382, o imperador retirou da Cúria do Senado o altar da deusa Vitória, onde os senadores queimavam incenso e faziam juramentos antes de iniciarem seus trabalhos. Essa medida configurou como uma afronta à elite pagã senatorial romana. Além do mais, Graciano renunciou ao título de *pontifex maximus*, sumo pontífice da religião romana, algo que nunca havia acontecido, já que desde Augusto todos os imperadores haviam recebido o título. Em relação à manutenção dos cultos, Graciano suspende subsídios direcionados aos templos pagãos e os benefícios financeiros concedidos às vestais e aos sacerdotes.

que a maioria dos convivas presentes na *Saturnalia* pertencia ao círculo de Símaco (CAMERON, 1966, p. 33).

O principal personagem do diálogo é em Vétio Agório Pretextato, um dos homens mais distintos de sua geração e anfitrião do primeiro dia do banquete. Dentre os cargos que ocupou, podemos citar o de governador da Acaia (362-364), prefeito de Roma (367-368) e prefeito do pretório da Ilíria e da África, entre outros postos. Pretextato teria sido indicado para consulado de 385, contudo morreu antes de assumir. Além do mais, era uma autoridade religiosa e um grande defensor da religião pagã, tendo ocupado cargos religiosos em diversos colégios sacerdotais, como o do Sol e o de Vesta, estando ainda associado a religiões orientais, como o culto de Mitra. Não é surpresa, pois, que na *Saturnalia* Pretextato seja considerado um especialista em questões religiosas, abordando assuntos como a própria festa das Saturnais e a composição do calendário, além de expor seu conhecimento acerca de Virgílio. Sabemos também que Pretextato mantinha contato regular com Símaco (KASTER, 2010, p. 26; NAVARRO ANTOLÍN, 2010, p. 24).

Outro personagem de destaque no século IV foi Virio Nicômaco Flaviano, o anfitrião do segundo dia do banquete. Flaviano ocupou diversos cargos na administração imperial, dentre os quais podemos citar: vicário da África (377); *quaestor sacri palatii* (389-390)⁶⁴; prefeito do pretório da Itália e da Ilíria (390-392) e governador da Sicília (364-365), dentre outros. No episódio de usurpação de Eugênio, em 392, Flaviano o apoiou⁶⁵, mas diante da

⁶⁴ O *quaestor sacri palatii* era um dos funcionários civis mais importantes dentro do Império, responsável pelas promulgações e decisões legais que deveriam ser emitidas pelo imperador. Devido à especialização da função, tornou-se necessário um treinamento educativo do indivíduo a fim de ocupar o cargo. (BERGER, 1991, p. 664). O posto de *quaestor* foi criado por Constantino, mas somente foi integrado ao *consistorium*, o conselho do governo, durante o governo de Constâncio (SILVA, 2003, p. 61).

⁶⁵ Após morte inesperada de Valentiniano II em maio de 392, Eugênio é proclamado Augusto da parte ocidental do Império com o apoio de Arbogasto em agosto do mesmo ano. Eugênio também obteve apoio de Nicômaco Flaviano enquanto prefeito do pretório da Itália, e garantiu um acordo com a elite senatorial pagã, sendo que esses dois últimos estavam em busca da retomada do paganismo no Império. Eugênio, ao propor a divisão do colégio imperial a Teodósio, recebe a ascensão de Honório como resposta do imperador e decide ir até Roma e ser proclamado imperador pelo Senado (BRANDÃO, 2015, p. 40-1). De acordo com Frighetto (2012, p. 128), diante da usurpação de Eugênio, Teodósio se dirigiu ao território ocidental do Império, deixando seu filho Arcádio sobre a responsabilidade da parte oriental. O exército de Eugênio, com o apoio de Arbogasto, enfrentou-

derrota do usurpador, vencido por Teodósio, Flaviano cometeu suicídio tendo sofrido em seguida um processo de *damnatio memoriae*⁶⁶. No entanto, devido aos esforços de seu filho e de seu neto, sua memória foi reabilitada. Assim como Pretextato, Flaviano era amigo de Símaco e seu correspondente (KASTER, 2011, p. 27; NAVARRO ANTOLÍN, 2010, p. 30).

A presença de Quinto Aurélio Símaco no banquete da *Saturnalia* é emblemática em virtude dos esforços do personagem no sentido de preservar as tradições pagãs. De acordo com Kaster (2011, p. 28), Símaco nasceu por volta de 340 e, assim como os demais, ocupou diversos postos no Estado imperial, como o de governador da África (373), prefeito de Roma (384-85) e cônsul (391). Símaco era um expoente da elite romana ocidental, um orador exemplar e versado na *paideia*. O personagem é conhecido devido ao discurso endereçado ao imperador Valentino em defesa do restabelecimento do altar da deusa Vitória, que teria sido retirado do recinto do Senado por Graciano⁶⁷. Na obra de Macróbio, Símaco é o anfitrião do terceiro dia do banquete, sendo retratado como um grande conhecedor da poesia de Virgílio.

Outro conviva representado no banquete é Caecina Albino, que ocupou o cargo de governador da Numídia por volta de 360 e atuava como sacerdote de Vesta. Albino é apresentado como um amigo íntimo de Símaco, embora não haja exemplos de epístolas trocadas entre eles. Na *Saturnalia*, é retratado como um profundo conhecedor da cultura clássica. Rufio Albino, por sua vez, foi prefeito de Roma (389-391) e, assim como Caecina

se contra as forças militares de Teodósio e seus aliados bárbaros, por volta de setembro de 394, próximo a Aquileia. Após o confronto, Teodósio saiu vitorioso.

⁶⁶ As consequências da *damnatio memoriae* consistiam na privação da sepultura do indivíduo, além do fato de que não era permitido pronunciar o nome do *damnatus*. As inscrições com seu nome eram apagadas, suas imagens, estátuas ou templos eram derrubados e seus atos durante o governo eram anulados (ESCRIBANO, 1990, p. 248).

⁶⁷ Durante o governo de Augusto, foi instalado uma estátua da deusa Vitória na Cúria Senatorial em 29 a.C. No início das sessões do Senado, os magistrados ofereciam incenso, no entanto a estátua foi retirada pela primeira vez por Constâncio, por considerá-la um insulto ao cristianismo. Durante o governo de Juliano (361-363), a estátua foi recolocada, porém retirada novamente em 381 por Graciano. Após morte desse último, Símaco redige a *Relatio 3*, no ano de 384, e envia ao imperador Valentiniano II reclamando a retirada do altar da deusa Vitória e pedindo a reposição enquanto um ato de tolerância religiosa. Símaco recebe respostas de pensadores cristãos que não concordavam com a volta do altar, a exemplo da *Contra Orationem Symmachi*, de Aurélio Prudêncio Clemente e as *Epistolae 17* e *18* de Ambrósio (NAVARRO ANTOLÍN, 2010, p. 27; POHLMANN, 2012, p. 41).

Albino, era tido como um apreciador da cultura clássica, em especial da obra de Virgílio (KASTER, 2010, p. 29).

O banquete de Macróbio não reúne somente aristocratas que haviam ocupado postos na administração pública. Eustácio, por exemplo, era um filósofo grego, conhecedor das principais escolas filosóficas, fluente em latim e grego, sendo culto o suficiente para discursar sobre Virgílio. Já Avieno, um dos mais jovens dos convivas, é apresentado como imaturo no início do *convivium*. Todavia, no decorrer do banquete, percebe-se uma mudança em sua postura. O personagem é amiúde identificado com o fabulista Avieno, que dedicou sua obra, *Fabulae*, a Macróbio. Sérvio, assim como Avieno, é mais jovem do que os demais convivas e trata-se de um gramático recém-iniciado na profissão. Sérvio teria nascido por volta de 360, tendo escrito um comentário acerca das poesias de Virgílio, *In tria Virgilit Opera Expositio*, além de outros tratados técnicos sobre métrica (KASTER, 2010, p. 29-32; NAVARRO ANTOLÍN, 2010, p. 25-31). No banquete, pronuncia discursos acerca de questões de gramática, sempre adotando uma postura de timidez e humildade, mesmo diante dos elogios que recebe dos demais convidados.

Como mencionamos, quando Postumiano precisou recusar o convite de Pretextato para participar do banquete, Eusébio, um professor grego de retórica, foi convidado às pressas a fim de ocupar a vaga deixada pelo advogado. É Eusébio que relata os acontecimentos dos três dias de banquete a Postumiano e, este, por sua vez, o narra a Décio. Eusébio, na *Saturnalia* é retratado como um extraordinário orador, embora somente parte de seu discurso tenha sobrevivido. Devido à falta de informações acerca de sua pessoa, permanece a dúvida se o personagem não teria sido uma invenção de Macróbio, ao contrário dos demais (KASTER, 2011, p. 31; NAVARRO ANTOLÍN, 2010, p. 30-1).

Os últimos três convivas comensais, Eusébio, Disário e Hórus, não foram convidados por Pretextato, situação característica da literatura do simpósio, assim como ocorre no

Banquete, de Platão. Evangelo, o único aristocrata dentre os três, possuía uma propriedade em Tivoli (Macrob. *Sat.*, 7, 16, § 15). Evangelo exerce o papel do convidado antipático e arrogante, opondo-se à posição da maioria ou fazendo perguntas provocativas (NAVARRO ANTOLÍN, 2010, p. 31-3). Devido ao seu nome, defendeu-se que Macróbio teria pretendido fazer alusão ao cristianismo associando-o a um tipo desagradável. Kaster (2011, p. 33-4) além de se contrapor a ideia, sugere que Macróbio, na verdade, inspirou-se em uma das cartas de Símaco, na qual certo Evangelo é retratado como uma pessoa rude. Cameron (1966, p. 35) também afirma que a teoria da inspiração cristã de Macróbio deve ser reconsiderada, pois um personagem desagradável faz parte dos cânones literários do simpósio. Dentre as atitudes de Evangelo consideradas ofensivas, podemos citar seu desprezo pelos escravos (*Sat.*, 1, 11, §1), o consumo desenfreado de vinho (*Sat.*, 2, 8, § 4) e o tratamento grosseiro para com um dos convidados mais novos do banquete (*Sat.*, 2, 2, § 12).

Por fim, temos, na *Saturnalia*, os personagens de Disário e Hórus, que chegam junto com Evangelo à casa de Pretextato no primeiro dia. Disário, um médico grego que trabalhava em Roma, é descrito por Macróbio como um dos mais importantes de sua área. O personagem é provavelmente inspirado em um indivíduo, também médico, citado nas cartas de Símaco, além de, devido à sua profissão, desempenhar um dos papéis característicos da literatura do simpósio. O único egípcio do banquete é Hórus, um lutador que se dedica à filosofia, talvez inspirado em um lutador egípcio mencionado em uma das cartas de Símaco. Suas intervenções no diálogo consistem em dúvidas a respeito das instituições romanas ou sobre a própria realização das Saturnais, além de fornecer informações acerca da cultura egípcia (NAVARRO ANTOLÍN, 2010, p. 32-3).

Na *Saturnalia* reúnem-se, portanto, quatorze personagens, dos quais dois, Décio e Postumiano, surgem somente no início da obra a fim de introduzir o diálogo, enquanto os demais participam do banquete e das discussões literárias ao longo dos três dias de festa.

Como afirma Cameron (2011, p. 246), Macróbio, ao seguir o modelo do *De Republica*, de Cícero, ao evocar grandes nomes do passado, também escolheu personagens que já estavam mortos no momento de redação da obra. Além disso, todos os personagens eram contemporâneos a Pretextato, com somente três exceções: Décio Albino, Sérvio e Avieno, que não teriam idade nem maturidade suficiente para participarem do banquete, embora tenham sido representados por Macróbio bem mais velhos do que realmente eram em 383. O próprio Macróbio, no início do livro primeiro, justifica-se ao explicar que um ou dois convivas presentes no diálogo ainda não haviam alcançado a idade requerida para fazerem parte no *saeculo Praetextati* (*Sat.*, 1, 1, § 5).

Macróbio, ao redigir a *Saturnalia*, reúne doze convivas que, durante três dias das Saturnais, de (17-19 de dezembro), dedicam-se a discutir diversos assuntos próprios da formação cultural greco-romana. Os assuntos mais densos eram discutidos pela manhã, enquanto os mais amenos ocupavam o resto do dia. De acordo com Kaster (2011, p. 42), ao contrário da divisão em sete livros na qual a *Saturnalia* se reparte atualmente, Macróbio teria organizado a obra em três unidades, correspondentes aos três dias do banquete.

A obra se inicia com Décio interrogando Postumiano a respeito de como foram as conversas realizadas ao longo do banquete e quem estava presente. Postumiano, que havia declinado do convite de Pretextato, soube por Eusébio e por Avieno como havia ocorrido o banquete durante as Saturnais. A obra se desenrola, então, com o relato de Postumiano a Décio acerca das discussões travadas nos três dias de festa (*Sat.*, 1, 2, § 1-14).

Reproduzimos abaixo um quadro sinóptico elaborado por Kaster (2011, p. 49-53), acerca do que foi discutido. Na primeira coluna, encontram-se as referências na obra. Na segunda coluna, os temas tratados e, por último, quem liderou o debate.

VÉSPERAS DA SATURNALIA, 16 DE DEZEMBRO: CASA DE PRETEXTATO

1, 2, § 15-19 1, 3 1, 4, § 1 – 1, 5, § 10 1, 5, § 11-6	Introdução Os dias romanos Usos arcaicos do latim Preparativos para o próximo dia	Caecina Albino Servio
-----------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------

PRIMEIRO DIA, 17 DE DEZEMBRO: CASA DE PRETEXTATO

Manhã: 1, 6, § 1 – 1, 24, § 25

1, 6, § 1-2	Os convidados chegam	Pretextato
1, 6, § 3-30	“Pretextato” e outros nomes	Pretextato
1, 7, § 1-13	Convivas não convidados chegam	
1, 7, § 14 – 1, 10, § 23	Origem das Saturnais	Pretextato
1, 11	Humanidade dos escravos	Pretextato
1, 12-16	O calendário romano	Pretextato
1, 17-23	Teologia solar	Pretextato
1, 24	Virgílio é escolhido como tópico para os dias 2-3.	

Tarde: 2, 1, § 1 – 2, 7, § 19

2, 1	Escolha do tópico para a discussão da tarde	
2, 2	A sagacidade dos nobres anciãos	Todos os convivas
2, 3	Sagacidade de Cícero	Símaco
2, 4-5	Sagacidade de Augusto e Júlia	Avieno
2, 6-7	Sagacidade de Labério, Publílio, e outros	Avieno

Noite: 2, 8, § 1 – 2, 8, § 15

2, 8, § 1-3	Transição	
2, 8, § 4-15	O lugar apropriado do prazer	Eustácio

SEGUNDO DIA, 18 DE DEZEMBRO: CASA DE FLAVIANO

Manhã: [Lacuna] 3, 1, § 1 – 3, 12, §10 [Lacuna]

3, 1-12	Astrologia, filosofia em Virgílio	Eustácio
	Lei augural em Virgílio	Flaviano
	Lei dos pontífices em Virgílio	Pretextato

Tarde: [Lacuna] 3, 13, § 1 – 3, 17, §18

3, 13	Crítica dos costumes atuais	Hórus
	O luxo dos antigos	Caecina Albino
3, 14 - 17	O luxo dos antigos; Leis	Rufio Albino

Noite: 3, 18, § 1 – 3, 20, § 8

3, 18 – 20	Variedade de nozes, frutas e azeitonas	Sérvio
------------	----------------------------------------	--------

DIA 3, 19 DE DEZEMBRO: CASA DE SÍMACO

Manhã: [Lacuna] 4, 1, § 1 – 6, 9, § 13

4, 1-6	Virgílio e a retórica	Símaco
5, 1	Virgílio e a oratória: nos sentimentos	Eusébio
5, 2 – 10	Virgílio e a oratória: os quatro estilos	Eusébio
5, 11 – 16	Virgílio imita Homero	Eustácio
5, 17, § 1-6	Comparação entre Virgílio e Homero	Eustácio
5, 17, § 7-14	As falhas de Virgílio ausentes em seu modelo	Eustácio
5, 17, § 15-19	Virgílio imita Píndaro	Eustácio
5, 18-20	Virgílio e seus empréstimos do grego	Eustácio
5, 21	Virgílio e a literatura grega	Eustácio
	Virgílio e os nomes gregos para copos	Eustácio

5, 22	Virgílio e a sabedoria grega	Eustácio
6, 1-3	Virgílio e os poetas romanos	Rúfio Albino
6, 4-5	Virgílio e o vocabulário da literatura arcaica	Caecina Albino
6, 6	Figuras inovadoras de Virgílio	Sérvio
6, 7-9	Enigmas de Virgílio explicados	Sérvio
<u>Tarde: 7, 1, § 1 – [Lacuna]</u>		
7, 1	Lugar da filosofia no banquete	Eustácio
7, 2-3	Questionamentos e críticas	Eustácio
7, 4-13	Questões médicas	Disário
7, 14-15	Ingestão	Disário vs. Eustácio
7, 16, § 1-14	A galinha e o ovo	Disário
7, 16, § 15-34	Os efeitos do luar	Disário
<u>Noite: [Lacuna]</u>		

Após os procedimentos da véspera, as discussões ocorrem durante três dias, cada um deles na casa de um anfitrião. Infelizmente, boa parte das discussões de dois dos três dias do diálogo foi perdida, pois a obra chegou até nós incompleta.

A originalidade da *Saturnalia* ou, no caso, a falta dela, é um dos aspectos mais discutidos a respeito da obra. Como ressalta Marinone (1967, p. 41), Macróbio não redigiu uma obra original, mas compilou inúmeros excertos de obras que julgou indispensáveis à formação do homem romano. No entanto, o propósito do autor não consistia em escrever uma obra original, de modo que o próprio Macróbio (*Sat.*, pref. § 4) se justifica por, muitas vezes ao longo da sua narrativa, usar exatamente as mesmas palavras que os autores das fontes originais usaram, e ressalta que “o trabalho diante de vocês não promete uma demonstração de eloquência, mas uma acumulação de coisas que se deve conhecer”.

O autor honestamente esclarece seu método no prefácio da *Saturnalia*:

Nós devemos imitar as abelhas, se eu posso colocar assim: deslocam-se, provando as flores, organizam o que quer que tenham reunido, distribuindo entre as células de favo de mel, e misturando a qualidade peculiar de seu próprio espírito, transformam os diversos tipos de néctar em um único sabor. Eu também me comprometerei a escrever tudo o que procurei na minha leitura variada, de modo que, ao ser organizado de forma consistente, irá se juntar em um todo ordenado. (Macrob., *Sat.*, § 8)

Macróbio não está preocupado apenas em reunir o conhecimento e transmiti-lo, mas procura organizá-lo de forma harmoniosa. Kaster (2011, p. 46) ressalta que, a fim de concluir seu objetivo, Macróbio não somente realiza um empréstimo cultural, reproduzindo ao pé da letra o conteúdo, mas também o reformula, edita, omite, substitui a fim de adequar a informação à estrutura da obra. De acordo com Navarro Antolín (2010, p. 38), Macróbio reproduz com frequência passagens das obras *Noctes Atticae* de Aulo Gélio; das *Quaestiones convivales*, de Plutarco, principalmente ao longo do livro VII; e das *Epistulae* de Sêneca, dentre outras inúmeras fontes.

Gênero literário e tradição manuscrita

A *Saturnalia* não se resume a uma obra enciclopédica, pois Macróbio se preocupou em organizar todo o material sob a forma de um diálogo caracterizado por falas extensas, por meio das quais os convivas, por meio do debate, tinham a oportunidade de expor sua erudição. Compreendemos que Macróbio optou por compor sua obra de acordo com o gênero literário diálogo, enquanto o simpósio literário seria um subgênero, tendo como modelo a obra *Symposium* do filósofo grego Platão, escrita por volta de 380 a.C. Percebe-se que o autor tem ciência dessa tradição ao evocar a obra de Platão ainda no prefácio da *Saturnalia* (Macrob., *Sat.*, 1, 1, §3).

A obra é redigida no modelo de um diálogo, gênero utilizado por Platão e Xenofonte a fim de registrar os ensinamentos de Sócrates entre os séculos V e IV a.C. Richard Lim (2008,

p. 153) salienta que o diálogo, na literatura antiga, é mais do que um vínculo de transmissão do conhecimento literário e filosófico, consistindo em um jogo que se desenvolve dentro de um recinto específico, onde ocorrem interações entre indivíduos do mesmo círculo social e que possuem uma herança cultural em comum. Como resultado, o diálogo funciona como um meio de transmissão de códigos, valores e normas culturais aos leitores. Embora o diálogo pudesse ocorrer em qualquer ambiente, o simpósio, ou seu congênere romano, o *convivium*, se tornou o mais comum.

De acordo com Lim (2008, p. 154-5), tanto o simpósio como instituição social quanto o diálogo como gênero literário criaram um espaço idealizado onde a aristocracia se reunia para conversar e exibir sua desenvoltura na *paideia*. O fato de o simpósio ser reservado a uma elite aristocrática aumentou o prestígio e a importância literária do diálogo enquanto gênero literário. Em relação ao público leitor, o fato de um indivíduo ser capaz de ler e compreender as questões debatidas no diálogo era tido como um indício não apenas de alfabetização, mas também de erudição, pois não era tarefa fácil acompanhar as discussões descritas em tais obras literárias.

Um dos aspectos dos diálogos é a discussão sobre como proceder no ato do banquete, ou acerca da erudição do grupo de convivas, elementos que encontramos na *Saturnalia* (GODHILL, 2008, p. 4). Como salienta König (2008, p. 89), as demonstrações de erudição durante o banquete eram uma forma de honrar a tradição. Os diálogos da Grécia antiga também possuem um “marco”, um motivo que leva os convivas a se reunir, como no caso dos banquetes de Platão e Xenofonte, que também ocorrem durante ocasiões festivas. No caso do *convivium* representado por Macróbio, o “marco” é a festa das Saturnais.

Era comum nos diálogos a presença de um narrador que, embora ausente do banquete, dele obtém as informações por meio de um dos convidados. No *Banquete*, de Platão, Apolodoro, que não compareceu ao banquete, o relata a Glauco com base no que ouviu de

Aristodemos, um dos convivas (Platão, *Symposium*, 172a-173e). No caso da *Saturnalia*, esse narrador é Postumiano, que relata o banquete a Décio com base no que soube por Eusébio e Avieno. Além disso, no subgênero do simpósio, os convivas não possuem a mesma origem, não têm a mesma idade, nem exercem a mesma função (NAVARRO ANTOLÍN, 2010, p. 12). Na *Saturnalia*, como exposto, percebe-se exatamente essa heterogeneidade entre os convidados.

Alguns personagens também são comuns no subgênero do simpósio literário⁶⁸, como o anfitrião que oferece o banquete. Na obra de Platão, Agatão era o anfitrião do *symposium* oferecido em sua honra após vencer um concurso de tragédias. No caso da *Saturnalia*, Pretextato, Nicômaco e Símaco são os três anfitriões de cada um dos dias do banquete. Outro personagem característico do simpósio literário é o comensal não convidado, o “penetra”, que participava do banquete por conta própria. Na *Saturnalia*, tanto Evangelo quanto Hórus e Disário se enquadram nessa categoria. Evangelo representa ainda outro tipo: o conviva desagradável (NAVARRO ANTOLÍN, 2010, p. 13).

Por fim, ainda sobre o simpósio literário, König (2008, p. 89) afirma que uma das características do gênero consiste em fornecer modelos de conduta ao leitor. No simpósio, os convivas, por meio das discussões travadas, formulam instruções que os seus companheiros devem adotar. No entanto, essas instruções também são direcionadas ao leitor. Tal afirmação está em consonância com o argumento de Kaster (1980), já apresentado anteriormente, segundo o qual Macróbio, ao construir os personagens do *convivium*, teria buscado orientar os seus contemporâneos sobre valores e atitudes exemplares, incluindo o bom uso do corpo nas ocasiões de sociabilidade.

⁶⁸ Há ainda outros personagens característicos da obra de Platão, mas que não se encontram na obra de Macróbio: a presença de um conviva mais bem humorado, responsável por brincadeiras; um convidado que em algum momento do banquete é humilhado por outro comensal; um conviva que não se cansa de beber e, por fim, um casal de comensais unidos por vínculos afetivos. (NAVARRO ANTOLÍN, 2010, p. 13)

Durante o período em que Macróbio redigiu a *Saturnalia*, o principal suporte utilizado pelos autores para escrever havia sido modificado. Segundo Cavallo (2004, p. 142-3), o uso do *volumen*, isto é, do rolo, começa a enfraquecer a partir do século II, de maneira que os últimos livros latinos sob a forma de rolo datam de finais do século III e início do IV. Portanto, o uso do *codex*, do livro tal como nós o conhecemos, desse modo, se estabelece no Ocidente em fins do século III. Como afirma Marrou (1979, p. 16), essa foi uma importante transformação ocorrida no domínio da cultura na Antiguidade Tardia.

De acordo com Cavallo (2004, p. 145), o *codex* logo se propagou tanto no Ocidente quanto no Oriente, sendo utilizado por judeus, cristãos ou pagãos independentemente do nível social⁶⁹. O *codex* se difundiu principalmente por ser mais fácil de manusear, além de menos custoso. O *volumen* era constituído por um rolo, formado a partir da união de inúmeras folhas de papiro ou pergaminho. O texto era transcrito em colunas que simulavam páginas, que depois eram enroladas em uma haste cilíndrica. O autor ressalta a fragilidade do *volumen* que, no momento da leitura, deveria ser enrolado ou desenrolado corretamente a fim de não danificar o suporte (MANUEL CORTÉS, 2009, p. 16).

O *codex*, por sua vez, era composto por um conjunto de folhas quadradas, feitas de pergaminho, que unidas e costuradas formavam uma espécie de caderno. O suporte permitia a escrita em ambos os lados da folha e, no fim do processo, costumava-se utilizar duas peças de madeira, que envolvendo o conteúdo do livro, o protegiam. Desse modo, o códice se tornava um suporte de manuseio mais fácil e de uso mais econômico, o que o levou a substituir o *volumen* (MANUEL CÓRTEZ, 2009, p. 16).

⁶⁹ Cavallo (2004, p. 143) ressalta a ampla utilização do *codex* pelo cristianismo, de modo que boa parte dos seus livros utilizava esse suporte. No entanto, o autor ressalta que a criação do *codex* não deve ser atribuída aos cristãos, pois os romanos já o utilizavam. Dentre os motivos que justificam a adoção e a consolidação do *codex* entre os cristãos, o autor cita o fato de o cristianismo ser uma religião fundada na escrita, o que atingia não somente os leitores mais tradicionais, que utilizavam o *volumen*, mas que alcançava indivíduos de diferentes níveis sociais e culturais.

Dentre as diferenças entre os dois suportes, pode-se citar o fato de o códice armazenar uma quantidade maior de texto. O *volumen*, em geral, não comportava em si uma obra completa, eram necessários vários rolos para isso. No caso do códice, o processo era mais simples. O *codex* além de conter o texto inteiro, poderia agrupar várias obras de um único autor ou, mesmo, de autores diferentes.

A prática da leitura sofreu modificações na passagem do *volumen* para o *codex*. A leitura por meio de rolos tornava-se mais complicada, pois era necessário desenrolar e enrolar o rolo ao mesmo tempo, o que ocupava as duas mãos, não permitindo o acesso a outros rolos ou a realização de qualquer anotação⁷⁰. No caso do códice, a leitura poderia ser feita somente com uma das mãos (CAVALLO, 2004, p. 148; MANUEL CÓRTEZ, 2009, p. 17-8). Considerando que o *codex* já era utilizado de forma corrente no século IV e Macróbio escreveu sua obra por volta de 430, provavelmente a *Saturnalia* foi redigida sob o formato de *codex*.

Não dispomos de informações quanto à circulação da *Saturnalia* durante a Antiguidade Tardia ou quanto à sua audiência. De acordo com Olmos (2012, p. 286), devido à proposta educacional da obra, ela não estaria restrita a um pequeno grupo. A autora acredita que a *Saturnalia* tenha alcançado ampla difusão entre os membros, fossem eles pagãos ou cristãos. No entanto, carecemos de informações acerca de quem teria tido acesso à *Saturnalia* no século V, inclusive devido ao fato de as obras de Macróbio não serem citadas por nenhum autor contemporâneo a ele. Segundo Kaster (2010, p. 5), há poucos indícios de que a *Saturnalia* tenha circulado entre 430 e a época Carolíngia (sec. VIII)⁷¹. Em meados do século VI, Cassiodoro citou uma passagem do livro V da *Saturnalia* ao comentar o Salmo 10.

⁷⁰ Além das dificuldades já descritas, os rolos normalmente eram bastante extensos. Desse modo, o leitor, ao desejar verificar alguma informação, iria fazer uso primeiro de sua memória antes de sujeitar ao trabalho de abrir o rolo, ou rolos dependendo do tamanho da obra (REYNOLDS; WILSON, 1986, p. 12-3).

⁷¹ O Renascimento Carolíngio teve lugar entre os séculos VIII e IX e se constituía em um movimento de renovação cultural e intelectual. Dentre as características, encontramos a restauração da cultura escrita, o que consagrou o latim enquanto língua oficial, além da valorização de cópias de obras clássicas, o que incentivou sua

Navarro Antolín (2010, p. 47) afirma que Isidoro de Sevilha (570-636), em sua obra *Etymologiae*, utilizou passagens da *Saturnalia* como, por exemplo, a divisão dos dias (*Sat.*, 1, 3). Esse mesmo trecho, além de outros tópicos contidos no livro I da *Saturnalia*, aparece na obra *Sobre o cálculo do tempo*, de Beda, o Venerável (673-735). Além disso, há a obra anônima *Disputatio Hori et Pretextato* redigida no século VII, que também traz passagens de Macróbio a respeito do calendário romano.

A conservação e transmissão das obras clássicas deve-se, em larga medida, graças ao notável trabalho realizado pelos monges copistas, com destaque para os beneditinos. Bento de Núrsia, ao fundar o Monastério do Monte Cassino na Península Itálica, em 529, elaborou regras que dividiam o tempo do monge em momentos dedicados à oração, ao trabalho intelectual e ao manual. Desse modo, os monastérios dispunham de um espaço denominado *scriptorium* onde os manuscritos eram copiados e ilustrados pelos monges (LABARRE, 2002, p. 27-8). Durante o Renascimento Carolíngio (século VIII), o trabalho dos copistas se multiplicou rapidamente, o que favoreceu a preservação de inúmeros manuscritos da Antiguidade. As obras de Macróbio, por exemplo, foram recolhidas nos catálogos das bibliotecas carolíngias, bem como nos acervos dos monastérios (REYNOLDS; WILSON, 1986, p. 98-9). No século IX, encontramos fragmentos da *Saturnalia* em obras do abade de Ferrières, Lupo de Ferrières (805-862). Também se encontram excertos da *Saturnalia* e do *Commentarius* na obra *Martiani expositivo*, do filósofo e teólogo João Escoto Erígena (810-877), figura importante do Renascimento Carolíngio, e em obras do monge beneditino Remígio de Auxerre (841-908) (NAVARRO ANTOLÍN, 2010, p. 48).

De acordo com Navarro Antolín (2010, p. 46-7), Macróbio foi um autor de grande popularidade ao longo da Primeira Idade Média, na verdade, um dos mais influentes do

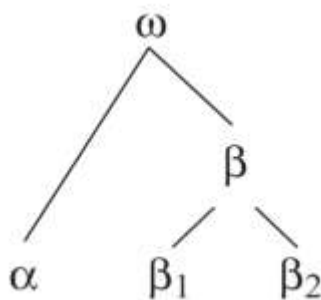
reprodução, e conseqüentemente, a preservação de tais obras. Tipos de literatura como breviários e manuais pedagógicos, estes últimos conhecidos como “espelhos”, eram utilizados como formas de difundir temas de ensino. Além do mais, esse período é conhecido como a “idade de ouro” para o sistema escolar, devido à consolidação da escola enquanto um ensino sistemático (MENDONÇA, 1985, p. 83)

período, principalmente em função do neoplatonismo presente no *Commentarius*, que sempre teve mais repercussão do que a *Saturnalia*. Navarro Antolín (2010, p. 47) justifica que o *Commentarius* “proporcionava a seus leitores um vasto compêndio, claro e variado, dos conhecimentos científicos da cultura clássica pagã: aritmética, música, astronomia e geografia, além da visão platônica da alma e das virtudes e da teoria dos sonhos na Antiguidade”. Aliado ao fato de que grande parte da discussão filosófica presente na *Saturnalia* se perdeu, o número de manuscritos do *Commentarius* é superior ao do diálogo neoplatônico.

Nos séculos X e XI, houve um decréscimo no interesse pelas obras de Macróbio, em especial a *Saturnalia*. No entanto, no século XII ocorreu o Renascimento Urbano, quando a vida intelectual se deslocou das escolas monásticas, dispersas pela zona rural, para as catedrais urbanas que a partir do século XI sofreram um processo de expansão, convertendo-se nas primeiras universidades (REYNOLDS; WILSON, 1986, p. 109). Macróbio, nesse período, voltou a ser estudado principalmente pelos integrantes da Escola de Chartres que, ao lado da Escola de Orleans, destacou-se como o centro literário do Renascimento. Guilherme de Conches (1080-1154), seguidor da doutrina platônica e membro da Escola de Chartres, conhecia as obras de Macróbio e as citava em seus tratados. João de Salisbury (1115-1180), bispo de Chartres, elogia Macróbio e reproduz diversos trechos, em especial da *Saturnalia*, em sua principal obra *Polycraticus, sive de nugis curialium et vestigiis philosophorum*. Guilherme de Malesbury (1080-1143) incluiu partes do livro II da *Saturnalia* no começo de sua obra *De paradoxis*. Até mesmo no campo da medicina Macróbio é reconhecido, como podemos constatar por meio da obra *Ars chirurgica* (1363) do médico Guy de Chauliac (NAVARRO ANTOLÍN, 2010, p. 49-50). Durante o século XIII houve novamente uma diminuição no interesse por Macróbio, que iria somente ressurgir no século XV.

Em relação à tradição manuscrita da *Saturnalia*, Kaster (2010, p. 6; 2011, p. 54) afirma que todos os manuscritos da obra descendem de um único exemplar, hoje perdido, copiado em fins do século VIII ou início do século IX. Esse manuscrito não possuía todos os sete livros completos, pois cinco deles sofreram perdas de conteúdo. De acordo com Kaster (2011, p. 56), Antonio La Penna publicou em 1953 uma análise crítica acerca da tradição manuscrita da *Saturnalia* denominada *Studi sulla tradizione dei Saturnalia di Macrobio*. A grande contribuição de La Penna consiste na identificação de três famílias de manuscritos que fixam a tradição medieval da obra. No entanto James Willis, em sua análise *De codicibus aliquota manuscriptis Macrobiani Saturnalia continentis*, realizada em 1957, encontra relação entre apenas duas das três famílias de manuscritos definidas por La Penna.

Com base na análise conjunta de La Penna e Willis, Kaster (2010, p. 6) afirma que a partir do manuscrito original, no caso ω , podem ser identificadas duas famílias de manuscritos: α e β , ao passo que esta última se subdivide em β^1 e β^2 , como vemos na representação adiante:



À família α , pertencem os códices: *N – Neapolitanus V. B. 10*, datado do século IX, outrora depositado no mosteiro agostiniano de San Giovanni em Carbonara, mas hoje na Biblioteca Nacional Vittorio Emanuele, em Nápoles; *D – Bodleianus Auct. T. II. 27*, datado do século XI, copiado em Auxerre, e depositado na Biblioteca Bodleiana, em Oxford; *P – Parisinus 6371*, datado do século XI, e depositado na Biblioteca Nacional da França, em

Paris; *G – Angentoratensis 14*, datado do século XI, situado na Biblioteca Nacional e Universitária de Estrasburgo⁷². Dentre esses quatro códices, somente *P* e *G* estão completos, recolhendo os sete livros originais (KASTER, 2010, p. 7; MARINONE, 1967, p. 62).

Os demais códices são provenientes de β que, segundo Kaster (2010, p. 11), não foi redigido muito tempo depois do arquétipo ω . Além disso, β provavelmente continha toda a obra pois a maioria dos manuscritos da família β^2 traz os sete livros, ao contrário da família β^1 , que contém apenas os três primeiros livros da *Saturnalia*.

À família β^1 , pertencem os seguintes códices: *M – Montepessulanus 225*, datado do século IX e depositado na Biblioteca Universitária de Medicina, em Montpellier; *B – Barbegensis M. L. V. 5*, datado do século IX, e depositado na Biblioteca Estadual de Bamberg, Alemanha, *V – Vaticanus Reginensis 1650*, datado do século IX, e depositado na Biblioteca Apostólica Vaticana; *Z – Matritensis Escorial. E. III i8.*, do século XII/XIII, depositado no Mosteiro de São Lorenzo, em San Lorenzo de El Escorial; *O – Vittelius C. III*, datado do século IX, e depositado na Cotton Library, em Londres; *L – Vaticanus Lat. 5207*, datado do século X, depositado na Biblioteca Apostólica Vaticana; *K – Vaticanus Pal. Lat. 886*, datado do século IX, também depositado na Biblioteca Apostólica Vaticana (KASTER, 2010, p. 12; MARINONE, 1967, p. 62).

À família β^2 pertencem os seguintes códices: *R - Vaticanus Reginensis 2043*, datado do século X/XI, e depositado na Biblioteca Apostólica Vaticana; *F – Laurentianus 90 Sup. 25*, datado do século XII, e depositado na Biblioteca Laurenciana em Floreça; *A – Cantabrigiensis Bibl. Univers. 1213 Ff.3.5*, datado do século XII, e depositado na Biblioteca da Universidade de Cambridge; *C – Cantabrigiensis Corporis Christi 71*, datado do século XII, depositado no Corpus Christi College, em Cambridge; *Q – Bern Burgerbibliothek 514*,

⁷² Kaster (2010, p. 7) decide por excluir um manuscrito da família α por considerá-lo inútil em comparação aos demais, no entanto esse mesmo manuscrito é mantido por Marinone (1967, p. 62). O códice é: *T – Matritensis Escorial Q. 1. 1*, datado do século XV.

datado do século X, depositado na Biblioteca da Burguesia, em Berna (KASTER, 2010, p. 18-9; MARINONE, 1967, p. 62).

Com a invenção da imprensa, no século XV, a *Saturnalia* teve sua primeira edição impressa, a *editio princeps*, elaborada por Nicolas Jenson, em Veneza, no ano de 1472. De acordo com Navarro Antolín (2006, p. 108), o *Commentarius* e a *Saturnalia* costumavam ser editados em conjunto, quando não formavam as *Obras completas* de Macróbio. Após a *editio princeps* foram produzidas outras três edições em Bréscia (1483; 1485; 1485), todas sob a responsabilidade de Nicolas Jenson, sendo que a edição de 1483 foi a primeira a conter diagramas geométricos e um mapa-múndi. No século XV, ainda foi elaborada mais uma edição por Joannes Rubeus Vercellensis, em Veneza (1482).

No século XVI, segundo Navarro Antolín (2006, p. 108-9), o número de edições das obras é bastante extenso, dentre as quais citamos as de: Philippus Pincius (Veneza, 1500); Angelus Britannicus (Bréscia; 1501); Joannes Rivius (Veneza, 1513); Jocodus Badius Ascensius e Joannes Parvus (Paris, 1515), que reeditaram o texto de Joannes Rivius (1513); Nicolaus Angelius (Florença, 1515), que produziu a primeira revisão crítica do texto; Donato Veronese (Veneza, 1517 e 1528), com a obra *Opera Macrobianae*; Josse Bade (Veneza, 1519; Paris, 1524), com a obra *Opera Macrobianae*; Nicolaus Angelius (Veneza, 1521); Eucharius Cervicornus (Colônia, 1521); Arnold Haldrein (Colônia, 1526) e Joannis Soteris (Colônia, 1527). Além dessas, durante o século XVI, foram produzidas ainda as edições de: Sebastianus Gryphius (Lyon, 1532-1560); Joachimus Camerarius (Basileia, 1535); Joannes Gryphius (Veneza, 1565 e 1564); Henricus Stephanus (Paris, 1585); A. Gryphius (Lyon, 1585); Johannes Isacius Pontanus y Joannes Meursius (Leide, 1597); Jacobus Stoer (Genebra, 1597 e 1607).

O ápice de edições, no entanto, ocorre durante o século XVI e diminui ao longo dos séculos seguintes. No século XVII, encontram-se as edições de Joannes Maire, publicada em

Leiden (1628) e as duas editadas por Iacobus Gronovius (Leiden, 1670; Londres, 1694) (NAVARRO ANTOLÍN, 2006, p. 109-110). No século XVIII há a edição de Volpi, publicada em Pádua (1736); a de Johann Carl (Leipzig, 1774); e a última de J. A. Fabricius, impressa em Zweibrücken (1788). No século XIX, foi publicada a primeira edição moderna da *Saturnalia*, contendo uma extensa e completa coleção de manuscritos, resultado do trabalho de Ludwig van Jan (1848-1852). Em 1868, Franz Eyssenhardt também publicou sua edição da *Saturnalia* e mais de duas décadas depois, em 1893, lançou a segunda edição com algumas erratas, ambas em Leipzig (NAVARRO ANTOLÍN, 2006, p. 110-1). No século XX, podemos citar as edições de James A. Willis (1963, Leipzig; 1970, Stuttgart e Leipzig).

Dentre as edições bilíngues, vale a pena mencionar as de Charles de Rosoy (Paris, 1827); de Alphonse J. Mahul (Paris, 1845); e de Henri Descamps e Al. Ubcini Martelli (Paris e Panckoucke, 1845-1847). No século XX, Henri Bornecque e François Richard também publicaram uma edição traduzida em 1937. Dentre as edições mais recentes, podemos citar as de Nino Marinone (Torino, 1967); P. V. Davies (New York, 1969); Fernando Navarro Antolín (Madrid, 2010); e Robert Kaster (2011).

Através do trabalho empregado nas edições e traduções foi possível nosso acesso ao documento. No presente trabalho, por exemplo, utilizamos duas versões da *Saturnalia*: a versão bilíngue latim e inglês de Robert Kaster (2011), publicado pela *Loeb Classical Library* e a tradução em espanhol de Fernando Navarro Antolín (2010), publicado pela Gredos. A partir da *Saturnalia*, e somado à análise das fontes iconográficas e arqueológicas, será possível compreendermos as normas e regras presentes no momento do banquete, além de compreender o lugar desse rito festivo no interior da sociedade romana.

Ao compreendermos o debate acerca da figura de Macróbio e ao analisarmos a estrutura da *Saturnalia* foi possível entender o contexto no qual nosso autor estava imerso bem como os propósitos de Macróbio ao redigir essa obra literária. A partir de então, torna-se necessário

analisarmos o rito do *convivium* ao lado da sociedade greco-romana a fim de compreender as mudanças sofridas até o período de nossa pesquisa, a Antiguidade Tardia.

O banquete na Antiguidade greco-romana

Sêneca (*Epistulae*, 1, 19) em suas *Cartas a Lucílio*, cita o filósofo Epicuro ao afirmar “Você deve refletir com antecedência com quem você deve comer e beber, ao invés do que você quer comer. Um jantar de carnes sem um amigo é como a vida de um leão ou um lobo”. Por meio dessa passagem, concluímos que, para os antigos, o consumo de alimentos não significava apenas a sobrevivência corporal. O ato de alimentar-se na Antiguidade constituía uma prática social, um ato executado na companhia de outrem. Como assinala Sêneca, comer sem a presença de amigos seria um ato irracional, como aquele realizado pelos animais (DONAHUE, 2015a, p. 157).

Na opinião de Bradley (2001, p. 36), a forma como o alimento é consumido, seu modo de preparo e as regras de etiqueta presentes à mesa devem ser observados pelos membros de determinado grupo, pois a alimentação constitui uma convenção cultural. Ao concebermos o corpo como algo socialmente construído, constatamos que ele sofre um processo de normalização responsável por definir o que se deve comer e beber, quais alimentos se deve ingerir, bem como o espaço adequado para tal (RODRIGUES, 1979, p. 65-6). Percebe-se, assim, que o ato de alimentar-se não decorre somente das necessidades fisiológicas do ser humano, mas encontra-se eivado de condicionantes culturais.

O comer e o beber na Antiguidade relacionavam-se intrinsecamente com o ato de compartilhar, pois deviam ser executados em cooperação. Além disso, tais práticas não eram realizadas de qualquer forma, sendo necessário o cumprimento de normas e regras que regulavam o comportamento dos indivíduos à mesa. Mediante a citação de Sêneca, podemos compreender que, para os romanos, não importava apenas se alimentar, ou consumir a comida

em comunidade. Tornava-se necessário também julgar com quem se deveria comer ou beber. Isso se deve ao fato de que o ato da alimentação criava um ambiente permeado pelas relações de poder no qual havia demonstração de status e riqueza, reafirmavam-se as hierarquias sociais, e eram firmadas as identidades individual e coletiva (DONAHUE, 2015a, p. 157-8).

No caso do banquete romano, estamos tratando da prática do jantar realizado no espaço da *domus* ou da *villa*: o denominado *convivium*. O banquete romano, no entanto, é, de certo modo, desde o seu surgimento, inspirado no seu congêneres grego, ainda que comportando as mudanças ao longo do tempo, principalmente no tocante aos costumes e aos aposentos em que ocorriam.

O banquete romano, assim como o grego, era caracterizado pela ação de comer reclinado, sendo que tal posição era considerada um símbolo de poder e prestígio. O rito do banquete (*symposium*) surge na Grécia antiga por volta do século VII a.C, provavelmente com influências do Oriente Próximo. Aqui, alimentar-se reclinado em comunhão com os demais era um sinal de ostentação e uma prerrogativa de soberanos e demais autoridades (DUNBABIN, 2003a, p. 11; NADEAU, 2015, p. 266). O banquete foi adotado pela elite grega como um elemento de distinção, mas, no fim do período arcaico (séc. VI a.C.), pessoas enriquecidas que não pertenciam à aristocracia também passaram a observar esse costume, que se tornou uma característica da alta sociedade enriquecida (DUNBABIN, 2003a, p. 11).

O *symposium* grego pode ser definido como uma reunião na qual os convidados, sempre do sexo masculino, conversavam sobre diversos assuntos, bebiam de forma comunal e ritualizada, cantavam, dançavam, recitavam poemas, entre outros entretenimentos. No fim da reunião, os convivas costumavam sair pelas ruas, realizando uma procissão que reforçava os laços de pertença ao grupo (DONAHUE, 2015a, p. 163; CERQUEIRA, 2005, p. 3). O *symposium*, que literalmente significa “beber juntos”, constituía a ocasião primária de transmissão de princípios e valores tradicionais entre os homens da elite, sendo revestido

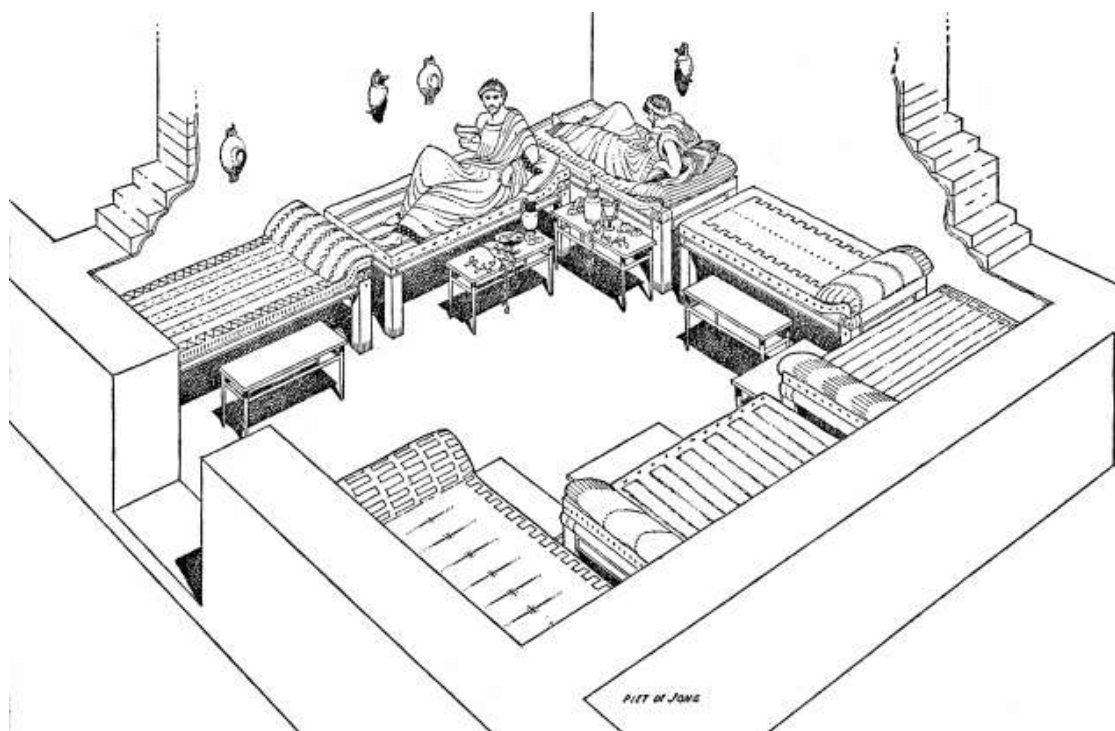
assim de grande significado cultural, social e político (GARNSEY, 1999, p. 129; DONAHUE, 2015a, p. 163). Segundo Dunbabin (2003a, p. 19), as representações de vasos indicam que, embora houvesse outras formas de comensalidade além do *symposium*, no fim do período arcaico grego predominavam as representações do *symposium* nas fontes materiais.

Entre os gregos, havia uma diferença clara entre o momento da refeição formal e o da bebida. Na primeira parte do jantar (*deipnon*), era servida a refeição e, em seguida, a bebida era ofertada aos convivas no momento do *symposium* propriamente dito. Tanto durante o *deipnon* quanto durante o *symposium*, os convidados se reclinavam e eram servidos por escravos. Em relação ao espaço do banquete na casa, esse ocorria em um aposento específico. Durante o período clássico e arcaico gregos, o *symposium* ocorria em uma sala própria de jantar denominada *andron*, termo que significa, literalmente, “câmara dos homens”. Esse aposento, por comportar uma importante atividade social, era um dos mais importantes das casas da elite (WECOWSKI, 2014, p. 30-1).

A decoração do *andron* era cuidadosamente escolhida a fim de exprimir a riqueza do anfitrião. As paredes costumavam ser decoradas com objetos simbólicos e de valor artístico, como artefatos de guerra (espadas, escudos, armadura), vasos de cerâmica e instrumentos musicais, que inclusive eram tocados durante o *symposium*. A principal mobília do recinto consistia nas *klinai*, sofás dispostos no *andron* para que os convivas se reclinassem. Seu uso não era somente por uma questão de conforto, a fim de permitir que o conviva se acomodassem de modo conveniente, mas por ser uma prática que exprimia elegância e requinte (WECOWSKI, 2014, p. 31-2). De acordo com Dunbabin (2001, p. 83), o *andron* normalmente possuía as seguintes dimensões: 4,50m de comprimento e 4,80m de largura. Esse tamanho era planejado para receber sete *klinai*, que possuíam 1,80m de comprimento e

0,80m de largura cada uma. O *andron* deveria ser confortável e aconchegante a fim de proporcionar aos convivas um sentimento de proximidade.

Figura 1: Reconstrução da sala de jantar do pórtico sul da ágora de Atenas.



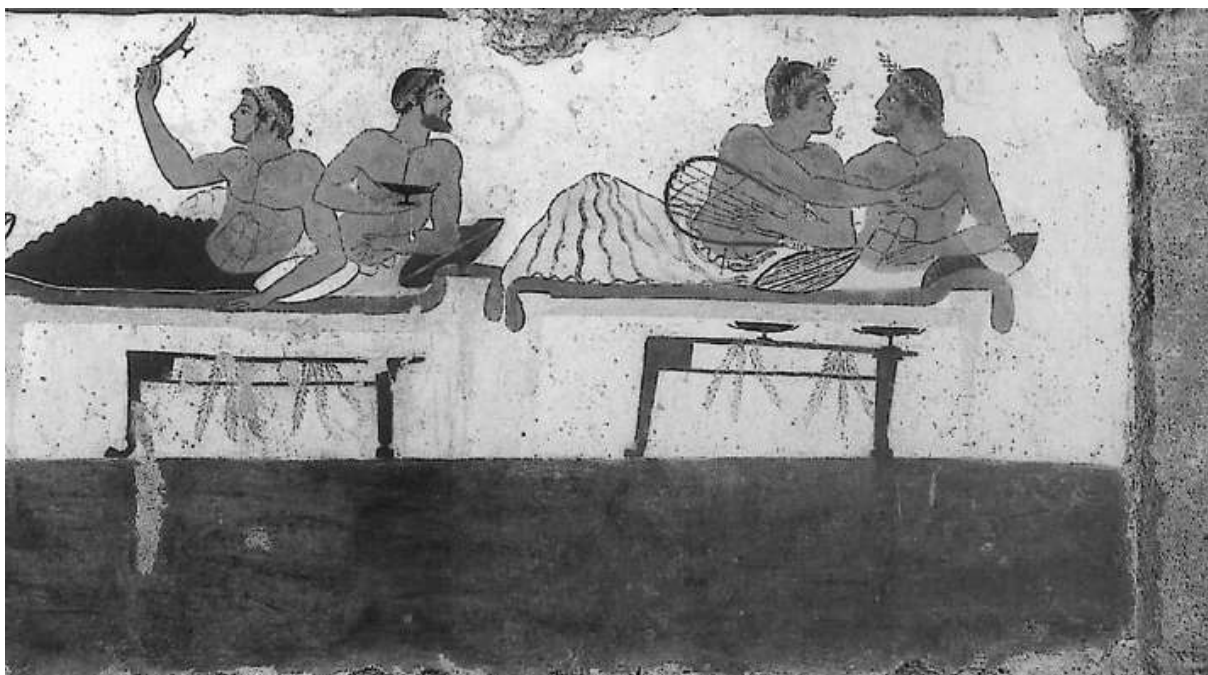
(Fonte: DUNBABIN, 1999, p. 236)

Os *klinai* eram colocados próximos às paredes do *andron*, de forma alinhada, como é possível observar na representação acima. Cada um dos sofás comportava um ou dois comensais e diante de cada *kliné* havia uma mesa que deveria ser reabastecida pelos serviçais. Essa disposição não era forma aleatória, pois permitia que os convivas estivessem próximos um do outro e que fosse possível a comunicação entre eles. O ideal era gerar um ambiente de convívio, igualitário, no qual as diferenças de *status* não fossem reforçadas a todo o tempo, diferentemente do *convivium* romano (DUNBABIN, 2011, p. 83.)

O *symposium* grego era regulado por um elaborado código de conduta e de procedimentos que deveriam ser seguidos pelos convivas. Muitos comensais chegavam à casa do anfitrião ainda no momento do *deipnon*, a fim de participar do momento de comida. Ao

fim do jantar, o início do *symposium* requeria alguns rituais como a lavagem das mãos, a devolução das guirlandas utilizadas durante a refeição, um ato de reverência diante da figura de Dionísio e a oferta de libações (WECOWSKI, 2014, p. 38).

Figura 2: Cena de *symposium*, Tomba del Tuffatore, Paestum, (fim do século VI a.C.)



(Fonte: GARNSEY, 1999, p. 129)

Após esse momento, os convivas eram convidados a se reclinar nos assentos indicados pelo anfitrião. Na figura 2, é possível observar o modo como esse convivas se inclinavam. No *symposium*, alguns lugares eram vistos como mais honrosos do que outros, embora este não fosse um aspecto tido como determinante. No caso, a *kliné* localizada à direita da porta de entrada do *andron* era considerada o melhor lugar, ao passo que o divã do lado esquerdo da entrada da porta era visto como o de menor valor. No entanto, essa distribuição de lugares, diferentemente do *convivium*, não possuía muita importância, pois não havia uma organização hierárquica rígida no *symposium* (DUNBABIN, 2001, p. 83). Como afirma Wecowski (2014,

p. 36), a localização do conviva no *andron* estava mais relacionada à diversão do que à reprodução da hierarquia social.

A fim de manter a ordem do banquete, era escolhido um *symposiarchos*, que exercia o papel de líder do *symposium*. Ele poderia ser eleito entre os convivas ou indicado por meio de consenso ou até mesmo ser escolhido pelo anfitrião do banquete. Era necessário que esse indivíduo estivesse habituado à prática do *symposium*, possuísse habilidades sociais, força física e que fosse rigoroso quanto ao consumo do vinho pelos convidados. A principal função do *symposiarchos* era manter a ordem do banquete, aplicar as regras de ingestão de vinho, garantir o transcorrer do *symposium* por meio de debates e entretenimentos, além de supervisionar e conter os convidados que se excedessem no consumo do vinho.

Para os antigos, o consumo do vinho era um marcador de civilidade, pois o autocontrole e o bom uso da bebida eram valorizados. O vinho era misturado com água no *krater*, um recipiente próprio para essa prática, sendo que a ingestão do vinho puro era considerada uma prática bárbara (DUNBABIN, 2003a, p. 20).

Reclinar-se no *symposium* grego era um privilégio dos homens, pois mulheres respeitáveis não deveriam participar desses banquetes. Até mesmo em ocasiões como festas de casamentos, as mulheres permaneciam sentadas e não deitavam para comer ou beber. Quando elas são representadas nas fontes iconográficas, suas posições dentro da sociedade são bastante questionáveis: normalmente são prostitutas ou cortesãs, dançarinas e flautistas. Nesse caso, são retratadas bebendo vinho, deitando-se com homens e até mesmo portando pouca ou nenhuma roupa (DUNBABIN, 2003a, p. 22).

A prática do *symposium* se propagou entre os povos com os quais os gregos mantinham contato, inclusive com os etruscos, para quem a cultura do banquete possuía um papel inquestionável. Ao contrário do caso grego, o banquete na Etrúria mesclava o momento do

comer com o do beber, embora os etruscos também tivessem por hábito comer reclinados. Segundo Dunbabin (2003a, p. 12 e ss.), não está claro quando o costume do banquete foi adotado em Roma, não sendo possível distinguir quais elementos específicos são de origem grega ou etrusca. A autora sugere que, entre os latinos, a prática de reclinar-se no banquete era realizada desde o século VI a.C e, embora a documentação não ateste que o hábito continuou durante os primórdios da República, não acredita-se que a elite tenha abandonado tal costume. A partir do século III a.C, o hábito de reclinar-se para comer aparentemente é representado como algo comum. Assim, como na Grécia, a prática se expandiu para os grupos mais baixos da sociedade, embora o ato de reclinar-se nunca tenha perdido uma conotação de luxo e *status*, sendo um símbolo de um grupo superior dentro da sociedade, de forma que o comportamento durante o banquete deveria ser aprendido e praticado (DUNBABIN, 2013, p. 13).

O *convivium* se consistia na realização de um banquete oferecido por um anfitrião aos seus visitantes, sendo que tal forma de comensalidade era bastante popular entre a elite romana e também entre os imperadores (DONAHUE, 2015a, p. 173). Ao longo desse momento, que mesclava tanto o comer quanto o beber, eram oferecidos entretenimentos aos convidados a fim de diverti-los.

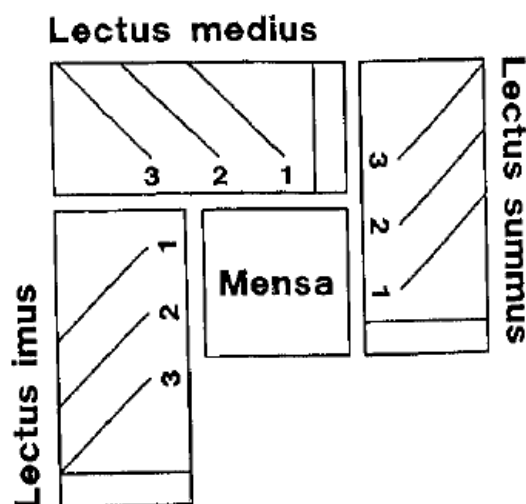
Durante a fase final da República, a arte do jantar se tornou mais complexa. Os banquetes eram realizados pela aristocracia como eventos semi-públicos. Neles, os aristocratas podiam exibir suas riquezas e estabelecer contatos. Além disso, os banquetes serviam para reforçar os laços entre os patronos e os clientes. Constata-se uma relação de poder evidente no banquete, afinal a oferta de alimentos era permeada de valores e de símbolos, variando de acordo com quem oferecia o banquete: no caso de um patrono diante de seu cliente, ou seja, de cima pra baixo, a oferta deveria ser entendida como "uma condescendência generosa e preeminência social; de baixo pra cima, ela denotaria veneração e

sujeição. No plano horizontal, ela significaria simplesmente a pertença comum a um grupo" (FLANDRIN; MONTANARI, 1998, p. 109).

Não obstante os aspectos em comum, havia algumas diferenças importantes entre a comensalidade grega e a romana. Os romanos também se reclinavam para jantar, porém, assim como os etruscos, não havia separação entre o momento do comer e o do beber. Segundo Dunbabin (2003a, p. 21), "a ideia da comensalidade focava muito mais no jantar", pois era nesse momento que os jogos de representação e de poder eram demonstrados e expostos. Nesse sentido, a preparação do jantar também adquiriu um significado ímpar. Quanto ao consumo de vinho, percebemos a ausência da *krater*, sendo a mistura de vinho e água feita diretamente no copo de cada convidado. Outra diferença entre o *convivium* e o *symposium* era a presença de mulheres. Em Roma, era permitido que elas se reclinassem junto com os homens, prática constatada desde o período da República, enquanto no modelo grego não era permitida a presença de mulheres casadas na ocasião, como já abordado anteriormente (DUNBABIN, 2003a, p. 22-3).

Entre o fim da República e o início do Império, o banquete passou a ser realizado no *triclinium*: um aposento com três divãs que, juntos, formavam a letra grega Π (Pi). Vale ressaltar que o termo *triclinium* é utilizado tanto para designar o espaço no qual o banquete ocorria, como os sofás nos quais os convivas se reclinavam. Uma mesa permanecia no centro do aposento de forma que os convidados pudessem alcançar o alimento com facilidade. O material usado na confecção da mobília também exprimia a riqueza do anfitrião, sendo utilizada a madeira, ou mesmo materiais mais caros, a exemplo do bronze. Normalmente, o jantar privado em Roma não tinha mais do que nove convidados, sendo cada *triclinium* ocupado por três convivas.

Figura 3: Configuração do *triclinium* romano



(Fonte: DUNBABIN, 1999, p. 236)

A localização de cada convidado nos assentos dependia do seu *status* e de sua importância, sendo que o *triclinium* central, no caso o *lectus medius* (Fig. 3) era destinado ao convidado de honra, que permanecia assim próximo ao anfitrião. O lugar ocupado pelo conviva no recinto do banquete exprimia a hierarquia presente nesse momento festivo. Portanto, segundo Dunbabin (2003a, p. 40), o ideal de igualdade era ilusório, pois o banquete era permeado de demonstrações de poder. Dessa forma, todo banquete era uma oportunidade de exibição de riqueza, poder e *status*, sendo um espetáculo em si mesmo.

Concluimos que tanto o *symposium* grego quanto o *convivium* romano representavam momentos de convívio, de interação entre os indivíduos, mas também de demonstração de poder e riqueza, nos quais as hierarquias eram reforçadas. Mesmo na Antiguidade Tardia, o *convivium* manteve-se como rito de comensalidade e de sociabilidade para a elite romana. O

espaço, principalmente, era um importante instrumento para demonstrar ao grupo o *status* do anfitrião, reforçando sua identidade como membro da elite.

Devemos também enfatizar a importância da *paideia* no momento do banquete. No caso da *Saturnalia*, de Macróbio, todos os convivas eram indivíduos instruídos, sendo que grande parte possuía cargos na administração imperial. Tal formação cultural permitia ao comensal expor seu domínio da *paideia* no momento do banquete através dos diálogos e dos debates, demonstrando não somente sua riqueza, mas também valores que legitimavam sua posição.

CAPÍTULO III

O CORPO NO ESPAÇO DO CONVIVIVUM TARDO-ANTIGO

No presente capítulo, temos por objetivo compreender a regulação do corpo do conviva por ocasião do banquete mediante a análise da fonte literária *Saturnalia* e da cultura material. Com base em tais documentos, analisaremos as normas e regras que disciplinavam o corpo do comensal durante o do *convivium*, e refletiremos sobre o lugar do corpo no espaço do banquete.

Antes de mais nada, torna-se necessário examinar a configuração do *triclinium* tardo-antigo, em especial as alterações realizadas nesse espaço, a fim de esclarecer por onde os corpos circulavam durante o *convivium*, o modo como o ambiente físico regulava o corpo do conviva, e a maneira pela qual o espaço do banquete era construído.

A configuração do espaço físico do *convivium* tardo-antigo

Ao investigarmos o corpo romano no contexto da Antiguidade Tardia, nos propusemos a não reduzir a análise a uma perspectiva logocêntrica, centrada na documentação textual. De fato, compreendemos que o uso da cultura material torna-se fundamental na operação da pesquisa histórica⁷³, principalmente em se tratando da Antiguidade, em virtude do

⁷³ Devido a constatações equivocadas acerca da natureza e do uso da cultura material, Meneses (1983, p. 103 e ss.) aponta que o universo físico na investigação histórica foi durante muito tempo negligenciado, e a cultura material, meramente utilizada com o propósito de iluminar informações constatadas no texto ou como ilustrações a fim de tornar as informações mais didáticas. Mesmo diante da *New archaeology*, que emergiu durante os anos de 1960, a relação entre a História e a Arqueologia sempre foram estremecidas diante de concepções como: 1) a ideia de que as coisas materiais não permitia compreender a totalidade dos fenômenos históricos; 2) a concepção de que a documentação material era aleatória, sendo o resultado de inúmeras interferências e filtros; 3) o fosso

desequilíbrio de informações contidas nas fontes escritas. Além disso, é preciso atentar para o fato de que as ações humanas não ocorrem no vácuo, mas em uma dimensão espacial que, ao mesmo tempo que fornece possibilidades ao indivíduo, impõe-lhe limites (REDE, 2012, p. 141). Portanto, o uso da cultura material torna-se essencial a fim de não ignorarmos a dimensão física da realidade na qual se insere o agente, e as interações que mantém com a materialidade.

Conforme assinala Meneses (1983, p. 112), defendemos a cultura material como o “segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem”, de maneira que o indivíduo influencia, interfere e forja tais elementos de acordo com seus objetivos e padrões culturais, atribuindo-lhes significados e papéis. Isto é, a relação do homem com os artefatos e com o ambiente construído não constitui uma ação aleatória, casual, mas uma ação pautada por interesse e objetivos. Portanto, percebemos que o meio físico é manipulado e transformado de acordo com os padrões culturais de determinada sociedade.

Essa apropriação, entretanto, não consiste em um processo de mão única, pois a cultura material é compreendida como “produtos e vetores de relações sociais” (MENESES, 1983, p. 112). Isso significa que, se os objetos são produzidos e modificados pela ação humana, estes atuam como fatores intermediários que permitem a efetivação dessas relações, ocorrendo uma interação entre o corpo do indivíduo, o espaço e os objetos materiais. Segundo Rede (2012, p. 145):

Também as coisas são dotadas de animação, também elas exercem força motriz, também elas atuam socialmente, conformando um quadro de referências, possibilidades e limites ao agente humano, independente de este ter consciência disso ou não. Longe de ser passivamente estruturada pelo homem, a materialidade, pela sua própria fisicidade, age como estruturante da ação humana, e a propriedade de agir, a aptidão a operar (expressas, normalmente, pelo termo *agency* na literatura

existente entre o sítio arqueológico e o sistema cultural em que ele está imerso. De acordo com o autor, “todas estas alegações contêm muito de enganoso, ambíguo, sofismático, mesmo” (MENESES, 1983, p. 107). Silva (2013, p. 56) também ressalta o despreparo dos historiadores no trato com a cultura material, em consequência da ausência de capacitação desses profissionais durante sua formação.

em língua inglesa), antes reservadas ao humano, estendem-se agora à cultura material, sugerindo uma articulação, e por que não dizer, uma coexistência mais simétricas entre as várias dimensões da realidade. É nessa convivência que matéria e sociedade criam-se mutuamente.

É em virtude da relação entre a sociedade e a cultura material que empregamos o conceito de espaço nesta pesquisa. Analisar como os homens constroem o espaço à sua volta nos fornece informações preciosas acerca de uma cultura ou sociedade pois, como ressalta Silva (2017, p. 136), o estudo do espaço nos permite “captar a um só tempo as formas de produção e reprodução da vida material e as formas simbólicas por meio das quais a realidade é investida de significado”. Sendo assim, ao pretendermos analisar o banquete no contexto tardo-antigo, devemos observar o nexos existente entre a materialidade e os agentes: enquanto o conviva alterava a dimensão física à sua volta, seu corpo era regulado pelos limites que o espaço do *triclinium* lhe impunha.

Essa relação também pode ser compreendida nos termos da dualidade do espaço, como proposto por Martina Low (2003, p. 26). De acordo com a autora, o espaço como uma dimensão fundamental ao indivíduo não somente opera como um palco para a realidade, mas é o resultado e a condição dos processos sociais. Desse modo o espaço, ao mesmo tempo que é criado por meio da ação humana, orienta a ação dos indivíduos. Rapoport (1990, p. 56) ressalta que o espaço e a cultura não são entidades equivalentes, mas o espaço faz parte da cultura, como um aspecto, uma subárea desta. Portanto, para além dos fatores climáticos, econômicos, tecnológicos e materiais que afetam a configuração espacial, os aspectos socioculturais apresentam equivalente importância.

No que concerne ao ambiente doméstico e seus aposentos, estes são definidos de modo distinto de acordo com a sociedade e os valores nos quais estão inseridos (RAPOPORT, 1972, p. 65). Tal ideia torna-se clara se considerarmos o próprio espaço do banquete na Antiguidade, que apresentou configurações diversas dependendo do século e da sociedade.

Como exemplo, lembramos que há uma nítida diferença entre o banquete grego, o *symposium*, e o romano, o *convivium*. Desse modo, o ambiente doméstico não consiste somente em uma estrutura física, mas também em um fenômeno cultural.

Como afirma Rapoport (1972, p. 66), o espaço pode exprimir, transmitir e perpetuar visões de um grupo acerca dos mais variados assuntos. Assim como a educação e a família atuam como vetores de transmissão e manutenção de valores com o propósito de interferir na formação do indivíduo, o espaço também pode funcionar como um dispositivo físico para perpetuar ou facilitar determinado estilo de vida, de modo que seu uso e finalidade não se restringem aos seus aspectos físicos.

Além de considerar a maneira pela qual o espaço é moldado pelo sujeito, também devemos atentar para os efeitos do ambiente em seu comportamento. Rapoport (1990, p. 56-7) argumenta que o espaço orienta o modo como os indivíduos devem se comportar, permitindo que estes sejam aceitos pelos demais usuários. O espaço, incluindo sua estrutura física, mobiliário, utensílios e decoração, expressa informações a respeito dos seus ocupantes, de maneira que o ambiente encontra-se saturado de significados que comunicam a identidade e o *status* dos seus usuários.

É possível, assim, concluir que há sempre uma expectativa em relação ao comportamento dos indivíduos em determinado espaço. O ambiente, portanto, consiste em uma ferramenta que sinaliza aquilo que se espera dos indivíduos em determinado momento. Essa capacidade não se restringe ao espaço físico, mas, como afirma Rapoport (1990, p. 63), “todo material cultural pode atuar como dispositivos mnemônicos que comunicam o comportamento esperado”. Desse modo, “é a situação social que influencia o comportamento das pessoas, mas é o ambiente físico que fornece as sugestões” (RAPOPORT, 1990, p. 57). Portanto, uma vez o indivíduo consiga ler as pistas que o ambiente sugere, torna-se possível identificar a situação e agir de acordo com os códigos de conduta aceitos pelo grupo. Uma

particularidade consiste no fato de que, apesar de regras e normas serem transmitidas por meio de diversos mecanismos, no espaço, em geral, tais regras não são escritas, mas “inscrites” na arquitetura, no mobiliário e nos utensílios.

A hipótese de que as pessoas agem segundo as normas fornecidas pelo ambiente pode ser comprovada se observarmos que os indivíduos têm comportamentos diferentes dependendo do contexto em que se encontrem, pois há um processo de interação entre o espaço físico e o sujeito que podemos definir em termos comunicacionais. Rapoport (1990, p. 57) ressalta que há, no ambiente, um código que deve ser decifrado pelo indivíduo para que as informações sejam compreendidas, lidas e, portanto, obedecidas. Logo, se há um processo de codificação, o indivíduo deve proceder à decodificação:

Se o código não for compartilhado ou entendido, o ambiente não se comunica; essa situação corresponde à experiência de estar em um contexto cultural desconhecido, o choque cultural. No entanto, quando o código do ambiente é conhecido o comportamento pode ser facilmente adaptado ao cenário e à situação social a que corresponde (Rapoport, 1990, p. 57).

Cabe ressaltar que esses códigos são formulados de acordo com a cultura. Como sustenta Woodward (2000, p. 41), cada cultura identifica e organiza o mundo à sua volta de determinado modo. Há, portanto, entre os membros de uma sociedade, um consenso sobre como classificar as coisas (objetos, lugares, pessoas), com o propósito de manter a ordem social. A autora acrescenta que tal sistema de classificação pode ser denominado de cultura. Além disso, afirma Mary Douglas (1984, p. 40), “a cultura no sentido dos valores públicos, padronizados, de uma comunidade, serve de intermediação para a experiência dos indivíduos”.

É possível concluir, portanto, que para que o indivíduo consiga interpretar e ler os códigos inscritos no ambiente é necessário que ele tenha conhecimento ou, no mínimo, familiaridade com a cultura do grupo, o que torna seu comportamento apropriado aos olhos do

grupo (RAPOPORT, 1990, p. 61). Como afirma Low (2003, p. 30), “a regulação da ação através dos espaços ocorre de maneira eficaz quando ela pode se basear em um conhecimento preexistente já consolidado em convenções e rotinas.” A incompreensão das normas que regem determinado ambiente pode levar a uma conduta inadequada.

Após tais reflexões e ponderações sobre o conceito de espaço, reafirmamos a importância de se estudar o aposento onde transcorre o banquete, pois não podemos desconsiderar o ambiente físico do *convivium* tardo-antigo. Elementos como decoração, arranjo arquitetônico e mobiliário da sala do *triclinium* indicavam aos convivas não somente o *status* e o prestígio do anfitrião, mas o tipo de cerimônia da qual participavam, o comportamento esperado e a hierarquia entre os convidados. Devemos destacar, por fim, que o estudo do espaço do banquete nos permite compreender aspectos estruturais da sociedade tardo-antiga para além do momento da festa.

Como mencionamos anteriormente, na sociedade romana o *convivium* era realizado na sala do *triclinium*, sendo esse um dos principais aposentos da residência. Segundo Dunbabin (1991, p. 121), o local do banquete sempre foi um dos poucos aposentos na *domus* romana na qual sua função era claramente indicada, seja pela decoração, pela mobília ou pela disposição do recinto. No entanto, na Antiguidade Tardia, como atestam as fontes escritas e arqueológicas, a sala de jantar sofreu alterações em seu espaço: em lugar do usual *triclinium*, com assentos dispostos ao redor de três lados de uma sala retangular, ocorre a adoção do *stibadium*, um sofá semicircular, curvo, no formato da letra grega *sigma*, diante do qual havia uma mesa de mármore no mesmo formato. Embora seja possível constatar o uso do *triclinium* ainda no século III, no início do século IV percebe-se um declínio em seu uso, ao passo que o *stibadium* é notado com mais frequência nas casas aristocráticas, tanto na região da Península Itálica quanto nas províncias (DUNBABIN, 2003a, p. 169; ELLIS, 1997, p. 41).

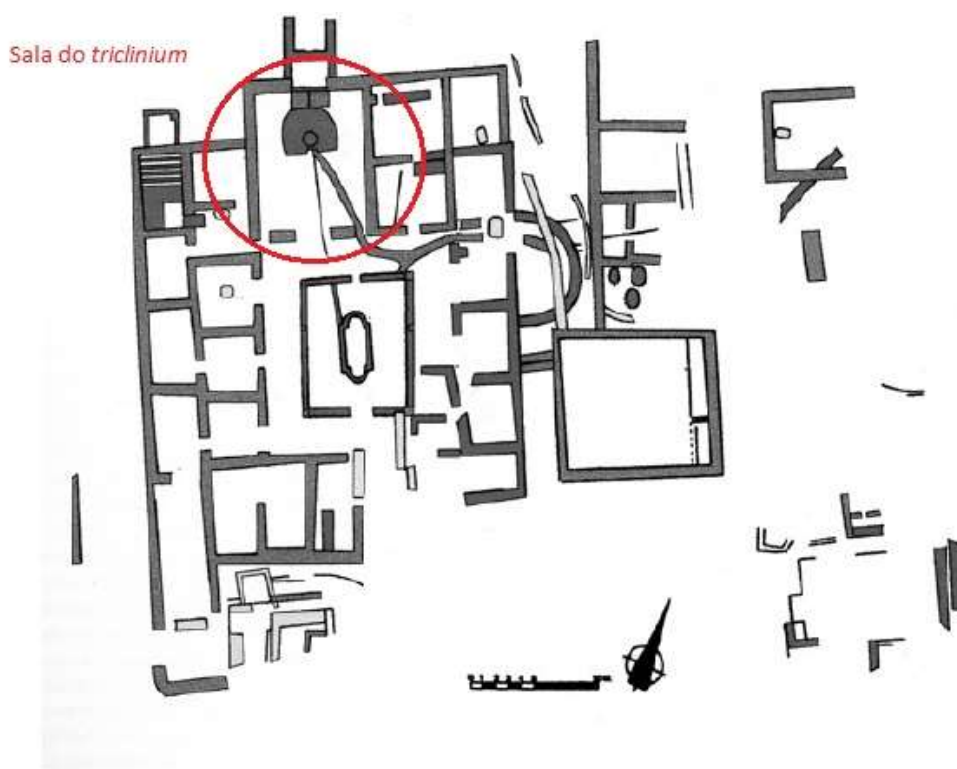
Apesar do predomínio do *stibadium* no período tardo-antigo, cumpre assinalar que tal arranjo já era conhecido pelos romanos desde o século I a.C em jantares externos, como atesta Plínio, o Jovem (*Ep.* 5.6.36-37), que nos deixou a descrição de um *stibadium* de mármore em sua *villa* toscana. Sua origem, como aponta a Dunbabin (1999, p. 134), pode ser até mais antiga se considerarmos o *stibades* grego, que consistia num assento composto por almofadas que eram dispostas sobre um extrato, uma camada de ramos e folhas⁷⁴. De acordo com Dunbabin (1991, p. 131-3; 2003, p. 144-6), no contexto romano, o *stibadium* teria sido empregado em banquetes ao ar livre, em especial durante os inúmeros festivais religiosos, e poderia ser de uso temporário ou contínuo. No *stibadium* provisório, os convidados deveriam se reclinar sobre um suporte, por vezes confeccionado de madeira, apoiado no chão, diante de uma mesa baixa e semicircular. Nos modelos fixos, um sofá semicircular de alvenaria era construído, sobre o qual se depositavam almofadas e travesseiros.

Já no que diz respeito ao ambiente doméstico, não há evidência do emprego do *stibadium* antes do século III, visto que os aposentos não eram preparados para comportar tal mobília. Verificamos, desse modo, que a prática do *convivium* sofreu modificações no decorrer dos séculos, em especial no que refere ao espaço. Na Antiguidade Tardia, o *stibadium*, do mais simples ao mais requintado, pode ser atestado tanto em refeições a céu aberto, quanto em banquetes realizados no interior das residências, como veremos mais adiante. Segundo Dunbabin (2003a, p. 169), a sala do banquete muitas vezes continha uma base de alvenaria a fim de apoiar o *stibadium*. Tal configuração pode ser atestada nas fontes arqueológicas, a exemplo dos vestígios da Villa romana El Ruedo (Figura 4), localizada na Bética, uma das províncias romanas da Hispânia. Como se pode perceber na figura, na sala onde ocorria o banquete foi construída uma base a fim de acomodar o *stibadium*. Ao que

⁷⁴ Dunbabin (1999, p. 134) acrescenta que a realização dessas festas envolvia um cenário bastante simples, contudo, diante da influência do crescente luxo exibido no período helenístico, a elite aristocrática da República tardia adotou mobílias e adornos cada vez mais requintados na realização de seus banquetes. Diante disso, as refeições ao ar livre tornaram-se a oportunidade ideal de exibição de riqueza e luxo.

parece, isso ocorreu entre fins do século III e início do IV, visto que o aposento foi originalmente elaborado para conter um *triclinium*. Um elemento inserido no recinto com o propósito de tornar sua decoração mais sofisticada é o *nymphaeum*, uma fonte posicionada ao fundo com água fluindo do peristilo até o centro do *stibadium*.

Figura 4: Planta da Villa de El Ruedo (Almedinilla, Bética) em Córdoba. Na imagem, em destaque, encontra-se a sala do triclinium [Demarcações nossas].

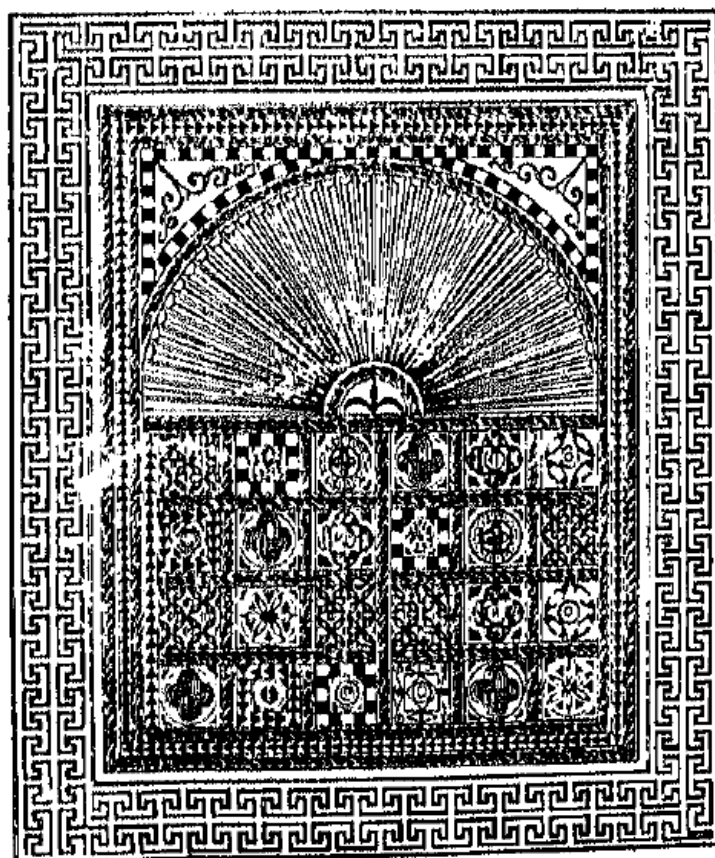


(Fonte: VAQUERIZO GIL, 2008, p. 267)

Também é possível identificar o espaço do *stibadium* por meio dos mosaicos dispostos no pavimento. A decoração, nesse caso, auxiliava a demarcar o lugar dos assentos, além de ilustrar temas apropriados ao tema do banquete. Esse é o caso da Villa de Dargoleja (Figura 5) onde, na sala do banquete, encontra-se um mosaico dividido em duas partes: a primeira metade é bastante ornamentada, enquanto a outra contém dois círculos: um maior, delimitando o lugar do *stibadium*, e um menor, delimitando o lugar da mesa, que também

possuía um formato semicircular (DUNBABIN, 1991, p. 128-9). Desse modo, é possível constatar como a decoração do ambiente pode exercer um papel de comunicação, esclarecendo a função de determinado aposento e orientando o comportamento que nele se deveria adotar. É o que afirma Ellis (2000, p. 139-140), quando ressalta que até mesmo as cores escolhidas para determinado aposento podem informar aos indivíduos a sua principal função. Ao contrário dos tempos atuais, na Antiguidade, determinadas cores eram custosas de se obter, encarecendo seu uso. As salas de recepção, por exemplo, eram as mais coloridas, visto que deveriam ser as mais luxuosas, a fim de exprimir o *status* do anfitrião.

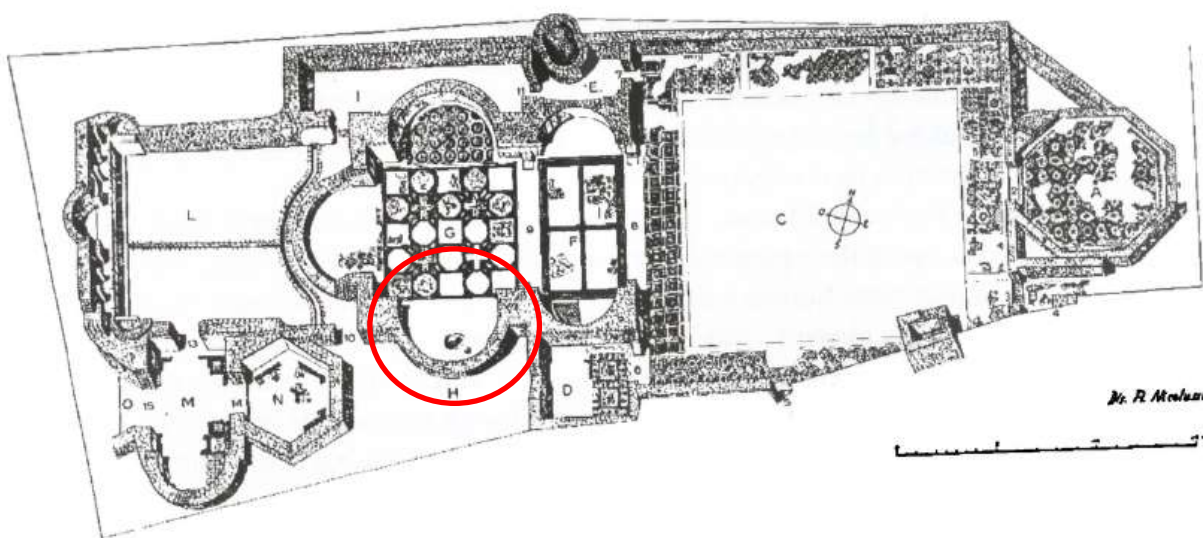
Figura 5: Sala do banquete, ilustração do *stibadium* da Villa de Dargoleja, Córdoba.



(Fonte: DUNBABIN, 1991, p. 243)

Além da presença de aposentos sob forma retangular, Ellis (1997, p. 41) aponta que a mudança mais substancial na arquitetura do banquete verificada na Antiguidade Tardia consistiu na construção de uma abside que continha o *stibadium*. Essa configuração se tornou mais frequente nas casas mais ricas, tanto na área rural quanto na urbana e se popularizou devido ao maior espaço que proporcionava aos escravos e aos convidados durante o *convivium*. Como ressalta Dunbabin (2003a, p. 171), os aposentos destinados ao banquete são os mais refinados da *domus* e da *villa* romanas, possuindo decoração mais elaborada e uma visão privilegiada do peristilo. Eram comumente identificados como a principal sala de recepção. Vale ressaltar, no entanto, que o emprego de absides não era algo restrito ao espaço do banquete, pois tal solução arquitetônica também estava presente em outros ambientes como, por exemplo, nas basílicas. Dunbabin (1991, p. 129) aponta que a fim de auxiliar a identificação dos aposentos destinados ao banquete, os mosaicos são o vestígio ideal. No entanto, não devemos ignorar o fato de que, nas *villae* tardo-antigas, por exemplo, os cômodos de uma casa nem sempre era utilizados para uma única atividade.

Figura 6: Parte da Villa de Desenzano (em destaque, a sala do *triclinium* com absides, século IV)



(Fonte: DUNBABIN, 2003a, p. 173)

No que diz respeito à acomodação dos convivas, o *stibadium* restringiu o número de participantes, uma vez que sua capacidade era menor que a do *triclinium*. Em geral, um *stibadium* de quatro metros de largura era capaz de acomodar entre sete ou oito convidados de modo confortável. Com o propósito de permitir a acomodação de um maior número de convivas, entre os séculos IV e VI e, em especial, na parte ocidental do Império, iniciou-se a prática de construir três absides no aposento, cada uma delas abrigando um *stibadium* e uma mesa semicircular. Essa nova configuração, de acordo com Dunbabin (2003a, p. 172), não constituía uma estrutura singela, mas era ampla e característica das *villae* mais luxuosas. Cada um dos *stibadia* abrigava entre sete ou oito convivas. Alguns aposentos eram altamente decorados, principalmente com mosaicos. Dentre as *villae* que possuíam tal configuração, podemos citar a Villa de Desenzano, localizada no Lago de Garda, na Lombardia. É possível observar, na figura acima (fig. 6), a área destinada ao banquete, com suas três absides e uma antessala. Percebe-se também, na figura central, o amplo espaço para demais atividades, como a exibição de entretenimentos ou mesmo a circulação dos serviçais.

Representações iconográficas do banquete na Antiguidade Tardia

Após explanação acerca da natureza do *stibadium*, passaremos a tratar agora de alguns aspectos do banquete na Antiguidade Tardia, em particular na região da Itália e da Sicília, mediante uma seleção de imagens, contidas em diferentes suportes. As imagens foram selecionadas respeitando-se o recorte temporal e espacial adotado neste trabalho.

A análise das fontes iconográficas nos permite perceber que o *convivium* poderia ser utilizado como um instrumento de exibição de riqueza e *status* pela aristocracia, o que comprova a importância dessa cerimônia na Antiguidade Tardia, bem como sua permanência

e relevância. Além disso, as fontes iconográficas nos auxiliam a constatar a ambivalência da noção do espaço: enquanto o aristocrata moldava a sala do *triclinium* ou o ambiente reservado para o jantar ao ar livre, de modo a exprimir sua hospitalidade e riqueza, o próprio espaço sinalizava aos convivas o comportamento adequado naquela ocasião.

Apesar de representações sobre o *convivium* serem comuns desde a época republicana, Dunbabin (2003a, p. 164) ressalta que a iconografia do banquete se modificou durante os séculos III e IV. Nesse momento, percebe-se um alto grau de formalidade que, de acordo com a autora, exprimia o tom do banquete tardo-antigo. No entanto, essa característica não estava restrita apenas à decoração do *convivium*. Como afirma Dunbabin (2003a, p. 141), “a arte da antiguidade tardia desenvolveu um estilo e uma imagem simbolicamente bem concebidos para expressar poder e status e a magnificência com que as vidas dos ricos eram conduzidas [...]”. Desse modo, o uso e produção dessa iconografia, tendo uma tônica festiva ou não, serviam para exprimir e ostentar o pertencimento de determinado indivíduo à elite.

Além disso, é possível constatar outra característica na iconografia do *convivium* tardo-antigo: o uso abundante de figuras mitológicas, como vemos numa ilustração de Dido e Eneias (fig. 7), presente em um manuscrito de Virgílio (*Publius Vergilius Maro* 70-19 a.C.) de finais do século V. O *Vergilius Romanus* é o segundo de dois manuscritos tardo-antigos do autor que sobreviveram. A obra reúne praticamente ao texto completo da *Eneida*, *Geórgicas* e *Bucólicas*, e contém cerca de dezenove ilustrações. Ao contrário da notoriedade e do prestígio do texto, as ilustrações, de acordo com Weitzmann (1979, p. 288), foram negligenciadas por séculos, até que o estilo das imagens despertou o interesse de pesquisadores de História da Arte. Na confecção do manuscrito e das ilustrações é possível perceber a influência de elementos tardo-antigos. Na figura abaixo, vemos Dido e Eneias reclinados em um *stibadium*, onde é possível observar a inegável influência bizantina na imagem.

Figura 7: Festa de Dido, *Vergilius Romanus*, final do século V



(Fonte: WEITZMANN, 1977, p. 56)

Em relação aos personagens, Dido e Eneias são personagens centrais da *Eneida*, um poema épico latino escrito por Virgílio entre 29 e 19 a.C., mas que não chegou a ser finalizado, em virtude do falecimento do autor. A obra, dividida em doze cantos, consiste tanto num poema mitológico quanto num elogio ao Império Romano, tendo sido redigida a pedido de Augusto. O enredo é sobre a viagem de Eneias, um guerreiro troiano que, após a Guerra de Tróia, lidera um grupo de refugiados até a Península Itálica. Dido, por sua vez, era a rainha de Cartago, que, na trama, acolhe Eneias após um naufrágio, e por quem, em seguida, se apaixona (CARDOSO, 2011, p. 10-9).

A ilustração retrata Eneias e Dido ceando num banquete oferecido pela rainha (VIRGILIO, *Eneida*, I, 697), permitindo-nos analisar a representação do *convivium* no contexto tardo-antigo. Na imagem, a anfitriã é retratada entretendo tanto Eneias quanto outro troiano em um ambiente requintado e luxuoso. Em relação à posição dos comensais, Dido encontra-se no centro do *stibadium*, Eneias do lado esquerdo e um indivíduo troiano, não identificado, do lado direito. Todos se encontram reclinados no *stibadium*, mantendo uma pose hierática e cerimonial. O fato de os convivas estarem reclinados não deve ser tido como algo desprovido de significado, visto que o ato de reclinar-se durante o banquete enquanto outros serviam exprimia poder, prestígio e *status*. Outro aspecto a ser considerado na imagem consiste no fato de personagens da cultura clássica ou deuses do panteão greco-romano serem representados de forma tão honrosa e cerimonial em plena época tardia, num contexto de cristianização do Império, o que certamente nos obriga a redimensionar a penetração do *ethos* cristão na sociedade (DUNBABIN, 2003a, p. 196).

A indumentária dos convivas também exprime luxo, uma vez que todos estão vestidos de forma requintada e luxuosa, fazendo uso de um manto, longo e grosso, fixado no ombro por meio de um elaborado broche, traje normalmente usado sobre uma túnica de mangas compridas, sendo ambas as vestimentas usuais no contexto da Antiguidade Tardia (ADKINS; ADKINS, 2004, p. 384). A representação de Dido se torna ainda mais refinada devido à coroa sobre os cabelos presos. No caso de Eneias e do outro indivíduo, verifica-se o uso de um barrete frígio, o que os identifica como troianos. Todos os elementos da indumentária são ricos em cores e em detalhes.

O ambiente também nos fornece informações sobre o banquete aristocrático tardo-antigo. Os convivas estão reclinados em meio a tapeçarias e almofadas decoradas, como se pode notar através das cortinas fixadas no interior da câmara. O mobiliário, além de conter o *stibadium* e a mesa *sigma*, também exprime a riqueza da anfitriã. Na figura, vemos também

uma bandeja com peixe e pães. A exibição da comida é carregada de simbolismo, pois a variedade de pratos servidos aos convivas sugeria um esforço do proprietário em ter acesso a alimentos de outras regiões, o que enfatizava sua prosperidade (DUNBABIN, 2003a, 156-7).

A ilustração contém ainda a figura de dois escravos, representados com indumentárias requintadas enquanto servem os convivas. O *servus* do lado direito porta um jarro e um copo de vinho, ao passo que o outro carrega um jarro e uma bacia para que os participantes do jantar possam lavar as mãos. Embora a oferta de água, no *convivium*, fosse imprescindível por uma questão de conforto e boas maneiras, de acordo com Dunbabin (2003a, p. 156), a representação de serviçais executando esse tipo de serviço era uma característica importante de um banquete aristocrático. O cuidado do artista em garantir que os escravos fossem representados de forma refinada devia-se ao fato de que suas roupas e aparência também exprimiam o *status* do proprietário.

No caso dessa imagem, podemos ressaltar um importante aspecto que consiste na posição assumida pelos corpos. Segundo Roller (2006, p. 29), os escravos no ambiente do banquete eram frequentemente representados em movimento, pois estavam sempre a trazer comida, a servir vinho aos senhores ou a cuidar do recinto, como vemos na imagem acima. Para o autor, tal solução estética denota um princípio hierárquico: por ser inferior, o corpo do escravo deveria mover-se em direção a outro corpo, num estado constante de tensão, enquanto o corpo do comensal não se movia, mas permanecia relaxado, aguardando o momento de ser servido.

Tal imagem nos permite perceber como a aristocracia, grupo social analisado nesta dissertação, poderia se valer de diversos aspectos no ambiente para exprimir seu *status*, incluindo a própria posição dos corpos. Além disso, é possível constatar o uso do *stibadium*, um recurso próprio do *convivium* tardo-antigo. Muito embora o *stibadium* comportasse menos convidados, o que poderia sugerir certa informalidade, o ambiente encontra-se saturado de

informações, de símbolos hierárquicos, que comunicam aos convivas o caráter solene do ambiente.

Dunbabin (2003b, p. 445) aponta que nos primeiros séculos do Império os serviçais não apareciam em destaque nas representações imagéticas:

Os serviçais, tanto homens como mulheres, aparecem atendendo devidamente os convidados reclinados; mas na maioria das vezes eles são discretos. Um ou dois são geralmente incluídos, representados em uma escala menor que os convidados; esse uso da escala hierárquica indica sua menor importância e o fato de que eles devem ser entendidos como jovens. Eles servem a propósitos funcionais básicos, na maioria das vezes derramando o vinho ou trazendo um copo para seus mestres; alguns executam serviços menos estereotipados, como o suporte a um convidado bêbado.

Nos séculos III e IV, no entanto, imagens que retratavam os escravos, em sua maior parte homens e rapazes, tornaram-se mais usuais, e não apenas no contexto do banquete. Essa mudança, na opinião de Dunbabin (2003a, p. 151), deve-se ao fato de que a representação do *servus* funciona como um “veículo para expressar luxo e hospitalidade”, no caso, do anfitrião.

Assim como no banquete de Dido, uma série de pinturas encontradas em uma construção no Monte Célio, em Roma, também retrata o serviço dos escravos por ocasião do banquete. A figura escolhida (Fig. 8) fazia parte de um conjunto de sete pinturas do início do século IV, das quais somente três sobreviveram. As imagens, pintadas em diferentes painéis nas paredes do edifício, retratavam uma espécie de procissão, na qual os escravos carregavam alimentos e vinho para a realização do *convivium*. Dentre os alimentos, podemos citar o leitão, a galinha, uma variedade de frutas, legumes e molhos (DUNBABIN, 2003b, p. 446). Não é possível afirmar, devido ao desaparecimento dos demais afrescos, se na sala havia, além dos serviçais, uma representação do *dominus* aguardando os alimentos, ou se o banquete estava simbolicamente direcionado aos ocupantes reais do aposento.

O afresco em questão é o de um jovem escravo, carregando um copo de vinho em uma mão e uma peneira na outra. Ao seu lado, há dois grandes frascos de vinho. Ele não é representado de forma indecorosa ou em desalinho, mas muito bem vestido, o que exprimia o requinte e a fortuna dos seus senhores. Sua roupa consiste em uma túnica usual de mangas compridas, decorada com *clauvi*, uma faixa bordadas em púrpura e ouro, além de *orbiculi*, enfeites circulares bordados no ombro e na bainha.

Figura 8: Pintura de um *servus* portando vinho (Roma, Monte Célio, primeira metade do século IV)



(Fonte: DUNBABIN, 2003a, p. 471).

Além da indumentária, seus cabelos estão soltos e muito bem arrumados. Cabelos compridos e encaracolados eram próprios de jovens escravos. Roller (2006, p. 30-1) aponta

que adolescentes do sexo masculino, com o perfil do *servus* representado no afresco, trazendo os cabelos compridos e encaracolados, eram os mais valorizados pelas famílias e conseqüentemente, os mais caros. No *convivium* aristocrático, eles costumavam ser designados para servir vinho aos convivas, tornando-se assim objeto de exibição, impressionando e encantando os convidados. A presença desses escravos no banquete, portanto, indicava o grau de riqueza do proprietário e comunicava tal informação aos demais convivas.

Tais afrescos estavam dispostos num ambiente doméstico, à vista dos convidados. Como exposto anteriormente, essa exibição não ocorria de forma despreziosa, com um objetivo puramente funcional. O cuidado na decoração do aposento, na demonstração de riqueza através de construções elaboradas, de suntuosas *villae*, de variadas salas de recepção, entre outros elementos arquitetônicos, conecta-se a uma preocupação real da aristocracia em reafirmar seu *status*. Esse esforço é mais do que perceptível no período tardo-antigo, como defende Swift (2007, p. 398): “a sociedade antiga tardia estava preocupada com distinções de posição social e hierárquica, e mostra uma obsessão correspondente com sua representação, agora cada vez mais exibida dentro de um ambiente doméstico”. Reafirmamos que o espaço é empregado como veículo de transmissão de valores, contribuindo para a fixação da identidade de determinado indivíduo, nesse caso, do proprietário e de seus convidados.

Além do *convivium* realizado no espaço interno da *domus* ou da *villa*, constatamos, em nossa investigação, a ocorrência de banquetes ao ar livre como uma prática comum no período tardo-antigo. Como mencionamos, o *stibadium* era utilizado em refeições externas desde tempos antigos, emprego que não desapareceu na Antiguidade Tardia, pelo contrário. De acordo com Rossiter (1991, p. 204), a difusão desse costume ocorreu devido à construção de extensas casas e *villae* na época tardia, o que possibilitou a realização de banquetes desse tipo pela aristocracia devido ao espaço livre do qual dispunha. Nas estações mais quentes, por

exemplo, essa prática se tornava ainda mais frequente. No entanto, cumpre observar que de modo algum essas refeições ao ar livre eram privadas de ostentação e do luxo tão usuais no *convivium*, como veremos mais adiante.

Para compreendermos melhor esse aspecto, analisaremos a representação de um *convivium* em uma bandeja de prata encontrada na região de Cesena, no norte da Itália. No presente trabalho, já consideramos a função do espaço, do mobiliário e da decoração através de ilustrações e pinturas. No entanto, artefatos como bandejas, copos e vasos também não estavam isentos de portar um significado simbólico para além da sua função prática.

Figura 9: *Convivium no stibadium*, bandeja de prata, Cesena, fins do século IV.



(Fonte: DUNBABIN, 1996, p. 76)

Swift (2007, p. 387), ao refletir sobre a função dos adornos no recinto do banquete, destaca que objetos decorados podem agrupar ou indicar categorias sociais, visto que um conjunto de utensílios pode ser relacionado a determinado grupo social, fixando-se assim uma identidade grupal. Em consonância com Swift, Hudson (2010, p. 690-3) afirma que, no modelo de jantar próprio da época tardia, o uso de utensílios de prata associa-se a um banquete aristocrático. De acordo com o autor, era usual entre a aristocracia o uso de objetos de metal, simbolizando riqueza, *status* e distinção. Portanto, possuir e exibir tais objetos no decorrer do *convivium* permitia identificar a que categoria social os comensais pertenciam.

A bandeja de prata em questão foi encontrada em 1949 numa escavação. Ela possui 63 cm de diâmetro e pesa cerca de 6kg. Em relação à data, estima-se que tenha sido produzida em fins do século IV, mas não há informações acerca do ourives ou do local de confecção. A bandeja possui um friso em torno do aro contendo cenas de caças nas *villae*, enquanto no centro há um medalhão de 25 cm de diâmetro. Nessa área central, duas cenas do cotidiano da *villa* foram incrustadas: um banquete realizado no *stibadium* e um jovem cuidando de um cavalo, com um edifício ao fundo, o que aparenta ser um cena rural. (ARIAS, 1950, p. 9, 16; DUNBABIN, 2003b, p. 144).

Nos deteremos agora na primeira imagem. Os convivas estão reunidos no *stibadium*, em torno de uma mesa semicircular coberta por um tecido sob a qual está o alimento a ser servido. No fundo da imagem, há uma cortina cercada por árvores, o que sugere que o banquete esteja ocorrendo na área externa da propriedade, configurando assim um piquenique (ARIAS, 1950, p. 9). Apesar disso, Dunbabin aponta que há elementos dos dois tipos de banquete, externo e interno, na imagem (DUNBABIN, 1996, p. 76).

Na figura, é possível perceber cinco convivas reclinados em torno de uma única mesa, vestindo túnicas ricamente adornadas. Os convivas são representados de forma íntima, conversando entre si, enquanto são servidos pelos serviçais. Esses últimos estão em pé, nas

extremidades, auxiliando dois convivas reclinados. O *servus* do lado esquerdo derrama água de um jarro em uma bacia para que o conviva lave as mãos. O outro escravo, no lado direito, serve vinho a um dos convivas e, como nas representações imagéticas anteriores, segura em suas mãos um jarro e uma taça.

A imagem nos permite constatar alguns elementos comuns ao banquete. O primeiro diz respeito aos alimentos. Tanto Dunbabin (2003b, p. 157) quanto Hudson (2010, p. 664) apontam que, nas representações anteriores, o jantar estava focado no consumo do vinho, o que, de acordo com os autores, significava uma dependência do *tópos* grego, de modo que a iconografia do *convivium* emulava a representação do *symposium*. No entanto, durante o período tardo-antigo, transformações ocorreram na iconografia do banquete. Algumas nós já apontamos, como a presença dos serviçais, o alto grau de formalidade ou a presença frequente de figuras mitológicas. Para além dessas, é possível constatar a representação de alimentos, o que caracteriza de forma mais real o *convivium* que, diferentemente do banquete grego, associava o alimento ao consumo. Na bandeja de prata em análise, podemos perceber um leitão, mas também eram comuns pão, peixes, frutas e toda sorte de pratos.

Outro elemento que chama a atenção é a imagem de serviçais alinhados e bem vestidos, como vimos em outras figuras já apresentadas. Constata-se o uso de túnicas, cabelos longos e arrumados, além das funções comuns às representações anteriores, como escravos servindo vinho ou portando jarros de água para que os convivas lavem suas mãos.

Por fim, cabe ressaltar a materialidade do festim. A realização de um piquenique envolvia o uso de bandejas, copos, cortinas, assentos, que eram decorados e escolhidos com o propósito de impressionar. Por isso, os banquetes, fossem internos ou externos, principalmente na Antiguidade Tardia, não estavam isentos de formalidade, mas, como ressalta Dunbabin (2003b, p. 174), um *convivium* realizado nessas condições se tornava “uma cerimônia altamente codificada, deixando um espaço menor para relaxamento ou diversão”.

De fato, qualquer celebração requer um preparo material, planejamento e custeio, não sendo realizada à revelia, sem ordem ou normas, além de ser plena de significados. Guarinello (2001, p. 971), ao formular o conceito de festa, concebe o momento festivo como um acontecimento que, sendo um produto da vida cotidiana, atende aos interesses de determinado grupo. A festa, no caso, o banquete, pode ser empregada como uma ferramenta para reafirmar a identidade do anfitrião e dos convivas participantes. Para tanto, os elementos que a constituem não são relacionados de forma aleatória.

Além de analisarmos a bandeja de prata encontrada em Cesena, a fim de compreendermos o rito do banquete e seus principais elementos, devemos atentar para como esse artefato era utilizado no próprio espaço do *convivium*. Ou seja, é necessário explorar quais são os efeitos e o papel desse utensílio durante a realização do banquete. Precisamos ainda considerar dois aspectos: o artefato como um objeto que transmite informações e a regulação exercida sobre o corpo do conviva.

Representações do *dominus* ou de aristocracia na iconografia tardo-antiga são bastante frequentes, seja em afrescos, mosaicos ou em utensílios utilizados no cotidiano. Práticas culturais deram margem a representações que objetivavam exaltar a aristocracia romana, principalmente em ambiente doméstico. Essas autorrepresentações se configuravam como “relatos construídos da vida cotidiana” que, segundo os objetivos, poderiam exprimir ou omitir alguns fatos (SWIFT, 2007, p. 398). Para o espectador, essa imagem arquitetada é apresentada como realidade, embora haja uma distinção entre o real e a representação.

Como afirma Chartier (2002a, p. 74), “a representação é o instrumento de um conhecimento imediato que revela um objeto ausente, substituindo-o por uma ‘imagem’ capaz de trazê-lo à memória e ‘pintá-lo’ tal como é”. No entanto, o próprio autor ressalta um aspecto essencial da representação: elas são construídas de acordo com os interesses de determinado grupo, de modo que o autor nega a neutralidade dessa percepção, visto que elas são

elaboradas por meio de estratégias a fim de produzir práticas segundo determinados propósitos.

Esse princípio é fundamental para compreendermos que a representação dos aristocratas, como nos mostra a bandeja de Cesena, tem por objetivo criar uma visão ideal desse grupo social, direcionada tanto aos outros quanto a eles mesmos. O uso dessa bandeja contendo imagem de um *convivium* luxuoso comunica aos participantes o *status* do anfitrião. Para Hudson (2007, p. 412), essa imagem, além de mostrar uma versão do banquete aos demais convivas, também permite essa realidade, visto que a representação é capaz gerar prática, ações.

Outro ponto a ser considerado acerca dessa bandeja consiste na sua função em compor o ambiente do banquete. Essa questão se torna mais clara se retomarmos as reflexões sobre cultura material com as quais abrimos o capítulo: a materialidade em interação com o indivíduo, sendo apropriada pelo homem, forjada, construída, mas também como intermediária e vetor das relações sociais. Ao considerarmos essa ambivalência, percebemos que, embora a bandeja tenha sido utilizada para representar um grupo social, ela também auxilia na constituição dos ambientes formais. De acordo com Swift (2007, p. 418), a decoração desses utensílios, o material do qual são compostos, a seleção cuidadosa dos artefatos utilizados no banquete informam ao indivíduo o tipo de cerimônia ou festa que está ocorrendo, o grau de formalidade desse evento e, portanto, regulam o comportamento dos convivas em relação aos demais indivíduos. Swift (2007, p. 418) afirma que:

Pode-se sugerir que a formalidade de um cenário, criado, em parte, por meio da decoração (juntamente com outros elementos, por exemplo, a prescrição de roupas adequadas ou uma determinada porção de alimentos), seria um fator contribuinte nesse controle social, causando um inevitável efeito subconsciente sobre o comportamento dentro desse contexto, na verdade, talvez provocando uma correspondente formalidade do comportamento social.

Percebemos assim, com clareza, a ambivalência da cultura material no contexto do banquete romano. A representação do *convivium* na bandeja de Cesena nos leva a compreender, em primeiro lugar, a prática de banquetes ao ar livre como um costume da aristocracia romana; em segundo lugar, os aspectos que definiam o rito do banquete e a cerimônia existente na ocasião; em terceiro, a forma como a cultura material era utilizada para representar o *dominus* e, por último, como a decoração reforçava o caráter solene da ocasião e, conseqüentemente, regulava o comportamento dos convivas.

A última imagem selecionada para analisarmos o lugar do banquete na sociedade tardo-antiga consiste num mosaico encontrado na Villa Del Casalle, na região da Piazza Armerina, na Sicília. No entanto, antes de tratarmos da representação em si, é necessário dizer algumas palavras sobre a importância da arte musiva como elemento decorativo na *domus* e na *villae* romanas. De acordo com Silva (2013b, p. 164), dentre as modalidades artísticas que se desenvolveram no Império Romano, os mosaicos eram uma das favoritas. No entanto, o autor aponta certa desvalorização dos estudos da arte musiva, visto que os mosaicos não são considerados uma expressão artística “de primeira grandeza”, o que restringe seu uso pelos historiadores. Todavia, os mosaicos são uma fonte de informação para o estudo da vida romana, pois representam práticas culturais realizadas tanto em ambientes públicos quanto privados, além de serem “uma arte que, pelas suas próprias condições de produção, estava destinada à vencer o tempo e a degradação” (SILVA, 2013b, p. 164). Devido a importância, precisamos abordar seu contexto de produção e consumo, a fim de compreendermos o alcance de seu uso no período tardo-antigo.

No Império Romano, os mosaicos eram empregados de forma exclusiva na decoração de espaços⁷⁵, contendo temas geométricos, florais e figurativos, de modo que a técnica musiva

⁷⁵ A origem da técnica provavelmente tenha sido no Oriente Próximo (3000 a.C), embora a arte musiva tenha se desenvolvido na Grécia durante a transição do período Clássico para o Helenístico. Os mosaicos mais antigos teriam sido encontrados na cidade de Olinto, destruída pela Macedônia em 348 a.C., sendo esses mosaicos instalados no pavimento de uma sala de jantar, bicromáticos (preto e branco) e representando cenas mitológicas.

chegou a ser mais utilizada na ornamentação do que os afrescos. Dentre os tipos de mosaicos, havia uma diferença basilar entre duas grandes categorias: o *opus tessellatum* e o *opus musivum* ou *musivum*⁷⁶. A distinção ocorria devido ao local no qual eram instalados: o primeiro decorava o pavimento dos edifícios, enquanto o segundo era assentado nas paredes e abóbodas. Além disso, havia também uma distinção segundo o tamanho das *tesserae* utilizadas na confecção: o *opus sectile* era composto por peças maiores e em formatos irregulares, enquanto que o *opus vermiculatum* era confeccionado com *tesserae* minúsculas (LIM, 1998, p. 6; SILVA, 2013, p. 165).

A confecção dos mosaicos não era uma tarefa simples⁷⁷. Para obter as *tesserae* era necessário cortar o material escolhido em tiras e depois em pequenos cubos. Na instalação dos mosaicos era necessário, em primeiro lugar, criar uma base de 45 cm (Fig. 9) a partir do solo natural, repartida em três camadas: o *statumen*, um suporte de 12 cm de espessura, formado por pedras, com objetivo de dar estabilidade e permitir o escoamento da água; o *rudus*, composto por areia, cascalho e pedaços de cerâmica, com uma espessura de 12 cm; e, por último, o *nucleus*, com 11 cm, formado por argamassa de terracota. Após a fixação dessa base, aplicava-se uma camada mais fina de argamassa sobre a qual as *tesserae* eram fixadas (SILVA, 2016, p. 222).

O *opus tessellatum* tinha um custo menor do que o *opus musivum*, visto que este último, mais comum em palácios, igrejas e termas, caracterizava-se por uma decoração mais onerosa e elaborada, não sendo usual em ambientes domésticos. Além disso, o custo do mosaico poderia variar de acordo com o padrão escolhido pelo proprietário: mosaicos policromáticos,

Uma das principais características dos mosaicos, as *tesserae* (tesselas), consistem em pedaços de pedra, vidro ou terracota cortados em cubos com não mais do que 4 ou 5 cm, e começaram a ser utilizadas a partir do século III. A técnica teve uma ampla recepção nos reinos helenísticos e, devido à expansão romana sobre o Oriente e ao processo de helenização, a arte musiva se tornou um importante instrumento de decoração das casas romanas (LING, 1998, 6 e ss.; SILVA, 2013b, p. 164-5)

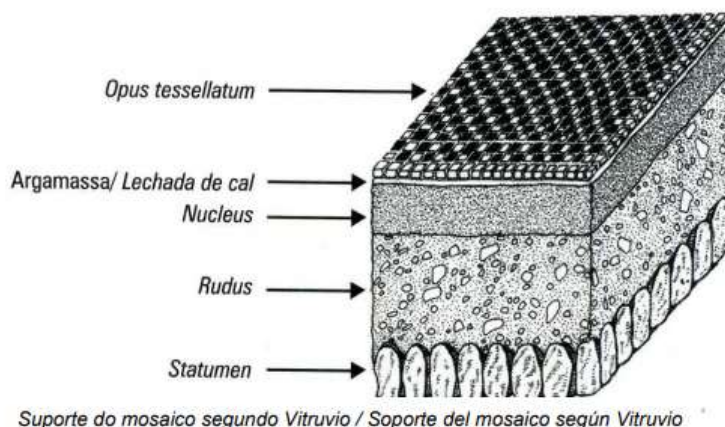
⁷⁶ De acordo com Silva (2013b, p. 165-6), a maior parte dos mosaicos que chegaram até nós foi do tipo *opus tessellatum*, que era dispostos nos pavimentos. Isso ocorreu devido à destruição de muitos edifícios antigos, pois a primeira parte a ruir eram as paredes, onde ficavam os mosaicos *opus musivum*. Além disso, os destroços auxiliavam na preservação do pavimento e, conseqüentemente, dos mosaicos.

⁷⁷ Os mosaicos eram construídos de acordo com as orientações de Vitruvius (VII, 3, 4), na obra *De Architectura*.

bicromáticos, geométricos ou figurativos. Quanto mais coloridos e elaborados, mais dispendiosa a arte musiva se tornava, visto que as *tesserae* de cor negra, branca e cinza eram mais comuns, enquanto algumas tonalidades como azul e verde exigiam o uso do vidro (SILVA, 2013b, p. 166).

Devido aos custos de confecção dos mosaicos, a arte musiva estava restrita aos indivíduos mais abastados. Mesmo diante da variedade de formatos, cores e valores que a fabricação dos mosaicos oferecia, o acesso a essa decoração limitava-se principalmente à aristocracia e, quando muito, aos comerciantes, setor médio da população. De acordo com Silva (2016, p. 222), a decoração musiva se tornava onerosa devido ao tempo empregado na confecção da obra. Numa *villa*, por exemplo, a decoração musiva poderia levar de dois a três anos de acordo com o número de profissionais envolvidos. Além disso, o material necessário para a confecção dos mosaicos era grande tanto em quantidade quanto em custo, pois o número de *tesserae* variava de 500 mil a dois milhões de peças.

Figura 10: Processo de instalação de um mosaico



(Fonte: SILVA, 2016, p. 222)

O lugar ocupado pelos mosaicos na decoração dos ambientes domésticos eram de destaque, pois, através deles, a elite representava seus valores, crenças e preferências. A escolha, por sua vez, não ocorria de forma aleatória. Como afirma Silva (2013b, p. 167), os

proprietários das *domus* e *villae* se valiam da arte musiva como forma de reafirmar seu *status*, visto que os mosaicos maiores e refinados eram dispostos nas áreas de recepção, como no *triclinium*. Segundo o autor:

Os temas escolhidos pelo cliente para figurar nos mosaicos conectavam-se com a cosmovisão do grupo ao qual pertencia, como comprova a predominância, nos mosaicos figurativos da fase imperial, de referências à mitologia greco-romana, espinha dorsal da *paideia*; às formas de lazer cívico (*ludi gladiatorum*, combates de feras, mimos e pantomimas), cujo patrocínio era motivo de enaltecimento público; aos esportes, especialmente a arte da caça (cinegética), um passatempo dos mais ricos; e ao cotidiano das *villae*, das propriedades rurais da aristocracia (SILVA, 2013, p. 167).

Percebe-se, portanto, o interesse do proprietário em exprimir, através dos mosaicos, seus valores e sua cosmovisão. Por meio dos mosaicos, os proprietários ostentavam sua riqueza e *status*, uma vez que a arte musiva não era uma ornamentação acessível a todos. Além disso, sempre que possível, os proprietários buscavam exaltar a própria figura. Dito isso, podemos nos dedicar à análise da última fonte iconográfica relacionada para o estudo do banquete tardo-antigo: o mosaico da pequena caçada, encontrada na Villa del Casale.

Dunbabin (2003, p. 146) ressalta que as cenas de caça eram frequentes nas cenas musivas do período tardo-antigo, desempenhando um importante papel na decoração dos edifícios. Em tais mosaicos, havia a exibição de animais selvagens que eram capturados, como leões, tigres e ursos. Detectamos essa temática numa imagem de banquete chamada “Pequena caçada”, presente no pavimento da Villa del Casale, datada por volta do século IV.

Figura 11: Piquenique ao ar livre, Villa del Casalle, Sicília, séc. IV.



(Fonte: GENTILI, 1999, p. 50)

O mosaico encontra-se instalado num aposentos da Villa, reservado à recepção dos hóspedes. Mosaicos dispostos em ambientes de recepção, como mencionamos, costumavam ser construídos de modo mais requintado. O mosaico em questão é um *opus tessellatum* policromático e figurativo, representando alguns elementos do cotidiano da elite na *villa*, como as caçadas e os banquetes (DUNBABIN, 2012, p. 133). Nele há indivíduos ricamente vestidos para a caça de animais como javalis e veados, além de uma cena de sacrifício à deusa Diana e, no centro, um piquenique ao ar livre. O mosaico figurativo é composto por uma sucessão de episódios, como se houvesse uma narração: da caça seguia-se para o sacrifício e, por fim, para o piquenique. É na imagem do banquete (Fig. 11) que nos ateremos aqui:

Os convivas estão reclinados num *stibadium*, ou seja, num sofá no formato da letra grega sigma, de cor branca com listras verdes e vermelhas. Diante deles há uma mesa no formato circular, com algum tipo de ave a ser servida, que poderia inclusive ter sido resultado da caça realizada. Os comensais são ilustrados sob um toldo preso em dois carvalhos de cor púrpura. Em relação a esse toldo, Gentili (1999, p. 54) o identifica como uma *parapetasma*, uma extensa cortina que enquadrava as cenas de banquete. Percebe-se que, pela presença de árvores, os convivas estão em uma área aberta, o que configura um piquenique. No entanto, assim como a ilustração na bandeja de prata de Cesena, o luxo próprio de um banquete aristocrático não está ausente. Quanto a sua indumentária, todos os convivas portam túnicas decoradas e coloridas, assim como há detalhes (*clavi*) que decoram a barra das mangas e da túnica nas mais diversas cores.

Apesar do ambiente descontraído, em um cenário de caça e diversão, os convivas se vestem de maneira elegante, havendo escravos que os servem num *stibadium* também adornado. Um dos convivas tem nas mãos uma taça de vidro com vinho. De acordo com Dunbabin (2003b, p.163), na Antiguidade Tardia, a prata, embora continue sendo característica dos banquetes aristocráticos, estava sendo substituída por utensílios de vidro: “o IV século, em particular, é o grande período dos artigos de vidro de luxo, e os copos e tigelas eram frequentemente entalhadas e lapidadas com ricas decorações”. Além disso, os convivas estão reclinados, o que denota o *status* da refeição, visto que o ato de se reclinar no momento do banquete era característica de um cerimonia aristocrática.

Por meio desse mosaico, é possível concluir que o momento de festa, de sociabilidade e de convívio era planejado e executado a fim de reforçar a posição social dos participantes. Os utensílios empregados e o tipo de decoração constata o cuidado do anfitrião em criar um ambiente de requinte para os seus convidados, demonstrando não apenas sua hospitalidade,

mas também fazendo a autopromoção. Os demais convivas são representados do mesmo modo luxuoso que o anfitrião, portando indumentárias coloridas e ornamentadas.

O espaço do banquete na Villa Romana del Casale

Até o presente momento, através das fontes iconográficas apresentadas, foi possível analisar a representação do *convivium*, os aspectos acerca do rito do banquete e compreender como o espaço físico influenciava nesse momento festivo. Na intenção de considerar a materialidade do banquete, também nos propomos a analisar a sala do *triclinium* da Villa del Casale, localizada na região da Piazza Armerina, na Sicília. Escolhemos essa fonte arqueológica por conta dos elementos que ela nos proporciona enquanto uma sala do *triclinium* preservada e, tão importante quanto, com parte da decoração musiva em bom estado de conservação. Essa fonte nos permite refletir sobre o espaço do *convivium* na Antiguidade Tardia, levando em conta não somente a estrutura arquitetônica do edifício, mas também sua decoração.

A *villa*, como mencionamos, era uma propriedade privada campestre utilizada como local de descanso pelos aristocratas romanos. Entretanto, em fins do século III e início do IV, constata-se uma transformação nessas propriedades que, de acordo com Sfameni (2004, p. 336), difundiu-se por uma boa parte das províncias romanas. Muitas dessas *villae* são restauradas, recebendo novos layouts adaptados ao gosto do período. Além disso, seu tamanho aumenta consideravelmente, tornando-se verdadeiros complexos. No entanto, essas mudanças nas *villae* são ocasionadas por motivos que ultrapassam a preferência pela inovação arquitetônica.

De acordo com Scott (1997, p. 57), a arquitetura do século IV deve ser interpretada com base nas transformações econômicas, políticas e sociais do período, aspectos esses que já abordamos em nosso primeiro capítulo. Um importante fator consiste na reafirmação da figura

dos patronos no século IV, notáveis que se desempenham a proteger e auxiliar seus clientes por meio da troca de favores. No entanto, no período tardo-antigo, a importância do patrono se intensifica. Em face da contribuição compulsória da *annonae*, os patronos se colocaram como mediadores entre os coletores de impostos e as categorias sociais subalternas. Portanto, a ineficiência do governo local, as queixas devido aos impostos quanto a busca por proteção levou à ascensão dos aristocratas que tiveram sua posição política ainda mais reforçada na região em que atuavam, inclusive mediante expansão da propriedade (CAMERON, 2001, p. 93; SCOTT, 1997, p. 57). A partir de então, a relação entre patrono e cliente se tornou mais autocrática, estruturando-se por meio de cerimônias fortemente hierarquizadas (MAR; VERDE, 2008, p. 58).

A partir do endurecimento das relações de patronato, somado ao deslocamento do centro de poder da cidade para o campo percebe-se uma alteração na arquitetura das *villae* a fim de atender a essa nova realidade do patrono. De fato, alterou-se a maneira como esse aristocrata recebia seus clientes dos mais diversos níveis sociais, o que conduziu a modificação das salas de recepção, como o *triclinium*. No período final do Império Romano, a *villa* não era somente o espaço da residência, mas tornou-se também o centro administrativo e político dos territórios circundantes. A aristocracia local preferia gerir seus negócios em aposentos de recepção dentro da *villa*, conferindo-lhes um caráter oficial e até mesmo público (PENSABENE, 2011, p. 30). A *villa* tornou-se então um ambiente essencial para a aristocracia, principalmente no que concerne às relações sociais, pois, além das funções já descritas, era também um local de recreação, estudo, entretenimento e interação entre os aristocratas (ROSSITER, 1991, p. 199).

O fato de a *villa* ter sido destinada tanto ao uso pessoal do aristocrata quanto às demandas públicas influenciou diretamente na decoração, no posicionamento dos quartos e na funcionalidade destes. Dentre as alterações arquitetônicas incluem-se a adoção de amplos

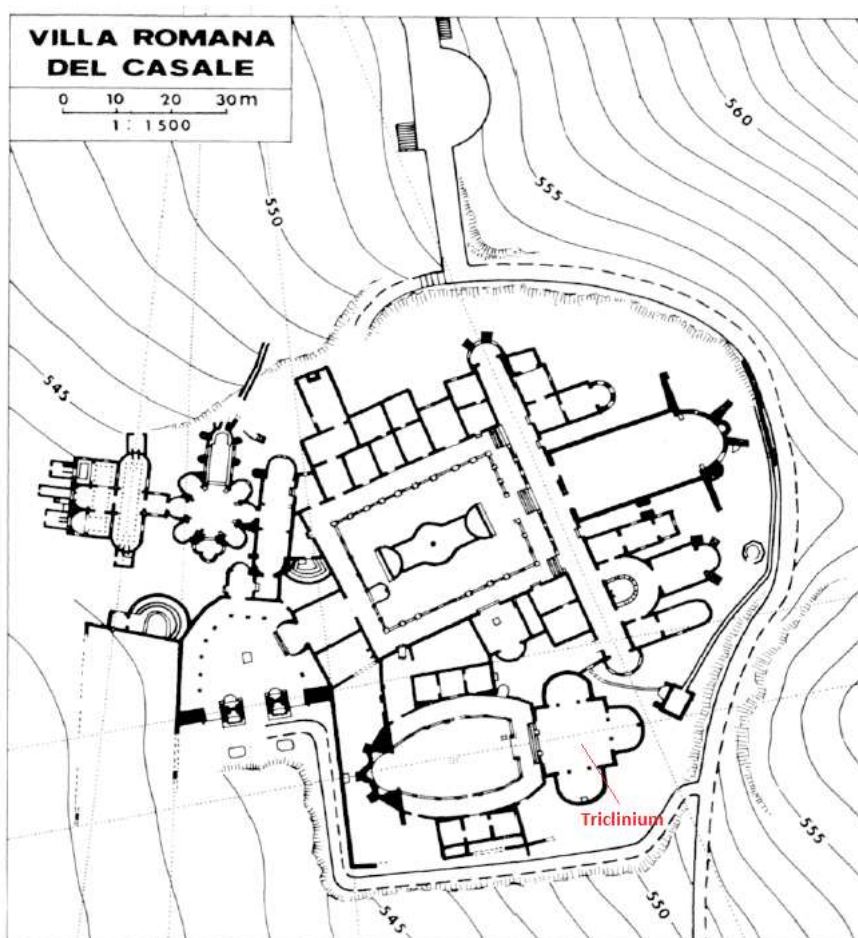
peristilos, o emprego de uma decoração sofisticada nos aposentos, a preferência por ricos mosaicos, além da existência de espaços para banho. Scott (1997, p. 55) assinala que é possível constatar empréstimos da arquitetura cívica em algumas *villae*, como nos pátios ou nas entradas.

Devido à importância do banquete para a vida social da aristocracia, as salas mais elaboradas eram exatamente as preparadas para receber os convidados. De acordo com Ellis (1994, p. 122), a maior parte das propriedades rurais no Império Romano possuía somente uma sala de recepção. Entretanto, a partir de fins do século III, começam a surgir três tipos diferentes de aposentos com essa função: salas de audiência, salas de jantar e a sala do *triclinium*. Segundo o autor, o principal motivo para o emprego de duas outras salas residia no desejo de se obter certo grau de privacidade, além de se ter opções para receber os diferentes clientes. O cliente mais necessitado, por exemplo, era recebido nas salas de audiência, que, devido à opulência e ao tamanho, consistiam em ambiente formais que poderiam “intimidar” os convidados. Tais refeições com um número maior de convidados eram realizadas nas salas de jantar, enquanto os mais íntimos aconteciam na sala do *triclinium*. Como afirma Scott (1997, p. 60), “o aristocrata do final do período romano, portanto, definia cuidadosamente o contexto arquitetônico em que seus encontros públicos teriam lugar”.

Esse é um aspecto importante na nova configuração das *villae*. Apesar de a propriedade contar com ambientes públicos e privados, de acordo com alguns autores, como Ellis (1994, p. 121 e ss.), Scott (1997, p. 60-61) e Sfamini (2004, p. 337-340), o proprietário utilizava a arquitetura para manipular o acesso de seus convidados a diferentes partes do edifício. Muitos visitantes não tinham acesso ao principal *triclinium* da casa, muito menos ao peristilo, no que configurava a existência de uma hierarquia que regulava a permissão de ingresso em determinados aposentos. O livre trânsito pelos cômodos passava a ser obtido à medida que a relação com o proprietário se aprofundava.

Bom base nessas considerações, é possível compreender o papel da sala do *triclinium* na Villa del Casale, uma das mais bem preservadas e conhecidas *villae* romanas da época tardia. Segundo Patrizio Pensabene e Enrico Gallochio (2011, p. 29), as escavações da *villa* se iniciaram por volta de 1950, com escavações esporádicas durante a década de 1980 e 1990, sendo que durante esse período as escavações eram comumente focadas nos mosaicos. Em 2004, as escavações foram retomadas pela Università di Roma, *La Sapienza*, que revelou outras facetas do edifício, como a complexidade da estrutura e da decoração dos aposentos, além dos aspectos da fase medieval de ocupação da *villa*.

Figura 12: Planta da Villa del Casale



(Fonte: CARMINE et al; 1971, p. 195)

A Villa del Casalle reparte-se em três pavimentos: o primeiro contém quartos privados, a basílica e um extenso corredor coberto por um mosaico que retrata uma caçada; o segundo pavimento abriga o *triclinium* e um grande pátio, sendo que ambos dão acesso ao corredor do primeiro pavimento, e o último é o aposento dos banhos. Acredita-se que a principal fase de ocupação da *villa* durante a Antiguidade Tardia ocorreu nas primeiras décadas do século IV, porém esta fase pode ter se estendido até o ano de 365 d.C. (PENSABENE; GALLOCHIO, 2011, p. 30, 35). Segundo Dunbabin (1999, p. 132), prevalece o consenso de que a *villa* era uma propriedade rural de uma importante família da aristocracia romana que ocupava magistraturas na cidade de Roma, com riqueza e *status* que ofuscavam a elite local.

Na imagem (Fig. 12), podemos localizar a sala do *triclinium* no complexo de edifícios que na época tardia integram a Villa Del Casale. Como mencionamos, a sala do *triclinium* sofreu transformações quando passou a abrigar três absides por extremidade, cada uma contendo um *stibadium*, no qual os convidados se reclinavam. De acordo com Ellis (1997, p. 43 e ss.), cada parte da sala poderia ser dividida em três áreas. A entrada da sala deveria impressionar o convidado, principalmente pela decoração e pela visão dos alimentos, reforçando assim a ideia de hospitalidade do anfitrião. A parte central era o local mais movimentado, onde ocorriam os entretenimentos, a circulação de convivas, e onde poderia ser instalada um fonte de água, o *nymphaeum*. A abside – no caso da Villa del Casale existiam três – era o palco principal do banquete. Na frente de cada *stibadium* era posta uma mesa para que os alimentos fossem servidos, como vimos nas imagens apresentadas. Na parte inferior do *stibadium*, havia um pequeno espaço para a circulação dos serviçais. Além disso, as portas da sala de jantar se abriam para o peristilo, de onde era possível visualizar a área externa da sala, com fontes e vegetação. Esta área se integrava ao espetáculo do banquete. O peristilo era um elemento arquitetônico bastante apreciado pelas elites (ROSSITER, 1991, p. 202-4).

Vale ressaltar que o principal evento da *villa* era a realização do *convivium*, principalmente porque a oferta de alimentos simbolizava a hospitalidade do anfitrião. Dunbabin (1996, p. 66) ressalta que o cuidado não residia somente na qualidade dos alimentos ofertados ou do vinho, mas na elegância do ambiente. Para tanto, os mosaicos dispostos no pavimento do *triclinium* eram um componente indispensável.

Figura 13: **Representação de Hércules. Triclinium da Villa del Casale**



(Fonte: GENTILI, 1999, p. 189)

Quanto à decoração, cenas mitológicas, a exemplo de representações de Hércules (Fig. 13) e Dionísio, adornavam o *triclinium*. Em cada uma das absides havia uma representação musiva com uma figura diferente, além da área central. É importante ressaltar que esses

mosaicos figurativos com mitos greco-romanos, deuses e personificações tinham um significado alegórico. Tais mosaicos ilustram o trabalho de Hércules, com deuses e heróis, retratando vitória, glória e imortalidade. De acordo com Scott (1997, p. 65), o tema do mosaico é quase um panegírico realizado em honra do proprietário, da categoria social à qual pertencia, a senatorial, e do Império Romano. De certa forma, o proprietário encontra-se associado, ele mesmo, à figura, ao poder e à riqueza de Hércules. Cumpre observar que somente os indivíduos formados na *paideia* poderiam compreender as referências contidas nos mosaicos, ou seja, a habilidade de decodificar os sinais e as informações que o ambiente comunicava dependia do aporte cultural do convidado.

A regulação do corpo do conviva na *Saturnalia*, de Macróbio

Por fim, utilizaremos a documentação escrita por Macróbio a fim de compreender a representação que o autor realizou acerca do *convivium* romano e de constatar quais as regras poderiam disciplinar o corpo do conviva no momento do banquete. Nosso objetivo consiste em, além de enfatizar a permanência e relevância do *convivium* na Antiguidade Tardia, analisar de que modo o corpo do conviva é regulado no momento do banquete. Através das fontes iconográficas, percebemos que o próprio ambiente comunica, dá pistas aos participantes a respeito da cerimônia e do comportamento que deles era esperado. Para nos auxiliar neste item, exploraremos a documentação textual *Saturnalia*.

Em um primeiro momento, convém ressaltar que o corpo humano é socialmente concebido, ou seja, a sociedade o configura e o modela de acordo com suas próprias crenças e disposições. O grupo social no qual o sujeito se insere determina quais os atributos morais, físicos, intelectuais e afetivos que este deve possuir, contribuindo para a fabricação do seu corpo. Para que isso ocorra, é necessário que o indivíduo sofra um processo de socialização,

para que seja aceito, tornando a vida social possível. Como aponta Rodrigues (p. 1975, p. 33), “uma pessoa pode ser considerada socializada quando abre mão de sua autonomia fisiológica em favor do controle social e quando comporta-se a maior parte do tempo como as outras pessoas, seguindo rotinas culturalmente estabelecidas.”

A educação é um mecanismo essencial para que o processo de socialização ocorra, sendo um instrumento de correção empregado com o intuito de inculcar valores que, em certa medida, são comuns a todos os membros de uma sociedade e em relação aos quais poucos indivíduos irão se manifestar de forma negativa (RODRIGUES, 1975, p. 33). Desse modo, cabe ao processo escolar transmitir princípios e introjetar determinadas regras que influenciarão no comportamento dos sujeitos. Portanto, ao considerarmos o contexto romano, entendemos que os membros da elite tiveram acesso a um processo educacional que lhes impôs os valores da *paideia*. Defendemos que esse programa disciplinar determinou também o comportamento dos convivas no decorrer do banquete.

Desse modo, Macróbio representa o banquete como um momento no qual há normas e regras que disciplinarão o corpo dos comensais ali presentes. A respeito do conceito de disciplina, Foucault (1987, p. 118-9) pontua que o corpo é moldado por um controle rígido e minucioso de ações, do qual faz parte a formação pedagógica. Em outros termos, a disciplina permite que o corpo seja controlado, pois ela tem por finalidade fabricar corpos dóceis. Dentre essas normas, há orientações quanto ao comer (*Sat.*, I, 2, 12; 7, 9; II, 1, 1; VII, 4, 32; 5, 24), ao beber (*Sat.*, II, 1, 1; 8, 5; 8, 6; VII, 1, 1; 5, 14) e ao falar (*Sat.*, I, 1, 2; 1, 4; 5, 11-12; VII, 1, 3; 4, 1) durante o banquete. Caso um conviva não respeitasse essa regulação, ele não seria bem recebido naquele ambiente. Iremos nos atentar a partir de então à análise dessas passagens em busca de investigar quais eram especificamente tais normas e, também, como elas eram apresentadas no momento do baquete.

Já no primeiro dia do festim, os convivas, que haviam combinado de se encontrar na casa de Vétio Pretextato, se reuniram na casa do anfitrião para dar início às comemorações. No momento da festa da *Saturnalia*, pretexto do banquete, a aristocracia abandonava suas insígnias, símbolos, títulos e qualquer coisa que a diferenciava, devido ao espírito das saturnais (AGNOLON, 2013, p. 75). Por isso, já no início do diálogo, no primeiro dia da festa (17 de dezembro), Vétio Pretextato, um dos personagens, comenta que nos dias destinados às Saturnalia não era permitido a ninguém se ocupar com assuntos públicos, e acrescenta: “hoje, com certeza, não se vê ninguém com a toga [*togae*], com a trabea [*trabeae*], com o manto militar [*paludamenti*] ou com a pretexta [*praetextae*]” (*Sat.*, I, 6, 2).

Essa orientação ocorre em meio às festividades da Saturnalia (17 a 23 de dezembro), dias festivos (*festi*) que deveriam ser dedicados aos deuses, em meio a sacrifícios, festas religiosas, jogos e feriados (*Sat.*, I, 16, 2-3). Desse modo, o tempo da festa não permita que atividades relacionadas aos dias *profesti*, ou seja, dias comuns, fossem realizadas. Portanto, é possível observar algumas restrições como o fato de não ser permitido trabalhar (*Sat.*, I, 16, 9), realizar guerras (*Sat.*, I, 16, 17) ou recrutar soldados (*Sat.*, I, 16, 19).

Essas restrições se tornam mais claras quando as colocamos à luz da ideia de que a festa também “está ligada à organização social do tempo”, visto que permite uma noção cíclica deste, permitindo o contraste entre o momento do sagrado e do profano (VALERI, 1972, p. 406). O início da festa marca o início do sagrado, separando-o do profano, do mesmo modo que o seu fim permite o inverso. A questão reside no fato de que esse contraste leva o indivíduo a uma conduta diferente, de modo que “o sagrado é caracterizado por um comportamento inverso ao profano” (VALERI, 1972, p. 407). Portanto, durante a *Saturnalia* algumas ações comuns à vida cotidiana estavam proibidas.

Para além dessas regras, foi possível perceber que há uma clara indicação do anfitrião quanto aos trajes adequados para a festa, não somente através da passagem de Macróbio, mas

também da iconografia já analisada na seção anterior. Inclusive, não era usual que durante o *convivium* os participantes se reclinassem utilizando roupas formais, mas sim que fizessem uso da *synthesis*, da *cenatoria* ou do *pallium*. Tal atenção concedida ao vestuário dos convivas deve ser compreendida a partir da noção de que as roupas desempenham um importante papel na construção e na reafirmação da identidade dos indivíduos, principalmente se considerarmos que o vestuário é uma forma de comunicação (ECO, 1982, p. 7). Como afirma Crane (2006, p. 21), a indumentária funciona como um dos marcadores mais explícitos do *status* social do sujeito, funcionando como um código, como um símbolo de identificação. Desse modo, torna-se claro a importância concedida aos trajes adequados para a festa, visto que tais elementos, além de exprimirem o *status* do participante, funcionavam também como um código regulador do corpo do conviva dentro do banquete. Em termos teóricos, precisamos compreender que o corpo é um suporte de signos, visto que sobre ele recaem impressões e formas que são definidas pela sociedade, moldando-o e marcando-o (RODRIGUES, 1975, p. 62).

Para além das regras acerca da indumentária, Macróbio também faz inúmeras advertências ao longo de sua obra quanto à ingestão de bebidas e comidas no decorrer do banquete. Como afirma Carneiro (2010, p. 45), na cultura greco-romana prevaleciam os ideais de moderação e temperança, sendo essa uma das virtudes morais de Aristóteles e um ideal sempre retomado por Macróbio ao longo do banquete. De acordo com o filósofo grego (ARISTOTELES, *Ethica Nicomachea*, II, 5, 1105b, 29), a virtude (*areté*) moral do indivíduo não consiste em emoções ou capacidades intelectuais⁷⁸, mas em uma disposição que o torna bom diante de seus sentimentos e que o faz desempenhar bem suas atividades (*Eth. Nic.*, II, 5,

⁷⁸ De acordo com Aristóteles (*Eth. Nic.*, II, 5, 1105b, 19-33; 1106^a, 1-11), é possível encontrar na alma emoções, capacidades e disposições. O autor argumenta que a virtude não pode ser uma emoção, pois os sentimentos são experimentados sem nenhuma escolha, ao contrário das virtudes, que são disposições engendradas no indivíduo de forma racional e através da prática, pois “não surgem em nós nem por natureza nem contrárias à natureza, mas a natureza nos dá a capacidade de adquiri-las, e aperfeiçoá-las através do hábito” (*Eth. Nic.*, II, 1, 1103a). Outro argumento consiste no fato de que nenhum indivíduo é considerado bom ou mal de acordo com suas emoções, mas sim conforme as suas virtudes ou vícios. Do mesmo modo, a virtude também não poderia ser uma capacidade, pois essa última é adquirida por natureza.

1106a, 8-14), pois como afirma “[...] não é para adquirir conhecimento que estamos considerando o que é a virtude, mas para nos tornarmos pessoas boas - caso contrário, não haveria sentido nisso” (*Eth. Nic.*, II, 2, 1104a). Portanto, o exercício da virtude, da qual depende a felicidade (*eudaimonía*) do indivíduo (*Eth. Nic.*, I, 13, 1102a 5), expressa-se na forma positiva com a qual o homem se comporta frente às suas emoções.

Para além da definição, o que mais nos interessa consiste no fato de que a virtude tem o objetivo de alcançar o intermediário (*Eth. Nic.*, II, 6, 1106b 15). Aristóteles aponta que a virtude moral está relacionada aos sentimentos, às ações e às paixões, pois é exatamente neles onde ocorrem os excessos, as ausências e o equilíbrio. O medo, a confiança e a raiva, por exemplo, podem ser experimentados de forma excessiva, escassa, ou equilibrada. No entanto, como define o autor, “senti-los nos momentos certos, com referências aos objetos certos, para as pessoas certas, com o motivo certo, e no caminho certo, é o que é intermediário e melhor, e isso é característico da virtude” (*Eth. Nic.*, II, 6, 1106b, 20-24). Portanto, a virtude reside no equilíbrio, sendo louvada exatamente por esse aspecto, enquanto a instabilidade ou desarmonia dessas emoções, seja no excesso ou na escassez, são mal vistos, consistindo em vício.

Uma das virtudes morais consiste na temperança (*sophrosyne*), que está relacionada aos prazeres corporais ligados ao paladar e ao tato, como o beber, o comer e o sexo⁷⁹. Se a virtude consiste no equilíbrio das ações e das emoções, a temperança é definida por uma atitude de moderação diante dos prazeres do corpo: o indivíduo virtuoso não se deixa levar pelos desejos dos intemperantes: não há sofrimento, dor ou angústia diante da falta de prazeres e, quando se deleita, é de forma comedida. Como explicita Ramos (2009, p. 74):

O temperante não é, portanto, nem insensível, nem continente, porque sua educação e seu cuidado disciplinado do corpo, não lhe legou a falta de apetites mas sim a falta de apetites maus, de forma que se abster dos prazeres que não deve sentir não lhe

⁷⁹ Como aponta Carneiro (2010, p. 69), os demais sentidos, como a visão, a audição e o olfato, não correm o risco da intemperança pois são “a contemplação do belo e do agradável!”.

custa nada, antes lhe traz satisfação, pois tais prazeres se lhe assomam como ensejos de vergonha (*aidos*) e não como verdadeiros prazeres.

Já em relação ao intemperante, Aristóteles o define enquanto escravos de seus comportamentos (*Eth. Nic.*, III, 11, 1108b, 20):

E as pessoas intemperantes vão em excesso de todas essas maneiras, porque elas desfrutam de certas coisas que não deveriam (porque essas coisas são detestáveis), e se elas desfrutam do tipo de coisa que é certo desfrutar, elas as apreciam mais do que é certo ou mais do que a maioria das pessoas gosta deles. Claramente, então, o excesso em relação aos prazeres é a intemperança e a culpa.

O intemperante tem a opção de escolha visto que o prazer em si é desejável (*Eth. Nic.*, III, 12, 1108b, 1). Além do mais, Aristóteles afirma que “é com prazeres como esses que a temperança e a intemperança estão relacionadas - àquelas que outros animais compartilham - é por isso que eles parecem escravos e brutos” (*Eth. Nic.*, III, 10, 1108a, 23-26). O autor ressalta que o desejo de um ser irracional é voraz, sem limites, excluindo qualquer reflexão acerca de seus instintos (*Eth. Nic.*, III, 12, 1109b, 7-11). Como o corpo e os desejos são o que aproximam os homens dos animais, o controle desses instintos faz jus à racionalidade do indivíduo, enquanto a total entrega a esses deleites e a perda de domínio dos prazeres condena, no sentido de aprisionar, o sujeito a ser refém de suas próprias vontades. Logo, os homens que fossem tidos como temperantes eram bem vistos pelos demais enquanto indivíduos virtuosos, ao passo que o intemperante seria continuamente repreendido por suas ações.

É possível entendermos, portanto, o motivo pelo qual a temperança é tão presente nos diálogos de Macróbio, uma vez que virtudes como essa poderiam reafirmar a identidade dos indivíduos a partir do seu comportamento ao longo do banquete. A identidade, de acordo com Silva (2000, p. 76), é o “resultado de atos de criação linguística”, ou seja, é criada através de

um ato de linguagem, fugindo de uma concepção essencialista⁸⁰. Desse modo, compreendemos que a identidade é uma construção, fabricada em um determinado contexto cultural e social, “ativamente produzida” por meio da linguagem, sendo essa última um sistema de significação.

É através da linguagem, dos discursos, que Macróbio reforça em sua obra qual é a postura correta a ser adotada pelos convivas. Como exemplo, no segundo livro da obra, *Evangelo*, o conviva que é representado como rude e mal-educado, sugere aos convidados que eles se entreguem aos prazeres do vinho: “Vamos, antes de nos levantarmos da mesa, vamos nos entregar a mais uma ou duas rodadas de vinho, com o respaldo do decreto de Platão [...]” (*Sat.*, II, 8, § 4.). Imediatamente, é repreendido por Eustácio, um filósofo que é representado como um profundo conhecedor do assunto e bastante eloquente, que afirma “Pois ele [Platão] pensava que as formas modestas e respeitáveis de relaxamento proporcionadas pela bebida restauram nossas mentes e as tornam inteiras novamente, de modo que possamos retomar os deveres próprios da sobriedade.” (*Sat.*, II, 8, § 6.). Segundo Eustácio, quando se bebe com moderação, o indivíduo consegue se controlar e facilmente retomar suas atividades diárias. Porém, se há a perda de controle, todos os afetos e segredos serão revelados devido à liberdade que o vinho propicia.

Macróbio representa em seu banquete dois comportamentos inversos. De um lado há *Evangelo*, que a todo o momento é desrespeitoso com os demais convivas, falta com a etiqueta, comporta-se de forma ofensiva e defende o consumo desenfreado de vinho. Percebe-se aqui a representação de um conviva intemperante, que não preza pelo equilíbrio, mas pela entrega aos desejos. Em contrapartida há Eustácio, representado como um homem temperante que, diante dos prazeres corporais, como o consumo de bebidas, comporta-se de forma

⁸⁰ De acordo com Woodward (2010, p. 15, 37), uma visão essencialista acerca da identidade consiste em fundamentar a sua construção em afirmações biológicas e naturais, ou históricas e culturais, recorrendo a “verdades” fixas, “naturais”. Adotar uma perspectiva essencialista seria afirmar que a identidade é um elemento da natureza, já dado naturalmente, essencial, ao contrário de compreendê-la enquanto fruto, construção de um determinado contexto cultural e social.

comedida e parcimoniosa. Em termos conceituais, a representação, de acordo com Woodward (2000, p. 17), produz significados e sistemas simbólicos que possibilitam a definição de identidades individuais ou coletivas. Nesse caso, a representação dos convivas realizada por Macróbio define bem quais condutas seriam atribuídas a um homem virtuoso, portador da *paideia*, e quais associaríamos a um indivíduo intemperante. Importante ressaltar aqui que a identidade e a diferença ocorrem também por meio de oposições binárias. Como afirma Woodward (2000, p. 50), “uma característica comum à maioria dos sistemas de pensamento parecer ser, portanto, um compromisso com os dualismos pelo quais a diferença se expressa em termo de oposições cristalinas”. Isso significa que, ao definir essa dicotomia, um dos lados sempre é mais valorizado do que o outro. Um dos lados comumente é a norma, enquanto o outro é a diferença, o excluído. É notável como isso ocorre na definição do homem virtuoso: a norma, a identidade, o correto consiste no homem temperante, enquanto o intemperante é a oposição, a diferença, o excluído.

Dando continuidade ao diálogo, o filósofo Eustácio segue com esclarecimentos acerca do uso da bebida:

Um homem que não conhece as delícias e seduções do banquete e não participou delas é enganado e cativo, sua mente e seus pensamentos não encontram um lugar estável para ficar, se a escolha, ou acaso ou a compulsão fizer com que ele se familiarize com tais prazeres. Como na batalha, então, **temos que enfrentar os inimigos** - prazeres e condescendência com vinho - e combatê-los de perto, de modo que nos fortaleçamos contra eles não por fuga ou evasão, mas confiando em exercícios mentais, resolução contínua e indulgência moderada **para preservar nosso equilíbrio e autocontrole**. (*Sat.*, II, 8, § 8-9., grifo nosso).

Desse modo, o homem que se deixa controlar pelos encantos do banquete e do vinho, perde o controle de sua mente (*mentem*) e de seu espírito (*animus*). Mas o filósofo ressalta que não se deve adotar uma postura de fuga diante dos prazeres, mas sim de equilíbrio.

Eustácio continua seu discurso expondo o pensamento aristotélico acerca dos prazeres, afirmando que o homem tem cinco sentidos (*aisthéseis*), por meio dos quais o corpo e a alma buscam o gozo. E acrescenta:

O prazer derivado imoderadamente de todos esses sentidos **é baixo e imoral**, mas o prazer excessivo derivado do gosto e do tato - um prazer composto, como os sábios consideraram - **é o mais repugnante de todos**: para aqueles, especialmente, que se renderam a esses prazeres, os gregos aplicavam os termos para o mais grave dos vícios, chamando-os de *akratês* ou *akolástoi*, ou como dizemos **incontinentes ou descontrolados** (*Sat.*, II, 8, § 11-12, grifo nosso).

De acordo com a passagem acima, só reafirmamos o quanto o comportamento do conviva, ou a sua entrega ao prazer excessivo (*omnibus voluptas*), pode definir a sua identidade. De acordo com Woodward (2000, p. 9) a identidade é relacional, pois ela é marcada pela diferença. Silva (2000, p. 75) reitera: “Assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade”. Elas são, desse modo, inseparáveis. Ambos os autores realizam tais afirmações, pois compreendem que, diante da definição do que o indivíduo é, automaticamente se define o que ele não é. Portanto, diante da assertiva que características como incontinentes, descontrolados ou escravos são atributos de homens não virtuosos, mas cheios de vícios, também definimos qual a identidade do homem virtuoso.

Entretanto Macróbio não se limita somente a dizer o que não se deve fazer, mas, em momentos específicos, faz questão de reforçar como deveria funcionar esse momento festivo. Ao dar início à tarde de debates na casa de Vétio Pretextato, ainda no primeiro dia da festa, o autor aponta: “A moderação dos comensais pôs fim a sobriedade dos manjares, e através de pequenos copos começava a nascer a alegria entre os convidados” (*Sat.*, II, 1, § 1). Ou seja, havia a presença do vinho durante o banquete, mas isso não significava que ele acontecia à revelia. Ao contrário, Macróbio ressalta que o *modestus modus* da alimentação dos convivas era característico durante o banquete, o que regulava o clima da festa. Eustácio, por exemplo,

ao exortar Evangelo na passagem explicitada anteriormente, ressalta que o brinde deveria ser feito com pequenos copos (*minuta pocula*) (*Sat.*, II, 8, § 5).

Em consonância com o caráter pedagógico da obra, podemos perceber que Macróbio faz comentários pontuais, por meio dos diálogos, sobre qual deveria ser comportamento correto ao longo do *convivium*. Mas precisamos esclarecer de que modo o cumprimento dessas normas tinha a possibilidade de reafirmar a identidade desse indivíduo enquanto um homem civilizado e virtuoso. Tais valores, como a temperança, por exemplo, reforçavam a identidade dos indivíduos enquanto portadores da *paideia*. Como já explicitado durante o primeiro capítulo, a *paideia* não se limitava somente ao conhecimento intelectual, mas também dizia respeito à formação do homem romano, incluindo os códigos de conduta aceitos e estimados pela elite, visto que a *paideia* consistia em um elemento de distinção em meio à aristocracia. Saber como se comportar diante dos pares, ter uma boa oratória, elegância e polidez não eram habilidades que possibilitariam apenas galgar cargos na administração imperial, mas também tornavam possível a criação e manutenção de relações sociais importantes para o sistema social da elite. Defendemos, portanto, que, ao passo que essa formação cultural influenciava na conduta do comensal ao longo da festa, seu comportamento também comunicava aos demais participantes o seu *status* social e sua instrução, no caso, a *paideia*.

A discussão acerca da moderação continua ao longo da obra, mas não somente em torno do vinho. Ainda no livro II, logo após Macróbio, através de sua narração, ressaltar a temperança dos convivas, Avieno, um dos mais jovens participantes, exalta de forma até mesmo exagerada a sobriedade de sua festa, comparando-a inclusive com o banquete de Platão:

Quanto à nossa reunião de convívio, a qual tem combinado a frugalidade da idade heroica e o refinamento do nosso século, e onde a **riqueza é moderada e a sobriedade esplêndida**, eu não só duvidaria em compará-lo com o banquete de

Agatão, mas eu até o colocaria diante dele [...]. De fato, o próprio rei da festa não é inferior a Sócrates em costumes morais, e na vida pública é mais ativo que o filósofo, e quanto ao resto dos presentes, destaca sobremaneira na prática das virtudes [...]. (*Sat.*, II,1, § 2-3, grifo nosso)

Ao ser questionado por Vétio acerca de sua “polêmica” declaração, o jovem justifica:

Naquele grave banquete – diz Avieno – houve aqueles que alegaram a entrada de uma tocadora de cítara, com o deliberado propósito de que a jovem, mais sedutora do que o normal, graças à doçura do seu canto e da sua dança lasciva, estimulava, com seus atrativos, discussões filosóficas. Ali ele tentou fazer isso para celebrar a vitória de Agatão; **nós aumentamos a honra do deus, cuja festa hoje celebramos, sem acrescentar nada de volúpia.** (*Sat.*, II, 1, § 5-6, grifo nosso)

Para Avieno, o banquete realizado por eles era considerado tão refinado, moderado e sóbrio, que poderia até mesmo ser comparado com o clássico banquete de Agatão, descrito na obra *Symposion* de Platão. O jovem não só compara como, inclusive, surpreende os demais convivas ao afirmar que o *convivium* realizado por eles era ainda mais honroso do que o de Platão. Como argumento, Avieno pontua que, ao contrário de honrar a festa de um homem (Agatão), Pretextato e seus convidados estavam atribuindo honras a um deus (Saturno). Além disso, o jovem ressalta que, diferentemente do banquete descrito no *Symposium*, não havia naquele momento danças lascivas (*saltationis lubrico*), estando a festa livre de volúpia e sensualidade (*voluptatis*). Na concepção de Avieno, os entretenimentos apresentados na festa não eram benquistos. Símaco, porém, alerta o jovem para a necessidade do equilíbrio e da moderação:

Posto que nas *Saturnalia*, o dia mais feliz, segundo o poeta de Verona, não devemos repudiar o prazer como se fosse um inimigo, como fariam os estoicos, nem tampouco colocar o bem supremo no prazer, na maneira dos epicuristas, pensemos em uma alegria carente de lascívia[...]. (*Sat.*, II, 1, § 8.)

Portanto, assim como nos demais excertos, mais uma vez o equilíbrio e a moderação são evocados durante a discussão. Além da preocupação acerca dos vinhos e do

entretenimento, Macróbio também traz à tona, em meio aos diálogos, a temperança em relação ao consumo de alimentos. Vétio, no livro 7, comunica ao médico Disário suas dúvidas acerca do momento do comer:

“Pergunto se é mais fácil digerir a comida simples ou a composta, já que vimos que muitos são partidários do primeiro, e alguns, do segundo. Na realidade, a sobriedade é soberba, obstinada e vangloria-se de si mesma; a gula, ao contrário, quer ser atrativa e afável. Pois bem, visto que uma é severa como um censor e a outra é deliciosa, gostaria de saber qual é a mais idônea para conservar a boa saúde (*Sat.*, VII, 4, § 3.)

Apesar de a pergunta do conviva ser a respeito de hábitos alimentares, percebe-se a preocupação do mesmo em conservar a temperança, ou seja, nem a severidade, nem a liberdade demasiada. O médico Disário responde que a variedade de alimentos estimula a gula para além das necessidades naturais, de forma que se devem evitar alimentos e bebidas que prologuem o apetite. Disário ainda ressalta: “Por fim, há outro motivo para repudiar a variedade na comida: estar cheio de fato, de que se devem guardar as pessoas sérias e estudiosas. De fato, que maior contraste existe do que a virtude e o prazer?” (*Sat.*, VII, 4, § 32-33.)

O banquete em si é representado como moderado (*Sat.*, II, 1, § 1). No entanto, é sempre necessário ressaltar que essa moderação não consiste na simplicidade do festim, mas sim na temperança e no equilíbrio existentes na representação de Macróbio. Podemos constatá-lo por meio da fala de Postumiano, que, ao narrar a Décio os detalhes do banquete, descreve-o como “tão abundante quanto refinado” (*Sat.*, I, 2, § 12). Além do mais, o mesmo deveria ser acompanhado de discussões e conversas (*Sat.*, I, 7, § 9). Devemos ressaltar que a alimentação também consiste em uma construção cultural, de forma que, como afirma Rodrigues (1975, p. 66), não se pode comer ou beber de qualquer forma, pois há determinados

alimentos para eventos específicos, e existem, até mesmo, alimentos proibidos, de modo que essas definições funcionam de acordo com cada cultura. No entanto, é importante destacar: a alimentação consiste em uma das principais formas de socialização, por isso o banquete possuía um papel tão relevante na sociedade tardo-antiga.

Também podemos perceber através desse debate que há uma preocupação também sobre os assuntos que devem ser tratados ou não no momento do banquete. No sétimo livro das *Saturnais*, há uma discussão entre Símaco e Eustácio, na qual o primeiro questiona se a filosofia deve estar presente nos banquetes. Eustácio responde tal indagação reafirmando o respeito necessário para o debate da filosofia, porém faz a seguinte observação: “Mas se por isso será exilada dos simpósios, se afastarão também suas alunas, isto é, a honestidade e a moderação, e não menos a religiosidade junto com a sobriedade. Qual delas poderia dizer que é menos venerável?” (*Sat.*, VII, 1, § 5).

As conversas, de acordo com os convivas, deveriam ser conversações festivas, leves e agradáveis (*voluptatis amplius*) e menos austeras (*severitatis minus*) (*Sat.*, I, 1, § 2). De acordo com Macróbio, ao narrar a obra, “em um banquete convém que haja conversações tão íntegras por sua decência, como sedutoras por seu encanto” (*Sat.*, I, 1, § 4). Pretextato, ao convidar os convivas para discussões filosóficas argumenta que a maioria das pessoas se dedicam a jogos, enquanto eles estariam tendo sábias discussões, desde o amanhecer até o fim do dia. E ainda argumenta: “sim, nos recrearemos um pouco e nos aliviaremos com o prazer de uma conversa amena e honesta” (*Sat.*, I, 5, § 12).

Diante das orientações apresentadas acima por Macróbio, precisamos refletir acerca da representação criada pelo autor. Já discutimos a respeito da relação entre identidade e diferença, que são vistos como processo de produção simbólica e resultados do discurso. Um dos aspectos mais importantes acerca dessa representação consiste nas relações de poder que estão envolvidas. Como afirma Silva (2000, p. 81):

Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes.

Portanto, precisamos compreender que ao definir uma identidade, ocorre um processo de classificação, de divisão, que automaticamente leva a uma hierarquização. Essas hierarquias definem quem tem acesso a determinadas esferas de poder. Portanto, não devemos compreender que essas representações são realizadas de forma inocente, pois ao passo que Macróbio representa os convivas com um determinado comportamento, e o institui enquanto regra, ele define quais são os homens cultos, que devem ser admirados e tomados enquanto exemplo. Vale a pena ressaltar, que os homens que possuíam a *paideia* eram considerados líderes naturais e, portanto, já se diferenciavam dos demais (BROWN, 1992, p. 37)

Ao analisarmos quem eram os homens que Macróbio procurava representar, verificamos que se constituíam em homens doutos, eruditos (*Sat.* I, 1, 3-4). Na própria obra, ao longo de todos os discursos, verificamos que o autor não escolhe determinado personagem de forma aleatória. Pretextato, por exemplo, é definido enquanto conhecedor dos ritos religiosos (*Sat.* I, 7, 17), eloquente e erudito (*Sat.* I, 11, 1), efetivo na vida pública (*Sat.* II, 1, 3), entre outros atributos. Mas não somente a sua cultura literária era elogiada, mas também os seus atributos morais, visto que ele é caracterizado como sério (*Sat.* I, 5, 4), calmo e gentil (*Sat.* I, 7, 2) e portador de uma paciência inabalável (*Sat.* I, 7, 5). Do mesmo modo, isso ocorre em relação aos demais convivas. Sérvio, por exemplo, é caracterizado como portador de uma admirável instrução (*Sat.* I, 2, 15; 24, 8). Em relação aos seus atributos morais, é definido como amável, modesto (*Sat.* I, 2, 15) e tímido (*Sat.* II, 2, 12). É possível perceber que, além de serem

caracterizados como homens doutos, tais homens eram sempre representados como homens temperantes e equilibrados.

Em contraste a essa representação, temos a figura de Evangelo que é definido como possuidor de críticas ultrajantes (*Sat.* I, 24, 8), desagradável, inadequado, com uma língua mordaz, e descuidados das ofensas (*Sat.*, V, 2, 1). Não é atribuído a ele nenhum conhecimento específico. Portanto, conseguimos perceber que os atributos morais estavam em consonância com o grau de instrução que o indivíduo possuía, permitindo que venhamos a afirmar a importância da *paideia* para um comportamento ideal. Por fim, como já abordamos na presente dissertação, Macróbio representa a elite no seu banquete de forma harmoniosa, coesa e possuidora da *paideia*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da discussão realizada ao longo dessa dissertação, podemos concluir que o *convivium* durante a Antiguidade Tardia permanecia como uma prática cultural amplamente utilizada pela aristocracia, funcionando como um instrumento de distinção tanto no interior do círculo social da elite, quanto em relação aos que não estavam inseridos no grupo. Nosso questionamento acerca da realização do banquete romano, pela elite romana, no contexto tardo-antigo nos levou ao início da formulação de duas hipóteses. A primeira delas consistia na ideia de que, mesmo diante da desagregação do Império Romano e do processo de cristianização que se ampliava, principalmente durante os séculos IV e V, houve a manutenção de práticas culturais, como o banquete, e da *paideia*, enquanto formação do homem romano.

É importante ressaltarmos o modo pelo qual o conceito de Antiguidade Tardia é primordial para a compreensão dessa ideia de continuidade. Durante a análise desse período como um momento marcado não somente por rupturas e descontinuidades, mas também pelas inovações próprias da época, foi possível verificar a singularidade dessa fase. Considerando as concepções artísticas, filosóficas, ou religiosas, podemos entender a Antiguidade Tardia como um novo período, diferente dos anteriores, com características próprias que não carregam em si um juízo de valor negativo. Apesar da desagregação política que estava ocorrendo no Império, não se deve pautar a temporalidade, ou mesmo a existência de crise de uma determinada instituição com base na duração das demais, principalmente ao aplicarmos a concepção de temporalidades múltiplas. Entende-se que cada setor da sociedade possui, portanto, uma temporalidade própria, de modo que, verifica-se no período tardo-antigo a continuidade de uma série de elementos, dentre eles os aspectos culturais.

A cultura greco-latina, desse modo, permanecia sendo adotada durante o período a Antiguidade Tardia, seja em relação à formação educacional ou quanto às práticas culturais, a exemplo do próprio banquete (*convivium*). Durante o período, percebe-se uma importante produção intelectual, tanto na parte oriental quanto ocidental do Império, embora essa tenha sido bastante negligenciada. Além disso, as escolas continuavam a cumprir um papel de extrema importância na formação do homem romano, principalmente por proporcionar saberes que possibilitariam sua possível ascensão nos postos administrativos do Império. Desse modo, afirmamos que a cultura clássica não foi relegada ao esquecimento durante o período tardo-antigo, nem mesmo houve o abandono de todas as práticas culturais, permanecendo o banquete como uma cerimônia de alta importância na vida do homem romano.

Como forma de constatar a continuidade de tais valores na sociedade tardo-antiga, devemos considerar a referência à cultura greco-romana realizada no espaço físico dos banquetes. Obras clássicas, temas mitológicos e valores da cultura tradicional eram utilizados como temas de decoração, estando presentes em representações iconográficas de utensílios, pinturas, mosaicos, entre outros suportes materiais. No *triclinium* da Villa del Casale, por exemplo, é possível verificar em seu pavimento o uso de mosaicos ilustrando cenas mitológicas com o objetivo de adornar o espaço. Na área central do aposento, por exemplo, também contém mosaicos representando o *Trabalho de Hércules*. Portanto, percebe-se o quanto esses conhecimentos ainda estavam presentes no aporte cultural do homem aristocrata romano, o que influencia até mesmo na decoração de um dos aposentos mais importantes de sua residência.

A arqueologia também nos permitiu constatar a presença do banquete enquanto prática cultural e mensurar a importância que era concedida a ela. É possível constatar tal ideia com base na cultura material, visto o número de residências que possuíam um ambiente dedicado

ao uso do banquete. Além de sua presença, devemos observar, como no caso das villas de Desenzano e Del Casale, o tamanho do aposento destinado ao banquete, bem como a decoração separada, o que denota o grau de importância dedicado ao ambiente e, conseqüentemente, a tal prática cultural. A maior parte desses aposentos sofreram reformas, ou mesmo foram construídos do zero, adotando as principais características do espaço físico do banquete na Antiguidade Tardia: o *stibadium* e as absides para comportar os sofás. Portanto, é possível reafirmar a importância do banquete como uma atividade presente no cotidiano do aristocrata romano diante da presença desses vestígios arqueológicos.

Tal preocupação em relação ao espaço do banquete nos permitiu constatar outra questão em nossa primeira hipótese: a utilização do banquete como instrumento de distinção pelos aristocratas romanos. Defendemos que, além da vitalidade do *convivium* ainda no contexto tardo-antigo, o banquete consistiu em um instrumento de exibição de status. O ato da alimentação possibilita um ambiente permeado por relações de poder, sendo usado com o propósito de reafirmar o status do indivíduo, bem como de estabelecer ou fortalecer hierarquias. Ao longo de toda análise iconográfica, percebemos que o espaço do banquete era construído a fim de exibir a riqueza do proprietário, seja através dos utensílios, da configuração do próprio espaço, da decoração, ou mesmo das vestimentas que os convivas utilizavam. Desse modo, no momento do banquete se define quem é esse aristocrata, qual a dimensão de suas posses e reafirma a qual grupo social ele pertence.

É necessário salientar que as hierarquias presentes no momento do *convivium* estão em consonância com a sociedade estritamente hierarquizada na qual a festa ocorria. Havia um verdadeiro abismo entre os estratos superiores e inferiores, o que causava uma bipolarização da sociedade. Além do mais, a realização de ofertas de alimentos não era realizada somente entre grupos sociais semelhantes, pois, como já explicitado, era comum a oferta de alimentos

do cliente e ao patrono, de modo que, tais hierarquias também estavam inseridas no momento do banquete.

Portanto, não compreendemos que o momento de sociabilidade seja realizado somente com fins de interação, onde o convívio é o interesse puro em si. O banquete funciona como um espetáculo, onde representações são criadas, identidades são forjadas ou reforçadas, o que está em uma estreita conexão com relações de poder. Estabelecer identidades significa demarcar fronteiras, definir quem está dentro ou fora de um grupo, ou quem tem acesso a determinados recursos ou não. Desse modo, não podemos ser inocentes quanto à oferta de alimentos, principalmente durante um momento de cerimônia como o banquete, visto que elas não são desprezadas de interesses.

Todas as afirmações realizadas acima estão em consonância com nossa segunda hipótese. A *paideia*, a formação cultural do homem romano, não se limitava somente à uma instrução centrada no conhecimento intelectual, mas abarcava também os códigos de conduta que eram comuns ao homem instruído. Possuir essa educação diferenciava o aristocrata dos demais e permitia que o mesmo galgasse postos na administração imperial, principalmente diante do contexto da Antiguidade Tardia.

Diante da reestruturação do Império Romano no início do século IV, ocorreu uma expansão da ordem senatorial, principalmente com a inserção dos “homens novos” (ascensão dos decuriões e absorção da ordem equestre), o que levou à formação de uma aristocracia ainda mais heterogênea. Os membros da elite eram diferentes entre si por inúmeros aspectos: riqueza, lugar de origem, família, entre outros.

Porém, uma das principais distinções consistia na formação cultural dos membros desse grupo. Enquanto as famílias tradicionais estavam intimamente vinculadas à cultura greco-romana devido à tradição, os novos membros dessa elite precisavam da formação pedagógica para garantir seu acesso aos postos burocráticos da administração do Império e, o mais

importante para nós, a fim de se aproximar e criar um elo com a aristocracia tradicional. Portanto, apesar da diversidade entre os membros da elite romana, encontramos um aspecto fundamental que possibilitava a integração desses indivíduos: a formação cultural, a *paideia*.

A partir do momento em que analisamos essas transformações sociais e políticas, foi possível perceber com mais clareza o papel que a formação cultural desempenhava naquele contexto. A instrução não somente garantia conhecimento intelectual, como também moldava o indivíduo enquanto um homem civilizado. O cuidado no falar, na voz, a elegância, a polidez, eram todos atributos que deveriam ser apreendidos pela elite através da educação, pois eram valores que regiam o relacionamento desses indivíduos com seus pares. Portanto, a *paideia* constituía em um elemento definidor das elites, que criava vínculos entre os membros da aristocracia e marcava uma distinção desse grupo em relação aos demais.

Todos esses elementos estavam presentes no momento do *convivium*. A educação recebida pelo membro da elite definia o seu comportamento ao longo do banquete, moldando o seu corpo de acordo com regras e normas que o disciplinavam. Valores como equilíbrio e decoro, por exemplo, consistia em um comportamento que deveria ser adotado pelo indivíduo dentro ou fora do banquete. Diante do desregramento e da perda de controle, esse aristocrata não seria mais visto como um homem civilizado e temperante, portando da *humanitas*, mas sim como um indivíduo com vícios e incontinente.

Uma das principais características da festa consiste na previsibilidade do comportamento do próximo. Ou seja, se espera que os participantes tenham uma conduta parecida com os demais, de modo que nada cause distúrbio ou desequilíbrio. O comportamento desregrado de um dos convivas irá causar a recriminação dos demais em relação à ele, tornando-o diferente e moldando sua identidade.

Tendo como objetivo central a análise do banquete no contexto tardo-antigo, principalmente entre os séculos IV e V, na região da Península Itálica, nos propomos a utilizar

documentações tanto textuais quanto materiais. Todas as fontes nos auxiliaram a perceber a disciplinarização do corpo do conviva na realização da festa. Em especial, a análise da fonte iconográfica e da Villa del Casale, nos permitiu acrescentar em nosso trabalho um elemento de extrema importância: a materialidade do banquete. Considerar o espaço no qual o *convivium* se realizava e de que forma os anfitriões faziam uso dessa configuração como instrumento de exposição, foi essencial para percebermos a importância desse rito durante o período tardo-antigo.

Em relação à documentação textual, precisamos compreender as questões que envolveram a análise da fonte. Macróbio, ao escrever a *Saturnalia*, com um propósito claramente pedagógico, realizou uma representação dos convivas que nos permitiu observar qual era o comportamento esperado durante a cerimônia do *convivium*. A todo o momento, o autor, em meios às discussões filosóficas, traz orientações quanto ao equilíbrio em relação ao consumo do vinho, da comida e até mesmo das conversas que deveriam ser realizadas. Portanto, foi possível perceber, de forma ainda mais clara, através dos diálogos da obra, como a *paideia* deveria regular e disciplinar o corpo desses convivas. No entanto, para além das questões já apresentadas, Macróbio tinha outro objetivo. O autor se preocupa em representar um banquete filosófico com convivas aristocratas, educados na *paideia* e conhecedores da cultura greco-romana. Macróbio se preocupou em escolher figuras importantes do século IV, entre aristocratas e homens cultos, como forma de criar um modelo, uma imagem de um homem ideal para a Antiguidade Tardia.

Portanto, ao fim dessa dissertação, conseguimos analisar como o corpo do conviva deveria ser regulado pelos códigos de conduta presentes no banquete. Compreendemos que o momento da festa não é ausente de regras e normas, de modo que há sim uma expectativa quanto ao comportamento dos participantes. A adequação à essas normas poderia moldar a identidade desse participante, o levando a ser considerado um homem civilizado ou um

intemperante, que não controla seus vícios. Portanto, entendemos a importância dessa cerimônia como instrumento de representação por parte da aristocracia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIBLIOGRAFIA

1.1. Documentação textual

AMBROSE, S.; SCHENKL, K.; SCHENKL, H. *Expositio evangelii secundum Lucan*. Prag: Tempsky, 1902.

ARISTOTLE. *The Nicomachean Ethics*. Translated by David Ross. New York: Oxford University Press, 2009.

MACROBIO. *Saturnalia*. Edited and translated by Robert A. Kaster. Cambridge, MA/London: Harvard University, 2011. v. 1.

MACROBIO. *Saturnalia*. Edited and translated by Robert A. Kaster. Cambridge, MA/London: Harvard University, 2011. v. 2.

MACROBIO. *Saturnalia*. Edited and translated by Robert A. Kaster. Cambridge, MA/London: Harvard University, 2011. v. 3.

MACROBIO. *Saturnales*. Traducción de Fernando Navarro Antolín. Madrid: Gredos, 2010.

MACROBIO. *Comentario al “sueño de Escipión de Cicerón”*. Traducción de Fernando Navarro Antolín. Madrid: Gredos, 2006.

PHAR, C.; DAVIDSON, T. S. (Trad.). *Codex Theodosianus and novels and sirmondian constitutions*. Princeton: Princeton University, 1952.

PLATÃO. *O Banquete*. Tradução, introdução e notas de Anderson de Paula Borges. Petrópolis: Vozes, 2017.

PLINIO, EL JOVEN. *Cartas*. Introducción, traducción y notas de Julián González Fernández. Madrid: Gredos, 2005.

PLUTARCO. *Obras Morales y de costumbres (Moralia)*. Introducción, traducción y notas por Francisco Martín García. Madrid: Gredos, 1987.

SENECA. *Letters from a Stoic*. Translated and notes by Richard Mott Gummere. Createspace Independent Publishing, 2016.

TERTULLIAN. On Idolatry. In: GREENSLADE, S. L. (Ed.). *Early Latin Theology: selections from Tertullian, Cyprian, Ambrose, and Jerome*. Louisville: Westminster John Knox, 2006, p. 78-110.

VIRGÍLIO. *Eneida*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Brasília: UNB, 1983.

1.2.Documentação iconográfica

FESTA DE DIDO. Século V. Virgilius Romanus. Biblioteca Apostólica Vaticana.

MEDALHÃO CENTRAL. Século IV. Cesena. Arquivo fotográfico Rossa.

SERVO COM O VINHO. Século IV. Roma, Monte Celio. Nápoles, Museu Nacional, 84284.

PIQUENIQUE AO AR LIVRE, Villa del Casalle, Sicília, séc. IV.

1.3.Obras de referência

BERGER, A. *Encyclopedic Dictionary of Roman Law*. Philadelphia: American Philosophical Society, 1991.

GRIMAL, P. *Dicionário da mitologia grega e romana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

HACQUARD, G. *Dicionário de mitologia grega e romana*. Lisboa: Asa, 1996.

VALERI, V. Festa. In: ROMANO, R. (Dir.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1972, p. 402.

1.4. Bibliografia instrumental

BALANDIER, G. *A desordem: elogio do movimento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2000.

BARROS, J. A. História, Espaço e Tempo: interações necessárias. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 460-476, 2006.

BARTHES, R. *Elementos de Semiologia*. São Paulo: Cultrix, 2006.

BAUMAN, Z. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BOBBIO, N. Teoria das elites. In: _____. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991, p. 385-391.

BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk; São Paulo: Edusp, 2007.

BRAUDEL, F. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Presença, 1990.

BURKE, P. *A Revolução Francesa da Historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: Unesp, 1990.

CHARTIER, R. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: UFRGS, 2002a.

CHARTIER, R. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002b.

FALCON, F. História e poder. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 91-132.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 1987.

- FRUGÓLI JUNIOR, H. *Sociabilidade urbana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- FUNARI, P. P. A. Fontes arqueológicas: os historiadores e a cultura material. In: PINSKY, C. B. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2006, p. 81-110.
- GONÇALVES, A. T. M.; ROCHA, L. M. Identidades e etnicidades: conceitos e preceitos. In: SILVA, G. V. da; NADER, M. B.; FRANCO, S. P. (Orgs.). *As identidades no tempo: ensaios de gênero, etnia e religião*. Vitória: EDUFES, 2006, p. 11-31.
- GUARINELLO, N. L. Festa, trabalho e cotidiano. In: JANCSÓ, I.; KANTOR, Í. (Orgs.). *Festa: Cultura & sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Edusp, 2001, p. 969-975. v. 2.
- LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990.
- LOW, M. O spacial turn: para uma sociologia do espaço. *Tempo social*, v. 25, n. 2, p. 17-34, 2003.
- MENESES, U. T. B. História e imagem: Iconografia/Iconologia e além. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 244-262.
- MENESES, U. T. B. A cultural material no estudo das sociedade antigas. *Revista de História*, n. 115, p. 103-117, 1983.
- NAVARRO, A. G. Sobre el concepto de espacio. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 17, p. 3-21, 2007.
- POCOCK, J. G. A.; MICELI, S. (Orgs.). *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.

RAPOPORT, A. Systems of Activities and Systems of Settings. KENT, S. (Ed.). *Domestic Architecture and the Use of Space*. Cambridge: Cambridge University, 1990a, p. 9-20.

RAPOPORT, A. *The Meaning of a Built Environment: A Nonverbal Communication Approach*. Tucson: The University of Arizona, 1990b.

RAPOPORT, A. *Vivienda y cultura*. Barcelona: Gustavo Gili, 1972.

REDE, M. História e cultura material. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 133-150.

RODRIGUES, J. C. *Tabu do corpo*. Rio de Janeiro: Achiame, 1979.

SILVA, G. V. Representação social, identidade e estigmatização: algumas considerações de caráter teórico. In: FRANCO, S. P.; LARANJA, A. L.; SILVA, G. V. da (Org.). *Exclusão social, violência e identidade*. Vitória: Flor e Cultura, 2004, p. 13-30.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 73-102.

SIMMEL, G. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 7-72.

1.5. Obras de apoio

ADKINS, L.; ADKINS, R. A. *Handbook to Life in Ancient Rome*. New York: Facts on File, 2004.

- AGNOLON, A. *A Festa de Saturno: o Xênia e o Apoforeta de Marcial*. 2013. 380 f. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- ALFÖLDY, G. *Historia social de Roma*. Madrid: Alianza, 1996.
- ANDERSON, P. *Passagens da antiguidade ao feudalismo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ARIAS, P. E. Il piatto argenteo di Cesena. *Bollettino D'arte*, v. 35, n. 1, p. 9-17, 1950.
- BANAJI, J. *Agrarian Change in Late Antiquity: Gold, Labour and Aristocratic Dominance*. Oxford: Oxford University, 2002.
- BARROS, J. A. A Escola dos Annales e a crítica ao historicismo e ao positivismo. *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 3, n. 1, p. 75-102, 2010.
- BARROS, J. A. Passagens de Antiguidade Romana ao Ocidente Medieval: leituras historiográficas de um período limítrofe. *História*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 547-573, 2009.
- BEARD, M; NORTH, J.; PRICE, S. *Religions of Rome*. Cambridge: Cambridge University, 2004.
- BELTRÃO, C. Lectisternium: Banquete Ritual e Ordem Sagrada na República Romana. In: CANDIDO, M.R. (Org.). *Práticas Alimentares no Mediterrâneo Antigo*. Rio de Janeiro: NEA/UERJ, v. 1, p. 60-82, 2012.
- BLOCH, H. A New Document of the Last Pagan Revival in the West, 393-394 A.D. *The Harvard Theological Review*, v. 38, n. 4, p. 199-244, 1945.
- BLOCH, H. El renacimiento del paganismo en occidente a fines del siglo IV. In: MOMIGLIANO, A. (Org.). *El conflicto entre el paganismo y el cristianismo en el siglo IV*. Madrid: Alianza Universidad, 1989, p. 207- 232.

- BORGES, A. S. Tempo e poder: a ordenação do tempo no calendário romano republicano. *Gaia* (Rio de Janeiro), v. 8, p. 65-97, 2008.
- BORGES, A. S.; MENDES, N. M. Os calendários romanos como expressão de etnicidade. *História: Questões e Debates*, v. 1, n. 48/49, p. 77-99, 2000.
- BOURDÉ, G.; MARTIN, H. *As escolas históricas*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1983.
- BOWERSOCK, G. W. *Hellenism in Late Antiquity*. Ann Arbor: University of Michigan, 1990.
- BRADLEY, K. The Roman Family at Dinner. In: NIELSEN, I.; NIELSEN, H. S. (Ed.). *Meals in a Social Context: Aspects of the Communal Meal in the Hellenistic and Roman World*. Aarhus: Aarhus University, 2001, p. 33-55.
- BRANDT, J. R; IDDENG, J. W. (Ed.). *Greek & Romans Festivals: Content, Meaning & Practice*. Oxford: Oxford University, 2012.
- BROWN, P. Antiguidade Tardia. In: VEYNE, P. (Org.). *História da vida privada – Do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- BROWN, P. *Authority and the Sacred: Aspects of the Christianisation of the Roman World*. Cambridge: Cambridge University, 1995.
- BROWN, P. *The Making of Late Antiquity*. Cambridge: Harvard University, 1993.
- BROWN, P. *Power and Persuasion in Late Antiquity: Towards a Christian Empire*. Madison: University of Wisconsin, 1992.
- BROWN, P. *Society and Holy in Late Antiquity*. Los Angeles: University of California, 1988.
- BROWN, P. *O fim do Mundo Clássico: De Marco Aurélio a Maomé*. Lisboa: Verbo, 1972.
- CAMERON, A. *The Last Pagans of Rome*. Oxford; New York: Oxford University, 2011.

CAMERON, A. The Date and Identity of Macrobius. *Journal of Roman Studies*. v. 56, p. 25-38, 1966.

CAMERON, A. *The Mediterranean World in Late Antiquity*. London/New York: Routledge, 2001.

CAMERON, A. Education and Literary Culture. In: CAMERON, A.; GARNSEY, P. (Ed.). *The Cambridge Ancient History*. Cambridge: Cambridge University, 1997, p. 665-707. v. 13.

CARDIGNI, J. Historia y fábula: reflexiones sobre los géneros discursivos en Saturnalia de Macrobio. *Actas de las XIII Jornadas Internacionales de Estudios Medievales y XXIII Curso de Actualización de Historia Medieval*. Buenos Aires: Saemed, p. 137-145, 2014.

CARDIGNI, J. La configuración discursiva de los saberes en dos textos enciclopédicos Tardoantiguos: Saturnalia de Macrobio y de Nuptiis Mercuri et Philologiae de Marciano Capela. *Actas de las XII Jornadas Internacionales de Estudios Medievales y XXII Curso de Actualización de Historia Medieval*. Olivos: Saemed, p. 17-26, 2013.

CARDOSO, Z. A. *A literatura latina*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

CARMINE, A. et al. La Villa del Casale a Piazza Armerina. Problemi, stratigrafici ed altre ricerche. *Mélanges de l'Ecole française de Rome. Antiquité*, v. 83, n. 1, p. 141-281, 1971.

CARNEIRO, H. *Bebida, abstinência e temperança na história antiga e moderna*. São Paulo: Senac São Paulo, 2010.

CARNEIRO, H. *Comida e sociedade: Uma história da alimentação*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CARRIÉ, J. M. Elitismo cultural e “democratização da cultura” no Império Romano Tardio. *História (São Paulo)*, v. 29, n. 1, p. 456-474, 2010.

CARVALHO, M. M. Um caso político-cultural na antiguidade tardia: o Imperador Juliano e seu conceito de educação. *Acta Scientiarum. Education*, v. 32, n. 1, p. 27-39, 2010a.

CARVALHO, M. M. *Paideia e Retórica no Séc. IV d.C.*: a construção da imagem do Imperador Juliano segundo Gregório Nazianzeno. São Paulo: Annablume, 2010b.

CARVALHO, M. M. Código Legislativo em Juliano: Cúrias e Decuriões. *Phoênix*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 169-192, 1996.

CAVALLO, G. Entre el volume y el códex: La lectura em el Mundo Romano. In: CAVALLO, G. CHARTIER, R. (Org.). *Historia de la lectura em el mundo occidental*. Madrid: Taurus, 2004, p. 109-152.

CERQUEIRA, F. V. Música e gênero no Banquete: o registro da iconografia ática e dos textos antigos (sec. VI-V a.C). In: LESSA, Fabio Souza; BUSTAMANTE, Regina Maria. (Orgs.). *Memória & Festa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, v. 1, p. 37-47.

CESILA, R. T. *O palimpsesto epigramático de Marcial: intertextualidade e geração de sentidos na obra do poeta de Bîlbisis*. 2008. 281 f. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

CRANE, D. *A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas*. São Paulo: Senac, 2006.

D'ARMS, J. H. Slaves at Roman Convivia. In: SLATER, W. J. (Ed.). *Dining in a Classical Context*. Ann Arbor: University of Michigan, 1991.

DOLANSKY, F. Celebrating the Saturnalia: Religious Ritual and Roman Domestic Life. In: RAWSON, B. *A Companion to Families in the Greek and Roman Worlds*. Malden; Massachusetts; Oxford: Wiley-Blackwell, 2011, p. 488-503.

DONAHUE, J. F. (Ed.). *Food and Drink in Antiquity: Readings from the Greco-Roman World*. New York: Bloomsbury Academic, 2015a, p. 157-206.

DONAHUE, J. F. Roman Dining. IN: WILKINS, J.; NADEAU, R. (Eds.). *A Companion to Food in the Ancient World*. Malden; Oxford; Chichester: Wiley Blackwell, 2015b, p. 253-264.

DUNBABIN, K. M. D. *Mosaics of the Greek and Roman World*. Cambridge: Cambridge University, 2012.

DUNBABIN, K. M. D. *The Roman Banquet: Images of Conviviality*. Cambridge: Cambridge University, 2003a.

DUNBABIN, K. M. D. The Waiting Servant in Later Roman Art. *American journal of philology*, v. 124, n. 3, p. 443-467, 2003b.

DUNBABIN, K. M. D. Ut Greaco more biberetur: Greeks and Romans on the dining couch. In: NIELSEN, I.; NIELSEN, H. S. (Ed.). *Meals in a Social Context: Aspects of the Communal Meal in the Hellenistic and Roman World*. Aarhus: Aarhus University, 2001, p. 81-101.

DUNBABIN, K. M. D. Convivial Spaces: Dining and Entertainment in the Roman Villa. *Journal of Roman Archaeology*, n. 9, p. 66-80, 1996.

DUNBABIN, K. M. D. Triclinium and Stibadium. In: SLATER, W. J. (Ed.). *Dining in a Classical Context*. Ann Arbor: University of Michigan, 1991, p. 121-148.

ECO, U. O hábito fala pelo monge. In: ECO, U. et al. *Psicologia do vestir*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1982, p. 7-20.

ELLIS, S. P. *Roman Housing*. London: Duckworth, 2000.

ELLIS, S. P. Late-antique Dining Architecture, Furnishings and Behaviour. *Journal of Roman Archaeology-Supplementary Series*, v. 22, p. 41-52, 1997.

ELLIS, S. P. Power, Architecture, and Décor: How the Late Roman Aristocrat Appeared to his Guests. In: GAZDA, E. K. (Ed.). *Roman Art in the Private Sphere: New Perspective on the Architecture and Décor of the Domus, Villa, and Insula*. Ann Arbor: University of Michigan, 1994.

ESCRIBANO, M. V. Usurpación y religión en el s. IV d.C. Paganismo, cristianismo y legitimación política. *Antigüedad y cristianismo*, Murcia, v.7, 1990, p. 247-72.

FERNANDES, A. T. Ritualização da Comensalidade. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 1995. *Separata da Revista da Faculdade de Letras*. Sociologia, Porto, I série, vol. 7, 1997.

FERRILL, A. *A queda do Império Romano: a explicação militar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

FLANDRIN, J. L.; MONTANARI, M. *História da alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

FORNELL MUNOZ, A. Las Epístolas de Plinio el Joven como fuente para el estudio de las uillae romanas. *Circe de clásicos y modernos*, Santa Rosa, n. 13, p. 139-155, 2009.

FRANCO, A. *De caçador a gourmet: uma história da gastronomia*. São Paulo: Senac, 2004.

FRIGHETTO, R. *A Antiguidade Tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações (Séculos II – VIII)*. Curitiba: Juruá, 2012.

FRIGHETTO, R. A longa Antiguidade Tardia: problemas e possibilidades de um conceito historiográfico. In: *VII Semana de Estudos Medievais*, 2010, Brasília. Por uma longa duração. Perspectivas dos estudos medievais no Brasil. Brasília: Casa das Musas, v. 1, p. 101-122, 2009.

- FRIGHETTO, R. Estruturas sociais na Antiguidade Tardia Ocidental (séculos IV/VIII). In: SILVA, G. V.; MENDES, N. (Org.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultura*. Rio de Janeiro/Vitória: Mauad/Edufes, 2006, p. 223-240.
- FRIGHETTO, R. Política e poder na Antiguidade Tardia: uma abordagem possível. *História Revista (UFG)*, v. 11, p. 161-177, 2006.
- FRIGHETTO, R. *Cultura e Poder na Antiguidade Tardia Ocidental*. Curitiba: Juruá, 2000.
- GALLARDO LOPEZ, M. D. El simposio romano. *Cuadernos de filología clásica*, nº. 7, p. 91-143, 1974.
- GARNSEY, P. *Food and Society in Classical Antiquity*. New York: Cambridge University, 1999.
- GENTILI, G. V. *La Villa romana di Piazza Armerina Palazzo Erculio: I mosaici figurati: descrizione e interpretazione*. Osimo: Fondazione Don Carlo, 1999.
- GIARDINA, A. The Transition to Late Antiquity. In: SCHEIDEL, W.; MORRIS, I.; SALLER, R. *The Cambridge Economic History of Greco-Roman World*. Cambridge: Cambridge University, p. 743-760, 2007.
- GIBBON, E. *Declínio e queda do império romano*. São Paulo: Cia da Letras, 1989.
- GLOVER, T. R. *Life and Letters and the IV century*. Cambridge: University, 1901.
- GOLDHILL, S. Why Don't Christians Do Dialogue. In: _____. (Ed.). *The End of Dialogue in Antiquity*. New York: Cambridge University, 2008.
- GONÇALVES, A. T. M. A festa como fronteira: Repensando o ordenamento do poder na Roma Imperial. In: XXV Simpósio Nacional de História da Anpuh, 2009, Fortaleza. *Anais do Simpósio Nacional de História*. Fortaleza: UFCE, v. 1, p. 1-15, 2009.

GONÇALVES, A. T. M. Os Severos e a Anarquia Militar. In: SILVA, G. V.; MENDES, N. (Org.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultura*. Vitória: Edufes, 2006.

GUTTERIDGE, A. Some Aspects of Social and Cultural Time in Late Antiquity. . In: BOWDEN, W.; GUTTERIDGE, A.; MACHADO, C. *Social and Political Life in Late Antiquity*. Leiden: Brill, 2006.

HARLOW, M.; LAURENCE, R. *Growing Up and Growing Old in Ancient Rome. A Life Course Approach*. London: Routledge, 2002.

HUBEŇÁK, F. Religión y política en Ambrosio de Milán. *Revista española de derecho canónico*, Salamanca, v. 57, n. 149, p. 441-487, 2000.

HUDSON, N. F. Changing Places: The Archaeology of the Roman 'convivium'. *American Journal of Archaeology*, n. 114, p. 663-695, 2010.

JAEGER, W. *Paideia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

JONES, A. H. M. El transfondo social de la lucha entre el paganismo y el cristianismo. In: MOMIGLIANO, Arnaldo (Org.). *El conflicto entre el paganismo y el cristianismo en el siglo IV*. Madrid: Alianza Universidad, 1989, p. 31-52.

JONES, A. H. M. *The Later Roman Empire, 284-602: A Social Economic and Administrative Survey*. Oxford: Blackwell, 1964. v. 2.

JORDAN MONTES, J. F. La pervivencia del paganismo en el reinado de Honorio. *Antigüedad y cristianismo*, n. 8, 1991.

JOSHEL, S. R. *Slavery in the Roman World*. Cambridge: Cambridge University, 2010.

KASTER, R. *Studies on the text of Macrobius' Saturnalia*. New York: Oxford University, 2010.

- KASTER, R. Introduction. In: MACROBIUS. *Saturnalia*. Edited and translated by Robert A. Kaster. Cambridge; Massachusetts; London: Harvard University, 2011. v. 1.
- KASTER, R. Macrobius and Servius: Verecundia and the Grammarian's Function. *Harvard Studies in Classical Philology*, v. 84, p. 219-262, 1980.
- KONIG, J. *Saints and Symposiasts: The literature of food and the Symposium in Greco-Roman and Early Christian Culture*. New York: Cambridge University Press, 2012.
- KÖNIG, J. Symptotic Dialogue in the First to Fifth Centuries CE. In: GOLDHILL, S. (Ed.). *The End of Dialogue in Antiquity*. New York: Cambridge University, 2008.
- KOVALIOV, S. I. *História de Roma*. Buenos Aires: Futuro, 1959, v. 3.
- LA ROCCA, C. Public Buildings and Urban Change in Northern Italy in the Early Medieval Period. In: RICH, J. (Ed.). *The City in Late Antiquity*. London; New York: Routledge, 1992.
- LABARRE, A. *Historia del libro*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.
- LAISTNER, M. L. W. *Christianity and Pagan Culture in the Later Roman Empire*. Ithaca: Cornell University, 1978.
- LAVAN, L.; ÖZGENEL, L.; SANRANTIS, A. (Eds.). *Housing in Late Antiquity*. Leiden: Brill, 2007.
- LEMOS, M. S.. A elite senatorial, o mos maiorum e a fortuna do Império Romano nas crônicas do século IV d.C.. In: *Anais eletrônicos - VI Encontro Estadual de História: povos indígenas, africanidades e diversidade cultural - 2012*, Ilhéus, v. 6, p. 1-10, 2012.
- LEMOS, M. S. *Cristãos, pagãos e cultura escrita: as representações do poder no Império romano dos séculos IV e V d.C.* 2009. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

- LIEBESCHUETZ, W. The End of the Ancient City. In: RICH, J. (Ed.). *The City in Late Antiquity*. London and New York: Routledge, 1992.
- LIM, R. Christians, Dialogues and Patterns of Sociability in Late Antiquity. In: GOLDHILL, S. (Ed.). *The End of Dialogue in Antiquity*. New York: Cambridge University, 2008.
- LIMA NETO, B M. Estratégias e conflitos familiares na Tripolitânia romana. *Romanitas*, n. 3, p. 86-106, 2014.
- LING, R. *Ancient Mosaics*. Princeton: Princeton University, 1998.
- LOT, F. *O fim do Mundo Antigo e o princípio da Idade Média*. Lisboa: Edições 70, 2008.
- LOUGHEED, C. *Macrobius, the Classical Paideia and Table Etiquette c. 420 CE: A Commentary on the Saturnalia 7.1-3*. 2009. Dissertation (M.A. en Études Classiques) - Faculté des Études Supérieures et Postdoctorales, Université de Montréal, Montréal, 2009.
- MACHADO, C. A. R. A Antiguidade Tardia, a queda do Império romano e o debate sobre o "fim do Mundo Antigo". *Revista de História*. São Paulo, n. 173, p. 81-114, 2015.
- MACHADO, C. A. R. O Senado Romano e a Corte Imperial no Baixo Império: uma revisão. *Phoênix*. Rio de Janeiro: 7 Letras, v. 6, p. 90-105, 2000.
- MACMULLEN, R. *Christianity and Paganism in the Fourth to Eighth Centuries*. New Haven: Yale University. 1997.
- MANGO, M. M. From “Glittering Sideboard” to Table: Silver in the Well-appointed Triclinium. In: BRUBAKER, L.; LINARDOU, K. (Eds.). *Eat, Drink and Be Merry* (Luke 12:19): Food and Wine in Bizantium. Aldershot: Ashgate, 2007.
- MANUEL CORTÉS. A. *Del manuscrito a la imprenta, el nacimiento de la librería moderna em la Nueva España: la Biblioteca Palafoxiana*. 2009. Tesis (Doctorado en Historia). Instituto

de Ciencias Sociales y Humanidades Alfonso Vélez Pliego de la Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, Puebla, 2009.

MAR, R.; VERDE, G. Las villas romanas tardoantiguas: cuestiones de tipología arquitectónica. In: FERNANDEZ OCHOA, C.; GARCÍA-ENTERO, V.; GIL SENDINO, F. (Eds.). *Las villae tardorromanas en el occidente del Imperio: arquitectura y función*. Gijón: Trea, 2008, p. 50-83.

MARCONE, A. Late Roman Social Relations. In: CAMERON, A.; GARNSEY, P. (Eds.). *The Cambridge Ancient History: The Late Empire, A.D 337-425*. Cambridge, Cambridge University, 2008, p. 338-370.

MARINONE, N. Introduzione. In: MACROBIO. *I Saturnalia*. A cura di Nino Marinone. Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1967.

MARROU, H. I. *Decadência romana ou Antiguidade Tardia?*. Lisboa: Aster, 1979.

MARROU, H. I. *História da educação na Antiguidade*. São Paulo: EPU, 1973.

MAXWELL, J. Paganism and Christianization. In: JOHNSON, S. F. *The Oxford Handbook of Late Antiquity*. New York: Oxford University, 2012.

MAZZARINO, S. *The End of the Ancient World*. London: Faber & Faber, 2006.

MENDES, N. M. Centralização e Integração na experiência imperialista romana: uma reflexão. *Phoenix*, Rio de Janeiro, p. 257-274, 2004.

MENDONÇA, S. R. *O mundo Carolíngio*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MILES, R. Introduction: Constructing Identities in Late Antiquity. In: *Constructing Identities in Late Antiquity*. London and New York: Routledge, 1999.

MITCHELL, S. *A History of the Later Roman Empire: AD 284-641*. Malden; Oxford: Blakwell, 2015.

- MOMIGLIANO, A. El cristianismo y la decadencia del Imperio Romano. In: MOMIGLIANO, Arnaldo (Org.). *El conflicto entre el paganismo y el cristianismo en el siglo IV*. Madrid: Alianza Universidad, 1989, p. 207- 232.
- MOORE, C. H. The Pagan Reaction in the Late Fourth Century. *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, v. 50, p. 122-134, 1919.
- NADEAU, R. Table Manners. In: WILKINS, J.; NADEAU, R. (Eds.). *A Companion to Food in the Ancient World*. Malden; Oxford; Chichester: Wiley Blackwell, 2015, p. 265-272.
- NATHAN, G. S. *The Family in Antiquity: The Rise of Christianity and the Endurance of Tradition*. London; New York: Routledge, 2000.
- NAVARRO ANTOLÍN, F. Introducción. In: MACROBIO. *Saturnales*. Traducción y notas de Fernando Navarro Antolín. Madrid: Gredos, 2010.
- NAVARRO ANTOLÍN, F. Introducción. In: MACROBIO. *Comentario al sueño de Escipión de Cícero*. Traducción y notas de Fernando Navarro Antolín. Madrid: Gredos, 2006.
- OLMOS, P. Two Literary Encyclopedias from Late Antiquity. *Studies in History and Philosophy of Science*, n. 43, p. 284–292, 2012.
- O'MEARA, D. *Platonopolis. Platonic Political Philosophy in Late Antiquity*. Oxford: Clarendon, 2003.
- PENSABENE P.; GALLOCHIO, E. The villa del Casale of Piazza Armerina. *Expedition*, v. 2, n. 5, p. 29-37, 2011.
- PEREIRA, M. H. R. *Estudos de história da cultura clássica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1990. v. 2.
- PIGANIOL, A. Aspecto atual dos grandes problemas da História de Roma. *Revista de História*, v. 5, n. 11, p. 3-31, 1952.

- POHLMANN, J. F. Uma ascensão social fortalecida pela construção retórica de sua família: o caso de Quinto Aurélio Símaco Eusébio (séc. IV d.C.). *Diálogos*, v. 20, n. 1, p. 36-49, 2016.
- POHLMANN, J. F. *Alianças entre a retórica e o poder: um estudo sobre as Orationes de Quinto Aurélio Símaco Eusébio (século IV)*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.
- POULSEN, B. Patrons and Viewers: Reading Mosaics in Late Antiquity. *Aarhus Studies in Mediterranean Antiquity (ASMA)*. Aarhus: Aarhus Universitetsforlag, p. 167-187, 2012.
- RAMAGE, E. S. Early Roman Urbanity. *The American Journal of Philology*, v. 81, n. 1, p. 65-72, 1960.
- RAMOS, H. M. A. O Corpo e a temperança na Ética a Nicômaco. *Theoria*, v. 1, n. 2, p. 67-78, 2009.
- REIS, M. L. O fenômeno da disseminação polissêmica na "humanitas" romana. In: SOLA, P. R. *Fundamenta Iuris: Terminología, Principios e Interpretatio*. Almería: Universidad de Almería, 2012.
- REMONDON, R. *La crisis del Imperio Romano: de Marco Aurelio hasta Anastacio*. Barcelona: Labor, 1967.
- REYNOLDS, L. D; WILSON, N. G. *Copistas y filólogos: Las vías de transmisión de las literaturas griegas y latina*. Madrid: Gredos, 1986.
- RICH, J. (Ed.). *The City in Late Antiquity*. London; New York: Routledge, 2001.
- RODRIGUES, H. A. F. Alimentação como fonte de sociabilidade e de hospitalidade, *Sinais*, n.12, v. 1, 2012.
- ROLLER, M. B. *Dining Posture in Ancient Rome: Bodies, Values, and Status*. Princeton: Princeton University, 2006.

- ROSSITER, J. Convivium and Villa in Late Antiquity. In: SLATER, W. J. (Ed.). *Dining in a Classical Context*. Ann Arbor: University of Michigan, 1991, p. 199-214.
- SCOTT, S. Elites, Exhibitionism and the Society of the Late Roman Villa. In: CHRISTIE, N. *Landscapes of Change: Rural Evolutions in Late Antiquity and the Early Middle Ages*. London: Routledge, 2004, p. 39-65.
- SCOTT, S. The Power of Images in the Late Roman House. *Journal of Roman Archaeology Supplementary Series*, v. 22, p. 53-68, 1997.
- SCULLARD, H. H. *Festivals and Cerimonies of the Roman Public: Aspects of Greek and Roman Life*. London, Thames and Hudson, 1981.
- SFAMENI, C. Residential Villas in Late Antique Italy: Continuity and Change. In: BOWDEN, W.; LAVAN, L.; MACHADO, C. (Eds.). *Recent Research on the Late Antiquity Countryside*. Leiden: Brill, 2004, p. 335-376.
- SHANZER, D. *A Philosophical and Literary Commentary on Martianus Capella's 'De nuptiis Philologiae et Mercurii' Book 1*. Berkeley; Los Angeles; London: University of California, 1986.
- SILVA, E.C.M. A helenização de Roma: convergências e impasses. In: SILVA, G. V. (Org.). *Grécia, Roma e o Oriente: da crise da pólis à época helenística (404-31 a.C.)*. Vitória: Flor e Cultura, 2009.
- SILVA, G. V. Territórios do profano na cidade pós-clássica: o estranhamento de João Crisóstomo com a ágora, em Antioquia. In: SILVA, G. V.; SILVA, E. C. M.; LIMA NETO, B. M. *Espaços do sagrado na cidade antiga*. Vitória: GM, 2017, p. 135-155.
- SILVA, G. V. Artes do fazer e usos do saber no Império Romano: 'lendo' os mosaicos de Antioquia. *Acta Scientiarum*, v. 38, n. 3, 2016, p. 219-229.

- SILVA, G. V. A condição social dos professores na Antiguidade Tardia: um estudo com base no 'Didaskaleion' de Libânio. In: OLIVEIRA, T. (Org.). *Os clássicos da Antiguidade sob o olhar dos intelectuais contemporâneos*. Maringá: Eduem, 2013a, p. 52-68.
- SILVA, G. V. Imagens bordadas na pedra: os mosaicos como fonte para o estudo da sociedade romana imperial. In: SILVA, G. V.; LEITE, L. R. (Org.). *As múltiplas faces do discurso em Roma: textos, inscrições, imagens*. Vitória: Edufes, 2013b, p. 153-177.
- SILVA, G. V. Os apuros de um professor: Libânio e o cotidiano escolar em Antioquia. *Diálogos Mediterrânicos*, v. 3, p. 92-97, 2012.
- SILVA, G. V. A formação dos cidadãos do céu: João Crisóstomo e a 'Christon paideia'. *Acta Scientiarum*, v. 32, p. 1-10, 2010.
- SILVA, G. V. *Reis, santos e feiticeiros: Constâncio II e os fundamentos místicos da basileia (337-361)*. Vitória: Edufes, 2003.
- SILVA, G. V. O fim do Mundo Antigo: uma discussão historiográfica, *Mirabilia*, Brasil, v. 1, p. 1-10, 2001a.
- SILVA, G. V. Memória, história e historiografia em torno do Baixo Império romano. *Pós-Historia*, Assis, v. 9, p. 71-91, 2001b.
- SILVA, G. V. A configuração do Estado romano no Baixo Império. São Paulo: *História*, v. 17/18, p. 199-223, 1999.
- SILVA, G. V.; MENDES, N. M. Diocleciano e Constantino: a construção do 'Dominato'. In: SILVA, G. V.; MENDES, N. (Org.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultura*. Rio de Janeiro/Vitória: Mauad/Edufes, 2006, p. 223-240.
- SILVA, G. V.; SOARES, C. da S. O fim do Mundo Antigo em debate: da "crise do século III à Antiguidade Tardia e além. *Nearco*, v.1, n. 1, p. 132-168, 2013.

- SILVA, U. G. Camponeses e esquecimento na Antiguidade Tardia: as revoltas dos bagaudas e dos circunceliões. *Revista Classica*, v. 29, n. 2, p. 145-159, 2016.
- SLOOTJES, D. *The Governor and his Subjects in the Later Roman Empire*. Leiden: Brill, 2006.
- STRONG, R. *Banquete: uma história ilustrada dos costumes e da fartura à mesa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- SWIFT, E. Decorated Vessels: The Function of Decoration in Late Antiquity. In: LAVAN, L.; SWIFT, E.; PUTZEYS, T. (Eds.). *Objects in Context, Objects in Use: Material Spaciality in Late Antiquity*. Leiden: Brill, 2007, p. 385-409.
- VAQUERIZO GIL, D. La villa romana de El Ruedo (Almedinilla,Córdoba), paradigma de asentamiento rural en Baetica. In: FERNÁNDEZ OCHOA, C.; GARCÍA-ENTEROY, V.; GIL SENDINO, F. (Eds.) *Las villae tardorromanas en el occidente del Imperio: arquitectura y función. IV Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón*. Gijón: Trea, 2008, p. 261-283.
- VEYNE, P. Humanitas: romanos e não-romanos. In: GIARDINA, A. (Ed.). *O Homem Romano*. Lisboa: Estampa, 1992.
- VUOLANTO, V. Elite Children, Socialization, and Agency in the Late Roman World. In: GRUBBS, J. E.; PARKIN, T. *The Oxford Handbook of Childhood and Education in the Classical World*. New York: Oxford University, 2013, p. 580-599.
- WALLACE-HADRILL, A. Greek Knowledge, Roman Power. *Classical Philology*, Chicago, v. 83, n. 3, p. 224-233, 1988.
- WARD-PERKINS, B. *The Fall of Rome and the End of Civilization*. New York: Oxford University, 2005.

WATTS, E. Education: Speaking, Thinking, and Socializing. In: JOHNSON, S. F. *The Oxford Handbook of Late Antiquity*. New York: Oxford University, 2012.

WECOWSKI, M. *The Rise of the Greek Aristocratic Banquet*. Oxford; New York: Oxford University, 2014.

WEITZMANN, K. (Ed.). *Age of Spirituality: Late Antique and Early Christian Art, Third to Seventh Century*. New York; Princeton: The Metropolitan Museum of Art; Princeton University, 1979.

WEITZMANN, K. *Late Antique and Early Christian Book Illumination*. New York: George Braziller, 1977.

ZARDINI, T. B. *Paideia e cultura política nas Gálias: os panegíricos latinos e as moedas como vetores dos rituais da basileia*. 2015. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós Graduação em Letras da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Grade de leitura referente à obra *Saturnalia*, de Macróbio

Regras que regulam o banquete				
Em relação à comida	Em relação à bebida	Em relação às roupas	Em relação às discussões à mesa	Em relação ao comportamento do conviva
(<i>Sat.</i> II, 1, 1): Modesto estilo de jantar	(<i>Sat.</i> II, 1, 1): Pequenas xícaras de vinho	(<i>Sat.</i> I, 6, 2): Não permitido o uso da trabea, da toga, manto militar	(<i>Sat.</i> I, 1, 2): Conversações festivas, leves, agradáveis (<i>voluptatis amplius</i>), menos austeras (<i>severitatis minus</i>)	(<i>Sat.</i> II, 1, 6): Livre de sensualidade
(<i>Sat.</i> I, 2, 12): Generosa, abundante, temperada, refinada	(<i>Sat.</i> II, 8, 5): Pequenos copos (<i>minuta pocula</i>)		(<i>Sat.</i> I, 1, 4): Prazerosa sedução, moralmente irrepreensíveis	(<i>Sat.</i> II, 1, 8): Equilíbrio
(<i>Sat.</i> I, 7, 9): Acompanhada de discussões e conversas	(<i>Sat.</i> II, 8, 6): Beber com moderação; Cuidado com a liberdade do vinho.		(<i>Sat.</i> I, 5, 11-12): Sábias conversas, pudicas (<i>pudicas</i>), não tumultuosas, prazerosas, honestas (<i>honestique</i>)	(<i>Sat.</i> II, 2, 7): Risos sóbrios, bom humor
(<i>Sat.</i> VII, 4, 32): Evitar comidas variadas, diversas	(<i>Sat.</i> VII, 5, 14): Evitar a variedade de		(<i>Sat.</i> VII, 1, 3): Presença da filosofia no	

	vinhos		momento do banquete	
(<i>Sat.</i> VII, 5, 24): Ter cuidado com a gula			(<i>Sat.</i> VII, 4, 1): Discutir temas apropriados para o banquete (natureza do corpo).	

Atributos físicos e morais dos convivas				
Conviva	Cargo dentro do Império/Profição	Atributos Físicos	Atributos morais	Grau de Instrução
Todos			(<i>Sat.</i> I, 1, 4): Ilustres, virtuosos; (<i>Sat.</i> I, 2, 3): Nobres.	(<i>Sat.</i> I, 1, 4): Doutos; (<i>Sat.</i> I, 2, 3): Homens eruditos.
Pretextato	Procônsul da Ásia; Prefeito de Roma (367-368).		(<i>Sat.</i> I, 5, 4): Sério; (<i>Sat.</i> I, 7, 2): Calmo, gentil; (<i>Sat.</i> I, 7, 5): Espírito calmo, paciência inabalável.	(<i>Sat.</i> I, 7, 17): Conhecedor dos ritos religiosos; (<i>Sat.</i> I, 11, 1): Eloquente e erudito; (<i>Sat.</i> I, 12, 1): Doce eloquência (<i>eloquio tam dulci</i>); (<i>Sat.</i> I, 24, 1): Boa memória, instrução (<i>doctrina</i>); (<i>Sat.</i> II, 1, 3): Efetivo na vida pública.

Flaviano			(<i>Sat. I, 5, 13</i>): Caráter brilhante	(<i>Sat. I, 5, 13</i>): Profunda erudição
Símaco	Procônsul da África (373-374); Prefeito de Roma (384-385); Cônsul (391).			
Caecina Albino	Governador da Numídia (365); Pontífice máximo (Sacerdote de Vesta).	(<i>Sat. 24.19</i>): Sentado ao lado de Rufio Albino		(<i>Sat. I, 4, 1</i>): Portador da sabedoria antiga; (<i>Sat. VI, 1, 1</i>): Douto.
Rufio Albino	Prefeito de Roma (389 - 391)	(<i>Sat. 24.19</i>): Sentado ao lado do anfitrião		(<i>Sat. III, 14, 1</i>): Versado na Antiguidade; (<i>Sat. VI, 1, 1</i>): Douto.
Eustácio	Professor de Filosofia			(<i>Sat. I, 5, 13-16</i>): Profundo conhecimento de Filosofia, eloquente
Avieno	Poeta			(<i>Sat. II, 8, 1</i>): Boa memória (<i>memoria florida</i>)
Eusébio	Rétor		(<i>Sat. I, 2, 7</i>): Sábio	(<i>Sat. I, 2, 7</i>): Superior em conhecimento entre seus pares, eloquente; (<i>Sat. I, 6, 2</i>): Amplo conhecimento no grego;

				(<i>Sat. I, 24, 14</i>): O mais eloquente dos oradores (<i>oratorum eloquentissimus</i>); (<i>Sat. V, 1, 1</i>): Sábio entre os sábios.
Sérvio	Mestre de Gramática		(<i>Sat. I, 2, 15</i>): amável modéstia (<i>amabilis verecundia</i>); (<i>Sat. II, 2, 12</i>): Timidez.	(<i>Sat. I, 2, 15</i>): Admirável instrução; (<i>Sat. I, 24, 8</i>): Instruído.
Evangelo			(<i>Sat. I, 7, 3</i>): Desagradável, inadequado, língua mordaz, agressivo, descuidado de ofensas; (<i>Sat. V, 2, 1</i>): Escárnio.	(<i>Sat. I, 24, 8</i>): Possuidor de críticas ultrajantes
Disário	Médico			(<i>Sat. I, 7, 3</i>): Alma forte, vigorosa (<i>animus validus</i>)
Hórus	Filósofo	(<i>Sat. I, 7, 3</i>): Corpo forte, vigoroso (<i>corpore validus</i>)	(<i>Sat. I, 7, 3</i>): Alma forte, vigorosa (<i>animus validus</i>)	

APÊNDICE B

Grade de leitura referente à documentação iconográfica

Imagem: Pintura de um <i>servus</i> com o vinho				
Personagem	Gestos	Indumentária	Posição no espaço	Relação com outros convivas
Servo (masculino)	Segurando um copo de vinho para servir ao seu senhor; Pendurado no dedo dessa outra mão é um objeto que pode ser reconhecido como uma peneira para o vinho; Ao lado dele está o que parece ser um estojo de vime contendo dois grandes frascos de vinho.	Uma túnica com <i>clauvi e orbiculi</i> bordados em vermelho e dourado; Os cabelos estão soltos, mas bem arrumados.	Indo em direção ao <i>dominus</i> servir o vinho	-----

Imagem: Festa de Dido				
Personagem	Gestos	Indumentária	Posição no espaço	Relação com outros convivas
Dido	Poses rígidas e cerimoniais (referência ao Cristo Pantocrato)	Capa longa vermelho, fixado no ombro com um broche; Cabelos presos e uma coroa na cabeça.	Reclinado sobre uma almofada enfeitada; No meio do <i>stibadium</i>	
Eneias	Poses rígidas e cerimoniais (referência ao Cristo Pantocrato)	Capa longa vermelho, fixado no ombro com um broche; Gorro frígio.	Reclinado sobre uma almofada enfeitada; Sentado do lado esquerdo do <i>stibadium</i> .	
Troiano	Bebendo vinho em uma taça	Capa longa vermelho, fixado no ombro com um broche; Gorro frígio; Caracterizado como Eneias.	Reclinado sobre uma almofada enfeitada; Sentado do lado direito do <i>stibadium</i> .	
Servo	Oferecendo vinho, segurando um jarro e um copo	Túnica com adornos nos ombros, pulsos e na barra; Cabelos longos e loiros.	Em frente aos convivas	Oferecendo o vinho
Servo	Segurando um jarro e uma peneira	Túnica com adornos nos ombros, pulsos e na barra; Cabelos longos e loiros.	Em frente aos convivas	

Imagem: Piquenique ao ar livre, Villa del Casalle, Sicília, séc. IV				
Personagem	Gestos	Indumentária	Posição no espaço	Relação com outros convivas
Conviva no centro	Reclinado; Dirige-se à bandeja de alimentos.	Túnica avermelhada, com <i>clavi, orcibicoli</i> nas mangas, nas cores amarelo com preto	No centro do <i>stibadium</i>	
Conviva à direita	Reclinado	Túnica esverdeada, adornada, com detalhes em amarelo e dourado	À direita do convidado de honra	Interagindo com o convidado do centro
Conviva à esquerda	Reclinado sobre o braço esquerdo; Segurando um copo de vidro contendo vinho.	Túnica de cor bege, com listras na cor branco e preto; Bordado .	À esquerda do convidado de honra	Interagindo com o conviva do centro
Conviva à extrema direita	Reclinado sobre o <i>stibadium</i> , com suas pernas para fora do sofá	Túnica amarelada, com detalhes em marrom e branco	Na extrema direita do <i>stibadium</i>	
Conviva à extrema esquerda	Reclinado enquanto está alimentando e interagindo com um cachorro	Túnica verde, com o pulso e a barra decorado com branco e um verde mais escuro	Na extrema esquerda do <i>stibadium</i>	

Imagem: Bandeja de prata, Cesena, medalhão central.

Personagem	Gestos	Indumentária	Posição no espaço	Relação com outros convivas
Convivas	Reclinados no <i>stibadium</i> ; Segurando copo de vinho; Pegando comidas de uma só bandeja comum a todos.	Túnica adornada	Reclinados em um <i>stibadium</i>	Conversas com os demais convivas; Proximidade.
Servo	Servindo vinho a um dos convivas	Túnica com adornos	Em pé ao lado dos convivas	Servindo vinho a um dos convivas
Servo	Derramando água em uma bacia	Túnica simples	Em pé ao lado dos convivas	Auxiliando o conviva a lavar as mãos